



Anais da Assembléia

Nº 124

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE SETEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

| | |
|----------------------|---|
| PMDB - Governo | Deputado ORLANDO PESSUTI |
| PRN | Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS |
| PFL | Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO |
| PDT | Deputado PAULO MAIA |
| PTB | Deputado ERONDY SILVÉRIO |
| PSDB | Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI |
| PT | Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha) |
| PL | Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO |
| PST | Deputado GERALDO CARTÁRIO |

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12 Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djaima de Almeida César - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - Suplentes: Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - Suplentes **PFL e PRN** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06** César Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - Suplentes: Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Viela; **PTB - 06** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademir Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - Suplentes: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hernas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - Suplentes: Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - Suplentes: Perides de H. Mello; **PL - 03** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - Suplentes: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caffo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (e) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 82.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 1992

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Paulo Maia.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, José Alves, Luiz Antônio Setti, Mário Bezerra e Rafael Greca de Macedo (07). Em licença o Senhor Deputado Albino Corazza (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

Sob o n.^o 90/92 - G.P.-D.E.F., do Senhor LUIS RENATO PEDROSO - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva conceder aos servidores do Poder Judiciário regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, adicional por tempo de serviço. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.^o 320/92-K, do Senhor LUIS RE-

NATO PEDROSO Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que introduz alterações na redação do artigo 3.^o, da Lei n.^o 10.037/92, estipulando com isso, relação aos efeitos financeiros daquela ordenação legal, data para a sua vigência, mais precisamente, 1.^o de junho de 1992. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.^o 7/92-DVO, do Senhor LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Diretor Geral do DECOM, encaminhando Relatório Gerencial de Obras daquele Departamento, referente ao período de 01 a 31/07/1992. Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO N.^o 449/92

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência dispensa aos trabalhos legislativos em plenário neste dia 01 de setembro, tendo em vista compromissos inadiáveis assumidos junto ao eleitorado do Município de Cianorte.

Na expectativa de que Vossa Excelência atenda o pedido, antecipo os mais sinceros agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N.^o 1356

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, vem a presença de Vossa Excelência REQUERER que, após ouvido o Plenário, lhe sejam concedidos quarenta e cinco (45) dias de licença para tratar de assuntos particulares, em especial de sua campanha à Prefeitura Municipal de Curitiba.

Tal pedido está amparado no artigo 65 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 1347

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a formação de uma Comissão Interparlamentar composta de 4 (quatro) Deputados Estaduais para intervir nas negociações entre o Reitor, Senhor Euro Brandão, e os estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na questão do reajuste das mensalidades.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

LYGIA PUPATTO

JUSTIFICATIVA:

A direção da entidade supra citada determinou um aumento de mensalidades esco-

lares baseado no índice da Fundação Getúlio Vargas, perfazendo um acréscimo de 98% (noventa e oito por cento). Os alunos de tal estabelecimento de ensino consideram tal reajuste exorbitante, sendo que a maioria dos alunos não possui condições de frequentar seus cursos com tal elevação de valores.

Com isto, criou-se um impasse. Os estudantes desencadearam um movimento com o objetivo de negociar, propondo alternativas concretas e suportáveis para o pagamento dos cursos; a Reitoria da PUC não quis negociar; querendo desta forma obrigar a negociação; como o Reitor disse que só conversaria após a saída dos estudantes de sua sala. Os alunos saíram, mas não houve, até o momento, início de negociação, obrigando os alunos a reocuparem a Reitoria e a fazerem greve de fome.

A necessidade de negociação entre a Reitoria e estudantes é urgente, por isso propomos a criação da Comissão para que contribuam neste processo, tornando possível a concretização de um dos princípios de nossa Constituição Federal: o direito à educação.

REQUERIMENTO N° 1351-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no art. 121, c/c o art. 132, parágrafo 2°, inciso VIII, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Nobre Plenário, que seja o Projeto de Lei n° 211/92 juntado ao processo concernente a Proposição n° 66/92 - Veto ao Projeto de Lei n° 465/91, ainda não votado em Plenário, eis que as referidas proposições tratam de matéria única e que pela sua similitude, devem ser transformadas numa só.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

Foi aprovado no dia 21.05.92, a Redação Final do Projeto de Lei 465/91, que altera a redação do art. 23, da Lei 8.933, de 26 de janeiro de 1989. (ICMS).

No dia 29.06.92, ocorreu o veto do Senhor Governador do Estado conforme Proposição n° 66/92, ainda não votada em Plenário.

Ambos os projetos, o aprovado (465/91) e o agora apresentado (211/92), versam sobre a mesma matéria, ou seja, alterar o art. 23 da Lei 8933 de 26 de janeiro de 1989, no sentido da "redação em 7% da alíquota para operações com tijolos, telhas, tubos e manilhas, que, na sua fabricação, tenha sido utilizado como matéria-prima, argila ou barro".

Por se tratar de matéria com íntima relação e pelo princípio da equidade, justo é, até por economia processual, que se

análise e decida em conjunto.

REQUERIMENTO N° 1345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, o envio de VOTOS DE PESAR, à família do Senhor ARI BUSATO, falecido hoje, 01.09 de 1992, no Município de Almirante Tamandaré - Pr.

Insta salientar que o referido Senhor pertencia à família tradicional, que sempre ajudou na evolução industrial da região metropolitana e que proporcionou inúmeros empregos aos municípios, sendo conseqüentemente, querido por todos.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 1358

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição, nos anais desta Assembléia Legislativa o voto de pesar pelo falecimento da Senhora Esther Gomes do Amaral, ocorrido no último dia 31 de agosto em Curitiba, solicitando ainda que, da manifestação se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Morta aos 97 anos de idade, a Senhora Esther Gomes do Amaral, filha do ex-Deputado Estadual José Gomes do Amaral, deixa, além de muitas saudades, um legado de uma vida enaltecida, com obras de filantropia, de dedicação intensa ao próximo e aos necessitados. Sua perda enlutou os amigos e familiares que tinha na Senhora Esther a mais profunda admiração e respeito pela figura humana que ela representava. Portanto, acreditamos justa a inclusão desta homenagem nos anais desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1344

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações ao Grupo Bamerindus, pela inauguração, no dia 28 de agosto passado, da Indústria de Papel e Celulose de Arapoti S/A - INPACEL.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Arapoti, viveu no último final de semana, um de seus mais importantes dias, com a inauguração da Indústria de Papel e Celulose de Arapoti S/A - INPACEL, pertencente ao Grupo Bamerindus,

e que teve o projeto empreendedor sido idealizado pelo Senador José Eduardo Andrade Vieira.

A solenidade de inauguração foi prestigiada com a presença de Ministros, Senadores, pelo Presidente do BNDES, por Deputados Federais e outras autoridades.

A INPACEL, vai atuar no mercado de papel de escrever e imprimir. Quando a produção estiver na sua plenitude, em 1995, sairão da fábrica 200 mil toneladas de papel por ano, que irá suprir o mercado nacional e internacional.

Na área tecnológica, a novidade da INPACEL é a substituição do sistema químico (celulose) pelo quimotermomecânico (pasta de alto rendimento) que reduzirá os níveis de poluição.

Este empreendimento, além de gerar inúmeros empregos, vai conseguir, no momento em que o País atravessa sua maior crise, levar o Município de Arapoti a integrar o rol dos mais prósperos Municípios do Paraná, e o Paraná a figurar entre aqueles de maior desenvolvimento tecnológico do País, merecendo mesmo lugar de destaque na comunidade internacional com a exportação de material de primeira qualidade.

REQUERIMENTO N° 1351

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que se faça o registro em ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de congratulações e muito aplauso ao Empresário e Líder Clássista Patronal ZULFIRO ANTÔNIO BÓRIO, que no próximo dia 31 de agosto estará sendo empossado na presidência do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Eletro Eletrônicos e Refrigeração e Similares do Estado do Paraná. Trata-se de evento importante, pois são conhecidos os méritos deste empresário, que tem desenvolvido uma atuante e marcante liderança no meio empresarial do Paraná, sempre voltado aos interesses de nossa gente! Pedimos que o ilustre homenageado estenda estes cumprimentos à toda a sua Diretoria!

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1352

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção em Ata de VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Senador José Eduardo de Andrade Vieira, aos dirigentes do Grupo Bamerindus e ao Sr. José Carlos Gomes de Carvalho, pela inauguração da fábrica de papel INPACEL, no Município paranaense de

Arapoti, bem como o envio de Expediente aos mesmos.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(a) ADEMAR LUIZ TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Com investimentos superiores a seiscentos milhões de dólares, o Grupo Bamerindus implantou, no Município paranaense de Arapoti, a fábrica de papel INPACEL - a maior fábrica do gênero na América Latina - que emprega avançada tecnologia para preservar nossos rios de poluentes. A inauguração dessa fábrica assinala uma nova etapa na vida econômica do nosso Estado, com a entrada do Grupo Bamerindus na área industrial, com empreendimento próprio, gerando 1.500 novos empregos diretos.

Localizada no Norte Pioneiro do Paraná, numa área de 45 mil hectares de florestas, 55 milhões de pés de Pinus e Eucalipto, está preparada para chegar nos próximos três anos a uma produção de 200 mil toneladas/ano, o que resultará num faturamento anual de US\$ 200 milhões.

A imprensa paranaense assinalou que a INPACEL representa uma grande contribuição social e econômica ao Paraná e principalmente Arapoti, uma cidade na qual se abrem novos horizontes. A criação de novos empregos, a melhoria de vida na região, o crescimento econômico e cultural que acompanham sempre a instalação e permanência na região de uma empresa deste porte foram também destacadas.

O editorial do jornal "O Estado do Paraná", em publicação técnica do dia 28 de agosto último, sob o título "Acreditar no Futuro", enfatiza que "com o mesmo ideal de sempre, e acreditando no homem como centro e destino final de todas as atividades, o Grupo Bamerindus fincou no Paraná mais uma raiz desse grande grupo empresarial, mostrando que o paranaense, acima de tudo, acredita no que faz, repartindo o sucesso do empreendimento com todo o País".

"Com coragem, competência e tecnologia - acentuou o jornal "O Estado do Paraná" - o Grupo Bamerindus fez resurgir, da velha e pequena fábrica instalada na cidade de Arapoti, o mais moderno empreendimento no setor de papel", com destaque mundial.

A extraordinária visão empresarial de Avelino Vieira já indicava que um dia o conglomerado Bamerindus teria sua fábrica de papel. Na década de 30 o pioneiro Avelino Vieira plantou seu primeiro pé de Pinus na cidade de Tomazina/Pr. De lá para cá, a família Vieiranão parou mais de plantar. Hoje são 50 milhões de pés de Pinus para abastecer a IMPACEL.

Os irmãos Cláudio, Edson, Luis Antônio e José Eduardo foram batalhadores que tornaram possível ao Paraná ter um empreendi-

mento do porte e da expressão econômica da INPACEL.

O empresário José Carlos Gomes de Carvalho, presidente da INPACEL, emprestou a sua extraordinária capacidade de trabalho para tornar a fábrica uma realidade. Projetistas, técnicos, engenheiros, e trabalhadores somaram esforços nessa tarefa.

Mas cabe ressaltar o empenho do Senador José Eduardo de Andrade Vieira para a concretização desse grande empreendimento. Senador que tem feito das suas atividades um exemplo de decência, trabalho e justiça social, projetando, cada vez mais, o Paraná na Federação brasileira.

O Senador José Eduardo de Andrade Vieira, como muito bem acentuaram o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Assembleia, o ilustre Deputado Anibal Khury, e o Excelentíssimo Presidente do Partido da Social Democracia Brasileira no Paraná, o ilustre Deputado Hermas Brandão, é uma nova e expressiva liderança paranaense que se projeta no espaço político brasileiro. O Senador José Eduardo, que desfruta de grande prestígio entre seus pares, conseguiu por ocasião da inauguração da fábrica da INPACEL, reunir, além de dois ministros, 44 senadores, Deputados Federais e Estaduais e dezenas de Prefeitos num acontecimento histórico para a vida política do Paraná.

O trabalho do Senador José Eduardo de Andrade Vieira em favor do Paraná e da sua população recebeu o reconhecimento da imprensa, do rádio e da televisão do nosso Estado.

Cabe a nós, Deputados Estaduais, associarmos-nos ao reconhecimento manifestado pelos veículos de comunicação social, para o que, proponho a inscrição em ata dos nossos trabalhos de um Voto de Congratulações com o Senador José Eduardo de Andrade Vieira, extensivo aos dirigentes do Grupo Bamerindus, e ao empresário José Carlos Gomes de Carvalho, dando-lhes conhecimento desta decisão dos Deputados Estaduais paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1353

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Dr. PAULO ROBERTO CORDEIRO, Presidente da Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR - pela inauguração no próximo dia 04 do Serviço de Telefonia Móvel Celular.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A inauguração do Serviço de Telefonia Móvel Celular, pela Telecomunicações do

Paraná S/A - TELEPAR -, veio do sonho à realidade. É uma obra que marca o ingresso do Paraná na telefonia Celular Móvel, que certamente dará ao Paraná outro status. Além de uma nova e sofisticada telefonia, dará certamente para Curitiba, Região Metropolitana e ao Paraná, também algum impulso.

É evidente que a inauguração da telefonia Móvel trará benefícios econômicos, sem dúvida um fato que será nacionalmente reconhecido.

O Dr. Paulo Roberto Cordeiro, respaldado por uma extraordinária credibilidade junto a opinião pública, merece e deve receber este registro da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

É salutar ver a disposição da TELEPAR ampliando e diversificando atividades que certamente atrairão, no futuro, outros empreendimentos.

Estamos felizes todos nós que vemos ser hasteada a bandeira da Telepar no templo do progresso.

A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, se associa como representante do povo, congratulando-se com o Dr. Paulo Roberto Cordeiro e todo o seu corpo de auxiliares, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e competência.

REQUERIMENTO N° 1355

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja inserido voto de congratulações e louvor na Ata dos trabalhos de hoje, à empresa NORTOX AGRO QUÍMICA S/A, pela eleição - como a melhor empresa do ano, no setor de fertilizantes e defensivos agrícolas, - promovida pela revista nacional EXAME, da Editora Abril, e desse fato se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor industrial Osmar Amaral, Presidente da empresa sediada em Arapongas e a todos os membros da diretoria.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

Quando no exercício do segundo mandato de Prefeito de Arapongas, em 1968, procurei ousar no sentido de dotar aquela cidade, que economicamente baseava seus fundamentos no binômio agricultura e comércio, de alternativa para modernizar-se avançando no campo industrial.

Foi daí que, renovado dia a dia com o surgimento de centenas de novas indústrias, o município projetou-se no cenário nacional do trabalho, gerando novos empregos que chegam a vários milhares e aumentando a riqueza de sua sociedade.

Foi também nesse despontar, que atendendo meu apelo e apoio, no distrito de

Aricanduva, surgiu a Nortox.

O extraordinário dinamismo de Osmar Amaral, seu Presidente, somado ao ideal de Arapongas, resultaram nessa magnífica empresa que hoje é honra e glória para a indústria brasileira na área interna e externa.

Agora, apreciando os itens rentabilidade, liquidez, crescimento, produtividade e capitalização, a Nortox foi eleita pela Revista Exame, de circulação nacional, a melhor empresa do ano.

Por isso o nosso júbilo e admiração pelos Amaral, que fizeram da Nortox razão de orgulho para Arapongas, para o Paraná e para o Brasil.

REQUERIMENTO N° 1357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Federal, Deputado Ibsen Pinheiro, no sentido de que, caso seja implementado o processo do impedimento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República nos termos constitucionalmente previstos, a votação seja efetuada de forma aberta e nominal.

Sala das Sessões, em 01.09.92

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A votação nominal e aberta do impedimento do Presidente da República, caso seja processado nos termos dispostos pela Constituição Federal e normas internas do Poder Legislativo Federal, impõem-se acontecer em regime aberto e nominal. Não se trata, em absoluto, de colocar sob suspeita a idoneidade dos representantes do Poder Legislativo Federal, mas, na verdade, de assegurar seja contemplado o interesse daqueles que são, efetivamente, outorgantes e destinatários dos mandatos eletivos, quais sejam, os eleitores especificamente e a Nação de um modo geral. É princípio de democracia permitir que os eleitores conheçam e fiscalizem a atuação dos seus representantes. É a votação secreta que acarreta o risco de colocar o representante legislativo em dissonância com os interesses de sua base eleitoral, dando margem à atuação cooptativa da máquina administrativa. Por respeito à democracia e por respeito àqueles que são os destinatários finais de toda a atuação política, detentores da prerrogativa de atestar a atuação de seus representantes, impõem-se, caso ocorra o processamento e votação do impedimento do Presidente da República, seja aberta e nominal.

REQUERIMENTO N° 1346

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente oficial ao Presidente da Fundação de Assistência ao Educando - FAE, Sr. Francisco Xavier Baliero Junior, com cópia para a Bancada Paranaense no Congresso Nacional, solicitando a urgente normalização na distribuição da merenda escolar.

Sala das Sessões, em 01.09.92

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

A distribuição da merenda escolar ao educando faz parte de um dos planos do Governo, disposto na Legislação Federal como dever do Estado, Artigo 208, § 7° e Legislação Estadual, Artigo 179, § 9°.

Estas Leis não estão sendo cumpridas, e o Governo ainda raciona a quantidade de verba para compra e distribuição da merenda escolar.

1) É de conhecimento público que esta merenda escolar é complemento alimentar para as crianças em desenvolvimento, que pertencem a uma classe de baixo poder aquisitivo.

2) Também sabemos que em nosso país, muitas crianças frequentam a escola para obter o direito de receber esta alimentação, pois constitui-se muitas vezes em sua única refeição diária.

3) Se essas crianças deixarem de receber a merenda escolar, as consequências serão graves, tanto em sua formação física, como educacional e social.

a) Deixarão de ir a escola para estudar, pois terão necessidade de ir em busca de alimento nas ruas.

b) Com fome não conseguirá permanecer em sala de aula e continuar os estudos, além de desnutrido, seu índice de cognição e sua capacidade de absorção serão comprometidos.

c) Acarretará um maior índice de crianças analfabetas com um futuro incerto, já que não terão condições de ir a escola.

REQUERIMENTO N° 1360

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente aos Exmo. Srs. Deputados e Senadores solicitando que votem à favor do pedido de "impeachment", que está sendo apresentado e assinado pela OAB e ABI, dando consequência a vontade popular de apuração dos fatos levantados e apurados pela CPI de Paulo César Cavalcanti Farias.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

LYGIA PUPATTO

APOIAMENTO: Cleiton Kielse, Nilton Barbosa, Severino Félix, Edson Silva Lino, Arlindo Troian, João Preis, Ademar Traiano, Djalma de Almeida César, Antônio Annibelli, Hermas Brandão, Erondy Silvério, José Arthur Ritti, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Paulo Maia, Heinz Herwig, Nelson Garcia, Eurides Moura e Dobrandino da Silva.

REQUERIMENTO N° 1361

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, integrantes da bancada do Partido Social Trabalhista - PST, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM envio de expediente aos Senhores Deputados e Senadores do PST, com assento no Congresso Nacional, solicitando aos mesmos que se posicionem e votem na sua integralidade pelo "impeachment" do Senhor Fernando Collor de Mello, Presidente da República.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(aa) GERALDO CARTÁRIO, DIRCEU MANFRINATO, EDSON MANFRINATO, EDSON SILVA LINO, JOSÉ ARTHUR RITTI, LUIZ CARLOS MARTINS, NEIVO BERALDIN, JOÃO PREIS e NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando o estado de comoção vivido pela nação brasileira, que estarecida acompanhou as conclusões da CPI do Congresso Nacional, que concluiu pelo envolvimento e indício de responsabilidade do Senhor Presidente do Brasil, nos atos de corrupção de domínio público.

Considerando que a ordem pública cuja principal característica se encontra na superação do voluntarismo e do subjetivismo de cada indivíduo, na fixação objetiva do interesse social, no condicionamento dos instintos individuais. Por isso mesmo, o comando da ordem social cabe ao Estado, na pessoa do Senhor Presidente, devendo o mesmo ser o portador de algo que nenhum indivíduo pode ou deve fazer exclusivamente "seu", a bancada do PST nesta Casa apela aos nobres representantes de sua bancada federal, para que atendendo a vontade da grande maioria da nação, manifeste-se favoravelmente ao pedido de "impeachment" e, colabore historicamente para o reordenamento da rota de desenvolvimento nacional almejado por toda sua gente.

REQUERIMENTO N° 1354

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, do Relatório Final da

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (C.P.I.) do Congresso Nacional referente às atividades do Sr. Paulo Cesar Cavalcanti Farias (P.C.) publicado na íntegra pelo O Estado de São Paulo em documento especial de terça-feira dia 25 último (doc. anexo).

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento aos Excelentíssimos Senhores Senador Mauro Benevides, Presidente do Senador Federal, Deputado Ibsen Pinheiro, Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Benito Gama, Presidente da C.P.I. e ao Senador Amir Lando, Relator da C.P.I., para que recebam a manifestação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e deem ciência aos demais membros da C.P.I., bem como a todo o Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 01.09.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os escândalos ganharam foro internacional.

Tomaram conta da nação inteira. Ameaçam nossas instituições. Degradam homens e coisas. Invadem lares honestos. Conspurcam a moral pública. Ofendem a sociedade brasileira. Vangloriam delitos provados. Florescem impunemente. Tornaram a vida suja demais para ser respirável com alegria.

Não andamos nem para trás e nem para a frente. Estamos paralisados na história. Concorrendo diariamente para o afundamento dos problemas nacionais. Fingindo um otimismo criminoso. Mentindo para nós mesmos. Dando a entender que nada é grave ou nada possui importância maior.

Na verdade, pagamos por desgraças que não cometemos. Depois de cada noite, as coisas pioram sem medidas respiratórias. Deixamos que as aparências camuflem evidências dolorosas.

Graças ao Divino Mestre, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito deu terminada sua missão com a aprovação do Relatório Final que, como disse o seu Relator Senador Amir Lando: "Espero que a Nação não fuja desta verdade".

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 235/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade o "Clube de Engraxate e Pequeno Trabalhador", com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.92

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Assis Chateaubriand goza do privilégio de manter em sua cidade, uma entidade que há mais de 10 anos tem unido não só os Dirigentes, como também voluntários, associações e clubes de serviços que, em conjunto com a comunidade e poderes constituídos vem realizando um trabalho altamente produtivo em favor do menor, proporcionando as condições necessárias ao desenvolvimento de suas potencializadas no campo educacional, social, profissional e espiritual.

Trata-se de uma entidade civil, com personalidade Jurídica de Direito Privado, com fins beneficentes e comunitários.

Conforme documentação e estatuto anexo, e em especial pelos relevantes serviços que presta à comunidade julgamos justo que a entidade "Clube do Engraxate e Pequeno Trabalhador" de Assis Chateaubriand, seja considerada de Utilidade Pública pelos nobres Deputados desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 236/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Cultural e Beneficente "Martinho Lutero", no município de Céu Azul.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor a partir de sua data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.92

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A proposição é feita com base na referida Sociedade, ser uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter estritamente beneficente, que tem por finalidade promover a solidariedade humana, auxiliar pessoas e famílias que estejam necessitando de ajuda, promover a ação social, cultural, educativa, religiosa e recreativa.

A documentação que anexamos comprova o preenchimento dos requisitos essenciais para o reconhecimento público estadual.

Esperamos o apoio dos Nobres Pares nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 237/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jar-

dim Santos Dumont, com sede e foro na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.

Art.2° - Esta Lei entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.92

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Santos Dumont, com sede e foro na Cidade de Paranavaí, neste Estado. Sociedade Civil com a finalidade de estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais, e ainda promover e contribuir para o desenvolvimento comunitário com trabalhos de cultura, educação, saúde, esporte e lazer em benefício de toda comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Mais uma vez quem produz está sendo marginalizado. Estou me referindo ao Programa da Merenda Escolar. Enquanto que as regiões norte, nordeste, centro-oeste - menos o Distrito Federal - recebem a merenda escolar, as regiões produtivas da Nação Brasileira, como o Paraná por exemplo, sul, centro-sul, não estão recebendo este benefício tão importante que é a alimentação para o escolar.

É neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que estamos entrando com um Requerimento pedindo providências à Fundação de Assistência ao Estudante, para que corrija esta deficiência, que de fato lamentável para toda a Nação Brasileira, especialmente às regiões que produzem, mas as que têm, também, o estudante pobre, aquele que carece da alimentação fornecida pelo Programa, que há muito vem dando certo. Porque a pobreza é grande em todo o País. Não discordamos que também o norte, nordeste, centro-oeste recebam a merenda escolar. Discordamos, sim, que nestas regiões, importantes, regiões que produzem, regiões que arrecadam, realmente, tributos para a Nação Brasileira, sejam marginalizadas.

Por isto, gostaríamos de poder contar com o apoio dos Senhores Parlamentares para o Requerimento o qual faço a leitura. (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, após ouvido o plenário, REQUER envio de expediente oficial ao Presidente da Fundação de Assis-

tência ao Educando - FAE, Senhor Francisco Xavier Baliero Junior, com cópia para a Bancada Paranaense no Congresso Nacional, solicitando a urgente normalização na distribuição da merenda escolar.

Sala das Sessões, em 18.08.92.

(a) EURIDES MOURA

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A distribuição da merenda escolar ao educando faz parte de um dos planos do Governo, disposto na Legislação Federal como dever do Estado, artigo 208, § 7º e Legislação Estadual artigo 179, § 9º.

Estas Leis não estão sendo cumpridas, e o Governo ainda raciona a quantidade de verba para compra e distribuição da merenda escolar.

1) É de conhecimento público que esta merenda escolar é complemento alimentar para as crianças em desenvolvimento, que pertencem a uma classe de baixo poder aquisitivo.

2) Também sabemos que em nosso País, muitas crianças freqüentam a escola para obter o direito de receber esta alimentação, pois constitui-se muitas vezes em sua única refeição diária.

3) Se essas crianças deixarem de receber a merenda escolar, as consequências serão graves, tanto em sua formação física, como educacional e social.

a) Deixarão de ir a escola para estudar, pois terão necessidade de ir em busca de alimento nas ruas.

b) Com fome não conseguirá permanecer em sala de aula e continuar os estudos, além de desnutrido, seu índice de cognição e sua capacidade de absorção serão comprometidos.

c) Acarretará um maior índice de crianças analfabetas com um futuro incerto, já que não terão condições de ir à escola."

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, nobres Pares.

Ao sair de minha Cidade, na manhã de hoje, tomei conhecimento que os Servidores da APPA paralizaram o Porto de Paranaguá.

Há no terminal uma greve. Ela é justa! Essa é a 2ª vez nesse Governo do PMDB.

O motivo é o mesmo. O motivo é salário. O motivo é a falta de respeito de Sua Excelência o Governador Roberto Requião; que não tem sabido dar a atenção que os portuários merecem.

Esse desrespeito, por incrível que possa parecer, levou toda a categoria de

Servidores Portuários à situação salarial insustentável.

Nunca o Portuário foi tão mal remunerado. Com exceções, é claro...

A grande maioria desses Servidores que tinha uma situação financeira tranqüila até pouco tempo atrás, hoje está sem dinheiro até para a alimentação. Não fosse o Sindicato da Categoria que mantém convênios de fornecimento a situação estaria negra...

Isso é um absurdo que ocorra na autarquia mais rica do Estado...

Absurdo porque o Governador esquece a Lei Federal nº 4.860/65, ainda em vigor que estabelece as relações entre funcionários e o concessionário...

Absurdo porque com essa atitude de menosprezo Sua Excelência, provoca revolta no seio da classe e em consequência o desestímulo...

Absurdo, porque esse desestímulo leva a queda de ritmo do trabalho, com perdas a imagem da autarquia, e em especial, perdas materiais aos agenciadores de navios. Absurdo, porque a greve do jeito como está posta vai levar inevitavelmente a enormes prejuízos à economia do Estado: o porto parado, a safra sem escoar, os navios ao largo, tudo isso é prejuízo. O Governador precisa estar atento, em nome do Paraná, para tudo isso...

Acho que o Brasil não se pode dar a esses desperdícios.

A hora é de trabalho, a hora é de responsabilidade, a hora é de compreensão...

É preciso que Sua Excelência o Governador Roberto Requião, converse sério com os portuários e não faça como da última vez, ameaçando-os e levando a polícia à Paranaguá e ao porto.

E que o superintendente da APPA ao invés de mandar uma gravação de uma proposta - que não foi considerada - faça uma nova, por escrito, se comprometendo a pagar o que resta do dissídio do ano passado e aceite a defasagem salarial ocorrida após aquela data.

Do jeito que está não pode continuar.

Hoje o portuário de Paranaguá como se não bastasse o descaso para o seu trabalho e sua importância no contexto Sócio Econômico do Estado, ainda assiste a mordomia de diretores que não residem em Paranaguá e que se deslocam, todos os dias, com viaturas e combustível do porto, até a capital...

Esse pronunciamento tem apenas o objetivo de apelar ao Governador: que ele pague, a quanto antes o que deve aos portuários e acabe logo com essa greve.

Não há porque negar, os cofres da autarquia estão abarrotados de dinheiro. Dinheiro acumulado em cima da negativa do Estado em pagar o que os seus servidores

têm direito.

Muito obrigado.

E vou mais além, há duas semanas atrás o eminente Deputado Trevisan leu uma resposta do Superintendente dos Portos de Paranaguá, dizendo que não havia problema no Porto. Três dias depois foi publicado num dos jornais da capital do Estado que existia roubo no Porto de Paranaguá. Foi amplamente divulgado: Sindicato das Agências de Navegadores do Estado do Paraná. Não bastasse isso, Srs. Deputados, a empresa Emílio Romani está saindo de Paranaguá porque não aguenta mais os custos operacionais que o Porto apresenta. Empresa instalada há mais de 30 anos no Município de Paranaguá. Não bastasse isso, o Diretor da Empresa Sadia que os Deputados do Sudoeste conhece muito bem, estão procurando uma outra alternativa, porque das 200 mil toneladas de frango que são importadas por Paranaguá 160 mil pertencem à Sadia e essa empresa está procurando alternativas em portos do Brasil e em portos do Uruguai porque não aguenta mais o descaso das autoridades com uma empresa que gera 7% de todo o ICM desse Estado do Paraná.

Agora, o que nós precisamos, realmente, é que se acabe a conversa fiada e que se realmente parta para o fato. Infelizmente o Governador Roberto Requião peca no problema do Porto de Paranaguá. Peca por quê? Porque não conhece o Porto, não conhece a administração portuária e outras denúncias virão, denúncias muito mais graves e não denúncias minhas, denúncias de funcionários, denúncias de pessoas que estão sendo lesadas no seu patrimônio e no seu direito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No momento de crise nacional, eu creio que esta Assembléia Legislativa como tem procedido em Sessões anteriores manifestando seu apoio à CPI, nós estamos apresentando a esta Casa na data de hoje, requerimento com a seguinte súmula:

(O requerimento já foi lido no Expediente, e tomou o nº 1345).

Nós acreditamos que desta forma estaremos mostrando à Nação o verdadeiro compromisso dos representantes do Congresso Nacional com a aflição que cobre todo o Brasil a respeito desta situação difícil, a respeito desta situação lamentável pela qual está passando o povo e a Nação brasileira.

Nós temos a certeza de que a votação aberta e nominal o eleitor terá condições de acompanhar os representantes que têm

compromisso com o povo e que não se esquivam amanhã em acertos através da coisa pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra à Liderança do PMDB.

(Declina).

Liderança do PSDB.

(Declina).

Liderança do PTB.

(Declina).

Liderança do PDT.

(Declina).

Liderança do PL.

Concedo a palavra ao Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Há na história da vida de cada um, episódios marcantes, significativos, razão de saudável orgulho, trazendo a confortável sensação de que agimos bem.

Reportamo-nos a 1968, no exercício de nosso segundo mandato como Prefeito Municipal de Arapongas. Desenvolvíamos esforços para implantar uma nova filosofia econômica, buscando deixar os limites estreitos do binômio agricultura e comércio. A industrialização foi nossa grande alternativa. O parque industrial de Arapongas, na época verdadeira ousadia - para muitos um sonho de visionários - é hoje realidade indesmentível, inclusive situando nosso município nas agendas do comércio exterior, além de assegurar-lhe posição de destaque no cenário nacional.

Mais do que tudo, porém, interessa-nos a geração de empregos, aos milhares, que se credita à idéia, à iniciativa, ao planejamento e execução de um programa para trazer indústrias.

Trouxemos para Arapongas a Nortox.

Foi implantada no Distrito de Arican-duva, ancorada na extraordinária capacidade de trabalho de Osmar Amaral, seu presidente, e no apoio irrestrito de uma Arapongas que se atrevia a buscar um futuro novo na economia, que sonhava evoluir, que ousava fazer parceria com industriais audaciosos, assegurando o desenvolvimento da comunidade e o bem comum.

A revista Exame, da Editora Abril, elegeu a Nortox Agroquímica S/A, a melhor empresa do ano, no setor de fertilizantes e defensivos agrícolas. Permitam-nos o pecado da vaidade e do bairrismo: é de Arapongas a melhor empresa do ano, em todo o Brasil, no setor de fertilizantes e defensivos agrícolas.

Vale repetir o destaque da imprensa: a revista Exame, principal publicação na área de economia do País, escolhe anual-

mente as 500 maiores e melhores empresas, definindo entre estas a melhor em seu ramo de atividade.

Considerados os itens rentabilidade, liquidez, crescimento, produtividade e capitalização, a Nortox foi eleita a melhor.

Empresa genuinamente paranaense, de capital nacional, investindo na tecnologia, a Nortox participa efetivamente do aumento da produtividade agrícola. Está presente, em consequência, nas feiras nos supermercados, em nossa exportação.

São sessenta mil metros quadrados, às margens da BR-369, no município de Arapongas, onde coexistem a busca de soluções para o homem do campo e a preservação do meio ambiente. A Nortox persegue a resolução de problemas de produtividade agrícola sem criar outros, centrando seu objetivo na melhoria da qualidade de vida. Digna de registro é a estação de tratamento biológico de águas industriais, mais de dez mil metros quadrados de altíssima tecnologia, em favor da natureza e do ser humano.

Em resumo, visão empresarial, equipamentos modernos, métodos avançados de produção, talento dos técnicos e consciência ecológica constituem as armas utilizadas pela Nortox na luta pelo seu próprio crescimento e pelo bem da comunidade; o sucesso, resultado da filosofia implantada pelos seus dirigentes, objetivando a solidificação de uma empresa moderna econômica e socialmente, e o reconhecimento, através da premiação conferida por destacada e renomada publicação nacional, são frutos da seriedade do empresário e de sua inesgotável capacidade de trabalho.

Encerrando, a frase de Osmar Amaral, presidente da Nortox, bem define a forma de administrar sua empresa: "Daqui para frente, só vai sobreviver quem atender às necessidades do produtor agrícola".

Pela competência de Amaral, por seus filhos que constituem a grande equipe executiva, por seus trabalhadores que a fazem crescer, a Nortox é a razão de orgulho para o Paraná, e muito particularmente, para Arapongas".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário do PT, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada, o Congresso Nacional e toda a sociedade brasileira tomaram conhecimento do Relatório Final da CPI, relatório este votado e aprovado na Comissão e que após a análise de entidades da sociedade civil, será apresentado hoje no Congresso Nacional, pela ABI e pela OAB o pedido de "impeachment" do Sr. Presidente da República.

O relatório incriminou o Presidente, mostrando a ligação dele com o crime organizado, com a falcatura e com a corrupção a nível federal. Alguns Deputados da Comissão tiveram a coragem de votar contra o relatório final, alegando irregularidades na coleta das provas, mas nenhum deles mostrou à Nação brasileira que tais provas não existiam! Nenhum deles questionou a existência de fantasmas e dos cheques fantasmas! Nenhum deles mostrou contrário de que PC Farias pagou a reforma da Casa da Dinda, a reforma do apartamento, pagou as compras e o pagamento dos funcionários do Presidente. Nenhum dos Deputados, apesar de questionar o relatório, conseguiu provar à Nação que o carro não tinha sido comprado por dinheiro que veio de causas escusas, ou que veio do crime.

O Presidente da República, tentou no domingo, negar todos os fatos e explicar à Nação. Ao contrário de qualquer estadista, jamais se baixaria ao nível de querer explicar ao povo que o carro que ele comprou foi comprado porque ele bateu numa Kombi e precisava agir assim. Se Collor fosse estadista, a sua assessoria explicaria e convenceria a população; como ele não é estadista, não é honesto e não tem moral, não consegue explicar a mais ninguém. E após dezessete horas de gravação, como anunciou à imprensa, ele tentou justificar o injustificado.

O que tem que fazer o Presidente Collor após ser desmoralizado pelo relatório da CPI, que mostra claramente que ele está envolvido com o mundo do crime e com o mundo da corrupção? O que ele tem que fazer é mais do que pedir desculpas; é renunciar. Não adianta simplesmente querer ficar teimando em manter-se no cargo, quando o País está ingovernável, justamente por causa dele.

Também dias desses atrás, essa Assembléia Legislativa pediu para que tivesse isenção total os Srs. Deputados da Comissão ao analisar o relatório final da CPI. Nós achamos que os Deputados assim agiram, agiram com honestidade, ninguém refutou nenhum dos crimes indicados, ninguém questionou os crimes, apesar de questionar a maneira que foi obtido, é o momento dessa Assembléia Legislativa novamente se manifestar; não só se manifestar pelo voto em aberto, como defendeu o Deputado Paulo Maia, mas essa Assembléia deve se manifestar favorável ao "impeachment" do Presidente da República.

Tudo que foi mostrado no relatório deixou claro como agiu o Presidente. E essa clareza ninguém está questionando, os próprios Ministros do Senhor Presidente têm pedido a ele que renuncie, que negocie a sua saída; os próprios Partidos de sustentação hoje já não estão com questão fe-

chada, e muitos desses Deputados já estão dizendo-se favorável ao "impeachment".

Então, nós solicitamos aos Senhores Deputados, todos nós, vamos acionar um relatório em conjunto, um requerimento em conjunto solicitando aos Deputados Federais e aos Senadores da República, que atendam os anseios da população que foi à rua, votando favorável ao "impeachment" do Presidente da República, e o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL com a palavra.
(Declina).
PRN com a palavra.
(Declina).
PST com a palavra.
(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 449/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando dispensa da Sessão Plenária do dia 01 do corrente mês, em função de compromissos assumidos no Município de Cianorte. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente, solicitando licença pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, para tratar de assuntos particulares, em especial de sua campanha à Prefeitura Municipal de Curitiba. Aprovado.

Tal pedido está amparado no artigo 65 do Regimento Interno.

Os Senhores Deputados que aprovam a licença do Deputado Rafael Greca conservem-se como estão.

Aprovada.

Não será convocado o suplente.

Passaremos à apreciação da matéria

Curitiba, terça, em 01.09.92

constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, que cria a Identidade Estudantil. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 53, de 06.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 110/92

PARECER:

Trata-se de proposição de autoria do ilustre Deputado Eurides Moura, que autoriza o Poder Executivo a criar a "Identidade Estudantil", aos alunos da rede pública tão logo matriculem-se no 1º ano do 1º grau.

Conforme se vê do art. 3º do Projeto de Lei em questão, é prevista a gratuidade na expedição da "Identidade" razão porque se harmoniza com a Lei nº 7.962/84, de 21.11.84, em vigor.

Além do mais, por se tratar de medida autorizatória, não há violação da Lei nº 7.819, que resguarda a necessidade de convênio entre a SEED e a UPES.

Temos que, por isso, sob o aspecto constitucional, legal e de técnica legislativa, o presente Projeto não fere qualquer dispositivo razão porque manifestamos nosso parecer favorável à apreciação do mesmo em Plenário.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 110/92

PARECER:

O Projeto de Lei nº 110/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, prevê a criação da identidade estudantil, sem prejuízo da competência firmada à entidade representativa da categoria estudantil.

Sob os estritos aspectos de competência desta Comissão de Finanças, não existem óbices à normal tramitação do referido Projeto e sua apreciação pelo Plenário desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI Nº 110/92

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria

do ilustre Deputado Eurides Moura, autoriza o Poder Executivo a criar a Identidade Estudantil aos alunos da rede pública tão logo matriculem-se no 1º ano do 1º grau.

Devidamente analisado, e tendo em vista o interesse social do presente, esta Comissão nada encontrou que possa obstar o prosseguimento do feito.

Face ao exposto opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese e outros, que garante direitos adquiridos pelos Funcionários Estaduais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. (Publ. no D.A. nº 85, de 11.06.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 174/92

P A R E C E R:

A proposta visa garantir aos funcionários públicos estaduais, os direitos já adquiridos e constantes da Lei Estadual de nº 6.174, de 16.11.70.

Não contém nenhum dispositivo inconstitucional e opinamos favoravelmente à sua aprovação, devendo merecer seqüência regimental, até a apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 174/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 174/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese e outros, garante os direitos adquiridos pelos funcionários públicos estaduais.

Sob os estritos aspectos da competência desta Comissão de Finanças, não existem óbices à normal tramitação e apreciação da matéria pelo Plenário desta Assembléia Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

PAULO MAIA - Relator

Em votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Assentimento.

Nós, da Bancada do PT, entendemos que o projeto do nobre Deputado Lourenço Fregonese e outros, que garante direitos dos funcionários que ocupam cargos de confian-

ça por mais dois anos, garante o direito deles estabelecido na lei que diz respeito ao Estatuto do Servidor Público, é inconstitucional.

Além de entendermos isso, entendemos que tal projeto e, nada mais nada menos, um "trem da alegria" onde vai incorporar muitos servidores que não têm concurso público, que não prestaram concurso público.

Por esta razão a gente solicita a atenção dos Senhores Deputados na aprovação. A Constituição Federal reza que o regime estatutário deve ser exercido por funcionários investidos num cargo público através de concurso.

O tal projeto abre espaço para que ocupam cargo de confiança por mais de dois anos, passem a gozar dos direitos do Estatuto. Isto é ilegal e na avaliação nossa é imoral.

Portanto, a Bancada do PT vota contra e solicita a atenção dos demais Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão.

Aprovado, com os votos contrários da Bancada do PT.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 61/92, que aprova crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL. Cr\$ 58.000.000.000,00 (cinquenta e oito bilhões de cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.

PROJETO DE LEI Nº 224/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 58.000.000.000,00 (cinquenta e oito bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações conforme Anexo II.

Art. 3º - Em decorrência do disposto no art. 2º desta lei ficam alterados os orçamentos próprios do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER e da

Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR e a Programação Orçamentária Global da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, aprovados pela Lei nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme

anexo III.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.92.

(a) PODER EXECUTIVO

| SUPLEMENTAÇÃO | | ANEXO I | | FL 01 | |
|---------------|---|---------------------|-----------|--------------|---------------------|
| | | | | CRS 1.000,00 | |
| CODIGO | ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA DA DESPESA | IL IFTIRI | VALOR | IN DO I PROCI COP I |
| 1700 | ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPL | I | I I I | | I I |
| 1701 | PROGRAMAÇÕES ESPECIAIS, REGIONAIS E MULTISSETORIAIS | I | I I I | | I I |
| 1029 | IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA PARANÁ OESTE - FERROESTE | I | I I I | 58.000.000 | I 0316 I |
| TOTAL | | | | 58.000.000 | I |

| CANCELAMENTO | | ANEXO II | | FL 01 | |
|--------------|---|---------------------|-----------|--------------|---------------------|
| | | | | CRS 1.000,00 | |
| CODIGO | ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA DA DESPESA | IL IFTIRI | VALOR | IN DO I PROCI COP I |
| 0900 | CHEFIA DO PODER EXECUTIVO | I | I I I | | I I |
| 0902 | GABINETE DO SECRETÁRIO - CASA CIVIL - ENTIDADES VINCULADAS | I | I I I | | I I |
| 1005 | INVESTIMENTO PARA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COPEL | I | I I I | 18.000.000 | I 0316 I |
| 1100 | SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO | I | I I I | | I I |
| 1102 | GABINETE DO SECRETÁRIO - ENTIDADES VINCULADAS | I | I I I | | I I |
| 2509 | PROGRAMAÇÃO A CARGO DO TECPAR | I | I I I | 4.000.000 | I 0316 I |

| | | | | | | | |
|----------------|--|---------------|--|--------|--|--------------|--|
| I CANCELAMENTO | | A N E X O I I | | FL. 02 | | CRS 1.000,00 | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | I | | I | | I | |
| I | | | | | | | |

| I CANCELAMENTO | | A N E X O I I I | | FL. 03 | | CRS 1.000,00 | |
|----------------|---|----------------------|-----------|--------|----------|--------------|--------|
| ICODIGO | ESPECIFICACAO | INATUREZA DA DESPESA | ILITIDIRI | VALOR | IN. DO I | IPROCI | ICOP I |
| 1000 | ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS | I | I I I | | I | I | |
| 1049 | ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - I | I | I I I | | I | I | |
| 2830 | ICOPERACAO ADMINISTRATIVA E I | I | I I I | | I | I | |
| 1200 | ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA I | I | I I I | | I | I | |
| 1253 | IE DO COMERCIO - ENTIDADES I | I | I I I | | I | I | |
| 2890 | IVINCULADAS I | I | I I I | | I | I | |
| 1253 | IINSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA I | I | I I I | | I | I | |
| 2890 | I- TECPAR I | I | I I I | | I | I | |
| 4200 | IPESQUISAS TECNOLOGICAS, SERVICOS I | I | I I I | | I | I | |
| 1804 | IE CONTROLES DA QUALID. EM I | I | I I I | | I | I | |
| 1805 | IFPRODUTOS QUIMICOS, BIOLOGICOS E I | I | I I I | | I | I | |
| 4400 | IINDUSTRIAS I | I | I I I | | I | I | |
| 4200 | ISECRETARIA DE ESTADO DO I | I | I I I | | I | I | |
| 4289 | IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO I | I | I I I | | I | I | |
| 1804 | IMEIO-AMBIENTE - ENTIDADES I | I | I I I | | I | I | |
| 1805 | IVINCULADAS I | I | I I I | | I | I | |
| 4400 | I | I | I I I | | I | I | |
| 4490 | ICOMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA I | I | I I I | | I | I | |
| 1024 | I- SANEPAR I | I | I I I | | I | I | |
| 1024 | I OBRAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA I | I | I I I | | I | I | |
| 1024 | I OBRAS DE ESGOTOS SANITARIOS I | I | I I I | | I | I | |
| 4400 | I | I | I I I | | I | I | |
| 4490 | ISECRETARIA DE ESTADO DOS I | I | I I I | | I | I | |
| 1024 | ITRANSPORTES - ENTIDADES I | I | I I I | | I | I | |
| 1024 | IVINCULADAS I | I | I I I | | I | I | |
| 1024 | I | I | I I I | | I | I | |
| 1024 | IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE I | I | I I I | | I | I | |
| 1024 | I RODAGEM - DER I | I | I I I | | I | I | |
| 1024 | I MELHORIAS NA REDE RODOVIARIA I | I | I I I | | I | I | |
| 1024 | I ESTADUAL - BID IV I | I | I I I | | I | I | |

| I CANCELAMENTO | | A N E X O | | I I I | | FL. 04 | I |
|----------------|-----------------------------------|-----------|---------|--------|------------|--------------|---|
| I | | | | | | CRS 1.000,00 | I |
| I | | | | | | | |
| I | I | INATUREZA | | ILI | IN. DOI | | |
| ICODI60I | ESPECIFICACAO | I | DA | IFTIDI | VALOR | IPROCI | |
| I | I | IDESPESA | I | IRI | | ICOP | I |
| I | I | I | I | I | | I | I |
| I 4800 | ISECRETARIO ESPECIAL DO ESPORTE E | I | I | I | | I | I |
| I | ITURISMO - ENTIDADES VINCULADAS | I | I | I | | I | I |
| I | I | I | I | I | | I | I |
| I 4898 | IFUNDACAO DE ESPORTE E TURISMO - | I | I | I | | I | I |
| I | IFESTUR | I | I | I | | I | I |
| I 1006 | ICONSTRUCAO E EQUIPAMENTO DO | I | I | I | | I | I |
| I | ICENTRO DE EXCELENCIA EM CURITIBA | I | 4110.00 | I00ILI | 900.000 | I0316J | |
| I | I | I | 4120.00 | I00ILI | 100.000 | I0316J | |
| I 2748 | IPROMOCAO E DESENVOLVIMENTO DO | I | I | I | | I | |
| I | ITURISMO NO PARANA | I | 4262.00 | I00ILI | 1.000.000 | I0316J | |
| | | T O T A L | | I | 37.000.000 | I | |

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Em votação.

PROJETO DE LEI N° 224/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, aprova crédito suplementar de Cr\$ 58.000.000.000,00, alterando o vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a tramitação normal por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.08.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 224/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem n° 61/92, o presente plano de lei objetiva aprovar crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, no valor de Cr\$ 58.000.000.000,00 (cinquenta e oito bilhões de cruzeiros).

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional e regimental, recebendo da mesma, parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar conforme lhe preceitua o § 3° do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 24.08.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
RENATO ADUR - Relator

O SR. PAULO MAIA - (Para Encaminhar)
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do PDT votará contrariamente a este projeto.

Vejamos o que diz o anexo I do presente Projeto de Lei n° 224/92.

Então, nós estamos vendo com preocupação, porque se está cancelando para a construção da Ferroeste que de fato é uma realidade e o Paraná será beneficiado, mas não podemos concordar em hipótese alguma com a retirada de dinheiro da educação de 1° e 2° graus, da saúde pública e da implementação da energia elétrica.

Então, vejamos bem o que diz o Anexo II. Primeiramente a suplementação no Anexo I: administração geral do Estado, recursos sob supervisão da Secretaria do Planejamento, programações especiais regionais e multisetoriais e implantação da Ferrovia Paraná-Oeste, Ferroeste, no valor de cinquenta e oito bilhões.

O cancelamento, conforme as especificações do Anexo II: distribuição de energia elétrica, a COPEL, programação a cargo do TECPAR. Isso nós estamos citando algumas e ao nosso ver é muito preocupante - investimentos para o ensino de 1° e 2° graus - isso através de verba do BID.

Nós estamos vendo SANEPAR para o sistema de água e esgoto. Estamos vendo o programa do BID quatro, que é o programa das nossas rodovias estaduais e o desenvolvimento do esporte e do turismo no Paraná através da TESTUR, e mais adiante, no Anexo III, mais uma vez cita, gerenciamento administrativo e operacional da COPEL, Instituto de Tecnologia TECPAR, Companhia de Saneamento do Paraná SANEPAR, e volto a frisar, água e esgoto.

Então, achamos que não podemos deixar

de dar prioridade a essas questões que são essenciais para a sociedade como um todo, o programa da água e esgoto, o problema da educação, isso é algo fundamental, e nós sabemos que a educação tem pago um alto preço. Temos assistido a cada instante nas campanhas políticas para as prefeituras municipais, a cobrança que se faz dos esgotos a céu aberto, e nesse momento se pretende tirar verbas dessas obras que são essenciais para o Paraná e sua população, para investi-las na FERROESTE.

A Bancada do PDT votará contrária a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Aprovado.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, registro o voto contrário da Bancada do PT pelos mesmos motivos já colocados pelo Deputado Paulo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 211/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 57/92, que fica acrescentado ao Art. 23 da Lei n° 8933, de 26 de janeiro de 1989, o inciso IV com a seguinte redação: "IV - Grupo D: alíquota de 7% (sete por cento) para 1 - tijolo, telha, tubo e manilha que, na sua fabricação, tenha sido utilizado como matéria-prima, argila ou barro. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. (Publ. no D.A. n° 111, de 11.08.92, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 211/92

P A R E C E R:

Tenho a honra de receber da douta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de Parecer, o iluminado Projeto de Lei n° 211/92, Mensagem n° 57/92, oriunda do Poder Executivo Estadual, o qual objetiva acrescentar ao Art. 23, da Lei n° 8933, de 26 de janeiro de 1989, um inciso IV, instituindo o Grupo "D", com alíquota inteira de 7% (sete por cento) para cobrança do "imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e de comunicação - ICMS", incidente sobre tijolos, telhas, tubos e manilhas que, na sua fabricação, tenha sido utilizado como matéria-prima argila ou barro.

Do ponto de vista sócio-econômico, este importante projeto de lei contribuirá de forma fundamental às economias combalidas das pequenas e médias empresas do ramo

cerâmico, notadamente elevando-se os níveis de empregos no Estado do Paraná, com o conseqüente aquecimento da nossa economia.

É importante que se destaque, face a iniciativa do Governo do Estado em propor esse arrojado projeto de lei, a sua profunda sensibilidade com as questões de ordem econômica do Paraná.

Do ponto de vista legal, não há impedimentos quanto a sua normal tramitação nesta Casa. Neste sentido, o meu parecer é favorável pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 18.08.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 211/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem n° 57/92, o presente plano de lei objetiva acrescentar ao art. 23 da Lei n° 8933, de 26 de janeiro de 1989, o inciso IV, com a seguinte redação: "IV - Grupo D: alíquota de 7% (sete por cento) para 1 - tijolo, telha, tubo e manilha que, na sua fabricação, tenha sido utilizado como matéria-prima, argila ou barro."

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional e regimental, recebendo parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar conforme lhe preceitua o § 3° do art. 33 do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.92.

(aa) LOUREÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 211/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem n° 57/92, do Poder Executivo, visa acrescentar ao art. 23 da Lei n° 8933, de 26 de janeiro de 1989, o inciso IV, com a seguinte redação: "IV - Grupo D: alíquota de 7% (sete por cento) para 1 - tijolo, telha, tubo e manilha que, na sua fabricação, tenha sido utilizado como matéria-prima, argila ou barro."

A iniciativa atende aos dispositivos legais, constitucionais e regimentais.

Posto isto, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.92.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente, solicitando que seja juntado ao processo concernente à Proposição n° 66/92, veto aposto ao Projeto de Lei n° 465/92, ainda não votado em Plenário, sendo que as duas proposições tratam de matéria única, e que pela sua similitude, devem ser transformadas numa só.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu peço escusas, mas não pude ouvir o que Vossa Excelência anunciou ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É a anexação do veto aposto ao projeto no mesmo sentido à Mensagem que o Governador encaminhou a esta Casa.

A Mesa não vê inconveniente nenhum na anexação, porque o veto não vai interromper a votação, por isso mesmo colocou em votação o requerimento do Deputado Dalton Machuca que deu um pequeno estilo, porque o projeto originário realmente era de autoria do Deputado Dalton Machuca.

Mais alguma explicação?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Se não existir nenhum impedimento regimental e que isso venha acarretar prejuízo na tramitação da mensagem do Governo, não vemos porque discordar.

Não vejo necessidade de fazermos essa anexação, até porque entendemos que o devido prestigamento ao Deputado Dalton Machuca está sendo conferido a partir do momento em que o Governo entendeu a importância da matéria e enviou aqui uma mensagem.

Em outras ocasiões, já mantivemos veto do Governador acerca de determinado assunto e em seguida aprovamos mensagem do Governo relativa ao mesmo assunto.

Se não houver nenhum empecilho de ordem regimental que venha a prejudicar a tramitação desse projeto que nós entendemos da maior relevância para o Estado do Paraná é evidente que seremos a favor da anexação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A relevância será histórica, quando se examinar a tramitação dessa mensagem ver-se-á que havia um projeto anterior vetado. Dois.

Os Srs. Deputados que aprovam a anexação, conservem-se como estão.

Aprovado.

Em votação o projeto.

Aprovado.

Sobre a mesa, Requerimento n° 1358 de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1345, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1352, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1346, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1347, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Lygia Pupatto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

É de conhecimento de Vossas Excelências que acerca de há quase um mês os estudantes da Universidade Católica ocuparam a Reitoria procurando a negociação dos valores das mensalidades a serem pagas. Esta Casa de Leis aprovou um Requerimento pedindo ao Senhor Reitor que negociasse. Sabemos que o impasse está criado. Não ocorre a negociação.

E ontem alguns estudantes iniciaram uma greve de fome. O que nós estamos solicitando é uma coisa muito simples; é a formação de uma Comissão de quatro Deputados para procurar o Senhor Reitor, e os estudantes para intermediar esta negociação. Então, nós solicitamos a aprovação deste Requerimento e a formação desta Comissão ainda hoje.

Era este o encaminhamento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento conservem-se como estão.

Aprovado.

Será constituída por quatro Senhores Deputados de acordo com o Requerimento.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Em face da urgência porque ninguém cede para negociar, eu proporia a Vossa Excelência, constituir a Comissão hoje que amanhã pudessem já procurar o Senhor Reitor e os estudantes e como propositores da proposta, nós da Bancada do PT e como Líder da Bancada, gostaríamos de sugerir a companhia Lygia Pupatto representando o PT nessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem a preferência para a

indicação.

Cede o seu lugar para a Deputada Lygia Pupatto?

Deputada Lygia Pupatto, Nilton Barbosa, Cleiton Kielse e Deputado Herwig para constituírem a comissão que tentará negociar a greve da Universidade Católica.

Requerimento n° 1361, de autoria dos Senhores Deputados Geraldo Cartário, Dirceu Manfrinato, Edson Silva Lino e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1351, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1353, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, o que é do Paulo Cordeiro, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Voto de aplausos.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agora, "a Inês é morta".
Só para justificar o voto.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Então, o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores a essa aprovação dessa moção de apoio à conduta do Paulo Cordeiro, que é o PC da TELEPAR.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de agradecer a Vossa Excelência por ter me incluído na Comissão que irá conversar com o Reitor da PUC, mas eu gostaria - se Vossa Excelência puder - me substituir, porque no período da tarde nós iremos até o Tribunal Regional Eleitoral para vermos mais uma Sessão daquele.... (ininteligível) porque nós que enalteçemos o trabalho dos Desembargadores com relação à emanci-

pação do Distrito de Perobal e de Quarto Centenário, para nossa tristeza parece que foi tudo abaixo.

Nós iremos acompanhar e conversar com o Presidente do TRE para ver se conseguimos sensibilizá-lo para que permaneçam as eleições de 3 de outubro nos municípios novos de Perobal e Quarto Centenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Designo o Deputado Toti Colaço para substituí-lo.

Requerimento n° 1354, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria achase publicada no final desta ata).

Requerimento n° 1344, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1355, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1357, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1360, de autoria dos Srs. Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Lygia Pupatto, com apoio dos Srs. Deputados Cleiton Kielse, Severino Felix, Nilton Barbosa e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 110, 174, 211 e 224/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 215/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI, EM 01 DE SETEMBRO DE 1992.

Relatório Final da C.P.I. do Caso P.C.

Leitura à Nação

Da esq. para a dir.: Maurício Correia, Mauro Benevides, Benito Gama, Ibsen Pinheiro e Amir Lando

| | | | | |
|---|---|--|-------------|---|
| Humberto Lucena Eduardo Suplicy | PMDB PT | 10) Sigmaringa Seixas 11) Sérgio Brito | PSDB PDC | Ex-motorista do Palácio do Planalto 19ª Reunião - Dia 01.07.92 Discussão de requerimentos e assuntos de interesse da comissão 20ª Reunião - Dia 07.07.92 Depoente: Sr. ZELIA MARIA CARDOSO DE MELLO Ex-ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento 21ª Reunião - Dia 08.07.92 Reunião secreta 22ª Reunião - Dia 09.07.92 Discussão de requerimentos e assuntos de interesse da comissão 23ª Reunião - Dia 13.07.92 Depoente: Sr. MARTA VASCONCELOS SOARES Secretária da Brasil-Jet Taxi Aéreo 24ª Reunião - Dia 14.07.92 Depoente: Sr. ANA MARIA ACIOLI GOMES DE MELLO Secretária particular do Presidente da República 25ª Reunião - Dia 15.07.92 Depoente: Sr. ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA Governador do Estado do Paraná 26ª Reunião - Dia 16.07.92 Depoente: Sr. ROSINETE SILVA DE CARVALHO MELANIAS Secretária da Brasil-Jet Taxi Aéreo 27ª Reunião - Dia 23.07.92 Reunião de trabalhos 28ª Reunião - Dias 27.07.92 e 30.07.92 Depoente: Sr. CLAUDIO FRANCISCO VIEIRA Advogado, procurador do Estado de Alagoas 29ª Reunião - Dia 29.07.92 Depoente: Sr. SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA Ex-deputado federal 30ª Reunião - Dia 31.07.92 Depoente: Sr. SANDRA FERNANDES DE OLIVEIRA Secretária da ASD Empreendimentos e Participações Ltda. 31ª Reunião - Dia 31.07.92 Depoente: Sr. VALDO HALLACK SARQUIS Advogado da ASD Empreendimentos e Participações Ltda. 32ª Reunião - Dia 04.08.92 Depoente: Sr. FLAVIO CORRÊA RABELO Diretor da TRATEX Construtora 33ª Reunião - Dia 04.08.92 Depoente: Sr. RENATO JORGE SARTI Diretor-financeiro da CETENCO Engenharia 34ª Reunião - Dia 07.08.92 Depoente: Sr. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES Diretor-presidente do Grupo VOTORANTIN 35ª Reunião - Dia 11.08.92 Reunião de trabalhos, discussão, votação e aprovação das atas Documentos anexos: Vol. Doc.º Data Descrição sumária I 01 26.8.92 Documentos encaminhados pelo Sr. Pedro Collor, ao depor, em 3.8.92. I 02 26.8.92 Declarações de renda do Sr. P.C. Farias (87-91) encaminhados pela Receita Federal. |
| Fernando Henrique Cardoso Eduardo Jorge Eden Pedroso José Serra Maurício Correia José Paulo Bisol José Dirceu Luiz Carlos Hauly | PMDB PSDB PT PDT PSDB PDT PSB PT | CALENDÁRIO: 27.05.92 - Leitura. 01.06.92 - Instalada a Comissão 26.08.92 - Término do prazo. Relação das reuniões realizadas 1ª Reunião - Dia 01.06.92 Instalação Eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator. 2ª Reunião - Dia 02.06.92 Discussão e coleta de sugestões para o roteiro dos trabalhos 3ª Reunião - Dia 03.06.92 Avaliação do roteiro dos trabalhos 4ª Reunião - Dia 03.06.92 Reunião secreta 5ª Reunião - Dia 04.06.92 Depoente: Sr. PEDRO AFFONSO COLLOR DE MELLO Jornalista 6ª Reunião - Dia 09.06.92 Depoente: Sr. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS Empresário 7ª Reunião - Dia 09.06.92 Deliberação sobre a pauta de trabalhos da comissão 8ª Reunião - Dia 10.06.92 Depoente: Sr. CLAUDIO FRANCISCO VIEIRA Advogado, procurador do Estado de Alagoas 9ª Reunião - Dia 11.06.92 Discussão de requerimentos e assuntos de interesse da comissão 10ª Reunião - Dia 16.06.92 Depoente: Sr. TAKESHI IMAI Engenheiro Mecânico da Hatsuta Industria S.A. 11ª Reunião - Dia 17.06.92 Depoente: Sr. JOSÉ MARIA DA FONSECA Empresário na área de comércio exterior 12ª Reunião - Dia 17.06.92 Depoente: Sr. LUIS ROMERO CAVALCANTE FARIAS Médico, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde 13ª Reunião - Dia 23.06.92 Depoente: Sr. JORGE WALDÉRIO TENÓRIO BANDEIRA DE MELLO Empresário da Brasil-Jet Taxi Aéreo e Mundial Aerotaxi 14ª Reunião - Dia 24.06.92 Reunião de trabalhos 15ª Reunião - Dia 25.06.92 Depoente: Sr. JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS Advogado, ex-deputado federal 16ª Reunião - Dia 29.06.92 Depoente: Sr. LUIS OCTAVIO DA MOTTA VEIGA Advogado, ex-presidente da Petrobras 17ª Reunião - Dia 30.06.92 Depoente: Sr. MARCO ANTÔNIO DE SALVO COIMBRA Diplomata, secretário-geral da Presidência da República 18ª Reunião - Dia 01.07.92 Depoente: Sr. FRANCISCO ERIBERTO FREIRE DE FRANCA | | |
| Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 52/92-CN, de 1992, destinada a apurar "atos contidos nas denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello referentes às atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias, capazes de configurar ilicitude penal". | | | | |
| COMPOSIÇÃO PRESIDENTE: Deputado BENITO GAMA VICE-PRESIDENTE: Senador MAURÍCIO CORRÊA RELATOR: Senador AMIR LANDO | | | | |
| Titulares | | | | |
| Senadores: | | | | |
| 01) Pedro Simon 02) Antônio Mariz 03) Amir Lando 04) Iram Saraiva 05) Odacir Soares 06) Raimundo Lira 07) Mário Covas 08) Valmir Campelo 09) Maurício Corrêa 10) Ney Maranhão 11) José Paulo Bisol | PMDB PMDB PMDB PMDB PFL PFL PSDB PTB PDT PRN PSB | | | |
| Deputados: | | | | |
| 01) Odacir Klein 02) Marcelo Barbieri 03) Benito Gama 04) José Múcio Monteiro 05) José Carlos Vasconcelos 06) Roberto Jefferson 07) Miro Teixeira 08) José Dirceu 09) Aécio Borba 10) Antônio Carlos Thame 11) Jontival Lucas | PMDB PMDB BLOCO BLOCO BLOCO PTR PDT PT PDS PSDB PDC | | | |
| Suplentes | | | | |
| Senadores: | | | | |
| 01) Flaviano Melo 02) Cid Sábóia De Carvalho 03) Wilson Martins 04) Eduardo Suplicy 05) Elcio Alvares 06) Dario Pereira 07) Jutahy Magalhães 08) Jonas Pinheiro 09) Nelson Wedekin 10) Saldanha Derzi 11) Esperidião Amin | PMDB PMDB PMDB PT PFL PFL PSDB PTB PDT PRN PDS | | | |
| Deputados: | | | | |
| 01) Felipe Nery 02) João Natal 03) Humberto Souto 04) Ibsen Ferreira 05) Eládio Curvo 06) Nelson Marquês 07) Wilson Müller 08) Jamil Haddad 09) Carlos Azambuja | PMDB PMDB BLOCO BLOCO BLOCO PTB PDT PSB PDS | | | |

SUMÁRIO

- Apresentação e agradecimentos
- Requerimento nº 52, de 1992
- Composição da CPI
- Relação das reuniões realizadas
- Documentos autuados
- Introdução

1. Abertura
2. Esclarecimento preliminar
3. Natureza da função legislativa em matéria de CPI
- 3.1 O objeto de investigação da CPI
- 3.2 Publicidade e sigilo bancário
- 3.3 Considerações finais sobre o trabalho desta CPI

4. Metodologia do Relator

Capítulo I: Síntese dos Depoimentos

- Sr. Pedro Collor de Mello
Sr. Paulo César Cavalcante Farias
Sr. Cláudio Francisco Vieira
Sr. Takeshi Imai
Sr. José Maria da Fonseca
Sr. Luis Romero Cavalcante Farias
Sr. Jorge Waldério Tenório Bandeira de Mello
Sr. José Renan Vasconcelos Calheiros
Sr. Luiz Octávio da Motta Veiga
Sr. Marcos Antonio de Salvo Coimbra
Sr. Francisco Eriberto Freire França
Sra. Zélia Maria Cardoso de Mello
Sra. Marta Vasconcelos Soares
Sra. Ana Maria Acioli Gomes de Melo
Sra. Roberto Requião de Mello e Silva
Sra. Rosinete de Carvalho Melanias
Sr. Cláudio Francisco Vieira (2)
Sr. Antonio Carlos Alves dos Santos
Sr. Sebastião Curilo Rodrigues de Moura
Sr. Cláudio Francisco Vieira (3)
Sra. Sandra Fernandes de Oliveira
Sr. Valdo Hallack Sargus
Sr. Flávio Corrêa Rebelo
Sr. Renato Jorge Sarti
Sr. Antonio Ermirio de Moraes

Capítulo II: CEME: um estudo de caso do "esquema PC"

Capítulo III: As atividades da Empresa de Participação e Construções - EPC, e o denunciado "esquema PC"

Capítulo IV: A empresa Brasil-Jet e o denunciado "esquema PC"

Capítulo V: Aspectos tributários do "esquema PC"

Capítulo VI: Perfil de P. C. Farias

Capítulo VII: Operações externas de P. C. Farias

Capítulo VIII: A movimentação de recursos financeiros pelo "esquema PC" - P. C. Farias, seus operadores e destinatários

1. O "esquema PC"
- 1.1 Primeira fase: a campanha presidencial
- 1.2 Segunda fase: o início do Governo
- 1.2.1 Plano Collor - o conhecimento prévio
- 1.2.2 Os pagamentos das empresas do Sr. P. C. Farias para a família Collor de Mello

1.3 Pagamentos da EPC para assessores governamentais e campanhas políticas

1.3 Terceira fase: o surgimento das contas com titularidade falsa

1.3.1 As relações entre as empresas de PC e as "contas fantasmas"

1.3.2 O Sr. P. C. Farias e as "contas fantasmas"

1.3.3 O perfil e a identificação dos fantasmas

1.3.4 A origem dos recursos do "esquema PC" e das contas "fantasmas"

1.3.5 O papel dos "fantasmas" nos gastos pessoais do Presidente Collor e de sua família

1.3.6 A identificação dos depósitos na conta de Ana Acioli: novamente as "contas fantasmas"

1.3.7 Os "fantasmas" e a Brasil-Jet Garden

1.3.8 O novo "esquema": os "fantasmas" depois da CPI

1.3.9 O relacionamento financeiro VASP/P. C. Farias

1.3.10 O relacionamento financeiro Rádio e Televisão OM Ltda/P. C. Farias

1.3.11 O relacionamento financeiro Paulo Octávio/contas "fantasmas"

1.3.12 O "esquema PC" e as campanhas políticas

1.3.13 A Gráfica e Editora Tribuna de Alagoas

1.3.14 O relacionamento financeiro entre o "esquema PC" e integrantes da equipe da ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello

Capítulo IX: A Operação Uruguai

Capítulo X: Dos fatores que possibilitam "esquemas" do tipo "PC"

1. O financiamento das campanhas eleitorais

1.1 Os gastos da campanha

1.2 Análise de legislação sobre financiamento eleitoral e partidário, e seu controle

1.3 Propostas: limites de gastos, limites de doações, penalidades e fiscalização financeira

2. O ciclo orçamentário

3. Proposta de criação de Comissão Mista Permanente de Fiscalização e Controle

4. Das alterações necessárias ao sistema financeiro nacional

4.1 Legislação quanto à abertura de contas bancárias

4.2 Projeto de lei, regulamentando a abertura de contas bancárias

4.3 Sigilo bancário

4.3.1 Recomendações à Receita Federal

4.3.2 Recomendações ao Banco Central do Brasil

5. Sugestões para a modificação da legislação penal

Conclusão final

Em sequência à entrega do relatório da CPI II do ontem no Congresso pelo senador Amir Lando:

Apresentação e agradecimentos

Tenho a honra de submeter à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - RQN 52/92, sob a forma de relatório, o resultado do ingente trabalho realizado pelos Senhores Senadores e Deputados, seus integrantes, em esforço particularmente intenso, de contribuir para o esclarecimento de ocorrências que enodam a realidade brasileira. Esse trabalho só pôde ser ultimado graças à incondicional cooperação de inúmeras pessoas, destacando-se os Srs. Assessores e Auditores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal, da Subsecretaria de Comissões do Senado Federal e de seu Serviço de Comissões Especiais e de Inquérito, uma miríade de colaboradores dos Gabinetes dos Senhores Parlamentares, bem assim os servidores do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - Prodasen. De todos a dedicação sem par e sem reservas serve de exemplo para o serviço público brasileiro.

Não faltaram com seu concurso, para a boa consecução dos trabalhos, os Excelentíssimos Senhores Senador Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, e Deputado Ibsen Pinheiro, Presidente da Câmara dos Deputados. Sempre que solicitados, responderam com supina presteza os órgãos da Administração pública.

Desejo ressaltar, ademais, que a colaboração espontânea de numerosos cidadãos - simbolizada na generosa participação do Professor Antonio Houaiss - e multissímulas entidades de nosso País deu expressão marcante à maturidade política do País e, em especial, de nosso povo, a cujo apoio constante consigno imorredouro reconhecimento.

Brasília, 23 de agosto de 1992

Senador Amir Lando

Relator

Requerimento nº 52, de 1992

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição da República, combinado com o disposto do art. 21 e seu parágrafo único, do Regimento Comum do Congresso Nacional, os Deputados Federais e Senadores que este subscrevem requerem a criação da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, constituída por 22 (vinte e dois) membros, sendo 11 (onze) Deputados Federais e 11 (onze) Senadores, com igual número de titulares e suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, destinada a, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. PEDRO COLLOR DE MELLO, referentes às atividades do Sr. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS, capazes de configurar ilicitude penal.

Justificação

Em sucessivas entrevistas a jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão, o Sr. PEDRO COLLOR DE MELLO tem feito várias denúncias contra o empresário PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS, ex-tesoureiro da campanha eleitoral do Sr. Fernando Collor de Mello à Presidência da República.

Chama a atenção, dentre as inúmeras denúncias, devido à sua gravidade, a declaração do Sr. PEDRO COLLOR DE MELLO, publicada no Jornal do Brasil, de 18 de maio de 1992, da qual reproduzimos os seguintes trechos:

"O empresário PAULO CÉSAR FARIAS montou, em nome do Presidente da República, um verdadeiro ministério paralelo, para cobrar pedágio, ou participação irregular sobre a liberação de verbas públicas".

Como o dinheiro utilizado pelo PC foi roubado, extorquido, levantado fraudulentamente, não há como evitar que recaia sobre o Presidente a suspeita de conivência, responsabilidade, ou, no mínimo, omissão. Afinal, ele está junto com o PC nessa empreitada."

Após ter recebido, em 15 de maio, cópias de declarações de Imposto de Renda do Sr. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS, fornecida por pessoa não identificada, o Sr. Pedro Collor de Mello diz que a sua análise preliminar deixa explícita a existência de flagrantes discrepâncias entre a renda e os bens declarados por aquele empresário, e os sinais externos de riqueza, manifestos em seu sofisticado padrão de vida, empresas, imóveis em geral, estranhamente omitidos nas informações prestadas ao Fisco. A título de exemplo, foi relacionado o fato de não ter a sua declaração de imposto de Renda registrado a casa própria do Sr. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS em Maceió, seu apartamento em um condomínio privado localizado no bairro de Cidade Jardim, na cidade de São Paulo, propriedades e contas bancárias no Exterior.

E assinalado, também, que as empresas Floray e EFC, de propriedade do Sr. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS, que permaneceram quase inativas no período de 1986 a 1988, surgem em 1989 com centenas de milhares de lucros oficiais.

Com relação às rendas do Sr. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS, a revista Veja as compara com uma renda de secretário executivo, provavelmente menor do que o salário de um piloto da Brasil-Jet, sua em-

presa de Lázis aéreas: na declaração de 1991, o Sr. CAVALCANTE FARIAS apresenta uma renda mensal equivalente a apenas US\$ 2.100,00 (dois mil e cem dólares norte-americanos).

Segundo análises de tributaristas, as declarações do Sr. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS não resistem a uma peritagem séria, demonstram a clandestinidade de seus negócios e contém outros elementos explicitamente irregulares, que valeriam vários outros processos na Receita Federal.

As denúncias foram reiteradas de forma mais completa na edição de 27 de maio de 1992 da revista Veja. A proposta de instalação de uma CPI mista justifica-se pela necessidade de o Congresso Nacional não ficar omissa diante da gravidade dos fatos denunciados.

Saída das Sessões, em 27 de maio de 1992.

I 03 26.6.92 Documentos encaminhados pelo Sr. P. C. Farias, ao depor, em 9.6.92.

I 04 26.6.92 Depoimentos à Polícia Federal, de Pedro Collor de Mello, Luiz de Freitas, Jefferson Araújo, Paulo Jacinto, Jorge Bandeira de Mello (encaminhados pela SFF/MJ).

I 05 26.6.92 Depoimento à Polícia Federal, do Sr. P. C. Farias (encaminhado pela SFF/MJ).

I 06 26.6.92 Documentos encaminhados à Mesa pelo Sr. Deputado Miro Teixeira.

I 07 26.6.92 Procuração do Sr. P. C. Farias ao Deputado Odacir Klein.

I 08 26.6.92 Declaração do Sr. P. C. Farias, de não conhecimento da empresa DUPONT.

I 09 26.6.92 Documentos enviados pelo Sr. Cláudio Vieira sobre afretamento de aeronaves e publicidade oficial da Presidência.

I 10 26.6.92 Documentos enviados pela empresa OAS desmentindo noticiário sobre envolvimento com o Sr. P. C. Farias.

I 11 26.6.92 Documentos enviados pela empresa de auditoria Pitanga, Pelinbo, Abreu SC, a Construtora OAS, atestando inexistência de negócios com a TRATORAL.

I 12 26.6.92 Documentos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal sobre afretamento de aeronaves.

I 13 26.6.92 Documentos enviados à mesa pelo Sr. Takeshi Imai.

I 14 26.6.92 Documentos enviados pelo Deputado Edson Passos sobre denúncia envolvendo o Sr. José Carlos Martinez.

I 15 26.6.92 Documentos enviados à Mesa pelo Sr. José Maria da Fonseca.

I 16 26.6.92 Documentos enviados à Mesa pelo Sr. Luis Romero Farias.

I 17 26.6.92 Ato constitutivo, contratos, alterações contratuais e balanços das empresas do Sr. P. C. Farias.

I 18 26.6.92 Documento da Caixa Econômica Federal sobre afretamento de aeronaves.

I 19 26.6.92 Depoimento do Sr. Takeshi Imai à Polícia Federal.

I 20 26.6.92 Documento do Banco do Nordeste do Brasil sobre financiamento concedido à empresa TRIBUNA DE ALAGOAS.

I 21 26.6.92 Dossiê do Inquérito da Polícia Federal relativo a Augusto Morbach.

I 22 26.6.92 Processo de concessão de visto ao Sr. Guy de Longchamps (enviado pela Polícia Federal).

I 23 26.6.92 Certidão da Junta de Comércio do Distrito Federal sobre a Mundial Aerotaxi Ltda.

I 24 26.6.92 Contratos, faturas da Brasil-Jet Taxi Aéreo Ltda. e da Mundial Aero Taxi Ltda.

I 25 26.6.92 Documentos da Telebrás acerca das contas telefônicas da EPC e Hélio José Cury (SF).

I 26 26.6.92 Documentos da SHELL sobre contratos com a VASP.

I 27 26.6.92 Planos de voo Brasil-Jet/Mundial - DAC/Mar.

I 28 26.6.92 Documentos do BANCESA sobre contas de Sra. Ana Maria Acioli Gomes de Melo.

I 29 26.6.92 Documento da Karvassir propondo auditoria especializada em empresas aéreas.

I 30 26.6.92 Documentos enviados à Mesa pelo Sr. Renan Calheiros ao depor.

I 31 26.6.92 Documentos da FROMBRASIL (Congregação Social e alterações).

I 32 26.6.92 Documentos do Sr. Arno Gilt sobre omissão de autoridades federais.

I 33 26.6.92 Documentos encaminhados à Mesa pelo Sr. Luiz Octávio da Motta Veiga.

I 34 26.6.92 Documentos do Sr. Jorge Borges de Sá (LABNEW) sobre Beeton-Dickinson.

I 35 26.6.92 Declaração e legalização da notária Patrícia Narino, de Miami, sobre não conhecer o Sr. P. C. Farias.

I 36 26.6.92 Extratos bancários (BANCESA) de Sra. Maria Gomes.

I 37 26.6.92 Documentos do Processo Judicial de Falência e Concordata da Hatzuta Industrial S/A (enviados pelo Senador Elcio Alvares).

I 38 26.6.92 Cópia do contrato social da Miami Leasing e relatórios anuais da Miami Leasing e da Parte Express.

I 39 26.6.92 Cópia de ofício do Presidente da Caixa Econômica Federal sobre afretamento de aeronaves (enviado pelo Presidente da Câmara).

I 40 26.6.92 Intimações, declarações e relatório dos Auditores na Brasil-Jet e Mundial.

I 41 26.6.92 Fax da FROMBRASIL com comentários sobre o depoimento de Takeshi Imai à Polícia Federal.

I 42 26.6.92 Parecer do SINDIFISCO sobre o imposto de renda do Sr. P. C. Farias e de suas empresas.

I 43 26.6.92 Nota oficial do "Movimento pela Ética na Política".

I 44 26.6.92 Cópia da ação de Edson Luiz Peracchi (ex-BRASMEDICA) contra a CEME e Sr. P. C. Farias.

I 45 26.6.92 Resposta da Brasil-Jet/Mundial à intimação do documento 40.

I 46 26.6.92 Ofício do STF pedindo informações para instruir AC-69-008-2-SF.

I 47 26.6.92 Processo SF 00912/92-3 (8.7.92), pelo qual o Procurador-Geral da República envia cópia de ofício do Presidente do BACEN sobre sigilo bancário.

I 48 26.6.92 Relatório dos Auditores do TCU sobre os processos de licitação no Ministério da Saúde e

CME

V 15.7.92 Cópia de faturas da Brasil-Jet.
V 30.10.7.92 Cópia de faturas da LOCARRAS (locação de veículos).
V 51.15.7.92 Cópia de faturas de locação de veículos da GM Veículos (DF).
V 52.15.7.92 Documentos encaminhados pelo Governador Roberto Requião durante seu depoimento.
V 53.15.7.92 Relatório da Caixa Econômica Federal (Ofício 478.92-P) sobre denúncias do Governador do Paraná.
V 54.15.7.92 Aviso 597/GM, do Ministério da Saúde, respondendo ao ofício 47.92-CPMI-PC, com 2 anexos (cópias dos processos solicitados pelo relator).
V 55.15.7.92 Documentos diversos encaminhados à Mesa durante o depoimento do Governador Roberto Requião.
V 56.15.7.92 Requerimento do Deputado Vital do Rêgo para convocação do Sr. José Van Damme (ext-TELEBRAS).
V 57.15.7.92 Cópia da Carteira de Trabalho da Sra. Marta Vasconcelos.
V 58.20.7.92 Cópia de depoimentos de empresários da Polícia Federal (Inquérito sobre o Sr. P.C. Farias) e de faturas da EPC.
V 59.20.7.92 Aviso 180-CM-611, do Gabinete Militar-PE, com nota oficial sobre as despesas com a Brasília Garden e pagamento ao Sr. Nehring Cesar.
V 60.20.7.92 Cartas de 18.7.92 do Sr. José Maria Fonseca (FROMBRASIL) com comentários sobre o Sr. Takeshi Imai.
V 61.21.7.92 Ofício da Polícia Federal 206/92 (9.7.92) respondendo ao ofício 41/92, com certidões sobre viagens de uma série de pessoas ligadas ao "esquema PC".
V 62.21.7.92 Aviso de férias e passagens aéreas da Sra. Rosinete de Carvalho Melanias.
V 63.21.7.92 Ofício do Sr. Takeshi Imai ao Ministro da Justiça sobre a FROMBRASIL e o Sr. José Maria da Fonseca.
V 64.21.7.92 Ofício 1080.92 BACEN, esclarecendo sistema de abertura de contas bancárias.
V 65.27.7.92 Documentos encaminhados pelo Sr. Cláudio Francisco Vieira (20 fls.) acerca dos recursos por ele administrados.
V 66.28.7.92 Relatório da INTERPOL sobre as empresas do Sr. P.C. Farias nos USA e os registros do State of Florida.
V 67.28.7.92 Ofício 0964.92 (DF) (24.7.92) com relatório de investigações sobre os nomes de depositantes nas contas da Sra. Ana Acioli.
V 68.29.7.92 Cópia de dois processos (SUCAM e cartilha do dengue) do Ministério da Saúde, encaminhada pelo Sr. Antonio Alves dos Santos, ex-presidente da CEME, durante audiência pela subcomissão, em 28.7.92.
V 69.29.7.92 Relatório de auditoria dos Auditores da Câmara e do Senado sobre os documentos da Brasil-Jet, da Mundial Aerotaxi LTDA, e da EPC. VOL. DOC. Nº DATA DESCRIÇÃO SUMÁRIA
V 70.29.7.92 Ofícios do BACEN que encaminharam as informações bancárias requisitadas pela CPI e recebidas pelas Sras. Parlamentares (depositadas no cofre).
V 71.29.7.92 Informações sobre as formas de negociação no país legalmente encaminhadas pelo Presidente da BM&F.
V 72.29.7.92 Resposta ao ofício 90/92-CPMI, com informações sobre a compra de malathion (via FROMBRASIL), estoque e consumo, encaminhada pelo Ministério da Saúde.
V 73.29.7.92 Documentos sobre convênios com a CEME, encaminhados pelo Laboratório Industrial Farmacêutico de Alagoas S/A - LIFAL.
V 74.29.7.92 Informações solicitadas pela CPI sobre entradas e saídas do país de Ironicides A. Teixeira, Fábio A. Pozzi e outras, encaminhadas pelo Secretário da Polícia Federal MJ.
V 75.29.7.92 Cópia de inteiro teor do processo que concedeu visto permanente ao Sr. Guy de Longchamps, inclusive contrato de prestação de serviços com a EPC, encaminhado pelo Ministro das Relações Exteriores.
V 76.30.7.92 Documentos encaminhados pela Polícia Federal IP133/92/SR/DPF/1/F e apensos: auto de coleta de material para exame gráfico dos Sras. Ricardo Campos da Costa Barros e Paulo César Cavalcante Farias.
V 77.30.7.92 Aviso 526/TCU, de 10.7.92, encaminhando voto do Ministro Relator sobre a "interia instantânea", da Caixa Econômica Federal (Processo TC nº 001.367/91).
V 78.30.7.92 Ofício nº 38/90, de 16.7.92, do Secretário-Geral da Presidência, encaminhando cópia autêntica da declaração da Sra. Ana Acioli mostrada no pronunciamento do Sr. Presidente da República.
V 79.30.7.92 Certidões do 2º Ofício de Notas sobre procurações para compra e venda do terreno SML 10, conj. 2, lote 2 (Brasília - DF).
V 80.30.7.92 Documentos encaminhados pelo ex-deputado Sebastião Cláudio por ocasião de seu depoimento em 29.7.92.
V 81.30.7.92 Carta do Banco SUDAMERIS informando que o Sr. Najun Turner não é correntista do banco.
V 82.3.8.92 Diário Oficial do Uruguai, de 23.4.84, com o estatuto da Alfa Trading S/A e Lei 11.063, sobre sociedades anônimas de investimentos.
V 83.3.8.92 Tradução juramentada do contrato Alfa Trading/Cláudio Vieira.
V 84.3.8.92 Lista de nomes, telefonemas e ações na ASD/SP, em julho de 1992, fornecida pela depoente Sra. Sandra Fernandes de Oliveira.
V 85.3.8.92 Cópia de fatura da Líder Taxi Aéreo, relativa a voo SP/BSE/SP em 6.7.92.
V 86.5.8.92 Resposta de empresas acerca de faturas da EPC: Abate Automóveis Ltda. ("assessoria verbal"), Central Acuarreira ("assessoria verbal"), SA Leão Irmãos Acúcar e Alcool ("assessoria verbal"), e sobre contas do Sr. Najun Turner, dos bancos SUDAMERIS (nenhuma conta) e CREFISUL (nenhuma conta corrente, mas compra e venda de ouro, mediante cheques de outros bancos, entre 1.3 e 26.7.92).
V 87.5.8.92 Ofício do Sr. Cláudio Vieira informando não dispor-se a entregar documentos requeridos: ofício dos advogados Delmanto, Delmanto Jr. e Fernando Neves, com protesto contra retirada deles e do depoente, da sala da comissão, em 30.07.
V 88.5.8.92 Documentos encaminhados pelos de-

poentes de fã. (Irater e Celenco).

VII 89.10.8.92 Relatório preliminar (56 fls.) da Kroll Associates Inc., com respectivo Anexo (volume guardado à parte) e cópia da fatura, ao Senado, de 3/8/92.

VII 90.10.8.92 Cópia do recibo de compra de ouro, pelo Sr. Cláudio Vieira, ao Sr. Najun Turner; cópia do parecer Hallack sobre o "credit agreement" entre o Sr. Cláudio Vieira e Alfa Trading S/A (encaminhado pelo Sr. Valdo Sarquis Hallack).
VII 91.10.8.92 Ofício BACEN 92/1372, de 6.8.92, encaminhando resposta do Banco Safra e da BM&F sobre operações Najun Turner.

VII 92.10.8.92 Petição do deputado José Dircou, ao Relator, oferecendo impugnação do "credit agreement" entre o Sr. Cláudio Vieira e Alfa Trading S/A, requerendo sua não-juntada aos autos.

VII 93.12.8.92 Documentos remetidos pelo Sr. José Maria da Fonseca (FROMBRASIL) sobre títulos protestados da Hatsuta Industrial e do Sr. Takeshi Imai.

VII 94.12.8.92 Resposta da Líder Taxi Aéreo aos ofícios 181/92 e 197/92, informando tarifas e preços de aeronaves e fornecendo cópia das notas fiscais da Brasil-Jet.

VII 95.12.8.92 Da Secretaria de Polícia Federal, em resposta ao of. 157/92, declarando inexistir registro de entrada e saída do Sr. François Meulan.

VII 96.12.8.92 Da Secretaria de Polícia Federal, em resposta ao of. 161/92, encaminhando cópia da sindicância envolvendo Opala da EPC, no Rio, que transportava filho do Sr. Presidente da República.

VII 97.12.8.92 Documentos do Itamaraty relativos à concessão do visto de permanência de Najun Turner.

VII 98.12.8.92 Documentos da CIPESA relativos a operações bancárias com o BMC, em 28.12.90, 18.1.91, 28.1.91, em resposta ao of. 186/92.

VII 99.12.8.92 Ofício e 7 anexos remetidos pelo Sr. Renato Sarti, da CETENCO: estudo da EPC, contratos para a linha Vermelha (RJ), contratos de financiamento com o Banco do Brasil e Finaime (BNDES).

VIII 100.12.8.92 Cópia do of. Presi 92/678, do Banco do Brasil, sobre financiamentos contratados por Omega Taxi Aéreo e por Schahin Cury Eng. e Comércio Ltda.

VIII 101.12.8.92 Cartas do Banco SUDAMERIS solicitando dilatação de prazo para responder aos ofícios 199 e 211/92.

VIII 102.12.8.92 Carta do Senador Nelson Wedekin, com cópias de artigos da revista Veja, relativamente à afirmação do Sr. Cláudio Vieira, no depoimento, acerca da posição nas pesquisas, do candidato Collor de Mello, em abril de 1989, e o empréstimo no Uruguai.

VIII 103.12.8.92 Documentos contábeis da JR Higienização (diligência da Karvasair sobre as empresas de taxi aéreo).

VIII 104.12.8.92 Documentos contábeis da Construtora OAS (diligência da Karvasair sobre as empresas de taxi aéreo).

VIII 105.12.8.92 Relação dos processos de apuração de irregularidades em operações de mútuos bancários para compra de equipamentos vendidos pela TRATORAL.

VIII 106.12.8.92 Relatório da subcomissão para exame das notas fiscais da EPC (Senador Maurício Corrêa e Senador Eduardo Suplicy) - anexos em volumes à parte.

VIII 107.12.8.92 Of. Presi-92/1408, do BACEN, respondendo ao of. 192/92-CPMI-PC, com relação à remessa de numerário para o exterior de empresas de taxi aéreo.

VIII 108.12.8.92 Resposta da Secretaria de Polícia Federal sobre as "general declarations" de diversas aeronaves ao of. 182.92-CPMI-PC (diligência da Karvasair).

VIII 109.12.8.92 Cópia do processo de visto de permanência do Sr. Najun Turner (encaminhado pela Polícia Federal) em resposta ao of. 153/92).

VIII 110.12.8.92 Documento solicitado pelo Sr. Relator da Comissão ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Aeronáutica. Altamente confidencial a pedido do Sr. Presidente da Comissão. Conteúdo não descrito, pela natureza do documento.

VIII 111.12.8.92 Documentos enviados pela Telebrasil, com informações sobre números telefônicos do Brasil, anteriormente solicitados.

VIII 112.12.8.92 Documentos enviados pela Serveng-Civilian, relativamente ao livro-diário e a documentos de caixa (pagamentos a terceiros) - diligência Karvasair.

VIII 113.12.8.92 Documentos encaminhados pela Itabuna Veículos referentes a serviços da EPC.

VIII 114.12.8.92 Documentos encaminhados pela Wadel Transportadoras contestando o poder da CPI em requisitar documentos contábeis (alega proteção às regras da concorrência e ao fato de não ser autarquia ou empresa pública), mas colocando-se à disposição para eventual solicitação mais precisa.

VIII 115.12.8.92 Documentos diversos relativos à locação da sede da EPC (os contratos e recibos com o Sr. Luis Misaal).

VIII 116.12.8.92 Documentos encaminhados pelo Ministro da Justiça prestando informações solicitadas sobre a admissão de funcionários na Radiobrás.

VIII 117.12.8.92 Documentos encaminhados pelo Banco do Brasil, sobre operações de contratação de crédito pela Omega Taxi Aéreo e pela Schahin Cury Engenharia.

VIII 118.12.8.92 Do TCU: relatórios de auditoria e votos do TCU sobre a FCBIA/Alagoas, na gestão da Sra. Fátima Borges (solicitação da CPMI).

VIII 119.12.8.92 Do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (Of. 594, de 23.7.92), com informações da Secretaria da Fazenda Nacional sobre investigações em curso relativas à EPC e outras informações sobre CPF's (solicitação da CPMI).

VIII 120.12.8.92 Ofício nº 570/92-P, da Caixa Econômica Federal, encaminhando cópia do processo licitatório da "raspadinha", em resposta ao of. 347/92-CPMI-PC.

IX 121.20.8.92 Documentos originais sobre a Alfa Trading S/A e as regras de funcionamento de corretolegem de câmbio no Uruguai, encaminhados pelo Ministro das Relações Exteriores.

IX 122.21.8.92 Notas técnicas do depoimento do Sr. Paulo César C. Farias, na CPMI da Vasp (Câmara dos Deputados), encaminhadas pelo Dep.

Nilson Gibson, presidente.
IX 123.21.8.92 Cópia do livro caixa e do diário de AL Informações e Sistema Ltda.

IX 124.21.8.92 Relatório final da Kroll Associates.

Inc. (com anexo) e tradução do relatório pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

IX 125.21.8.92 Resposta do ex-ministro Bernardo Cabral às questões formuladas pelo Sr. Relator.

IX 126.21.8.92 Autos de apreensão de documentos na BRATA, Transportadora WADEL e VIPLAN (encaminhados pela Karvasair Assessoria Aeronáutica).

IX 127.21.8.92 Contrato social da Tech-Air Taxi Aéreo Ltda. e relatório do livro de bordo da aeronave PT-OKV (encaminhados pela Karvasair Assessoria Aeronáutica).

IX 128.21.8.92 Relatório final da Karvasair Assessoria Aeronáutica Ltda. e dos Auditores do Senado Federal.

IX 129.21.8.92 Relação das remessas de numerário para o exterior pelas empresas Mundial Aerotaxi, Brasil-Jet Taxi Aéreo.

IX 130.21.8.92 Laudo do CREA/AL, sobre a construção do Hospital Geral de Alagoas, encaminhado pelo secretário de Saúde de Alagoas.

INTRODUÇÃO
Excmo. Srs. Membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo requerimento nº 52/92-CN

Conhecemos a verdade e a verdade vos libertará. J. A. A.

Com este relatório, concluem-se, nos termos regimentais do Congresso Nacional, os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista instaurada para apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello referentes às atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias, capazes de configurar ilicitude penal.

Antes de entrarmos na sua parte essencial - em que apresentaremos, minuciosamente, todo o conjunto de informações obtidas no curso do inquérito, para, em seguida, analisá-las e, afinal, delas extrair as conclusões e recomendações possíveis e necessárias - julgamos conveniente formular algumas observações preliminares relativas ao ambiente social e político do Brasil nos últimos três anos, bem assim a respeito da natureza, funções e finalidades de uma comissão parlamentar de inquérito. Essas observações, com caráter e objetivo de esclarecimento introdutório, servirão para esboçar o quadro genérico de expectativas que envolvem os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a um tempo, e prevenir e desfazer equívocos conceituais da parte de contingentes provavelmente numerosos da sociedade brasileira, em relação a este assunto.

No âmbito da sua conturbada história política recente, a sociedade brasileira foi embalsamada, na campanha de 1988, pela promessa de limpididade e probidade, cuja esperança acalentou o sonho de véias, por fim, presidir aos destinos dos processos decisórios da Nação.

A expectativa de um vento renovador foi largamente comprometida pelos fatos. Esperava-se que, do caos político, econômico e social, o Brasil retomasse, enfim, o caminho de um desenvolvimento ordenado. Inundado por medidas do choque desde 15 de março de 1990, o País viu-se metamorfoseado em imenso laboratório, sob um ditado de medidas provisórias - 41 em 1990 - que submetteram economia e sociedade a um verdadeiro terremoto conceitual e operacional. O que se queria, após tal tormenta? Reordenamento e desenvolvimento. O que se obteve? Estagnação, recessão e deterioração, não apenas econômica, mas, infelizmente, agora, também moral.

Confiou a poupança e brusca alteração das regras de ação econômica e de operação financeira (Medida Provisória 168/Lei 8.024-90) resultaram, após um primeiro momento de estupor, seguido de certo grau de alento, em frustração e desencanto.

Tomado de assalto, o Estado brasileiro, de indolente, foi transformado em inoperante. A Medida Provisória 150 (Lei 8.028/90) realizou uma reforma administrativa que abriu profundas fissuras na estrutura do Estado e em seu corpo funcional. Se o arelamento e a modernização auto exigências inadiáveis do Estado brasileiro, o resultado em 1991, 91 e 92 foi medíocre. Sucessivas alterações da reforma pareceram encaminhá-la novamente para a consagração da política da troca de favores e da proteção dos apeniguados. Sucessivos atos administrativos, rotulados como reforma, acabaram por ferir de morte o que de melhor se construiu para o efetivo desempenho do controle interno do Poder Executivo. O serviço público foi indiscriminadamente posto sobre suspeita e sobre o funcionamento suspendeu-se a espada de Dâmocles da disponibilidade, cujos efeitos perniciosos, antes de trazer economia e eficácia trouxeram medo, angústia, recuo e insegurança. Ao servidor em surda pedu-se dedicação e sacrifício, sem oferecer motivação e recompensa.

A vida econômica, vivida, até hoje, clama ainda pelos resultados anunciados e não alcançados. Os índices apontam para a acintosa montagem de uma operação intencional, com vistas a abrir um espaço, no âmbito da administração dos negócios públicos, para que nele agissem e ajam agentes internos e externos à gestão pública, de modo a auferirem vantagens e benefícios ilícitos e ilegais. Corretores de verbas públicas paliavam, sem pejo, infiltrando-se até na mais tênue das liberações rotineiras.

Os aquiristas do "bolo de carne" inventaram ou favoreceram um "sistema" próprio, um ambiente próprio a que grassasse tal nova espécie do gênero dos aproveitadores.

Mai grado eventual bem fundado das intervenções das medidas econômicas e administrativas adotadas após 15 de março de 1990, salta aos olhos que elas tornaram possível, na prática, a subversão do conflito dos ativos financeiros e ao desmantelamento parcial do serviço público, o desalojamento especialmente da capacidade de controle interno. A sombra da reforma administrativa, florescia uma nova indústria do tráfico de influências e da venda de facilidades, diante da imensidão das dificuldades criadas.

Em torno do Presidente da República organizaram-se amigos e colaboradores de campanha que

passaram a ser identificados como co-autores de um script cujo enredo era importante não ignorar mesmo a elevado custo financeiro e moral. Quem conhecesse o fio da nova meada — como desbloquear cruzados novos, como conseguir contratos com dispensa de licitação, como vencer concorrência, como colocar funcionários em disponibilidade ou como evitar que o fossem, e assim por diante — passou a ser "mercadorias" pela qual em prestígio e tantos outros se dispuseram a pagar preços incríveis e injustificados.

O "conselho", a "assessoria" e a "palavra certa em lugar certo" mantêm-se como mecanismos de influência e controle, agora com novos atores e autores. As medidas governamentais desde 15 de março de 1990 abrem-se como um gigantesco guarda-chuva, a abrigo zonas sombrias de captação de dinheiro e de aplicação duvidosa — decerto em nada original, se comparadas com o que a experiência acumulada já ensinou —, mas em volume e despende inauditos, alimentados pela expectativa, de seus beneficiários, de prosperarem enquanto não são vistos.

O ambiente democrático do País, no entanto, e a vontade popular, afinal coisa de restabelecer a soberania — no mais puro sentido da democracia participativa consagrada no parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal — permitem e exigem que se busquem corrigir e punir.

É preciso mudar. Mudar é urgente.

É preciso mudar a ética do Poder.

O povo brasileiro está comprometido com esta mudança.

O Brasil não será o mesmo após a CPI, ratificou o seu Presidente, deputado Benito Gama logo no início dos trabalhos, e acrescentou: "Nem nos seremos os mesmos", sugerindo a memória de um verso de poeta Pablo Neruda — "Nosotros ya no somos los mismos". Transcorridas apenas sessenta e quatro horas, é permissível afirmar a procedência e o acerto daquelas previsões.

Desenvolveu-se no País uma percutente campanha de moralização. Tenho certeza de que essa pregação sincera e profunda não foi nem será em vão.

A vocação nacional para a grandeza passa pela postura ética de cada cidadão e de todos os brasileiros. A vantagem deve ser o resultado natural do esforço e do trabalho e nunca da expertise e da trapaça. Construir a grandeza nacional não surgirá por força da magia que a palavra infunde, senão da ação concreta. Não surgirá da noite para o dia, nem do simples desejo de que surja. Surgirá do empenho da palavra transida em obra que so o trabalho coletivo edifica.

Presinto um novo arrebol de decadência no destino da Pátria, onde a Lei talvez conduta pela obediência e sagrado respeito a si mesma.

É preciso sonhar com as mudanças, que se movimentam em busca do progresso e da ordem, ostentados no lábio que os nossos corações embalam.

A CPI foi um momento de purgação dos desvios de conduta administrativa, uma tentativa de pôr

a limpo parcela do Indacal da corrupção que molestava a Nação. Um apelo da sobrevivência da virtude na vida pública.

É preciso renovar a face do País.

2. ESCLARECIMENTO PRELIMINAR

A Nação aguarda imediata e rigorosa punição dos culpados.

Julgar e punir foge à competência da CPI. Este é o mais notável equívoco que tem causado graves danos ao conceito, à reputação e respeitabilidade do Congresso Nacional, como órgão do Poder Legislativo Federal. A ideia de que uma comissão parlamentar de Inquérito é uma entidade de caráter punitivo, dotada, para tanto, de força e poder para proferir sentenças condenatórias que ela mesma se incumba de executar ou de fazer executar mandando os culpados para a cadeia, é uma imagem passada, talvez, involuntariamente pela imprensa e que não corresponde à realidade.

Temos a forte impressão, recolhida da nossa experiência cotidiana e que nos é transmitida, também, pela leitura dos nossos principais jornais diários de que esse equívoco se encontra muito disseminado entre as várias camadas da população brasileira. Cumprir — e urge — desfazer-lo a fim de que, posta a verdade sobre essa matéria e difundida tanto quanto for possível, as comissões parlamentares de Inquérito sejam vistas, consideradas e julgadas, no desempenho de suas atividades constitucionais e regimentais, de modo correto e, assim, salutar à vida e experiência política nacional do Brasil. Denunciar e tarefa do Ministério Público, cabendo ao Poder Judiciário julgar, condenar e punir, ou inocentar. A sociedade exige que essas ações sejam céleres e eficientes.

3. Natureza da função legislativa em matéria de CPI

A doutrina é unânime em reconhecer que as Comissões Parlamentares de Inquérito exercem função inerente à atividade do Poder Legislativo.

Cumprir questionar, de início, como uma atividade investigatória, aparentemente estranha à função legislante, possa ser vinculada ao Poder Legislativo.

Na divisão tripartite dos Poderes do Estado, a delimitação das respectivas funções não é rígida. Há, ao lado das funções precípua de cada um dos Poderes, outras não enquadráveis naquelas constantes do paradigma clássico delineado por Montesquieu, fato que levou Pontes de Miranda a dizer que "não há, nem nunca houve, perfeita simetria entre os órgãos e as funções" (Comentários à Constituição de 1946, Borsoli, Rio de Janeiro, 4ª edição, pag. 363).

Assim, entre as várias funções do Poder Legislativo, a par de sua função legislante básica, devem ser assinaladas a função administrativa, que exerce, v.g., quando organiza seus próprios serviços, a jurisdicional, quando processa e julga autoridades por crime de responsabilidade, a eleitoral, quando elege Chefes de Estado, de controle, quando toma conta do Poder Executivo, de estabelecer fórum de debates, quando discute os temas de interesse nacional e procede a investigações sobre matérias de sua competência.

Por que a função investigatória, da qual as Comissões Parlamentares de Inquérito constituem uma de suas manifestações, é inerente ao Legislativo?

Porque, como instrumento de informação que é, em sua essência, propicia o eficaz desempenho das demais funções do Legislativo, constituindo-se em verdadeira função-síntese.

Foi certamente atendendo para tal fato que Nelson de Souza Sampaio observou que a função de realizar investigações "não é uma tarefa isolada, mas, na verdade, corolário de cada uma e de todas as funções" (Do Inquérito Parlamentar, Fundação Getúlio Vargas, 1964, pag. 3).

Dal considerar a doutrina, univocamente, inerente ao Poder Legislativo a prerrogativa de realizar investigações, ainda quando a Constituição e as leis sejam omíssas a respeito.

Al tal ponto está assentado o referido conceito que, nos trabalhos da Constituição de 1946, Alomar Baleeiro propôs a supressão da proposta de norma (afinal transformada no art. 53) que dispunha sobre a criação pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal de comissões de inquérito, por considerar aquela norma "inteiramente supérflua" (Alguns Andares da Constituição, Aloyso Maria de Oliveira Editor, Rio de Janeiro, 1960, pag. 135/136).

Definido tão relevante aspecto — Inerência das funções investigatórias à atividade legislativa — passamos ao exame das espécies de investigações congressuais, necessário para se definirem as finalidades das comissões de inquérito.

As investigações realizadas pelo Legislativo são de três categorias, perfeitamente caracterizadas conforme sua natureza e fundamento.

NELSON DE SOUZA SAMPAIO as denomina, com propriedade, de Inquérito parlamentar administrativo, Inquérito parlamentar judicial e Inquérito parlamentar político-administrativo (op. loc. cit.).

Na primeira categoria enquadram-se aquelas simples investigações realizadas no âmbito do Legislativo, como, v.g., as fundadas na competência congressual de organizar seus próprios serviços administrativos (arts. 51, IV e 52, XII da Constituição).

Na segunda, estão aquelas investigações em que ocorre a produção de prova necessária à "declaração judicial" (art. 53, § 1º), como diz PONTES DE MIRANDA (op. cit., pag. 444); como exemplo de tais investigações, mencionamos aquelas destinadas à perda dos mandatos parlamentares (arts. 55, I, II e III da Constituição) ou para instruir processo de impedimento do Presidente da República (arts. 51, I, 52, I e 58).

Finalmente, os Inquéritos parlamentares jurídico-administrativos são aqueles que se destinam a fins legislantes, de controle do governo e de informação à opinião pública, e que têm por fulcro o art. 58, § 3º, da Constituição.

Estas últimas investigações são competência das comissões parlamentares de Inquérito propriamente ditas, que, por sua natureza, não julgam, não sugerem, nem aplicam punições a quem quer que seja, em face das irregularidades constatadas.

É importante assinalar que tal categoria de investigações congressuais vem, paulatinamente, perdendo o caráter de auxiliar de função legislante, para ser usada como instrumento eficaz de controle do governo e de informação à opinião pública (cfr. ROBERTO K. CARR e outros, American Democracy in Theory and Practice, 1961, pag. 335, 336, apud JOÃO DE OLIVEIRA FILHO, Legislativo: Poder Autêntico, Forense, Rio, pag. 272 e 277).

3.1. O objeto de investigação da CPI

Quais os fatos investigáveis pelas comissões parlamentares de Inquérito?

Todos os fatos que possam ser objeto de legislação, de deliberação, de controle por parte das Casas do Congresso são investigáveis.

A doutrina e a jurisprudência, especialmente a norte-americana, muito rica em precedentes na matéria, desde que, no final do século XVIII, se criou o primeiro investigating committee para investigar as causas da derrota do General ARTHUR SAINT CLAIR em combate com índios, têm entendido que nenhuma comissão constitui um fim em si mesmo; ela deve sempre ser relativa a uma atribuição do Legislativo.

Não importa que o fato a investigar esteja relacionado com negócios de ordem privada; desde que a investigação se justifique em termos de funções do Legislativo, reconhece a melhor doutrina que negócios particulares podem ser objeto de comissões de Inquérito.

Quando determinada atividade privada produza repercussões negativas no governo ou interfira na esfera administrativa, a legitimidade de investigação congressual se torna ainda mais evidente, perante a necessidade de as soluções legislativas serem produzidas com vistas a sanear irregularidades apontadas.

A respeito de tais situações, merece citação o ensinamento de BERNARDO SCHWARTZ, que, comentando a Constituição dos Estados Unidos e se reportando à célebre leading constitutional decision, de 1881, KILBOURN VS. THOMPSON (103 US 168), assinala:

Lo que está fuera del poder del Congreso, de acuerdo con la decisión de la Suprema Corte (Kilbourn vs. Thompson, 104 US 195 (1881)) es examinar los asuntos meramente privados. En cambio, cuando un particular entra en tratos con el Gobierno o sus funcionarios, sus asuntos no deben quedar inmunes a la investigación (Los Poderes del Gobierno. Comentarios sobre la Constitución de los Estados Unidos, trad., Universidad Nacional Autónoma de México, 1966, I, pag. 173).

Igualmente, acerca da legitimidade da investigação legislativa sobre situações de ordem privada, observa JOHN M. MATTHEWS:

Trate-se de fato relacionado com o público, em geral, trate-se de fato relacionado com alguma pessoa, em particular, desde que incida sobre o

âmbito da legislação, do controle, da fiscalização da aprovação, do julgamento das duas Câmaras ou de uma delas, é fato investigável por comissão de Inquérito, pois, como julgou a Corte Suprema dos Estados Unidos no caso McOrain vs. Daugherty, o poder de inquirir com processo de compulsão é essencial e apropriado auxiliar da função legislativa (The American Constitutional System, pag. 109, apud JOÃO DE OLIVEIRA FILHO, op. cit., pag. 273/274).

Ainda sobre os fatos investigáveis pelas comissões parlamentares de Inquérito, é importante observar que a Constituição Federal vigente (art. 58, § 3º), da mesma forma que as Cartas anteriores, desde a de 1891, exigiu apenas que aqueles fossem "determinados", sem outro qualificativo.

Al tal propósito, assinalou o Senador ALOYCIO DE CARVALHO FILHO, em seu Parecer nº 411, de 1951, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 181, de 1948, pertinente às comissões parlamentares de Inquérito:

Não qualificando o "fato" que é objeto do Inquérito, apenas exigindo a sua inequívoca indicação, o constituinte, em realidade, nada restringiu ou condicionou, de modo que, para os efeitos em vista, o fato tanto é o pertinente, como o estranho à atividade específica do Poder Legislativo (avulso do Senado).

Vale dizer, o fato determinado a ser investigado deve ter relação com a atividade legislativa, quer específica, que é a legislante, quer a de controle e de esclarecimento público de situações relevantes para a vida política econômica e social do País.

No sentido de que a atividade legislativa constitui o fundamento mesmo das comissões parlamentares de Inquérito, merece ser mencionado, igualmente, conhecido estudo de OTACILIO ALECRIM, publicado em 1954 no vol. 151 da Revista Forense, sob o título "As Comissões Congressuais de Investigação no Regime Presidencialista (Métodos e Objetivos nos Estados Unidos e no Brasil)" que assim aborda o tema:

(...) a concepção norte-americana, de que a investigação é pertinente toda vez que com o fato determinado se acham relacionados matéria ou direitos públicos, encontra entre nós o mesmo ponto de apoio na disposição constitucional (art. 65, n.º 1) que atribui ao Congresso o poder de "votar o Orçamento". Mas, como conciliar tão restritos poderes incidentais com a imensa lista de matérias (disputas industriais, depressões comerciais, vida particular de homens de negócios, aspectos de campanha eleitoral, arrendamento de serviços, de utilidade pública, tratados comerciais, preços de mercadorias, propaganda comunista, operações bancárias, abusos do poder econômico, política monetária, escândalos de imigração, parcelas e aquisição de territórios, relações de sacos privados com o Tesouro, corrupção de agentes aduaneiros, tráfico de influência política, por não públicos, etc.) que tem sido objeto do poder de investigar do Congresso nos Estados Unidos? (...) É que, muito simplesmente, todas essas investigações, ainda que indefinidas em evidente um motivo político a considerar na proposição de muitos, mas envolvendo elas matérias que se situam no campo da legislação, pressupõem obviamente um futuro trabalho legislativo a ser elaborado pelo Congresso, pois este pode fazer, em relação aos assuntos de sua competência constitucional, todas as leis que entender necessárias e convenientes (op. cit. 151/44).

Quais os limites dos poderes da comissão parlamentar de Inquérito?

O poder da comissão parlamentar de Inquérito não é ilimitado, correspondendo à competência do próprio legislativo sem invadir a dos demais Poderes do Estado e sem atentar contra os direitos e garantias fundamentais das pessoas, inseridas na Lei Maior.

A Comissão limitar-se-á, pois, a investigação do fato que se enquadre nas atribuições do Legislativo.

O Inquérito parlamentar, que, como observa JOSAPAT MARINHO, tem origem, caráter e fim essencialmente político ("Natureza e função política das Comissões Parlamentares de Inquérito", Revista da Faculdade de Direito da Bahia, Jan-dez 54, vol. XXIX, fascículo VII, 1955, pag. 41 e 42), não julga, nem pune, por quanto carece de poder jurisdicional.

Os poderes que a Constituição confere às comissões parlamentares de Inquérito, próprias das autoridades judiciais, são apenas aqueles de investigação, não os de julgar.

Assim, a semelhança das autoridades judiciais, podem as comissões parlamentares de Inquérito determinar diligências, requisitar documentos de órgãos públicos e determinar o comparecimento de testemunhas.

O então Deputado TANCREDO NEVES, em seu parecer de relator oferecido à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as atividades da Comissão Central de Preços, criada pela Resolução nº 91, de 19 de fevereiro de 1952, assinalou, com precisão, a esfera de competência daquelas comissões investigatórias:

Não cabe às Comissões Parlamentares de Inquérito classificar infrações e nem, tampouco, sugerir punições ou medidas cabíveis em face das irregularidades apuradas. O seu poder é de informação e seu exercício tem por limite as esferas de competência do Executivo e do Judiciário. Escapa às Comissões Parlamentares de Inquérito competência para praticar atos que estão afetos à jurisdição de outros poderes. É o que está hoje assentado na doutrina mais autorizada (cfr. Parecer do Deputado Castilho Cabral, presidente da CPI sobre as atividades da Comissão Central de Preços, às reuniões apresentadas ao Projeto de Resolução nº 322, de 1953, Revista Forense 151/181).

As comissões parlamentares de Inquérito encerram seus trabalhos apresentando relatório circunstanciado, com suas conclusões.

Por isso se diz que as comissões parlamentares de Inquérito apenas concluem.

É de esclarecer que as conclusões não têm a natureza de sentença, no sentido do Direito Processual Penal, nem se revestem do caráter de deliberação, no sentido do Direito Administrativo; são tidas como decisões "lato-sensu" do ponto de vista de lógica (cfr. IVAIR NOGUEIRA ITAGIBA, "Aperfeiçoamento do Estado Democrático", Revista Forense 141/63; PONTES DE MIRANDA, Comentários à Constituição de 1957, cit., pag. 66).

Assinala-se, ainda, que o relatório, com as conclusões da comissão, não é submetido à aprovação das Casas do Congresso, a quem decahe fazer incluir ou excluir dos mesmos tópicos ou trechos ou proceder a quaisquer alterações, de forma ou de substância, razão pela qual JOÃO DE OLIVEIRA FILHO observa que "o relatório é peça da Comissão".

ção" (op. cit., pág. 291).

Como já referido, não compete às comissões parlamentares de inquérito sugerir punições ou considerar fatos como crimes, comuns ou de responsabilidade, capitulando-os.

O Deputado CASTILHO CABRAL, presidente da citada Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as atividades da Comissão Central de Preços (especialmente relevante, inclusive por ter sido a primeira a funcionar sob o regime da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952), em seu já mencionado parecer às emendas apresentadas ao Projeto de Resolução nº 362, de 1953 (tendo em vista ter advogado regimentalmente a relatoria, após o afastamento do relator, deputado Tancredo Neves), dá os limites da competência daquelas comissões investigatórias, ante a existência de crimes comuns e de responsabilidade e irregularidades administrativas no bojo dos fatos apurados:

É preciso que se esclareça definitivamente o juízo do povo de que as comissões parlamentares não cabe mais do que investigar e informar; ao Judiciário caberá punir pelos crimes punidos assim como ao Executivo compete castigar os responsáveis pelas irregularidades administrativas apontadas.

Só em um caso caberá ao Congresso punir os culpados, estranhos a qualquer das Casas: quando for apurado crime de responsabilidade, vale dizer, quando for caso de impeachment. Neste caso, porém, a tarefa da comissão parlamentar de inquérito é ainda de informar: sobre as suas informações poderá qualquer deputado ou qualquer do povo buscar a denúncia exigida pelo artigo 16 da lei nº 1.079, de 1950, em face do qual a Câmara dos Deputados, nos termos do art. 19 do mesmo estatuto iniciará o processo de impeachment, nomeando "comissão especial" de que trata o mesmo dispositivo legal (Revista Forense, 151 108).

Embora existam prestigiosas opiniões em contrário (cf. IVAR NOGUEIRA ITAGIRA, "Aperfeiçoamento do Estado Democrático", Revista Forense 151 73; JOÃO DE OLIVEIRA FILHO, op. cit., págs. 292-294), o entendimento predominante na doutrina nacional é o contido no citado parecer do Deputado CASTILHO CABRAL: as comissões parlamentares de inquérito não cabe a iniciativa de denunciar o Presidente da República por crime de responsabilidade.

Tal denúncia poderá ser feita à Câmara dos Deputados por qualquer cidadão, na forma do que dispõe a Lei nº 1.079, em 10 de abril de 1950, indicando como provas aquelas produzidas na comissão parlamentar de inquérito, mencionadas no respectivo relatório ou outras, que queira ofertar.

Havendo indícios da prática, por quaisquer pessoas, de crimes comuns ou ilícitos civis, apurados no bojo das comissões parlamentares de inquérito, serão suas conclusões encaminhadas ao Ministério Público, para que promova, junto ao foro competente para apreciar tais ilícitos, a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

3.2 Publicidade e sigilo bancário

Resta examinar o problema do sigilo das atividades das comissões parlamentares de inquérito.

Como regra, as atividades das comissões parlamentares de inquérito serão públicas, salvo deliberação da maioria dos seus integrantes, na forma prevista nos regimentos das Casas Legislativas.

NELSON DE SOUZA SAMPAIO, manifestando preocupações, embora, com os inconvenientes das excessões de publicidade, especialmente a irradiação de o televisualização, entende que os objetivos da investigação parlamentar seriam melhor salvaguardados com a garantia de publicidade do relatório final sempre, salvo se o contrário aconselhar a segurança do Estado ou a tranquilidade pública. Além do relatório, outras peças do processo poderão ser dadas a conhecer ao público quando, em seu esclarecimento (op. cit., pág. 41).

É justa sua opinião. Poder-se-ia lembrar que o inquérito parlamentar muitas vezes somente alcança seus objetivos de controle do governo quando mobiliza, com prestígio, a opinião pública. Sem essa rapidez de ação, a investigação parlamentar perde muito de sua eficácia numa época em que o poder executivo se torna cada dia mais forte (op. cit., pág. 41).

Também OTACILIO ALECRIM observa sobre a conveniência de ser dada ampla publicidade aos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito, em prol mesmo dos objetivos colimados:

Todavia, embora possam, por isso, realizar-se a portas fechadas, dia a dia se converte em permanente o regime de publicidade, o qual desperta o interesse da opinião pública e convoca naturalmente o auxílio inestimável, quanto a informes, da imprensa escrita (jornais) e falada (rádio). Assim, mesmo quando, por motivo de conveniência e eficácia da ação investigatória, certos depoimentos são prestados de modo confidencial por privados, foram posteriormente entregues ao conhecimento do público, como ocorreu, por exemplo, durante os trabalhos da Comissão Hofstadter, que em 1931-1932 investigou o governo da cidade de Nova York. O regime de publicidade, ressalvado, é óbvio, quanto aos depoimentos suspeitos e tendenciosos, não oferece apenas a grande vantagem prática de carrear para a Comissão de Investigação informes ou provas vindas de fontes que, se não fora a divulgação dos fatos, não teriam podido evidentemente cooperar com o Congresso. A publicidade ensola, por sua vez, a vigilância da opinião pública sobre a própria conduta das comissões, impedindo, pela censura e pela crítica, o sucesso das investigações facciosas e abusivas (op. cit., Revista Forense 151 42).

No que diz respeito ao sigilo bancário, em face do Poder Legislativo, em geral, e às comissões parlamentares de inquérito, em particular, a matéria foi disciplinada pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1954, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, criou o Conselho Monetário Nacional e deu outras providências.

Dispõem o art. 38, caput, e os §§ 2º, 3º, 4º e 5º da citada lei:

Art. 38. As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 2º. O Banco Central do Brasil e as instituições financeiras públicas prestarão informações ao Poder Legislativo, podendo, havendo relevantes motivos, solicitar sejam mantidas em reserva ou sigilo

§ 3º. As Comissões Parlamentares de Inquérito, no exercício da competência constitucional e legal da ampla investigação (art. 37 da Constituição Federal) e Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, poderão as informações que necessitarem das instituições financeiras, inclusive através do Banco Central do Brasil.

§ 4º. Os pedidos de informações a que se referem os §§ 2º e 3º, deste artigo, deverão ser aprovados pelo Plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e, quando se tratar de Comissão Parlamentar de Inquérito, pela maioria absoluta de seus membros.

§ 7º. A quebra de sigilo de que trata este artigo constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão, de um a quatro anos, aplicando-se, no que couber, o Código Penal e o Código de Processo Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Tais preceitos legais se encontram em plena vigência, compatibilizados com a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, ressalvada a parte final do § 4º, que exige, nos pedidos de informações protegidas pelo sigilo bancário, aprovação pela maioria absoluta das comissões parlamentares de inquérito, o que vem a colidir, frontalmente, com o disposto do art. 47 da Lei Maior.

Questiona-se, também, sobre a constitucionalidade da parte inicial do mencionado § 4º do art. 38 da Lei nº 4.595, de 1954 - necessidade de aprovação dos pedidos de informações sob o sigilo bancário pelos Plenários da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal - em face do contido no art. 50, § 2º, da Lei Maior, controversa, contudo, cujo debate não é pertinente ao objeto destas considerações.

Cumpre observar que o tema de divulgação de matéria sob a proteção do sigilo bancário pelas Casas do Congresso foi apreciado em suas várias vertentes pelo Supremo Tribunal Federal em célebre Mandado de Segurança, impetrado em 1952 pelo Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro contra ato da Mesa da Câmara dos Deputados, que deferiu requerimento do Deputado no sentido de publicar no Diário do Congresso as conclusões da Comissão de Sindicância constituída pela Presidência do Banco do Brasil S.A. para apurar os atos e operações daquele estabelecimento oficial de crédito entre novembro de 1945 e dezembro de 1951.

No referido writ, que tomou no Supremo Tribunal Federal o número 1.956, afinal denegado, o Ministro NELSON HUNGRIA assim situou a questão:

Sr. Presidente, sabe-se que, perante a Constituição de 1966, o Poder Legislativo exerce certa função político-administrativa. O Senado ou a Câmara dos Deputados podem nomear comissões de inquérito, não só para verificação de situações de fato em tal ou qual departamento governamental, como também para exercer o controle administrativo-financeiro. A lei que, em 1952, regulou o preceito constitucional, declara que essas comissões têm os mesmos poderes que tem um juiz de instrução criminal, embora não possam decidir como decide o juiz. Todas as diligências a que um juiz criminal pode proceder, na conformidade do Código de Processo Penal, já está na lei, com todas as letras, poder também a Comissão de inquérito praticar, como seja, inquirir testemunhas, investigar sobre documentos, ainda os mais secretos, e torná-los públicos, segundo julgar conveniente qualquer das Casas do Congresso. É o mesmo critério da atual Constituição italiana, que, por sua vez, se inspirou nas Constituições alemã e austríaca e nas práticas anglo-americanas. (...) Jamais se ouviu dizer que o segredo profissional pudesse encobrir crimes ou atividades administrativas ilícitas. Não é indevidável segredo algum, desde que, atrás dele, ou no seu bojo, haja um ilícito penal, ou civil ou um ilícito administrativo (Revista Forense 148 172 e 173).

No mesmo acórdão, o Ministro RIBEIRO DA COSTA deu os limites do sigilo:

Perante a Nação não há segredos que possam ser encobertos por qualquer determinação que seja. Não há interesse de quem quer que seja que possa sobrepor-se ao interesse da Nação. O Poder Legislativo está atuando na sua esfera específica, legislativa, e com alto senso de conveniência pública, que se traduz na publicação deste inquérito. Isto é, a Câmara dos Deputados está dando o exemplo de correção perante o país, perante o povo. O povo tem direito à verdade, ao povo não se fala com evasivas, nem com mentiras. Ao povo diz-se a verdade, que é o conteúdo da conveniência pública. Ora, este Tribunal já examinou, e rejeitou por unanimidade, a petição, a tese do sigilo bancário a pretexto de encobrir fatos criminosos. (Revista Forense 148 175).

Sobre idêntico tema e precisamente se reportando ao citado Mandado de Segurança, PONTES DE MIRANDA assevera que: "operações bancárias, contra a lei, contra a fortuna pública, não gozam de sigilo algum" (Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda nº 1, de 1969, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1971, tomo III, pág. 63).

Deixante, com suporte em tais entendimentos, e considerando que a doutrina reconhece que o dever de sigilo não é absoluto, mas relativo, quando em confronto com o interesse público, é de admitir possa a Comissão Parlamentar de Inquérito inserir em seu relatório os fatos que tiver apurado, que envolvam a configuração de ilícitos penais, civis e administrativos, ainda que no bojo de operações bancárias, protegidas pelas regras contidas no art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1954.

Ademais, na hipótese de que pessoas abram e operem contas bancárias sob falsa identidade usando, inclusive, números de Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - importante elemento de qualificação - insistindo ou pertencentes a terceiros, não é possível vislumbrar nenhum interesse a tutelar, público ou individual.

Pessoas que não existem no mundo jurídico evidentemente não têm direitos a serem protegidos.

No que diz respeito a fatos ou documentos pertinentes a operações bancárias que não envolvam qualquer ilícito, serão resguardados, consoante a lei; mencionados no relatório, apenas genericamente, os documentos serão encerrados em sobrecofas lacradas, e arquivados com as cautelas regimentais.

Repetindo a faculdade do Poder Legislativo de investigar a realidade assume contornos de um infungível dever, que deve ser cumprido com toda a frequência que se fizer necessária. As comissões de inquérito constituem um dos instrumentos mais importantes e eficientes de que se valem os parlamentares na realização de suas elevadíssimas atribuições e fins.

Os parlamentares não realizam unicamente a tarefa de elaborar as normas jurídicas, as leis lato sensu. A essa finalidade se acrescem, cada dia, mais e mais importantes e indispensáveis, as de fiscalizar a ação do governo e de expressar as opiniões, os anseios e as reivindicações dos vários segmentos da sociedade neles representada. Tanto para legislar, como também para fiscalizar o comportamento dos agentes governamentais e, ainda, para interpretar os sentimentos e as ideias da coletividade nacional, o parlamento necessita exercer uma incessante atividade de estudo, de pesquisa, de coleta de informações. Essa atuação empenhada em conhecer a realidade é fundamental à eficiência do parlamento. Para realizá-la, o parlamento utiliza esse Instituto que se criou e evoluiu historicamente, gradualmente, a comissão de inquérito.

Vamos valer-nos, outra vez, da lição do eminente professor de Direito e respeitadíssimo homem público, o Senador JOSAPHAT MARINHO:

Desse modo, a função de controle, que é essencialmente política, cresce de importância, não só no regime parlamentar de governo propriamente dito, como em todo sistema de que participe, investigando e deliberando, Câmara provinda do voto popular.

Através dela, o Poder Legislativo exerce alta missão de crítica dos atos governamentais e de defesa do interesse coletivo, tão relevante quanto a tarefa de formular normas jurídicas a que já mencionei, continuamente, valiosos subsídios.

Além disso, em forma de ação, visando, geralmente, à análise de fatos determinados, concorre mais do que o trabalho legislativo ordinário, quando exercido com sobriedade, para que os órgãos do Parlamento conquistem a estima popular, indispensável ao respeito de suas atribuições (op. loc. cit.).

Não podemos deixar de apontar, também, o que sobre essa questão escreveu JOÃO MARINHO, citado pelo Professor JOSAPHAT MARINHO nesse mesmo trabalho:

As comissões de inquérito, a função que todos os dias lhe sobe de importância, como órgão máximo de representação popular, é o de firmar as diretrizes políticas e o de exercer a fiscalização e o controle sobre os outros poderes, constituindo-se para isso num fórum aberto à manifestação livre das correntes partidárias que o compõem, com um poder dramático mais forte que o da imprensa, do rádio ou do cinema.

É útil também trazer à colação o pensamento de PONTES DE MIRANDA, um dos mais importantes juristas brasileiros de toda a nossa história. Noto ele:

As comissões de inquérito nasceram com os Parliamentos, precisaram-se com o fortalecimento deles, e chegaram ao máximo de força onde a democracia indireta conseguiu impor-se como instrumento eficiente do bem público (Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda nº 1, de 1969, III, 51).

Finalmente, o testemunho de notável estudioso de Direito Constitucional, LEON BOCCATTO RODRIGUES, a respeito da experiência norte-americana nessa matéria:

A 17 de junho de 1967, a Corte Suprema tomou decisões importantíssimas que abrem novas perspectivas no panorama das garantias das liberdades civis nos Estados Unidos e a consagraram, uma vez mais, como a "toda mestra" do sistema constitucional americano. "O poder do Congresso de realizar investigações", disse a Corte pela voz do Chief Justice Warren, "é inerente ao processo legislativo". Este poder é amplo. Abrange os inquéritos relativos à administração ou, possivelmente necessárias, inclui pesquisas sobre os defeitos do nosso sistema social, econômico ou político, a fim de possibilitar ao Congresso remédios legais. Compreende provas nos departamentos do Governo Federal para trazer à luz a corrupção, a ineficiência ou o desperdício.

Parece-nos que o substantivo "inquérito" é uma das causas do equívoco popular a respeito do verdadeiro papel das comissões parlamentares de inquérito. Ele tem um matiz semântico um tanto ambíguo, talvez por se associar, no espírito das pessoas, a questões criminais e policiais. Por isso é preciso insistir, dando a este relatório um oportuno caráter didático, em que a punição de delitos eventualmente apurados no curso dos trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito é atribuição do Ministério Público (promotorias e procuradorias de justiça) e do Poder Judiciário, e não da comissão parlamentar de inquérito.

Mesmo quando se verifica, nos trabalhos de comissão parlamentar de inquérito, a ocorrência de crime de responsabilidade, por parte das autoridades máximas do Poder Executivo - o Presidente da República e os Ministros de Estado - não é a ela que cabe promover a ação punitiva devida - no caso, a denúncia à Câmara dos Deputados para a instauração, se for do Presidente da República o ilícito praticado, de processo de afastamento (impeachment, ou impeachment) e ulterior julgamento.

3.3 Considerações finais sobre o trabalho desta CPI Julgamos necessário, indispensável mesmo, proceder - de modo preliminar - a essa definição do papel das comissões parlamentares de inquérito, a fim, repetimos, de que não se vejam frustradas expectativas, que se não justifiquem, quanto ao alcance do poder e das atribuições a elas cometidas pela Constituição Federal.

Cumpre também dizer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional procura cumprir, e julga ter cumprido, o mais fielmente possível os seus deveres. Investigou até onde foi possível investigar. Os autos, numerosos e volumosos, em que se guardam e reedem os depoimentos e os documentos das mais variadas espécies colhidos ao longo das suas atividades, dão prova de que foi ingente o trabalho realizado.

Incumbia, agora, ao Ministério Público, principalmente, conferir consequência prática e legal a esse gigantesco trabalho realizado por nossa Comissão, deflagrando as ações criminais que serão processadas pelo Poder Judiciário.

Devemos, ainda, na condição, muito honrosa por isso que carregada de imensa responsabilidade, de relator desta Comissão, acrescentar uma explicação, a fim de prevenir e obviar incompreensões que possam injustificar o trabalho desenvolvido por ela, instaurada com o fim de apurar ilícitos eventualmente cometidos pelo Sr. Paulo César Cavalcante

Farias, conforme os termos do Requerimento nº 52/92, esta Comissão em momento algum, a partir da sua constituição e durante o tempo todo de suas atividades, até ao momento culminante da elaboração deste relatório, procedeu movida por qualquer sentimento de prevenção pessoal ou política, e sem nenhum intuito que não fosse o de encontrar as verdades exigidas pela Nação - de que a Comissão, enquanto redução expressiva do Congresso Nacional, é representante legítima. A ampliação do universo das investigações, que, de modo incontestável, levou a direções inesperadas e mesmo, de início, insuspeitas, e acabou envolvendo nelas outras pessoas, entre as quais a do Sr. Presidente da República Fernando Collor de Mello, deveu-se exclusivamente às ocorrências incidentais de tais investigações. Foram as referências feitas pelos depoimentos colhidos que obrigaram a Comissão a dirigir as investigações para rumos antes inicialmente nem sequer imaginados. Não podia, nem pôde, evidentemente, a Comissão desviar-se de tais rumos, sob pena de negar-se a si mesma, de faltar ao seu dever, de simular ignorância, de dissimular conhecimentos e notícias colhidas de forma clara e irrefutável: sob pena, enfim, de trair a confiança nela depositada por toda a Nação. É preciso deixar claro, bem claro, esse ponto, para que não haja dúvidas quanto à intenção e desprevenimento políticos da Comissão. Integridade, como o exigem a Constituição e o Regimento do Congresso Nacional, por parlamentares das várias correntes partidárias representadas no Congresso.

As razões e as considerações introdutórias, que podem ser úteis à compreensão da natureza e da finalidade das comissões parlamentares de inquérito, convém ficar permanentemente posicionado o seguinte: antes mesmo de serem auxiliares da atividade legiferante do Estado e de se constituírem poderes pelo controle do Executivo, tais comissões investigatórias existem em prol da inarredável necessidade de informar o povo, de onde emana todo o Poder, através de seus representantes no Legislativo, sobre fatos cruciais da vida nacional, a merecerem reparo.

E, no exercício dessa tarefa, as comissões parlamentares de inquérito apuram, indagam, inquiriram, sindicam, se deslocam aqui e ali, partilhando informações, recebendo e sistematizando dados, reunindo, classificando e sistematizando documentos, cotando-os, inter-relacionando-os, avaliando-os isoladamente e em face do universo das provas, afastando as vicissitudes e colidindo as contraprovas necessárias, desvendando o que a má-fé ou o vício procuram ocultar, superam as dificuldades naturais das investigações e também as adrede criadas, induzem, deduzem, inferem, concluem, tudo para levar ao povo uma visão completa e verdadeira de determinada situação da patologia política, econômica e social.

4. Metodologia de trabalho
A Comissão Parlamentar de Inquérito foi instituída com o objetivo específico de apurar as denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello contra o Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

No exercício da função de investigar os atos do Poder Executivo, a Comissão deslocou-se na tarefa de perscrutar a realidade, desvendando os fatos, para que a verdade emergisse, cristalina e limpa.

Mediante ação coordenada, a Comissão atuou com perseverança, na consecução escrupulosa de seus objetivos primordiais, que nada mais eram do que os "atos denunciados pelo Sr. Pedro Collor de Mello".

Buscar fatos determinados não era, por outro lado, buscar fatos previamente determinados, ou seja, cujos limites estivessem demarcados a priori.

A realidade é, não raro, incoerente; mas a investigação é capaz de dissecá-la e apropriar-se de aspectos que só a razão é capaz de desenvolver. Nesse sentido, a investigação levada a efeito pela Comissão foi descobrindo o objeto das denúncias e, aos poucos, apreendendo a teia, inicialmente invisível, que une fato a fato, pessoa a pessoa e fatos a pessoas.

Nada abalou a perquirição, que lançou sua proa de determinação na busca incansável da verdade: a verdade em si mesma, a mais pura verdade - e o fôz por imperativo de consciência que o dever impõe. Na trajetória das investigações, a Comissão depurou fatos relevantes que guardam relações intrínsecas com o objeto inicial da Comissão, fatos que apontam para práticas ilícitas, as quais não podem ser ignoradas, mas, ao contrário, têm que ser realçadas.

Seu empenho e compromisso funcionais levaram a CPI a analisar os fatos e a propiciar o conhecimento deles, sem subterfúgios, expondo-os à apreciação e à crítica públicas, porque o povo tem o direito à verdade.

Os resultados colhidos pela CPI foram produto do esforço e da dedicação do Parlamento Brasileiro, no exercício de suas atribuições constitucionais, inerentes ao controle dos atos do Poder Executivo (art. 49, X, e art. 58, § 3º, da Constituição Federal).

O Congresso é a nação reunida em assembleia, órgão da soberania popular, a que compete a tarefa indelegável de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, e não poderia permanecer inerte diante da gravidade das denúncias oferecidas pelo Sr. Pedro Collor de Mello à revista *Veja*, nº 1236, publicada em 25 de maio de 1992.

Os trabalhos seguiram o rito prescrito no art. 58, § 3º, da Lei Maior, respeitadas as disposições próprias da Lei nº 1578, de 1962, do Código de Processo Penal, do Regimento Comum do Congresso Nacional e dos Regimentos Internos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Inicialmente, a fase dos depoimentos, foram convocadas pessoas que tinham, por forte presunção, relações com os fatos denunciados. Cuidou a CPI de providenciar uma série de diligências que, por imposição lógica, reconheceu necessárias. A medida em que foram sendo encetadas as tarefas investigatórias, o universo conexo foi ampliando-se e, por sua vez, exigindo a intensificação das novas diligências e diligências, dentre os quais resultaram a quebra de sigilo bancário de vários nomes envolvidos com a suspeita de prática criminosa.

Diante da complexidade e amplitude do objeto das investigações e da exigência de tempo, o Relatório sentiu a imperiosa necessidade de criar sub-relatórios, com a indispensável autonomia para promover diligências que levassem ao fiel e proficiente desempenho de suas funções, nos limites de-

finidos na delegação.

Sem afastar-se do plano inicial, a Comissão defrontou-se com uma série de informações que as ocorrências denunciaram, com a eloquência incontestável do real, alcançando situações e responsabilidades imprevisíveis e, até mesmo, imprevisíveis.

O intuito da relatoria foi o de cristalizar, para a Nação, a isenção de propósitos e o desejo intransigível de encontrar a verdade. Dividir a relatoria para multiplicar a capacidade investigatória foi a maneira de cobrir os diversos ângulos dos fatos que lastrearam a criação da CPI. Em consequência, instituíram-se as seguintes sub-relatorias:

I - Assuntos internacionais
Composição: Deputados: Vivaldo Barbosa, José Dirceu, Odacir Klein e José Múcio.

II - Assuntos bancários
Composição: Senadores: José Paulo Bisol e Odacir Soares; Deputados: José Múcio, Sigmaringa Seixas, Aluísio Mercadante, Jackson Pereira e Wilson Müller.

III - Assuntos fiscais
Composição: Deputados: Odacir Klein, Miro Teixeira e José Dirceu.

IV - Assuntos da área da saúde
Composição: Deputados: Mendes Thame e Marcelo Barbieri.

V - Assuntos da área de aviação
Composição: Deputados: José Múcio e José Dirceu.

VI - Assuntos das relações empresariais
Composição: Senadores: Maurício Correa e Eduardo Suplicy.

A democratização do relatório, de acordo com minha convocação, permitiu que a Comissão chegasse a expressivos resultados, sobretudo se combinada a brevidade do tempo deferido com o vasto campo que se abria a cada novo momento das atividades. Mesmo assim, apenas minúscula parte do escabroso território onde se oculta a prática reiterada dos crimes contra o erário veio à tona. O moto contínuo da delinquência constatada exigiria, para debela-la, algo como uma CPI permanente. Ou uma profunda revisão ética na conduta dos homens públicos.

É o que esta CPI espera ter iniciado.

Capítulo I

Sistema dos depoimentos

Depoimento do Sr. Pedro Collor de Mello
Depois de conceder duas entrevistas à revista *Veja*, Pedro Collor de Mello foi ouvido, a 4 de junho, pela CPI. Informando que Paulo César Cavalcante Farias enriqueceu, em poucos anos, servindo-se de informações privilegiadas que seu relacionamento com o então Governador de Alagoas lhe propiciavam, explorando o prestígio emergente desta relação e apelando para a extorsão e a chantagem. Tratar-se-ia de "um sujeito muito competente", de fácil sociabilidade e maneiras envolventes. Tendo Fernando Collor de Mello assumido a Presidência, Paulo César Cavalcante Farias aproximou e intensificou seus métodos de exploração. Já no primeiro semestre de 1990 os empresários Jefferson Araújo e Laíse de Freitas teriam sido abordados por Jorge Waldério Tenório Bandeira de Mello, piloto de Paulo César Cavalcante Farias, tentando submetê-lo a extorsão. Cliente disso, o declarante submeteu o fato a Cláudio Francisco Vieira secretário particular do Presidente. Além disso, alertou o próprio Presidente, seu irmão, dizendo-lhe que Paulo César seria "um sujeito muito alucinado", de atuação "muito perigosa". Em outra ocasião, em almoço no Palácio do Planalto, advertiu o Presidente de que Paulo César estaria tentando destruir as empresas da família Collor em Alagoas, fundando empresa jornalística que pagava salários quatro a seis vezes superiores aos praticados na economia local. Em conversa com José Barbosa de Oliveira, ex-governador de Alagoas, e Carlos Mendonça, em diferentes ocasiões, Paulo César Cavalcante Farias teria dito que mantinha uma sociedade informal com o Presidente da República, a quem transferia 70% dos lucros. Este detalhe e relevante, primeiro porque se a sociedade existe, investigar a atividade de Paulo César implica em investigar a do seu sócio, para cujo efeito esta CPI não dispõe de poderes; segundo porque as investigações posteriores, mesmo sem que o Presidente fosse investigado, encontraram evidências sobre essa relação, verificando-se que efetivamente Paulo César financiava, inclusive através de "contas fantasmas", despesas pessoais do Presidente da República. Pedro teria sido informado a respeito desta sociedade informal em meados de 1991. Interpelado Cláudio Vieira a respeito, oportunidade em que se referiu a Paulo César como se estivesse vivo. Em janeiro de 1992 teria denunciado Paulo César diretamente a seu irmão Fernando Afonso. Não obstante isso, não confirmou que teria qualificado Paulo César Cavalcante Farias de instrumento de Fernando para a prática do mal. Foi evasivo e contratório nesse detalhe. De igual modo não confirmou a parte da entrevista na qual dissera que Paulo Farias era leste de ferro de Fernando nem que possuía um dossê capaz de provocar o impeachment do Presidente em 72 horas. Reconheceu, entretanto, que se contasse tudo o que havia visto, o Governo cairia, mas não soube relatar o que viu. mencionou que Paulo César teria recebido dos usineiros de Alagoas 12 milhões de dólares para intermediar negociação com o Governo do Estado, a pretexto de que o dinheiro seria destinado à campanha presidencial. Falou que o Presidente e dono de um imóvel em Paris. As demais informações de Pedro Collor de Mello mostram apenas a sua nervosa preocupação em separar as atividades de Paulo César Farias do Presidente da República, atenuando as inclivas acusações que havia formulado sobretudo na primeira entrevista concedida à imprensa.

Depoimento de Paulo César Cavalcante Farias
A 8 de junho foi ouvido Paulo César Cavalcante Farias, ex-seminarista, ex-professor de francês e latim, ex-vendedor de automóveis usados e novos, ex-advogado de furti e ex-locutor de rádio.

Confessou ser um comerciante nato. Em 1972 fundou a Empresa de Tratamentos de Alagoas S.A. Em 1985, a Empresa de Participações e Construções - EPC - e em 1988, a Brasil-Jet e em 1991, a Gráfica e Comunicação Tribuna, para não relacionar todas as suas firmas, a Tribuna foi objeto de diversos atos administrativos da iniciativa da Receita Federal e do Banco Central, subvertendo-se em 1993 a uma concordata. A despeito de ser padrinho de casamento de Pedro Collor de Mello, respondeu às suas acusações com acerto judicial na qual relacionou 18 calúnias, 19 difamações e três injúrias.

Exerceu a coordenação financeira da campanha de Fernando Collor de Mello à Presidência da República, o que colocou alguns de seus amigos à testa de ópio públicos importantes, embora sem sua indicação direta. Negou ter intermediado negócios com estado, reconhecendo que interveio em favor de algumas pessoas de suas relações, tal como o Governador Moacir Andrade, de Alagoas, na liberação de verba destinada ao laboratório Lifal, e Wagner Canhã na discussão do contrato de fornecimento de combustível para a Vasp. Esclareceu, entretanto, que não utilizou para este efeito, a intermediação de Marcos Coimbra. Quanto a sua relação com Milton, mencionou que conviviu bem com Zélia Cardoso de Mello. Carlos Charelli e Alenci Guerra, relacionou com pessoas de sua intimidade o irmão Luis Romero Farias e o então Presidente da Caixa Econômica, Lafayette Coutinho. Reconheceu que Jorge Waldério Tenório Bandeira de Mello é seu sócio da Brasil-Jet. Garantiu que não logo foi encerrada a campanha eleitoral foi cuidar de suas empresas, afastando-se do Governo. Quanto ao Jornal Tribuna de Alagoas, negou que seu objetivo fosse concorrer com a empresa jornalística da família Collor. Friaou ter sido coordenador da campanha eleitoral de Renan Calheiros em 1988, mas, em virtude de uma amizade de mais de 20 anos, acabaria por apoiar a candidatura de Geraldo Bulhões, ao Governo de Alagoas, razão pela qual Renan passou a acusá-lo, inclusive a pretexto de fraudes eleitorais. Reconheceu ter conta no Banco Nacional de Paris, mas negou ter empresas no exterior, admitindo, entretanto, que Guy de Longchamps é um velho amigo, com o qual contratou uma assessoria financeira que na verdade se destinava a compra de equipamentos para o Jornal acima referido.

No que concerne à multiplicação de seus bens, no ano de 1991, alegou bom faturamento de suas empresas e incorporação de reservas. Sobre a Brasil-Jet assegurou que se limita a utilizar dois aviões "alugados", pagando por um deles, 82 mil dólares por mês, e 154 mil dólares pelo outro. Negou ser proprietário de imóveis no exterior. Minimizou suas visitas à Casa da Dinda e sobre gastos da campanha eleitoral disse que a legislação brasileira é hipócrita. Com muita segurança, afirmou não ter direito ao sigilo bancário e fiscal. Não admitiu ter participado do acordo entre usineiros e o Governo de Alagoas.

Durante todo o seu depoimento fez praça de orgulho e segurança, referido-se às acusações como inconsequentes e irresponsáveis, transferindo a impressão de que se sente um homem superior.

Depoimento de Cláudio Francisco Vieira

Ouvindo pela primeira vez a 10 de junho, disse ter sido Secretário Particular do Presidente da República, com dois cargos, seus vencimentos não ultrapassariam Cr\$ 2.000.000,00. Mas, em 1975 começou a trabalhar nas Organizações Arnon de Mello, onde se iniciou como advogado. Companheiro do Secretário de Paulo César Cavalcante Farias, até hoje mantém com ele boas relações, mas não intimas. Reconhece que mediu encontro entre Paulo César e Pedro Collor sobre o assunto Tribuna versus Gazeta de Alagoas. Negou ter mediado advertências de Pedro Collor para o Presidente sobre Paulo César. Este e o Presidente se conheceram em 1988, numa campanha eleitoral. Disse ter sido Teófilo de campanha de 1988, na qual Paulo César foi coleitor de apoios financeiros. Dele o depoente nunca recebeu recursos financeiros. O comitê de Collor foi criado pelo empresário Luiz Estêvão. Negou qualquer interferência de Paulo César em negócios públicos. Foi proprietário de duas aeronaves turbo-hélicas vendidas em 1991 a Omexa e a Al Taxi Aéreo. É dono de um veículo de 10 metros, cuja manutenção custa Cr\$ 25.000,00 mensais. Sua boa situação econômica resultaria do exercício da advocacia. Sua atitude, depõe, chamava a atenção pelo caráter reflexivo e cuidadoso das respostas.

Depoimento de M. Takashi Izai

O depoente declarou-se engenheiro mecânico e dirigente da Hatuta Industrial S.A. Trabalhando há 25 anos com o Ministério da Saúde, fornecendo equipamentos para combater epidemias, nunca havia ouvido falar no empresário José Maria, da From Brazil, que o procurou apresentando-se como amigo íntimo de Paulo César Farias, de Luis Romero Farias, Secretário-Geral do Ministério da Saúde, e de Luis Ribeiro Gonçalves, Diretor Administrativo e Financeiro da CEME. Através desse relacionamento com autoridades do novo governo, o empresário José Maria Fonseca detinha informações de que o Ministério da Saúde iria necessitar em caráter de urgência, de uma quantidade de pulverizadores fabricados pelo depoente, demonstrando interesse em interferir nessas vendas. No dia seguinte, foi contactado pelo Diretor da CEME, Luis Ribeiro Gonçalves, que o induziu a fechar o negócio com o Ministério através da From Brazil. Sob ameaça de nunca mais vender ao Ministério. Essa estratégia de forçá-lo a vender pela intermediação da From Brazil foi repetida pelo comandante Bandeira, em encontro na sede da Brasil-Jet.

Segundo o depoente, na gestão de Luis Romero ficou decidido que ele cuidaria da CEME, através do Luis Ribeiro, e que todas as compras do Ministério e da Fundação passariam a ser feitas por Luis Ribeiro, através da CEME. A título de exemplo da força do " esquema FC", cita que, na Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), os documentos das empresas, que não entram no esquema, ficam rodando de mão em mão, com vários técnicos dando opiniões protelatórias ou opiniões desqualificando a empresa.

Denunciou que o CENEP bloqueava todos seus negócios. Já tinha fabricado 12 mil conjuntos (kit) e a empresa estava se esforçando por não poder entregá-los. O depoente resolveu procurar a revista *Veja*. O Comandante Bandeira, sabendo da denúncia pediu para que retirasse o que tinha declarado a *Veja*. Caso contrário, o grupo era poderoso e poderia ter grandes dissabores com o fisco e na esfera Judicial.

Acusou as três maiores transações realizadas no período do Dr. Luis Romero, (1.600.000 litros de inseticida Malathion, 3.000 toneladas de inseticida DDT e a compra de 800 veículos). Essas três compras montam um valor acima de 25 milhões de dólares. As três compras foram feitas sem licitação, em caráter emergencial contrariando o decreto Lei 2.300. Denunciou, ainda, que o Ministério da Saúde cancelou, retratando, uma concorrência internacional de DDT. A diferença entre o ganhador da concorrência e a empresa que vendeu a com-

para emergência é de três milhões de dólares.

Depoimento de José Maria Faria

Em 17 de junho de 1992, depois, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada à apuração das denúncias de Pedro Collor de Mello contra Paulo César Cavalcante Farias, José Maria da Fonseca, negou todas as acusações que lhe foram dirigidas por Takeshi Imai.

Esclareceu o depoente que a sua empresa From Brazil Comercio Internacional Ltda. e ligada exclusivamente ao comércio internacional, não operando no mercado interno.

Embora tenha negado influência junto ao governo, confessou que tem várias pretensões junto ao Ministério da Saúde. Em maio de 1991, a CEME importou, por seu intermédio, após concorrência pública, o inseticida Malathion, para combater a dengue, que deve ser aplicado com bombas pulverizadoras.

O contrato para fornecimento de tais bombas, de origem norte-americana veio a ser quebrado. Diante disso, o próprio depoente foi a procura do produto similar brasileiro, quando, então, conheceu Takeshi Imai. Porém, o próprio depoente declarou categoricamente que não operava no mercado interno. Relatou que para viabilizar a venda da CEME de pulverizador fabricado por Takeshi Imai, esteve com ele em Brasília. Após esse encontro, nunca mais se viram. Negou que conhecia Paulo César Farias.

Conheceu Luis Romero Farias quando, autorizado pelo Governo da Itália, anunciou uma doação de vacinas contra a cólera. Esclareceu que as suas relações com Aloisio Guerra começaram em junho de 1991, quando foram à Itália para concretizar uma operação final: a compra, com ajuda tecnológica de países estrangeiros, para construção de CIACO.

Esclareceu que conheceu Luis Gonçalves Ribeiro quando vendeu para a CEME o Malathion. Negou que o contato inicial com Jorge Bandeira foi por telefone quando este lhe pediu que o ajudasse a conseguir para a Brasil-Jet a representação das helicópteros Agusta. Posteriormente, visitou-o na sede da empresa, para lhe dizer que não concordava com a representação. Retornou, por fim, que nunca se viu com Paulo César Farias, nem antes, nem depois. Conheceu Luis Romero Farias, mas que pode chegar a grande influência que o Farias tinha na administração pública federal.

Depoimento de Luis Romero Cavalcante Farias

Em 17.06.92 foi ouvido, por esta CPI, Luis Romero Cavalcante Farias, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde e irmão de Paulo César Farias. O depoente afirmou ter chefiado a equipe de transição do presidente Fernando Collor na área de saúde, quando indicou um companheiro de campanha, Dr. Aloisio Guerra, para o Ministério da Saúde, que o convidou para o cargo de secretário-executivo do mesmo Ministério. Induzido a respeito de irregularidades no Ministério da Saúde, negou ter conhecido, nem ainda, assim como qualquer interferência de seu irmão, Paulo César Farias, no Ministério da Saúde. A respeito da liberação de recursos da CEME Central de Medicamentos - para Alagoas, via Paulo César Farias, declarou, apenas, ter sido lembrado, informalmente, do pedido do então Governador de Alagoas, desta liberação, por Paulo César Farias. Negou as denúncias do empresário Takeshi Imai, alegando jamais ter feito qualquer aquisição para o Ministério da Saúde, ou planejado comprar, ou mesmo, ter se encontrado em sua residência.

Em esse empresário, para definir o fornecimento de pulverizadores, que seriam usados no combate à dengue. Negou que o croqui de seu apartamento, apresentado por Takeshi Imai, correspondia à realidade, afirmando que uma sala, como a de sua casa, comportaria uma mesa de oito lugares. Mais tarde, contradisse quando novamente inquirido, afirmando categoricamente ser oito.

Questionado sobre compra sem licitação de seringas descartáveis, afirmou que não houve superfaturamento, ao contrário, que foi a compra mais barata, justificando que a grande diferença de preços entre uma compra e outra, deu-se em função da estocagem da Beckson e Dickson que colocou, na época, as seringas no mercado com preços consideráveis de dumping pelas concorrentes. Negou ter participado de qualquer aquisição ou planejamento de compra para o Ministério. Indagado sobre o fato de sua assinatura e a expressão "de acordo" constarem em providências de aquisição de material, respondeu que sua assinatura, no caso, era inocua. Negou ter conhecimento do caso dos kits, apresentados por Takeshi Imai, que acusava o diretor da CEME, Luis Ribeiro de forçar a vender seus produtos ao ministério através de intermediação do empresário José Maria da Fonseca, da From Brazil. Afirmando ter conhecido José Maria da Fonseca, em 1991, em seu gabinete, desconhecendo os contatos do mesmo com a CEME. Admitiu tê-lo apresentado ao então Ministro Aloisio Guerra, o que foi recebido por José Maria da Fonseca, segundo o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Negou conhecer função específica de seu irmão, Paulo César Farias, no Governo Federal, assim como se lembrar de visita dele ao seu gabinete no Ministério da Saúde.

Depoimento de Jorge Waldério Tenório Bandeira de Mello

Ouvindo a 22 de junho, Jorge Waldério Tenório Bandeira de Mello não lembrou que Paulo César Cavalcante Farias lhe cedeu 8% da sociedade na Brasil-Jet, a qual não seria proprietária de nenhum avião, já que os dois que utilizava seriam arrendados. Sua retirada mensal não ultrapassaria R\$ 15.000.000. A Mundial Aero Taxi é dele e da esposa. Faz parte do board da Parat Express, criada por Ironeides Teixeira, executivo da Miami Leasing, proprietária dos aviões da Brasil-Jet. Pilotava, na campanha eleitoral, o avião de Collor. Era, então, pago por Carlos Lyra, pois era empregado da Solat Taxi Aéreo. Reconheceu ter estado na empresa de Takeshi Imai, mas não admitiu o fato de ter tentado qualquer extorsão. Marta Vasconcelos Soares, sua secretária, admitiu ter participado na Parat Express Corporation. Em duas mil, tem 40 cotas, em um capital de US\$ 2.000.000. Na Mundial tem dois Leas 35. A Brasil-Jet opera com um Lear 35, um H3800, o primeiro dos quais é o chamado "Mico Negro". As acusações de Takeshi seriam tentativas de extorsão. Ignora que se telefonou de Takeshi Aéreo e da Omega pertencem a Paulo César Cavalcante Farias. Sou pobre, disse. Bilionário em dinheiro. O croqui que Takeshi fez da Brasil-Jet não era correto. No último ano teve um lucro de R\$ 150.000.000. Nada mais disse que pudesse interessar, cumprindo registrar que depois com petulância.

Depoimento de José Renan Vasconcelos Calheiros

O depoente declarou que o Senhor Presidente da República tinha pleno conhecimento das atividades ilícitas do Sr. P.C. Farias, porque foi advertido por ele - Renan - na condição de líder do governo da Câmara dos Deputados. Disse que conheceu o Sr. P.C. Farias durante a campanha eleitoral de 1990, que elegeu o Sr. Fernando Collor governador de Alagoas. A testemunha informou que seu contato, mais direto com o atual Presidente da República, foi a partir da época em que ambos eram deputados federais. Declarou, com insistência, que o Sr. P.C. Farias mantinha um poder paralelo exercendo tráfico de influência intenso, com força de indicar pessoas para ocupar cargos no governo, bem como participar de triagem de nomes e exercer ainda, poderes de decidir demissões de cargos em diversos escalões do governo. Alegou que o Sr. P.C. Farias estava envolvido com a dispensa de licitações do programa "SOS rodovias" e desvio de recursos da Central de Medicamentos, além de exercer influência na Secretaria de Assuntos Estratégicos, especialmente no que se refere a seleção de nomes para ocupar cargos no governo federal. O depoente alegou que indicou ao Sr. Presidente da República indicio de envolvimento do Sr. P.C. Farias em atos ilícitos e que o Sr. Fernando Collor se omitiu na apuração dos fatos. Também informou que o Sr. P.C. Farias costumava exibir cópias de facturas, comprovando pagamento de despesas, que dizia serem feitas pela Sra. Rosane Collor, através de cartão de crédito. A testemunha disse que uma de suas conversas com o Sr. Presidente da República, acerca das atividades ilícitas do Sr. P.C. Farias, foi presenciada pelo então ministro da Justiça Bernardo Cabral. Alegou ainda, que em determinada época a ex-ministra Zélia Cardoso de Melo perquiriu no Sr. Presidente da República, o que vou fazer com os pedidos do Paulo César Farias. Como resposta o Sr. Presidente respondeu: "Vá tocando".

A maior parte do depoimento do Sr. Calheiros refere-se a questões relacionadas com as últimas eleições em Alagoas. Tendo afirmado que o Sr. P.C. Farias exerceu forte influência no resultado do pleito, especialmente com o aporte de recursos financeiros para a campanha do candidato vencedor, o atual governador de Alagoas Geraldo Bulhões.

Depoimento de Luis Octávio da Motta Veiga

O depoimento de Luis Octávio da Motta Veiga transcorreu de acordo com o teor das suas declarações na revista Vela. A princípio o depoente descreveu que conheceu Paulo César Farias em São Paulo, no Hotel Transamérica, e que nesta ocasião a professora Zélia Cardoso de Mello comentou que o mesmo era a pessoa mais próxima do presidente eleito.

Quando da sua gestão na Petrobras, o depoente afirmou que Paulo César Farias procurou interceder em dois casos: o da VASP e o da plataforma P-18. No decorrer de tais tentativas de interferência, o depoente teve por diversas vezes de Paulo César Farias a confirmação enfática de que gozava da intimidade do Presidente da República, do Presidente da Caixa Econômica Federal Lafaiete Coutinho e de outras pessoas do Palácio do Planalto. Segundo o depoente, o mesmo articulava com certa frequência na Caixa Econômica Federal e que havia tentado a mesma coisa junto ao BNDES. Disse também ter no Ministério da Saúde muitos contatos. Destacou ainda que tais informações lhe eram passadas pelo próprio Paulo César Farias, como também que seu poder era outorgado pelo próprio Presidente. O depoente afirmou que ficou muito impressionado com a forma como Paulo César Farias transitava com os bilhetes, os avisos, as audiências pelos ministros da Presidência. Nas suas conversas com o depoente, chegou a invocar sua própria participação em negócios que levaram à formação de "cartéis" para o futuro financeiro das campanhas políticas. Quando ainda que algumas vezes a sua interferência seria utilizada para a obtenção de uma empreitada.

O depoente relatou que seu primeiro encontro com Paulo César Farias ocorreu por iniciativa de pressões a partir de uma chamada no dia 3 de maio, quando o depoente estava em Alagoas. Nesse encontro se falaram e trataram tais como o andamento da administração e suas dificuldades. Em outro telefonema, Paulo César Farias ocorreu no dia 6 de junho, o mesmo, segundo o depoente, começou a fazer o adiamento das concorrências da Petrobras. Procurou o depoente explicar o andamento de uma concorrência para a plataforma P-18, interessado-se pela manobra de lucros das empreiteiras nesse tipo de concorrência e terminou frustrado pela decisão do Conselho de Administração que concedeu aquela obra para o Consórcio Tenegre-Feltes. Segundo o depoente, Paulo César Farias buscava informações privilegiadas para obter vantagens. Diante da negativa recebida a alusão conversa telefônica foi para ele desopionante. O depoente sentiu que Paulo César Farias estava tentando exercer influência, mas não tomou nenhuma providência em relação ao mesmo, salvo a de fazer com que o processo "quisesse seu curso normal".

Paulo César Farias voltou a entrar em contatos telefônicos com o depoente. Telefonou no dia 3 de maio, 6 e 7 de junho, 14, 17, 21 e 28 de agosto, 3, 11, 14, 19, 21, 22 e 26 de setembro, sendo o último telefonema em 10 de outubro, todos no ano de 1990. Tais telefonemas passaram pela secretária da Presidência da Petrobras, estando registrados na agenda da mesma. Afirma ainda o depoente, que haver recebido telefonemas de Paulo César Farias durante sua estada em Nova Iorque. Os telefonemas tratavam sempre da plataforma. Frisou ainda o depoente que os de setembro tratavam do caso VASP. Foram ao todo 17 telefonemas.

O depoente afirmou que Paulo César Farias pediu sua atenção para um irmão que tinha um posto de gasolina em Alagoas a quem a Petrobras Distribuidora suspendera o fornecimento de combustível por falta de pagamento. O depoente após intervir-se do assunto, respondeu-lhe ser impossível fazer qualquer coisa até que o interessado saldasse suas dívidas.

Quando Paulo César Farias tocou, pela primeira vez, no assunto VASP, pediu ao depoente que a Petrobras emprestasse a mesma 40 milhões de dólares para reembolso em 10 anos apenas com correção cambial. Naquela ocasião, a VASP já devia a Petrobras entre 4 e 6 milhões de dólares. Ele

queria 40 milhões de dólares em espécie da Petrobras Distribuidora. Nesta época a VASP estava em processo de privatização. E na ocasião, ele falava do interesse do empresário Wagner Canhedo, que ainda era estranho à VASP. Wagner Canhedo estava envolvido na montagem de um processo de privatização e circulava o pressuposto de que o mesmo viesse a tomar conta da mesma. Na ocasião, Paulo César Farias já estava tentando fazer com que algumas condições financeiras ou de fornecimento viessem a beneficiar o empresário.

O empréstimo, no início, era um pressuposto do negócio, mas quando os fatos se precipitaram a Petrobras não aceitou tal proposta. Ocorreu a privatização da VASP e a Petrobras continuou afirmando que o empréstimo era impossível. Afirmando o depoente que passou a receber aviões tal como: "a operação para se concretizar só depende de você...". Tais aviões vinham de Paulo César Farias que dizia falar em nome de Wagner Canhedo. Ocorreu também uma segunda proposta, esta depois da compra da VASP, e que seria da permissão de combustível reduzida de 50 para 40 milhões de dólares. Voltou também o argumento "só falta você fazer a sua parte". Afirmando o depoente que muitas propostas foram feitas por Paulo César Farias e que não teve contato com Wagner Canhedo. Quando as coisas não começaram a sair conforme a vontade de Paulo César Farias, o mesmo passou a discutir com o depoente a conveniência de se manter alguns diretores da Petrobras sob a alegação de que precisavam ter maior controle da máquina.

Em setembro, o depoente recebeu um telefonema do Embaixador Marcos Coimbra onde o mesmo procurava saber como estava a situação do caso VASP. O depoente respondeu que a proposta da VASP não atendia aos interesses da Petrobras e que não poderia autorizar tal operação visto haver pareceres técnico-financeiros da empresa que desaconselhavam tal operação. O embaixador expressou seu desapontamento, dizendo que aquilo contrariava o empenho do Palácio do Planalto para a concretização do processo de privatização da VASP. Afirmando o depoente que tal telefonema ocorreu no dia que ele deveria ir para os Estados Unidos, o que motivou seu adiamento por um dia. Após este fato Paulo César Farias voltou a procurar o depoente em Nova Iorque através de dois ou três telefonemas para o hotel. Afirma o depoente que havia dado o número de seu telefone para Marcos Coimbra e que o mesmo o havia passado para Paulo César Farias.

Por duas vezes o depoente reportou ao Ministro Ozires Silva que fora procurado por Paulo César Farias. Na segunda vez foi veemente e cobrou do Ministro uma atitude. O mesmo disse que iria conversar com o Presidente da República. Na ocasião entrou em contato com o depoente. O depoente crê que sua saída da Petrobras deve-se às suas negativas face às investidas de Paulo César Farias, ou seja, ao fato de haver contrariado os interesses que no seu entendimento feriam os interesses da empresa. E também porque percebeu que existia um "esquema PC" a qual recusou participar. Enfatizou que não foi a menor dúvida de que existia e existe o "esquema PC" e que quando o mesmo tentou aproximar-se dele era para o tráfico de influências, para o aliciamento de pessoas para participar do esquema. O depoente também salientou que recebeu ameaças anônimas ao sair do Brasil.

Com relação à sua vinda ao Brasil para depor na CPI, sentiu que houve uma tentativa de desmoralizar seu depoimento e consequentemente de desmoralizar a prova testemunhal.

O depoente considera que sua insubordinação, acusação feita pelo porta-voz do Presidente, foi insubordinação ao "esquema PC" e que na Petrobras sentiu a existência do mesmo.

Depoimento do embaixador Marcos Antonio de Salvo Coimbra

Diplomata aposentado e Secretário Geral da Presidência da República, Marcos Antônio de Salvo Coimbra conheceu Paulo César Cavalcante Farias em 1987. As relações com ele sempre foram meramente cordiais, com pequeno aprofundamento durante a campanha eleitoral. Paulo César parecia amigo de Collor durante a campanha, mas depois sumiu, sem ficar com prestígio junto ao presidente. É falso que exerça influência sob esse pretexto. Sabe pela imprensa que Paulo César se envolve em negócios escusos. De fato, requiriu telefonou-lhe uma vez, comunicando-lhe que Paulo César intermediava obras públicas no Paraná. Isso em 1991. Ficou de tomar providências, mas não disse nada. Em outubro de 1990, ao voltar de viagem ao exterior, o Presidente mostrou-se indignado com notícias sobre interferência de Paulo César na Petrobras. Reconhece que telefonou, mais uma vez, para Motta Veiga, Presidente da Petrobras, mostrando interesse pelo pleito da VASP. Em relação a contatos da linha de Ana Avelino e pagamentos de Farias ao Eriberto Freire França nada acrescentou. O "esquema PC" não existia. Existia, isto sim, o "Esquema Imprensa", para destruir a imagem do Presidente. Na atitude, o depoente foi diplomático ao não depor, isto é, controlado, seguro e elegante.

Depoimento de Francisco Eriberto Freire de França

Desentendi pela Revista Isto É, Francisco Eriberto Freire de França foi ouvido a 1º de julho. Disse que foi apresentado ao comitê do candidato Fernando Collor no começo da campanha presidencial. Passou a trabalhar como motorista de Ana Maria Acioli Gomes de Melo. Sua carteira de trabalho foi assinada pela Serven Engenharia. Após a posse do Presidente da República a Petrobras passou a assinar a carteira. Fazia pagamentos desde o tempo da campanha. Primeiro sacava no BNC, depois no Bancões e finalmente no Banco Rural. Tudo sob as ordens de Ana Maria Acioli Gomes de Melo. No BNC e no Bancões era atendido pelo superintendente Eliezer Batista, que se transferiu de um banco para outro, o que significa que jamais se dirigia ao caixa. Tinha um atendimento especial. Informou que conhecia Rosineide de Carvalho Melanias, conhecida por Rose, secretária de Paulo César Farias, que inicialmente operava em Brasília, na Brasil-Jet, onde foi substituída por Marta Vasconcelos Soares, e depois em São Paulo, na EPC. Francisco Eriberto colhia o dinheiro no cheque, algumas vezes dólares, na

Brasil-Jet, levando-os para Ana Maria Acioli. Um dos pagamentos em dólares foi feito para Ujara Cabral, na joalheria Natan, no ParkShopping. Utilizava um automóvel alugado a uma empresa GM locadora que apresentava as faturas para a Brasil-Jet a cada mês. José Máximo de Oliveira, dono da locadora, afirmou a Eriberto que a Brasil-Jet pagava as faturas. Por sua vez a Al. Taxi Aéreo respondia pelos pagamentos do combustível mediante talões que Eriberto pedia na alfândega. Os talões eram acionados por Osvaldo Sales. Quem atendia Eriberto na Brasil-Jet era a secretária Maria Vasconcelos Soares. Antes dela era Rose. O abastecimento do automóvel era feito na 410 sul, posto Polar. Algumas vezes levou importâncias em dinheiro à Casa da Dinda para pagamentos dos empregados domésticos do Presidente. Entregava o dinheiro ao mordomo Berto Mendes. A certa altura do depoimento reconheceu certa vez ter ido à C.V.P. em Tatuatuba, com o motorista de Cláudio Francisco Vieira, pegaram um Fiat Elba 0 Km, veículo que foi levado para a residência do Presidente da República e entregue ao mencionado mordomo, sendo que os documentos estavam em nome do Presidente da República. Nunca recebeu cheques ou importâncias em dinheiro, destinados a pagamentos, de Cláudio Francisco Vieira.

Ao final, o depoimento do motorista Eriberto Freire de França foi elogiado por diversos Deputados em razão da clareza, da objetividade, da pureza descritiva das declarações e da firmeza que conseguiu imprimir as respostas a despeito da visível tensão com que depôs.

Depoimento de Zélia Maria Cardoso de Mello
A 07/07/92, depois perante esta CPI Zélia Cardoso de Mello, ex-Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento. Por circunstâncias especiais de ordem médica o depoimento foi colhido na sua residência, em São Paulo. Declarou ter sido apresentada ao empresário alagoano Paulo César Farias pelo então candidato à Presidência da República Fernando Collor de Mello. O empresário foi-lhe apresentado como coordenador financeiro de sua campanha. Afirmou que, da época em que trabalhava na Academia de Tênis, não guarda lembranças de Paulo César Farias. Admitiu porém a hipótese de tê-lo encontrado em algum lugar em Brasília, entre janeiro e fevereiro de 1990, inclusive na casa do Presidente. Afirmou categoricamente que o referido empresário nunca influenciou em nomeações no Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, embora tenha admitido genericamente que ele poderia ter-lhe pedido alguma coisa, mas nada que merecesse registro. A depoente afirmou que jamais ouviu qualquer comentário de algum membro da sua equipe afirmando que Paulo César Farias exercia influência sobre o seu Ministério. Declarou também que, ao que se lembra, nunca teve qualquer conversa com o Deputado Renan Calheiros a esse respeito. Inquirida a respeito da demissão de Luiz Octávio da Motta Velga da Petrobrás, declarou-se tratar de uma decisão de competência exclusiva do Presidente da República, bem como a escolha do substituto. No entanto, admitiu a existência de conflitos entre o Ministério que chefiava e a Petrobrás. Negou qualquer relação entre a sua empresa ZLC, seja com o Governo Federal, seja com o empresário Paulo César Farias. Segundo a depoente a ZLC nunca trabalhou para o Presidente Fernando Collor de Mello, nem recebeu de Rosinete Melanias, secretária de Paulo César Farias qualquer tipo de pagamento por serviços prestados ao empresário alagoano. Afirmou também que desconhece relações entre seus sócios e as pessoas supra citadas. Declarou que nunca tomou conhecimento de qualquer contratação de empresas para campanhas publicitárias do Governo Federal que não seguissem os trâmites burocráticos. Afirmou também que nunca interferiu nas Fundações, Fundos de Previdência ou entidades fechadas de funcionários, de empresas e de instituições estatais.

Por fim, declarou ter saído do Ministério em função do desgaste produzido pela política de austeridade que tentou implantar, e não por discordância da conduta ética do Governo.

Depoimento de Maria Vasconcelos Soares
A depoente declarou que, na época eleitoral, trabalhava para Paulo César Farias, como receptionista e telefonista. Após a campanha, passou a trabalhar na Brasil-Jet, junto com o Comandante Bandeira, fazendo a agenda dele e ligações telefônicas. Tinha como superior hierárquico o Comandante Bandeira, como presidente da empresa, e o comandante Ricardo Campos, responsável pela contabilidade. A depoente não conhece a EPC e não sabe se tem contato com a Brasil-Jet. As pessoas com quem o Comandante Bandeira se relaciona são ligadas a taxi aéreo, como a Vega Taxi Aéreo, a Voar Taxi Aéreo. O único empresário que liga para a Brasil-Jet é o Paulo César Farias. Segundo a depoente, Takechi Imai esteve no escritório umas três ou quatro vezes, para falar com o Comandante Bandeira, ocasião em que ficou esperando o dia inteiro. Em outra oportunidade, autorizado por ela, Takechi Imai fez uso da máquina de escrever. Admitiu ter conhecido Ana Acioli na campanha presidencial, e ter feito algumas ligações telefônicas para ela, a mando de Paulo César Farias. Admitiu também conhecer o motorista Eriberto França, que, segundo a depoente, frequentava a Brasil-Jet por ser amigo de Roberto, motorista da empresa. Reconheceu ter sido procuradora de Paulo César Farias na venda de um terreno do deputado Paulo Octávio para o Presidente da República, e também na aquisição de uma casa pela EPC, da qual imagina ser Paulo César Farias o dono. Negou a declaração do motorista Eriberto França de que ela lhe entregou envelopes fechados com dólares, ou cheques, ou dinheiro. Declarou nunca ter falado com o Pilão do Planalto.

Depoimento de Ana Maria Acioli de Melo
Em circunstâncias normais o depoimento da secretária Ana Acioli deveria ter sido colhido logo após o do motorista Eriberto Freire. Entretanto, por alegada questão de saúde, sua coleta ficou dependente de autorização médica.

Foi assim que, após duas semanas, no início em São Paulo, assistida por seu advogado e por médicos, depois Ana Maria Acioli Gomes de Melo, secretária particular do Sr. Presidente da República. Por precaução, o depoimento foi colhido somente pelo Presidente e pelo Relator desta CPI.

A depoente afirmou não ter função na Presidência da República. Seu papel consiste em secretariar a vida particular do Presidente. Entre outras coisas administrava os gastos pessoais e familiares do Chefe de Estado através de conta no Banco, mantida por depósitos quinzenais realizados pelo Sr. Cláudio Francisco Vieira, sempre de acordo com valores solicitados a ele pela depoente. A conta foi aberta em seu nome de solteira, Ana Maria Corrêa Acioli. Tempos depois, visando resguardar o Presidente, o banco aconselhou-a a utilizar o nome de Maria Gomes, o que foi feito, mantendo-se o CPF, a identidade e o número da conta.

A depoente reconheceu que esta conta destinava-se exclusivamente às despesas do Presidente e de sua família. Todo e qualquer outro uso era precedido de autorização pessoal do mesmo. Afirmou ainda desconhecer a origem dos recursos que supriam a conta, não tomando conhecimento nem mesmo dos cheques depositados. Sempre imaginou que os recursos eram repassados pelo Sr. Cláudio Francisco Vieira, secretário da Presidência da República.

Percebendo, respondeu categoricamente que todos os pagamentos de gastos particulares do Sr. Presidente da República passavam obrigatoriamente e exclusivamente por aquela conta. No entanto, diante de evidências documentais apresentadas pelo Sr. Relator, acabou por admitir que utilizava ainda, para o mesmo fim, contas no BNC e no Banco Rural.

A depoente desconhecia o fato de que o carro alugado por ela utilizado em serviço era pago pelo Sr. Paulo César Farias. Entretanto, admitiu que o carro era abastecido regularmente no Posto Polar e o gastos eram custeados pela empresa AL Taxi Aéreo, que cedia os talões de combustível.

Alexio mencionou as afirmações do motorista Eriberto no sentido de que, a mando da depoente, buscava dinheiro, valores, cheques e até dólares da Brasil-Jet para suprir a conta administrada pelo Presidente da República. Segundo ela, o motorista buscava apenas pequenas encomendas pessoais que a depoente fazia a sua amiga Rose, secretária de Paulo César Farias em São Paulo. Entretanto, admitiu que o motorista retirava dinheiro em banco e realizava pagamentos tanto em cheque quanto em dinheiro. Reconheceu ainda que o motorista fez alguns pagamentos diretamente na Joalheria Natan, a que ele também fazia pagamentos regulares a empregados na Casa da Dinda.

Confundiu-se ao ser questionada sobre documento de depósito bancário, onde constava a letra do motorista Eriberto, publicado pela Revista Isto É. Após negativa inicial, admitiu ter visto a publicação, reconhecendo que eram depósitos de pagamentos em nome da mãe e da ex-mulher do Presidente feito sob sua ordem. Aproveitou para afirmar que o motorista Eriberto não merecia confiança, pois era o único que ficava com os depósitos publicados pela revista.

Por fim, a secretária Ana Acioli afirmou receber pouco mais de dois milhões de cruzeiros por mês como salário. No entanto, questionada, reconheceu que recebia também cerca de 600 mil cruzeiros mensais como funcionária da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

Depoimento de Roberto Requião de Melo e Silva
O Sr. Roberto Requião apresentou a CPI acusações documentadas através de dossê entregue a comissão, que segundo suas palavras levaria à convocação de que se estabeleceu na Brasil Intermediária de verbas públicas por um grupo que se constituiu em um governo paralelo no país.

O depoente acusou Antonio Celso Garcia, ou Toni Garcia, de ter sido portador de proposta em relação às verbas da Caixa Econômica Federal. Tal proposta consistia em aceitar uma lista de empreiteiras que deveriam ganhar as concorrências no Estado do Paraná. Caso aceitasse, segundo o depoente, o Governo do Paraná não teria mais problemas sobre os pleitos de recursos junto a Caixa Econômica Federal. Afirmou que Antonio Celso Garcia se dizia sócio e representante de Paulo César Farias. Aparente o depoente reportagem da Folha de São Paulo constando que a EPC - Empresa de Participações e Construções, de Paulo César Farias, no endereço: Ramos Batista nº 152, 8º andar, SP, Capital; desocupou o andar a seis meses e o imóvel vendido, sendo o novo proprietário, segundo a ficha do condomínio, Antonio Celso Garcia. Declarou ainda que entregou o dossê sobre o caso ao Ministro Jorge Bornhausen, igualmente relatou os fatos ao Presidente da República em conversa telefônica.

O Sr. Roberto Requião relatou os resultados de investigação realizada por empresa privada onde, concluiu o relatório desta empresa, que os terrenos comprados em um dia foram vendidos 25 dias depois para a Caixa Econômica Federal, com um lucro de 2.400%, e outros terrenos com lucros de aproximadamente 800%, no Estado do Paraná. Ainda segundo o depoente, embora as prefeituras, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica e a Companhia de Saneamento do Paraná tivessem realizado as instalações de água, luz e infraestrutura, essas instalações foram cobradas da Caixa Econômica Federal, "a preços absurdos" e repassados aos mutuários. Afirmou também que a situação de tais imóveis é a pior possível porque o alto preço inviabilizou a compra e impediu que aqueles que os haviam adquirido não pudessem mais pagá-los. Declarou que diante dos fatos apurados por sua equipe, no Governo, formou "convocação clara e documentada" sobre o superfaturamento da obra do Fundo de Garantia do Estado do Paraná e que, "diante da ausência de respostas por parte do Governo Federal, de que há um envolvimento direto, ou desinteresse omissivo e compromissado em que as coisas não sejam apuradas". O depoente acusou o Sr. José Carlos Martins, segundo ele, administrador financeiro da campanha do

Presidente Collor, de ser um dos intermediários dos operadores dos recursos da Caixa Econômica do Paraná e dos recursos dos Fundos do Ministério da Ação Social. Por fim concluiu que a partir da sua negativa em ceder à intermediação proposta por Antonio Garcia, o Estado do Paraná não recebeu mais recursos dos programas do Governo Federal.

Depoimento de Ana Rosinete de Carvalho Melanias
Com aparente naturalidade, Rosinete de Carvalho Melanias prestou declarações a 16 de julho. Começou, como secretária, em Macaé, no Tratorial, depois na EPC. De Macaé veio para Brasília trabalhar na Brasil-Jet, onde permaneceu seis anos. Foi então para São Paulo, para a EPC. É amiga de Ana Acioli e de Maria de Vasconcelos Soares. Representou a EPC em estabelecimentos de crédito. Ganha bem, mas se recusou a informar seu salário. Em Brasília, morava no Hotel Naoum. Paulo César tem uma casa perto da casa do Presidente. Comprou-a de Paulo Octávio. Em São Paulo a EPC funcionou na Rua Ramos Batista, 152, Vila Olímpia, e depois na André Amparo, 153. Foi procuradora da Brasil-Jet. Em São Paulo a EPC tem duas telefonistas e não tem outros empregados. Essa firma presta assessoria econômica e fiscal, usando serviços de terceiros. Paulo César Cavalcante Farias não tem parâmetro, está sempre girando. É verdade que ele tem conta no Banco Nacional de Paris e é amigo de Guy de Longchamps. Na conta de Ana Acioli só fez um depósito a mando de Paulo César. Este e Wagner Canhoto são amigos. George Ricardo Melanias é marido do depoente e trabalha na VERAX, empresa de Paulo César. A depoente resistiu a fornecer material para a perícia grafotécnica.

Segundo depoimento de Cláudio Francisco Vieira
No dia 27 de julho, Cláudio Francisco Vieira prestou novo depoimento o Sr. Cláudio Francisco Vieira.

Informou que o Sr. Presidente da República, apesar das despesas pessoais, nas de sua residência e de sua família, com recursos próprios, administrados pelo depoente.

No dia 16 de janeiro de 1990, a mando do então Governador Fernando Collor de Mello, firmou contrato com uma instituição uruguaia, abrindo uma linha de crédito de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares), que seriam utilizados na campanha eleitoral.

A Nota Promissória foi assinada em abril de 1989, figurando o depoente como devedor e como avalistas Fernando Collor de Mello e os empresários Paulo Octávio e Luiz Estêvão.

Sacou, na época, aproximadamente, US\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil dólares), os quais, convertidos em cruzados novos, foram transferidos do Uruguai, não sabe o depoente como, pelo Sr. Najun Turner.

Com esse dinheiro foram adquiridos trematites e poucos quilos de ouro, que ficaram em depósito com Najun Turner.

Todavia, o candidato Collor, da Malhada, não obteve o êxito na eleição pública. Após o programa do PRN em São Paulo, transmitido pela TV Bandeirantes. A partir daí surgiram amigos para ajudar financeiramente, em consequência do que foi necessário gastar na campanha eleitoral o dinheiro obtido no Uruguai.

De 1989 em diante, a verba passou a ser utilizada para pagamento das despesas pessoais do Presidente.

Pediu a Najun Turner que fizesse depósitos em contas de D. Ana Acioli, de José César, da Brasil's Garden.

Najun Turner, em cartório, perante Tabelião Público, fez uma escritura de declaração, afirmando-se responsável por "aqueles depósitos", que foram efetuados "por interpostas pessoas, ou de motu próprio" etc.

Diante dessa declaração, por sugestão do eminente relator, o depoimento foi suspenso para que o declarante apresente os documentos por ele mencionados.

Depoimento de Sr. Antônio Carlos Alves dos Santos
No dia 28 de julho de 1992, depois o Sr. Antônio Carlos Alves dos Santos, que exerceu o cargo de presidente da Central de Medicamentos (CEME) no período de 20 de junho de 1990 a setembro de 1991. O depoente afirmou que toda a diretoria da CEME, durante sua gestão, foi nomeada pelo Ministro Alcega Guerra.

Sobre a atuação de Luiz Romero Farias e do Sr. Luiz Ribeiro na administração da CEME, declarou que tinha pouco contato com Luiz Romero Farias, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, o qual "tinha uma função como quase Ministro", e também que Luiz Ribeiro fora designado pelo Ministro Alcega Guerra para o setor de Administração e Finanças da CEME.

A respeito da obra do Laboratório LIFAL, em Alagoas, afirmou que, de acordo com o programa de modernização dos 15 (quize) laboratórios que trabalhavam para a CEME na produção de medicamentos, anualmente são liberadas verbas para esses laboratórios, que produzem cerca de 60 a 63% da demanda do órgão.

Durante o período em que esteve na Presidência da CEME, foi destinada ao laboratório de Alagoas (LIFAL) a importância de 600 milhões de cruzeiros, de uma verba de 1.400 bilhão de cruzeiros.

Questionado acerca de algum pedido de Paulo César Farias relativo ao LIFAL, conforme declarações do mesmo nesta CPI, o depoente respondeu negativamente, afirmando inclusive que não teve nenhum contato com o mesmo e que também não foi procurado por Luiz Romero Farias para tratar do assunto.

Percebendo-se recordava-se que as duas primeiras liberações de recursos da CEME para o LIFAL foram, uma de 465 milhões de cruzeiros, e a outra, de 435 milhões de cruzeiros, o que, em valores atualizados, seriam 3 milhões de dólares, e que a primeira liberação ocorreu em 27 de dezembro de 1990, e a outra, em 18 de janeiro de 1991, datas essas que coincidem com o período eleitoral em Alagoas, exatamente o segundo turno das eleições, realizado no dia 20 de janeiro de 1991 e, finalmente, que o então presidente do LIFAL havia liberado os pagamentos devidos à empresa responsável

pela obra depois de conversar com Luiz Ribeiro, o deponente respondeu negativamente. Disse que apenas conhecia o projeto e sabia da liberação das verbas. Também não teve contato com o Presidente do LIFAL por ocasião da construção das obras do laboratório e da liberação dos recursos. Esses recursos já constavam do orçamento da CEME, e o Ministro da Saúde apenas autorizou que se prosseguisse a execução do projeto.

O deponente afirmou que não contactou Lourenço Rommel, representante da CEME, presente na concorrência da obra do LIFAL, mas que o conhecia, era engenheiro civil, funcionário da CEME, assessor na área financeira. Também não teve conhecimento de que esse funcionário teria adiado a abertura da concorrência, a pretexto de que não tinha passagem para ir no dia marcado.

Em relação à compra de 735 carros pela CEME para o combate da dengue, operação que causou a maior estranheza por ser realizada numa Central de Medicamentos, o deponente afirmou que a decisão foi tomada pelo Ministro Alceu Guerra, acolhendo plano elaborado pelo Superintendente da SUCAM, Waldyr Arcoverde, que alegava não ter condições de fazer a compra por razões momentâneas, porque se processava a fusão daquele órgão com a Fundação SESP. A proposta partiu, pois, do Superintendente da Fundação Nacional de Saúde, recebeu parecer favorável do Secretário Executivo e, no campo decisório, houve ordem expressa do Ministro Alceu Guerra, embora não haja, nos autos, um documento formal neste sentido. O deponente disse que o assunto foi tratado em reunião do primeiro escalão do Ministério, das quais ele não participou. O processo lhe foi encaminhado para execução, como fato consumado.

Por se tratar de um serviço emergencial, a aquisição dos 735 veículos e de 3 mil toneladas de Malathion ficou isenta do processo licitatório, o que, segundo o deponente, foi devidamente justificado. A dispensa da licitação, por motivo de urgência, foi proposta por Waldyr Arcoverde, e a decisão nesse sentido foi transmitida à CEME por Luiz Ribeiro. O deponente não participou dessas reuniões, motivo por que se dirigiu ao Ministro da Saúde para orientar-se sobre o prosseguimento do processo.

Quanto à compra de 3 mil toneladas de Malathion, prevista no mesmo processo do Ministério da Saúde, declarou que a operação foi realizada pela Diretoria de Administração e Finanças. A proposta, lembrou um erro cometido por um dos funcionários da CEME, que teria registrado a compra de 1.600 litros de Malathion - ao invés de 1 milhão e 600 mil litros - no valor de 2 bilhões de cruzeiros, o que equivalia a dizer que o litro do inseticida custava mais de 2 mil cruzeiros. Informou que a CEME não distribui éter e acetona aos laboratórios, e que existe um controle de qualidade da matéria-prima nacional ou importada, feito não apenas por um departamento do órgão, mas também por 14 universidades do País, que mantêm convênio com a CEME. Deponente declarou que conheceu Paulo César Farias durante a campanha presidencial, quando aquele senhor era diretor-superintendente da TV Bandeirantes. Não tomou conhecimento de qualquer decisão em nível superior, que tenha sido tomada por influência de Paulo César Farias.

Declarou que sua nomeação para a Presidência da CEME não teve interferência de ninguém: foi escolha pessoal do Ministro Alceu Guerra, que fora coordenador nacional de fiscalização da campanha do então candidato Fernando Collor, quando ele, deponente, exercia essa função no Estado de São Paulo. É advogado, administrador de empresas e pós-graduado em Economia e Finanças. A CEME nem sempre foi dirigida por um médico.

Indagado sobre se teria tomado conhecimento da tentativa de extorsão e corrupção por parte de representantes do Ministério da Saúde, na aquisição dos veículos Toyota, o deponente afirmou que desconhecia totalmente o assunto.

Sobre suas principais atribuições ao assumir a Presidência da CEME, o deponente informou que foram, primeiro, preparar o órgão para a mudança de sua natureza jurídica, de órgão de administração direta para órgão da administração indireta - empresa pública, em seguida, liberar o remédio para quem dele necessitava. Ao assumir, assinou convênio com o INAMPS, no valor de 11 bilhões de cruzeiros. Até então, nenhum recurso tinha sido destinado à CEME para aquisição de remédios naquele ano.

Perguntado qual era o ordenador de despesas na CEME, o deponente respondeu que, numa interpretação restritiva, seria ele, na qualidade de Presidente, mas que, na ocasião, o órgão passava por um período de transitoriedade em razão da mudança de sua natureza jurídica. Daí que a ordem para a compra era de uma pessoa, e a ordenação do processo cabia a outra área. Afirmou, entretanto, que era o Presidente da CEME que respondia perante o Tribunal de Contas da União. Por isso, por não entender por que teria de responder por atos praticados por diretores, questionou o fato junto às autoridades do Ministério da Saúde. O problema, porém, seria resolvido quando fosse criada a empresa, que teria uma diretoria responsável pela sua gestão.

O deponente informou que deixou a CEME a pedido do Ministro Alceu Guerra, que necessitava do cargo para fazer um ajuste de conveniência com o PFL, tendo, a seguir, trabalhado, por algum tempo, no Gabinete do Ministro. Questionado acerca do relatório de 91, da auditoria feita pelo Ministério da Saúde, no qual são citadas várias irregularidades entre as quais o fato de não terem sido atendidos os seguintes pedidos dirigidos à Presidência da CEME: "o inventário físico-financeiro de matérias-primas, individualizado por local de armazenamento de medicamentos, o demonstrativo das contas relativas aos recursos transferidos aos laboratórios oficiais, os relatórios das comissões constituídas para o levantamento dos inventários dos estoques de medicamentos e matérias-primas e os processos de aquisição de medicamentos excepcionais, bem como as conciliações mensais de aplicações financeiras realizadas no exercício de 90". O deponente foi solicitado a esclarecer porque o relatório de 1991 e de

1992 acusa as mesmas irregularidades, além de outras, e perguntou-se ao deponente quais as providências tomadas por ele para corrigir os erros apontados pela auditoria em 1990, e por que não conseguiu saná-los, mas, ao contrário, os repetiu quase na íntegra. Como resposta, o deponente informou que, em relação ao primeiro relatório, determinou às diretorias que prestassem nas informações devidas à Secretaria Nacional de Controle Interno, o que foi feito. Quanto ao relatório de 91, ele ainda o está lendo e espera reunir os elementos elucidativos para prestar os esclarecimentos. Manifesta estranheza ante as alegações de irregularidade, visto que sempre recebeu os auditores, franqueando a eles toda a organização, os arquivos, etc., conforme era sua obrigação. Quanto à denúncia de que grande parte dos convênios não estariam registrados no SIAFI, e, pois, estariam sendo liberados vultosas quantias sem que a administração centralizada pudesse controlar esses gastos, o deponente proxiu seu envolvimento, afirmando que todos os documentos que lhe foram submetidos, em matéria de finanças, estavam diretamente vinculados ao Sistema Interno de Administração Financeira.

Sobre o fato do Tribunal de Contas da União haver considerado ilegal a transferência de recursos da SUCAM para a CEME, perguntou-se ao deponente se ele pode provar que, mesmo sendo, de direito, o ordenador de pagamentos das despesas, o ordenador de fato era Luis Romero Farias. O deponente respondeu que desconhecia esse julgamento do Tribunal de Contas da União, mas admitiu que, se houve ato ilegal, a responsabilidade cabe a quem solicitou a transferência dos recursos ao Ministério da Fazenda e aquele que, nesse Ministério, deu a autorização. Quanto à denúncia de que a CEME comprou o medicamento Hplex em quantidade elevada sem autorização do Ministério da Saúde, o deponente informou que se trata de medicamento utilizado para os dentes alérgicos - que a solicitação de compra era feita pela Comissão de Doenças Sexualmente Transmissíveis. Formou-se um processo com vários pedidos por escrito e, de acordo com o Dr. Eduardo Cortez, que era o coordenador da área, foi efetuada a compra, que não foi suficiente para atender à demanda de seis meses.

Depoimento de Sebastião Curio Rodrigues de Moura
O Sr. Sebastião Curio Rodrigues de Moura trouxe um depoimento por escrito para apresentar ao Sr. Presidente Beneditina que pediu a impressão de que o leu.

Durante o meu mandato de Deputado Federal, apresentei um projeto de lei que criava a reserva Garimpeira de Serra Pelada e também a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada. Projeto esse que se transformou na Lei 7.194/94. Tomei conhecimento de que estava prestes a ser expirado o direito de permanência dos garimpeiros em Serra Pelada. Tomei conhecimento de que estava em fase de publicação no Diário Oficial um decreto do diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral concedendo o direito de lavagem garimpeira, em definitivo, a uma outra Cooperativa dos Garimpeiros e Proprietários, a CGP.

Procurei o Palácio do Planalto e fui atendido pelo Dr. Lucas Valério Horro, que era secretário adjunto do Embaixador Marcos Coimbra. Isso em 11 de julho de 1990. Permaneci na sala anexa à do Dr. Lucas e tomando providências para refazer o que estava prestes a ser publicado no Diário Oficial. Segundo me informou o Dr. Lucas, ali e durante os contatos do dia no Palácio do Planalto, consegui retirar da imprensa oficial o decreto que já estava em fase de publicação.

O Deputado Leonel Junior, diante da minha afirmativa de que necessitava conversar pessoalmente com o Presidente Fernando Collor de Mello, convidou-me para que eu o acompanhasse na audiência pública de 12 de julho de 1990 dia seguinte.

O Presidente Fernando Collor disse-me: "Curio, você é candidato, não é?" Respondi que sim. O Presidente apontou o dedo indicador na minha direção, dizendo, com bastante ênfase: "Eu quero você de volta à Câmara, porque você é bom nas palavras. Devo-lhe confessar: vou lhe ajudar".

Passei a conversar com o então Ministro Bernardo Cabral, ocasião em que o mesmo me indagava sobre o que estaria necessitando para a minha campanha no Pará. Informei-lhe que necessitava de alguns recursos em dinheiro, principalmente, para o custeio de deslocamentos e alimentação de trabalhadores.

O Ministro Bernardo Cabral indagou-me em quanto girava a necessidade em dinheiro. Respondi que girava em torno de dez milhões de cruzeiros. Ao se despedir, o Presidente Fernando Collor, pediu-me que procurasse o General Agostinho Homem de Carvalho, o que fiz imediatamente.

No sábado, dia 03 de setembro de 1990, recebi na minha residência em Brasília, logo após o almoço, telefonema do Ministro Bernardo Cabral, tendo gravado esse telefonema em minha secretária eletrônica. No dia seguinte, 4 de setembro, recebi um telefonema, pouco antes do almoço, do Dr. Paulo César Cavalcante Farias, pessoa que, até então, eu não conhecia. Ele disse: "Nosso amigo - você sabe de quem eu estou falando, não é? - ligou-me e pediu que eu entrasse em contato com você...". Respondi: "Sim". Com certeza tratava-se do Presidente Fernando Collor, uma vez que o Ministro Bernardo Cabral afirmara, no dia anterior, que passaria os meus telefones ao Presidente, para que o emissário dele, Presidente, me procurasse.

O Dr. Paulo César Farias repetiu: "... para ele, Presidente, ver de que forma a gente pode lhe ajudar. Novamente repetiu o Dr. Paulo César: "Você sabe de quem estou falando, não é?" Perguntou-me quais seriam as minhas necessidades. Respondi-lhe: aquilo de que precisava todo candidato em campanha, ainda mais no Estado do Pará, com distâncias imensas,

em que se desloca, de loco-loco, uma hora e 40, de um comício para outro. O Dr. Paulo César perguntou-me de quanto eu precisava. O Dr. Paulo César Farias indagou-me se poderia ser essa importância em duas parcelas, no que concordou. Perguntou-me se teria alguém de confiança para ir buscar o valor.

Em seguida, o Dr. Paulo César Farias disse: "Agora, vou precisar de um favor seu. Eu queria que o senhor anotasse um número aqui, de São Paulo. Amanhã o senhor vai dar uma ligada para lá. Anote este número - 455-7342 ou 418-8381, isto é na Mercedes Benz, 147. Disse-me ainda, que ligasse para os telefones em São Paulo, apresentado-me como Deputado Sebastião Curio e dizendo que gostaria de falar com o Dr. Scheuer. Eu deveria, então, agradecer a ajuda que a referida pessoa estava nos dando. Lembrei, ainda, que eu não entrasse em maiores detalhes com o Dr. Scheuer.

Esta conversa com o Dr. Paulo César Farias gravei, também, na minha secretária eletrônica. Telefonei para a Mercedes-Benz em São Paulo, tendo conversado com o Diretor Scheuer, a quem, até então, eu não conhecia.

Retornando a Brasília fui ao local determinado pelo Dr. Paulo César Farias. Era uma sala, onde fui atendido por Dr. Marta, uma jovem que, hoje, reconheço como sendo a mesma que prestou depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito e cuja foto foi publicada na revista Veja, edição de 22 de julho de 92.

Dr. Marta disse-me que o assunto estava fluindo um pouco de sua alçada e entregou-me o número do telefone em São Paulo - 813-8350 ou 815-6290 - para que eu procurasse por Rose, a fim de resolver a questão.

Fui para a minha residência em Brasília e de lá fiz o telefonema, cuja gravação também inteira a fita apresentada neste ato.

Ao manter o contato telefônico com Rose para tratar do assunto, verifiquei que esta já tinha pleno conhecimento de que se tratava, vez que, em linhas gerais, disse-me que ficasse tranquilo, porquanto, no dia seguinte, sairia a primeira parcela do dinheiro, tendo o meu emissário ido receber o valor da primeira parcela, por volta do dia 20 de setembro de 90.

Conforme disse-me meu emissário, Jorge Bandeira imediatamente pegou um talão de cheques do Banco Rural, assinando um cheque em nome de José Carlos Bomfim, nominal à mesma pessoa. Cheque no valor de cinco milhões de cruzeiros, retirando a importância em dinheiro.

Em 1º de outubro de 1990 novamente meu emissário foi ao escritório de campanha, no mesmo Edifício OK, onde ocorreu o procedimento anterior, ou seja, na presença de Jorge Bandeira, este assinou um cheque de cinco milhões de cruzeiros do Banco Rural, em nome de José Carlos Bomfim.

Com o referido cheque, abri uma conta corrente no Banco Renerindus, Agência Central de Marabá, 52ª conta corrente nº 13.242-2, no de fiz o depósito inicial de cinco milhões de cruzeiros em cheque e mais oitenta mil em dinheiro. Foi liberado o valor correspondente. Esse cheque é datado de 1º de outubro de 1989 (antes depositado no dia 2 de outubro, um dia antes da eleição).

A campanha encerrou-se. Fiquei como suplente de Deputado Federal, passando, daí por diante, a dedicar-me principalmente à Presidência da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada, tendo contratado a empresa Construtora Servaz Mineração ou Servaz Saneamento Construtora Dragagem. Pretendíamos, através de serviços desta última para terraplanagem e dragagem da cava principal de Serra Pelada, assim como outros serviços de infraestrutura.

No dia em que a assinatura do contrato com a citada empresa servaz foi procurado por um emissário meu, dizendo ter sido contactado pelo Comandante Bandeira para que eu fosse a assinatura no mesmo dia 3 de dezembro de 1990, no Hotel Nacional em Brasília, visto que o Sr. Paulo César Farias pretendia versar comigo, em certa urgência.

O Dr. Paulo César Farias disse, a partir do conhecimento através da imprensa, de que estavam prestes a assinar o contrato com a empresa Servaz, em sede em São Paulo, e firmou a informação.

O Dr. Paulo César Farias telefonou muito autoritariamente ao meu emissário indicando em que

"O senhor não assinou o contrato da Servaz não é não. A grande parte do contrato dos garimpeiros. O senhor não assinou o contrato de uma empresa de amigos meus, não porque a Servaz tem uma dívida de 10 milhões de cruzeiros".

Disse-me ainda, o Dr. Paulo César Farias que "a Servaz tinha um crédito na Caixa Econômica Federal para receber em Manaus e que, se fosse necessário, bloquearia esse dinheiro". Disse isso com muita autoridade e conhecimento de causa sobre o que se passava na Caixa Econômica Federal, cujo presidente, à época, era o Sr. Lafayette Coutinho.

Tomei conhecimento de que o referido crédito da Servaz girava, à época, em torno de Cr\$ 6 bilhões. O Dr. Paulo César Farias disse-me que estava indo para São Paulo naquele momento e que eu o acompanharia até aquela cidade para assinar o contrato com aquela empresa, a 10 seus amigos, os quais já haviam declinado.

Neste ato, apresento cópia de proposta da Servaz SA datada de 29 de novembro de 1990 dirigida à GEPO - Gerência de Projeto, Consultoria e Participações Ltda. Apresento ainda cópia do contrato que teria sido firmado, em 3 de dezembro de 1990, pela Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada com a Servaz S.A. Saneamento Construtora e Dragagem, cujo documento acabou não sendo assinado.

Posteriormente, tomei conhecimento oficialmente, através dos próprios Diretores da Servaz, que esta empresa não recebeu os créditos que tinha junto à Caixa Econômica Federal no prazo estipulado, levando-a, em consequência, a ficar impossibilitada de assumir novos compromissos de obras.

Tomei conhecimento pela imprensa do envolvimento do ex-Ministro João Santana com a cooperativa Compror em irregularidades, beneficiando a cidade cooperativa.

Outro fato a demonstrar retaliação foi o tombamento histórico e cultural do garimpo de Serra Pelada, decretado em 12 de junho de 1991 - decreto sem número - fato esse que considero absurdo. Tomba-se uma jazida de ouro, a maior a céu aberto do mundo, sobretudo quando o próprio Governo, na exposição de motivos da Secretaria de Cultura, datada de 27 de dezembro de 1991, admite que ulteriormente será procedida a lavra mecanizada nas galerias subterrâneas.

Segundo o depoimento do ex-Ministro João Santana no Senado Federal, em 26 de fevereiro deste ano, a mecanização do garimpo de Serra Pelada seria realizada por outra empresa, em detrimento do privilégio constitucional da minha cooperativa.

O Ministro Jarbas Passarinho, de fato, oficiou ao Ministro da Infra-estrutura, João Santana, no dia 27 de junho de 1991, manifestando-se favorável à revogação, conforme aviso GMSSA nº 006551, cuja cópia também estou apresentando anexa ao meu depoimento.

Fiz gestões políticas, conseguindo a convocação pelo Senado Federal do ex-Ministro João Santana, em face do requerimento do Senador Epitácio Cafeteira.

Após ouvir a versão do ex-Ministro João Santana, não me contive com as distorções e inverdades.

Disse que denunciaria o Dr. Paulo César Farias por ocasião da contratação da Servaz em 8 de dezembro de 1990. O fato foi divulgado pelo Jornal do Brasil apenas em 9 de julho do corrente ano.

No dia seguinte, 10 de julho de 1990, a revista Veja procurou-me através do repórter Mário Rocha, desejando saber se eu confirmava as acusações feitas contra Paulo César Farias no plenário do Senado, em fevereiro de 1992. Concedi a entrevista ao citado repórter na sede da Veja, em São Paulo.

O Dr. Lucas Valim, adjunto do Embaixador Marcos Coimbra ajudou-me com material do extinto DNOS, deslorado para Serra Pelada, segundo o Dr. Lucas, por ordem expressa do Presidente Fernando Collor de Mello; maquinário esse cedido pelo Dr. Egberto Batista, da Secretaria de Desenvolvimento Regional, com a qual mantive contatos pessoais.

Segundo o Dr. Lucas, o Presidente desejava, está gravado - ao apoiar-me, aumentar a Bancada do Partido.

Todos os contatos do Dr. Lucas Valim com o Dr. Egberto Batista, da Secretaria de Desenvolvimento Regional, segundo o Dr. Lucas, com a aquiescência do Embaixador Marcos Coimbra - está gravado - foram feitos com ordem do Presidente Fernando Collor de Mello. Depois, disse que seguisse, sim, o ex-Ministro Bernardo que me procuraria, e passou todas as atribuições para o seu novo emissário que foi o Dr. Paulo César Farias.

Confirmou-se através das pressões do Dr. Paulo César Farias, dois meses depois da eleição, que não queriam o candidato Curió queriam Serra Pelada.

Agora, eu posso dizer a V. Ex.ª que o Uruguai, no ano passado, exportou 20 toneladas de ouro, e me parece que não tem nenhuma mina de ouro. O Sr. Najun está sendo processado lá no Rio Grande do Sul por contrabando de ouro para o Uruguai. É a informação da Rádio Gaúcha.

Terceiro depoimento de Cláudio Francisco Vieira

Depreendo-me da leitura dos documentos da oitiva do Sr. Cláudio Vieira, os seguintes fatos, relacionados a

a. Cláudio Vieira

1. E, há 13 anos, o administrador (gestor) dos recursos do Presidente da República (no este mesmo declarou: não havendo mandato para tal).

2. Cláudio Vieira afirma ter realizado, em abril de 1989, (quando o Presidente Collor era ainda Governador de Alagoas e aspirava a ser candidato à Presidência da República, uma operação creditícia no Uruguai (chamada de "Operação Uruguai" pela imprensa) com a firma Alfa Trading S.A. (uma dita "casa de inversão" como não conhecida naquele país, casas da mesma natureza), no valor de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares), dos quais tomou, de início US\$ 3.750.000,00 (três milhões setecentos e cinquenta mil dólares), restando a serem tomados, pois US\$ 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil dólares), não tendo apresentado, a CPI, o original do documento do Contrato da Operação. A finalidade do empréstimo seria para o atendimento das despesas com a campanha presidencial e com os gastos pessoais do Presidente e sua família.

3. Tendo lido o Sr. Paulo César Farias indicando o Sr. Najun Turner, dizendo-se amigo desse cidadão, com o qual fazia negócios e transações com ouro e era o ouro, à época, a grande aplicação, fez o Sr. Cláudio Vieira a aplicação dos US\$ 3.750.000,00 nesse ativo financeiro, comprando 318 kg a Najun Turner.

4. Desse 318 kg, Cláudio Vieira gastou 301 kg, dos quais, sem o conhecimento de Collor - o principal avalista do negócio -, deu "por empréstimo" 7 kg ao Sr. Paulo César Farias. É importante que se saliente o fato de que, pelo Plano Collor I, foram confiscados todos os ativos financeiros, à exceção do ouro (ape-

nas os proprietários de ativos em ouro deviam fazer uma declaração específica a respeito, alegando Cláudio Vieira que não fez essa declaração porquanto o fiel depositário era Najun Turner).

5. O Sr. Cláudio Vieira encontrava-se, desde a "liquidação do Banco do Estado de Alagoas (16 de novembro de 1988) até o final de 1989, com os seus bens indisponíveis, pois ele era membro do Conselho de Administração daquele Banco (o contrato foi feito em abril/89 e os bens de Cláudio Vieira não foram dados em garantia ao milionário negócio, pois as garantias foram apenas os avais de Fernando Collor, Paulo Octávio e Luiz Estevão).

6. Cláudio Vieira, o tomador do empréstimo, não declarou a transação feita em seu imposto de Renda, pois, como afirmou, "um empréstimo não representa crescimento de patrimônio nenhum e nem constitui as regras do país", aduzindo que o reutilizara, se tiver havido erro de sua parte, estando a Receita Federal a verificar suas contas. Declara, no entanto, que controla a contabilidade dessas transações em um livro de contabilidade

"dentro de suas possibilidades", e que entregou o dinheiro em cruzados novos a Turner, não sabendo como este adquiriu os 318 kg de ouro (ainda restam com Turner - foragido 16 kg), sendo certo que Turner é o depositário fiel daquele bem.

7. A dívida do empréstimo deveria ser resgatada em 1996, confiando, Cláudio Vieira no Presidente, "que não irá deixá-lo sem o resgate".

8. Segundo Vieira, Najun Turner depositava o dinheiro em determinadas contas, por ele, Vieira, apontadas, como a da Secretária do Presidente, Ana Acioli, a qual era suprida por ele. Quanto às contas "fantasmas" assumidas por Najun Turner, disse Vieira que eram da responsabilidade de Najun e que Paulo César Farias fizera depósito na conta de Ana Acioli, da ordem de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), a pedido dele, Cláudio Vieira, valendo-se dos 7 kg de ouro que lhe foram emprestados (sem o conhecimento do Presidente). Assim, além de Turner, também Paulo César Farias fez depósitos na conta de Ana Acioli. Esta dizia a Cláudio Vieira, quanto necessitava; e ele, por escrito, dava ordem a Turner para efetuar o depósito na conta de Ana, pelo que a secretária recebia, para as despesas da Casa da Dinda e da família Collor, de duas fontes: de Paulo César Farias e de Turner, que abriu, confesadamente, contas em nome de pessoas que não existem.

9. Ao ser inquirido pelo Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, acerca de onde foram feitos os depósitos correspondentes ao ouro, respondeu Vieira que emprestou 7 kg a Paulo César Farias e "alguns poucos depósitos foram autorizados na conta de D. Rosane Collor".

10. O Senador Antônio Mariz (vide p. III) faz a seguinte observação:

"Considerando-se os 301 kg de ouro (ao restam 16), se o kg custa hoje, Cr\$ 53.000,00 (cinquenta e três milhões de cruzeiros) e se esses 301 kg foram gastos de abril/89 a junho/92, dariam uma despesa de Cr\$ 15.150.000,00 (quinze bilhões e cento e cinquenta milhões de cruzeiros) (1), o que dá uma média mensal de Cr\$ 387.000.000,00 (trezentos e oitenta e sete milhões de cruzeiros) num país em que o salário mínimo é de Cr\$ 330.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros)". Respondeu Cláudio Vieira, alegando ter havido obras na Casa da Dinda, além da manutenção da família do Presidente, pagamentos pessoais e de sua família, porque, continuou Vieira, "recursos esses que no meu entender, ainda que eu seja o tomador, pertencem a S. Ex.ª, que é o principal avalista desta operação".

Assim, concluiu o Senador Antônio Mariz, o empréstimo seria "clandestino", pois não registrado no Brasil nem no Uruguai, não tendo, as autoridades financeiras do país, dele tomado conhecimento. E mais: o Presidente estaria vivendo à custa de empréstimos, de particulares, sujeito a crimes de corrupção passiva, pois gastaria, na vida pessoal, mais do que ganhava.

b. Najun Turner

- Amigo de Paulo César Farias, que com ele fazia negócios com ouro e o apresentou a Cláudio Vieira, que comprou, do mesmo, 318 kg de ouro, constituindo-o depositário desse bem e responsável pelo pagamento das contas da Secretária Ana Acioli.

- Abriu, confesadamente, contas fictícias (em nome de pessoas que não existem - "fantasmas" - abastecendo, com elas as contas de Ana Acioli).

- Encontra-se foragido do país, em local incerto e não sabido.

- Esteve envolvido em processo criminal com a Justiça do Rio Grande do Sul, e, segundo o Deputado Moroni Torgny, responde a três inquéritos por contrabando de minério.

c. Paulo César Farias

- Amigo do negociante de ouro com Najun Turner, tendo apresentado este senhor a Cláudio Vieira.

- Recebeu de Cláudio Vieira 7 kg de ouro e autorização de efetuar depósitos de cerca de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) na conta de D. Rosane Collor.

d. Empréstimo

1) Generalidades

- O empréstimo (caso tenha existido) foi feito através de uma "casa de inversão", Alfa Trading S/A, do Uruguai, casas essas que são, segundo o Deputado Odacir Klein (que entrevistou autoridades do sistema financeiro uruguayo), "sociedades de inversão" não se constituindo em instituições financeiras registradas no Banco Central do Uruguai e por ele fiscalizadas, pois isto só ocorre com os bancos e casas bancárias.

- As "casas de inversão" são sociedades não muito conhecidas, que buscam recursos do exterior, para aplicação no exterior. O Diretor Executivo da Associação de Bancos do Uruguai disse ao Deputado ser estranho uma "sociedade de inversão" transacionar 5 milhões de dólares, já que, com um capital mínimo de 6 milhões de dólares, no Uruguai, se constitui um banco e com um capital de 4 milhões de dólares se estabelece uma casa bancária, ambos bem superiores a uma Trading. Assim, com 5 milhões de dólares, praticamente, se cria um banco no Uruguai.

- Não foram exigidas garantias nem reconhecimento de firma para o contrato (disse que o escrivão Rodolfo Delgado declarou a Odacir Klein, que não leu o contrato e, apenas, reconheceu a firma de Ricardo Forcella, dono da Alfa Trading, não tendo aquele escrivão redigido a respectiva ata notarial). As garantias foram os avais de Collor, Paulo Octávio e Luiz Estevão.

A respeito desse problema, o Deputado José Carlos Vasconcelos (também esteve no Uruguai) julga que se fazem críticas às "sociedades de inversão", apenas por que elas fazem concorrência às entidades bancárias.

O sistema financeiro do Uruguai não teve com a transação. Disse também o Deputado Odacir Klein que as "casas de inversão" são tidas no Uruguai como entidades que fazem o blanqueamento, ou seja, a "lavagem" do dinheiro, havendo várias empresas do gênero naquele país.

A origem dos recursos (caso verdadeira, a versão apresentada) é, no mínimo, duvidosa, e o contrato não se faria com as entidades oficiais do sistema financeiro, pois seriam exigidas as garantias carais a contratos dessa natureza e vultos e não apenas com a assinatura de uma promissória, cujo principal (5 milhões de dólares) chega a cobrir somente metade da dívida final (em 1996) que se tomados os restantes dos dólares (1 milhão e duzentos e cinquenta mil), orçaria a 10 milhões de dólares. Ou seja, a garantia é a metade do valor da dívida total (ver p. 153 e 154).

O Sr. Ricardo Forcella, consoante notícias da imprensa (vide Jornal do Brasil de 17 de agosto de 1992) e declaração do Deputado A. do Rebelo (vide p. 172 do documento de inquirição), cumpriu pena no Uruguai, incurso em vários delitos criminais, tais como "formação de quadrilha" e "evasão de divisas". Forcella declarou-se, segundo o Relator, amigo íntimo de Cláudio Vieira, dizendo que não exigiu maiores cuidados de segurança por causa daquela amizade.

O contrato não teve testemunhas, não podendo, portanto, ser executado a não ser através de uma ação ordinária, assaz demorada.

2) Observações do Deputado Aloysio Merendino sobre o contrato:

O parlamentar muito estranha o seguinte: o fato de o contrato ter sido feito por uma pessoa física (Cláudio Vieira) cujos bens se encontravam indisponíveis.

- a condição de escolha do fórum do contrato (Macerió), contrariando toda prática em contratos dessa natureza, sendo que os credores se encontravam no Uruguai.

- a taxa de risco (spread) que foi estabelecida (15%), acima da taxa livre, ser simplesmente uma insignificância, já mais seria fixada em contrato de tamanho vulto.

- o prazo (vide p. 153 e 154) extremamente generoso.

- a garantia, de princípio, de 5 milhões de dólares, apenas, e o contrato de 15 milhões de dólares, o que é extremamente desproporcionado.

no Consulado providenciando a sua tradução juramentada (igualmente não foi registrado no Banco Central do Brasil).

O Deputado indagou, por final, de onde vinha o dinheiro, já que a Alfa Trading não poderia ser a proprietária dos recursos. Quem teria interesse em financiar Collor, prosseguiu o parlamentar, com dinheiro do exterior?

2) Conclusão

Ficam no ar várias indagações, tais como: Como o Presidente pode explicar o dinheiro que P.C. Farias entregava a Ana Acioli, por determinação de Cláudio Vieira em razão dos 7 kg. de ouro recebidos, se Presidente declarou à imprensa não manter relações com P.C. Farias, desde que assumiu a Presidência? e o ouro era do Presidente? Constatou do imposto de Renda do Presidente, a verba extraordinária que recebia para a sua manutenção da Casa da Dinda etc.?

Como explicar que o Presidente da República tem uma fonte de recursos extraprevidos e que deveria ser do conhecimento das autoridades legislativas (que elaboram o orçamento e pagam ao Mandatário Chefe) as financeiras do país? E que essa verba é fornecida por um indivíduo desqualificado, ora foragido, e que reconhece os delitos praticados como o de ler "constituído" pessoas fictícias "fantasmas" para o repasse de numerário alocado a Ana Acioli?

Por que o Sr. Cláudio Vieira não apresentou a lista de documentos exigida pela CPI, relacionados nas fls. 13 e 14 do documento de inquirição da testemunha?

Depoimento de Sandra Fernandes de Oliveira

O depoimento teve seu início com a comunicação feita pelo depoente que havia procurado a CPI espontaneamente.

Continuando, relatou que trabalha numa empresa cujo proprietário é amigo pessoal do Presidente da República e que o mesmo tem ligações com pessoas envolvidas agora na CPI, caso do Paulo César Farias e de lan-

los outros que eram citados na mesma e que ela passou a manter contatos com os mesmos diariamente na empresa. Que tal fato lhe chamou a atenção e que a partir de tais circunstâncias começou a acompanhar uma operação na empresa denominada "Operação Uruguai". A depoente relatou que percebeu que alguma coisa estava sendo montada dentro e fora da empresa, em outros escritórios, com outros advogados, com outras pessoas. Então, que estavam sendo elaborados os documentos de defesa de Cláudio Vieira e, principalmente, no sentido de se obter documentos, regularizar documentos junto ao Consulado do Uruguai, à Embaixada do Uruguai. A partir de tais fatos, a depoente afirmou perceber que o objetivo de tudo o que se passava era o de desvirtuar os caminhos da CPI e que a meta a ser atingida era fazer com que não aparecesse a origem do dinheiro empregado por Cláudio Vieira para as despesas do Presidente. Que o problema era a origem do dinheiro, tinha que ser feito alguma coisa. E essa coisa era a "Operação Uruguai".

Relatou a depoente que passou a ser informada por funcionários da empresa de algumas visitas à mesma de personagens como Cláudio Vieira, Paulo César Farias e o Embaixador Marcos Coimbra. E de que no dia 17 de julho, sexta-feira, ocorreram diversas reuniões onde ela ouviu muitas coisas. Outro fato considerado importante por Sandra foi o da viagem de seus chefes Arsenio Corrêa e Alcides Diniz, no início do mês, para Brasília, em um jatinho de propriedade de Paulo César Farias, e que esta viagem feita pela madrugada era para levar documentos urgentes para a casa do Presidente da República.

Conforme a depoente, os documentos que eram elaborados na empresa e outros foram levados para Brasília pelo Alcides Diniz e Arsenio Corrêa para a casa do Presidente da República, acredita ela que eles levaram a documentação da ASD del Uruguai, por exemplo, e as declarações de renda do Alcides Diniz, os contratos de câmbio, os contratos com as empresas de remessa de dinheiro para o exterior, e que, segundo a depoente, são algumas empresas que o Alcides Diniz tem no exterior. Afirmou também ter conhecimento de um outro encontro na casa do Embaixador Marcos Coimbra.

Informou também a depoente que Alcides Diniz havia sido proprietário de uma empresa, a ASD del Uruguai, entre os anos 89 e 90, cujo endereço seria segundo ela, P. Juncal nº 1305, e que ao consultar as pastas relativas a esta empresa no dia da viagem, percebeu que as mesmas estavam sem suas partes internas. Lembrou ainda que a ASD do Brasil fazia remessas de dinheiro para a ASD del Uruguai através de Arsenio Corrêa e pela diretoria financeira da época Dona Meira.

Perguntada se o empresário Alcides Diniz tem empresas nas Ilhas Virgens Britânicas, a depoente informou que de fato existem empresas do mesmo nome naquele lugar e que normalmente elas desconhecem valores que normalmente ela desconhece por não ter acesso a esta documentação.

Continuando seu depoimento, Sandra relatou um projeto que a empresa desenvolve chamado ASD, relativo à construção de um hotel categoria AA. Fez menção ao mesmo para falar das dificuldades de financiamentos para tal projeto e da vinculação deste com a Presidência da República. Citou que um dos intermediários para a liberação dos recursos através da Previ foi Paulo César Farias, que por sua vez nomeou Luis Olívio Gomes da Silva e Edmar Cid Ferreira para fazer as negociações junto ao presidente da Previ, Mauro Berlinghieri Ramos. Que as reuniões que ocorriam na empresa para discutir o andamento do projeto eram dirigidas no mais das vezes nos debates relativos a comissão em dinheiro que eles receberiam, e que a mesma era de 12%. No entanto, afirmou a depoente, que quando tudo estava pronto e a aprovação do projeto ocorreria nos próximos dez dias, um fato novo ocorreu: o depoimento de Pedro Collor de Mello, que segundo ela mexeu muito com a empresa e que segundo seu ponto de vista deveu-se ao relacionamento de Alcides Diniz com Leopoldo Collor de Mello.

A partir de tais informações, a depoente vinculou o projeto que corria na Previ com a "Operação Uruguai". Ela percebeu que após a viagem de Alcides Diniz e Arsenio Corrêa para Brasília e consequentemente com o começo da "Operação Uruguai" voltou o clima de otimismo na empresa. Afirmava Alcides Diniz que terminada a CPI o projeto seria aprovado numa operação casada com a Telesp e que já havia recebido o ok de Mauro Ramos, de Lafayette Coutinho, do Presidente da República e de outros.

Perguntada sobre os telefonemas que fazia na empresa, a depoente informou que ligava para Lafayette Coutinho, Marcos Coimbra, Cláudio Vieira, José Carlos Martinez, Antonio Cláudio Mariz de Oliveira e Alvaro Malheiros para a Brasil-Jet entre outros. E que por duas vezes recentemente chegou a ver Paulo César Farias na empresa.

Informou a depoente que da Brasil-Jet falava sempre com Luis Olívio Gomes como também na Tribuna de Alagoas e no escritório dele em Alagoas e aqui em São Paulo na EPC.

A depoente relatou que começaram a ocorrer viagens sucessivas feitas para o Uruguai e Brasília e que reuniões das quais participavam Arsenio Corrêa e Marcos Coimbra na casa de Cláudio Vieira assim como diversos advogados contratados pela empresa traziam da elaboração de documentos para a "Operação Uruguai" e que as viagens eram exatamente para preparar documentos a serem levados para o Uruguai para que pudessem ser

registrados, obtida a legalização etc. Os temas tratados referiam-se sempre a palavras de legalização de contrato e que estavam sempre reunidos advogados contratados pela empresa, que eram: Valdo Sarquís Hallack, Sidnei Saraiva Apocalypse e Fernando Jucá Vieira de Campos. Também que o contrato que estava sendo elaborado seria redigido em inglês.

Outro fato importante relatado refere-se a um fax remetido por Cláudio Vieira para Arsenio Corrêa. Segundo a depoente eram duas folhas com a relação de contas bancárias. Afirmou ter visto relação de contas da Brasil Garden, relação de contas bancárias de José Nehring, e uma relação de oito ou nove bancos com o número da agência e conta corrente. Tais contas correntes seriam as seguintes:

Contas correntes de José Roberto Nerin César: BCB, agência 0014, conta corrente nº 002295-1; Digibanco, agência 004, conta corrente nº 047982-0; Bamerindus, agência 1276, conta corrente nº 00066-13; Bradesco, agência 1990, conta corrente nº 001587-8; Bradesco, agência 0606, conta corrente nº 07733-0; Safra, agência 0062, conta corrente nº 012700-5; América do Sul, agência 0062, conta corrente nº 101081-6; Itaú, agência 0919-1, conta corrente nº 04391-9.

Contas correntes da Brasil Garden: BCB, agência 0014, conta corrente nº 100673-6; Digibanco, agência 0004, conta corrente nº 042886-9; Bamerindus, agência 1276, conta corrente nº 00100-84; América do Sul, agência 0062, conta corrente nº 11164-13; América do Sul, agência 0062, conta corrente nº 11587-5; Bradesco, agência 1990, conta corrente nº 03630-7.

Depoimento de Valdo Hallack Sarquis

No dia 31 de 07/92 depôs perante esta CPI o advogado Valdo Hallack Sarquis, em sessão permeada por discussões jurídico-interpretativas aqui não registradas.

O depoente disse que atuou no caso da Operação Uruguai a pedido de seu antigo cliente Alcides Diniz, empresário da ASD Empreendimentos e Participações Ltda. Afirmou que esteve por quatro vezes em Brasília, acompanhado por Arsenio Eduardo Corrêa, Diretor Jurídico da empresa supra citada, onde se reuniu por três vezes com o Cláudio Francisco Vieira, o Lafayette Coutinho e o Embaixador Marcos Coimbra, na casa deste último. O primeiro encontro ocorreu no dia 7 de julho de 1992. Posteriormente, reuniu-se ainda com Roberto Delmonte e Cláudio Francisco Vieira no Hotel Naoum.

Declarou ainda que teve como função emitir parecer jurídico sobre a legalidade da operação financeira do contrato internacional Credit Agreement assinado por Cláudio Vieira em 1988. Confirma ter visto o contrato original, cuja redação, a seu ver, obedece à forma-padrão internacional, prescrita no livro Warranty Forms of Agreement. No entanto admitiu a este CPI que os documentos que lhe foram apresentados não sustentam obrigatoriamente a existência da operação, "a não ser pela declaração das pessoas, ligando uma coisa a outra". Do ponto de vista formal, reconheceu em seu parecer a possibilidade legal dos documentos, apontando uma falha técnico-jurídica: a falta de legalização consular do contrato. A fim de saná-la, o depoente recomendou que se fizesse a legalização ou que se procedesse à auditoria legal, com o objetivo de recolher os elementos de informação que atestassem a existência do contrato.

Um dia após ter tomado conhecimento em Brasília do contrato de Credit Agreement, o depoente deslocou-se para o Uruguai, onde reuniu-se com Ricardo Forcella, que se declarou presidente e proprietário da Alfa Trading, empresa uruguaia que se constituiu como a parte credora. Das mãos desse empresário obteve cópia de uma nota promissória assinada pelo Cláudio Vieira e avalizada por três pessoas: o Fernando Afonso Collor de Mello, então Governador de Alagoas, e os empresários Paulo Octávio e Luiz Estêvão.

O depoente teve acesso também a outros documentos: os boletos de câmbio emitidos pelo Emílio Bonafino, corretor de câmbio uruguaio, os quais lhe foram dados por cópia - 2 boletos de 1 milhão de dólares e um de 1 milhão e 750 mil dólares, no valor total de 3 milhões e 750 mil dólares; e uma declaração de um contador público uruguaio que tem fé pública e atestou a existência, a veracidade e a legalidade dos boletos perante a lei uruguaia.

Quanto à capacitação jurídica da empresa Alfa Trading, foi-lhe apresentada unicamente a chamada certidão da impositiva, que corresponde à declaração fiscal. Segundo entendimento do depoente, como os boletos se referem à conversão de dólares para cruzados novos, e é livre o fluxo de papel-moeda nacional na fronteira, não há necessidade de documentos concernentes à entrada desses recursos no Brasil.

O depoente contestou depoimento da Sandra de Oliveira, secretária da ASD, alegando que, naquela ocasião esteve uma única vez no escritório da empresa, quando tratou de assuntos alheios ao Credit Agreement. Admitiu, entretanto, que tecera comentários sobre o andamento do parecer que estava elaborando. Ao que lhe pareceu, a secretária Sandra interpretou mal a conversa que escutara. Afirmou que jamais participaria de força de uma prova documental.

Indagado se participara da elaboração da escritura de declaração firmada pelo doutor Najun Turner, que serviu de base para a aplicação dos recursos em ouro vindos do Uruguai, o depoente admitiu ter participado li-

mitadamente. Apenas esteve presente - juntamente com o Sidney Apocalypse, seu sócio no escritório, especialista na área fiscal, e o Roberto Delmonte, advogado do Cláudio Vieira - na reunião que decidiu pela obtenção da escritura e na qual se discutiram as implicações da omissão do empréstimo na declaração de renda do Cláudio Vieira.

Teve conhecimento de que a minuta que deu ensejo à escritura pública de declaração resultou de conversação entre o Delmonte e o Cláudio Vieira, mas não soube precisar quem a teria redigido, se o Delmonte, o Najun Turner, ou o tabelião do 2º Cartório de São Paulo, ao qual competiu lavrar a escritura.

Quanto aos advogados que prestaram consultoria no caso, o depoente mencionou os de seu escritório - Sidney Saraiva Apocalypse, o Fernando Jucá Vieira Campos, além dele próprio - Arsenio Eduardo Corrêa, Diretor Jurídico da ASD Empreendimentos e Participações, e Alberto Xavier.

Afirmou o depoente que seu escritório, contratado para dar assistência ao Cláudio Vieira, jamais utilizou esse Instituto Jurídico - a escritura de declaração - e que sua consultoria se limitou ao aspecto legal e às questões de natureza fiscal da operação. Deixando as declarações do jornal "O Globo" do dia 30 e refutou a suspeita, levantada pelo Senador Antônio Mariz, de que o seu escritório, representado pelo advogado tributarista Sidney Apocalypse, teria inspirado ou orientado a declaração obtida de Najun Turner. A propósito, o Senador Mário Covas contesta o depoente, afirmando haver uma declaração do Sidney Apocalypse, "onde ele se dá como autor da instância junto a Najun Turner, no sentido de fornecer aquela declaração".

Indagado sobre os motivos pelos quais fora enviada à ASD Empreendimentos e Participações Ltda., e não a Cláudio Francisco Vieira, uma nota de prestação de serviços de seu escritório, com data de 24 de julho de 1992, e referente a serviços de "consultoria, notariação e expedição de contrato" O depoente alegou desconhecer essa nota de honorários, levantando a hipótese de não ter-se a outros negócios e não aquele específico objeto de discussão na CPI. Admitiu também que poderia haver um engano do seu escritório no encaminhamento da nota.

O depoente confirmou que presta assistência jurídica ao escritório de Alcides Diniz, há cerca de 4 anos. Levantando a hipótese que o empréstimo tenha sido feito em 1989 pela ASD, tendo se constituído esta empresa como parte tomadora, e que a operação tivesse sido reconstituída para forjar o contrato do Cláudio Vieira, foi perguntado ao depoente se ele teria prestado alguma consultoria da qual natureza, naquela época. Em resposta o depoente admitiu que prestou consultoria para a ASD del Uruguai nos anos de 1989 e 1990. Reconhece tê-lo assistido juridicamente, quando da formação da ASD del Uruguai, mas não o durante a capitalização, "como um patrimônio líquido da empresa que

igual, de cujo objetivo social não se recorda. Admite que, entre 89/90, o movimento de recursos da ASD para o Uruguai pode ter alcançado a cifra de 5 milhões de dólares.

Depoimento de Flávio Corrêa Rabello

No dia 4 de agosto, depôs o Sr. Flávio Corrêa Rabello, Diretor Presidente da empresa Tratex, a qual possui, segundo sua declaração, um capital aproximado de 40 milhões de cruzados e se dedica à construção pesada, participando "sempre" de licitações públicas. A família do declarante exerce o controle acionário dessa companhia e, também, do Banco Rural.

Sobre os "correntistas fantasmas" que operam no Banco Rural, objeto de pesquisa da CPI, respondeu que tomou conhecimento pela imprensa.

Confirmou que a Tratex, através de seu Diretor Vice-Presidente, Helos Norte, fez um contrato verbal com Paulo César Farias, tendo pago o equivalente a mais ou menos 200.000 dólares, em razão de cujo contrato a EPC passou a prestar, oralmente, serviços de assessoramento. Paulo César e sua empresa, a EPC, não prestaram serviços à Tratex antes de 1990. Tudo começou com o Plano Brasil Novo. Era Helos Norte quem vinha à Brasília consultar Paulo César Farias.

Com o Plano Collor a Tratex teve cerca de 2 bilhões e 600 milhões de cruzados em créditos, mas pôde obter sua liberação porque suas dívidas eram maiores.

O contrato foi feito "para avaliar o impacto do Plano Brasil Novo na economia brasileira e para verificar o que isso iria acarretar na vida da Construtora Tratex. A escolha de Paulo César Farias se explica pelo conhecimento dele sobre política econômica; pois participava da campanha, conhecia o programa do governo, sabia das ideias da equipe econômica e, assim, tinha como orientar em função do programa e da linha do Governo".

O declarante não sabe se Paulo César participou da elaboração de algum plano econômico, mas sabe que "ele tinha acesso" a isso. "Queríamos saber quais eram realmente as intenções do Plano", disse o depoente. Escusou-se de informar quais foram as recomendações ou os avisos de Paulo César à Tratex, mas reconheceu que a empresa ficou satisfeita com o seu serviço.

Após o assessoramento, e por causa dele, a Tratex tomou a iniciativa de reduzir seu corpo de funcionários de seis mil e poucos para dois mil e trezentos.

No atual governo, a Tratex, por meio de concorrências, fez contratos com a Vale do Rio Doce, em janeiro e em maio de 1990; com a CHESF, em novembro de 1991; com o IN-

CRA, em dezembro de 1991, com a Usiminas, na época em que ela ainda era estatal, em janeiro de 1991.

Depoimento de Renato Jorge Sarti

O depoente informou a esta CPI que ocupa o cargo de diretor financeiro na Cetenco e que a mesma é de propriedade da família Malzoni em São Paulo. Que ele não integra essa família e que não conhece P.C. Farias, com quem nunca teve qualquer contato.

Informou o depoente que o relacionamento da Cetenco com a EPC se deu por intermédio de Luis Otávio Gomes da Silva consultor pessoal do depoente na área financeira. E que o mesmo ao ser consultado pelo depoente a respeito de um trabalho na área tributária indicou que fosse contratada a EPC. Justificou o depoente que sua empresa vinha pagando todos os impostos e queria saber quais os que podiam ser questionados. O serviço de assessoria foi contratado verbalmente por Luis Otávio ao custo aproximado de US\$ 200.000,00 e que não houve contrato formal. Continuou o depoente afirmando que junto com o trabalho de assessoria da EPC havia uma nota fiscal, uma fatura e que o pagamento foi efetuado através da caixa da empresa em São Paulo. Afirmando ter feito o contrato pelo valor acima mencionado depois de avaliar que havia vantagens financeiras para a empresa.

Falando acerca dos empréstimos feitos em estabelecimentos oficiais, o depoente afirma que está preparando um trabalho para mostrar que não houve favorecimento. Na ga que tenha havido assessoramento de PC para a obtenção desses recursos.

Ao ser questionado sobre a cópia do trabalho técnico realizado por PC e solicitado através de ofício por esta CPI, o depoente alega que está preparando a documentação e que vai encaminhá-la. Perguntado ainda sobre a autorização que o depoente deu a Luis Otávio para que se entendesse com PC, o depoente esclareceu que a autorização foi dada no ano passado; que ele conheceu Luis Otávio acerca de três anos, mas que o mesmo trabalha na empresa desde abril de 1991. Acrescentando que o mesmo trabalhava também na Sullivan e que prestava serviços na Tribuna de Alagoas, mas que não sabia dizer se Luis Otávio é sócio de PC.

Questionado se tinha conhecimento de que Luis Otávio é responsável pela Log, se é proprietário ou se é sócio, o depoente afirmou que Luis Otávio deve ser sócio da Log, mas que não conhece os outros sócios. Sabendo também que o mesmo foi contratado pela Tribuna de Alagoas para gerir os negócios da empresa.

Quanto aos benefícios calculados em Cr\$ 2.500.000,00 que resultariam da consultoria da EPC afirmou que eram praticamente certos e que ainda não interrompeu recursos porque os casos de recolhimento do Fisco estão sendo julgados e que não está jurisprudência.

Perguntado se a razão da contratação da EPC teria sido o fato de PC haver integrado a equipe que participou direta ou indiretamente da elaboração dos planos de governo do atual Presidente da República, o depoente negou que tenha sido essa a motivação da Cetenco.

Também afirmou o depoente que o trabalho da consultoria por ele contratado a EPC não foi aprovado por nenhuma reunião de diretoria e que não consta de Ata. A decisão coube ao depoente que ocupa o cargo de diretor financeiro na Cetenco desde 1988. Dessa decisão o depoente deu conhecimento oral ao Presidente do Conselho de Administração João Vicente Gramado Barbosa e que o contrato foi praticamente de imediato.

O depoente questionado se estava ciente de parecer contrário de técnicos do Banco do Brasil para um empréstimo de três bilhões de cruzeiros pedidos pela Cetenco no segundo semestre de 1991 e de igual quantia para cada uma das outras empresas do grupo. O depoente afirmou que não sabia do parecer contrário, mas do problema da garantia solicitada pelo banco. Na ocasião o depoente foi lembrado do parecer contrário da Superintendência Estadual de São Paulo por alguns motivos tais como:

a) que as proponentes apresentam no momento alto grau de dependência de financiamentos de terceiro para capital de giro; e b) a ausência de mecanismos de alta liquidez.

Nesta ocasião o depoente foi lembrado que o reexame dos pleitos dada a insistência das empresas sem que novos fatos ocorressem fez com que a direção do Banco do Brasil reconsiderasse o despacho anterior concedendo empréstimos de um bilhão, quatrocentos e oitenta e sete milhões para a Cetenco e cento e noventa e sete milhões para a Centênario. E que o Presidente do Banco do Brasil Lafayette Coutinho Torres deferiu o pleito no dia 04 de setembro de 1991. A partir desta exposição o depoente é questionado sobre um possível vínculo entre a liberação do empréstimo e a contratação da EPC. O depoente nega que exista qualquer relação entre os dois fatos.

Quanto a captação de recursos no Banco do Brasil o depoente afirma que a empresa era correntista do banco e que o empréstimo foi solicitado em junho e liberado em 28 de novembro e que o trabalho da EPC foi requisitado em julho ou agosto e concluído em dezembro. O depoente insistiu que não existia nenhuma relação entre uma coisa e outra.

Depoimento de Antonio Ernânio de Moraes

O depoimento do empresário Antonio Ernânio de Moraes referiu-se a Paulo César Farias, quando solicitado a informar se conhe-

cia o mesmo. Ao responder, o depoente relatou que num sábado, na Votorantim, foi apresentado a Paulo César Farias e que a conversa com ele durou 3 minutos, que posteriormente ele veio trazido pelas mãos do seu irmão mais velho, José Ermirio de Moraes Filho.

Esclareceu o depoente que Paulo César Farias pediu-lhe que fizesse um plano de industrialização no estado de Alagoas, especificamente um polo petroquímico. Admitiu o depoente que suas empresas praticam contratações de empresas especializadas para estudar planos de investimentos. Ao ser questionado se, nesse caso, a empresa contratada teria sido a EPC de Paulo César Farias. O depoente afirmou que Paulo César Farias é um homem da intimidade do Presidente da República, que era evidente o fato de o mesmo ser um homem de contatos dentro de Alagoas. Por outro lado, afirmou que os resultados obtidos foram nulos, tão nulos que apenas o primeiro sinal do contrato foi dado.

O depoente afirmou que não teve conhecimento do corpo técnico, nem dos técnicos contratados pela EPC para elaborar os estudos, e acrescentou que recebeu informação da Polícia Federal de que haviam apenas 12 homens no escritório de Paulo César Farias, de nível médio para baixo. Salientou que percebendo que a empresa não fizera o prometido, procurou pesquisar um pouco mais sobre a atividade comercial e empresarial de Paulo César Farias. Para sua surpresa, verificou que a empresa era realmente pequena e os homens que ali estavam eram de mediana competência. Dentro do que pode avaliar, chegou a conclusão de que a empresa de Paulo César Farias pressionava para vender serviços para a implantação de empresas, talvez no Brasil inteiro.

Perguntado sobre a que título suas empresas pagaram 238.976 dólares para a EPC, o depoente respondeu que Paulo César Farias nada produziu em retorno e quanto ao tipo de contrato feito, não sabe. E que tomou conhecimento da EPC na Polícia Federal de São Paulo. Considerou o valor pago relativamente pequeno e que deveria o mesmo ser apenas um sinal. Que o montante deve ter sido maior e que foi suspenso por ter havido retorno, isto talvez motivado pela pressão de se fazer alguma coisa dentro de Alagoas, uma pressão ao menos de se estudar e que seu pessoal e os dirigentes das empresas do grupo Votorantim tenham cometido alguma facilidade. Afirmando o depoente que teria sido melhor se tivessem sido mais rigorosos quanto a proposta de Paulo César Farias. Mas, enfatizando ser evidente que, quando chega alguém relacionado com o Executivo, se procura resolver o mais depressa possível, no bom sentido, não no sentido de facilitar as coisas.

Quanto a terem sido divididos os pagamentos da EPC entre as várias empresas do grupo Votorantim, acredita o depoente que foi por causa da dificuldade financeira em que se vive. Afirmando que se fossem empresas realmente capitalizadas, como estavam suas empresas antes do Plano Collor, bastava uma empresa para pagar sozinho.

Perguntado sobre as relações do Grupo Tratex com a EPC relativas ao saneamento das finanças internas daquele Grupo, afirmou que não foi Paulo César Farias a prestar assessoria; que o mesmo não tem qualidades técnicas para fazer isso. Mas que tem qualidades políticas, no sentido de conhecer as firmas que possam prestar bons serviços no estado de Alagoas.

Disse ainda o depoente que nunca foi informado de que Paulo César Farias abordava alguns empresários no estado de São Paulo com o propósito de promover negócios, principalmente no estado de Alagoas. O que sabe diz, foi pelos jornais.

Pelo que afirma saber, as empresas Votorantim foram procuradas por Paulo César Farias em pessoa. Mas que em sua área direta de atividades não foram emitidas notas fiscais para a EPC ou para qualquer outra firma.

O depoente afirma que para ser honesto, caso fosse procurado por Paulo César Farias, ficaria muito difícil chegar e dizer: "eu não posso fazer coisa alguma. Era realmente um homem, vamos dizer, de amplo relacionamento com o Executivo do Brasil".

Perguntado se Paulo César Farias causou prejuízos às suas empresas, o depoente respondeu que era evidente, que quanto a isto não existia a menor dúvida. Disse ainda que pela importância em dinheiro adiantada à EPC, a Votorantim a rigor deveria ter exigido a garantia de uma fiança bancária. Continuando disse: "se pedir uma fiança bancária a esse tipo, vamos dizer, dada a influência de Paulo César Farias no próprio Executivo, tenho a impressão que talvez não fosse bem recebido".

Perguntado se Paulo César Farias alegava prestígio com a administração federal nos contatos com empresários, ou com as empresas do depoente, respondeu que evidentemente sim, acrescentando "basta olhar, naturalmente, o que foi feito durante a campanha presidencial. Tenho a impressão de que ele era o homem da mais absoluta intimidade do Presidente da República".

Admitiu que, ao contratar a EPC, o grupo Votorantim levou em conta o fato de que Paulo César Farias tinha trânsito e prestígio dentro do Poder Executivo. Mas ao mesmo tempo admitiu não conhecê-lo, não saber se era contador ou advogado, enfim, não saber quem é Paulo César Farias.

CAPÍTULO II

Come um Estado de Caso do Esquema PC

O Sr. Pedro Collor de Mello ao tornar públicas as suas denúncias contra o Sr. Paulo César Farias, apontou a existência de um au-

lência "ministério paralelo" que estaria a operar sob a coordenação do Sr. Paulo César Farias. Na sequência dos fatos convencionados-se denominar este ministério paralelo de "esquema PC". Passaremos pois a utilizar esta denominação para identificar o fenômeno que ora se passa a analisar nos seus mais diversos aspectos.

Imputações de ilicitudes ao Sr. P.C. Farias, relacionadas com a CEME e com o Ministério da Saúde, foram reafirmadas em diversos depoimentos de testemunhas perante a CPI.

O próprio Sr. Paulo César Cavalcante Farias revelou que, a pedido do então Governador de Alagoas, Moacir de Andrade, solicitou ao seu irmão Luis Romero Cavalcante Farias, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, que agilizasse a liberação de verbas daquele Ministério, para as obras de modernização do LIFAL-Laboratório Industrial Farmacêutico de Alagoas S.A., através da Central de Medicamentos-CEME. Afirmando que não considerava que, ao agir assim, estivesse cometendo qualquer ato pecaminoso, ilegal ou irregular. Mesmo porque, adicionou, era o que os Deputados e Senadores faziam habitualmente.

O Sr. Renan Calheiros, ex-líder do Governo na Câmara dos Deputados, acusou o Sr. P.C. Farias de, através de seu irmão, Luis Romero, utilizar-se de verba da CEME para apoiar seu adversário naquelas eleições. Essa operação teria sido feita através da remessa, pela CEME, de US 16 milhões para as obras do LIFAL, um laboratório acanhado, sem condições de absorver tão vultosa quantia. Teria havido superfaturamento na obra, e os recursos advindos desse superfaturamento teriam sido empregados nas fraudes eleitorais que denunciava.

O empresário Takeshi Imai, dono da Hatauta Industrial S.A., denunciou, reiterando suas entrevistas à imprensa, que havia sido vítima de tentativa de extorsão, por parte de José Maria da Fonseca, da empresa Frombrasil, de comércio exterior. Relativamente a venda, à CEME, de pulverizadores de inseticida fabricados pela Hatauta, dessa tentativa participaram, conforme declarou, além do Sr. José Maria da Fonseca o piloto Sr. Jorge Bandeira de Mello, o Diretor da CEME, Sr. Luis Fernando Gonçalves Ribeiro e o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Sr. Luis Romero Farias.

Denunciou, também, o bloqueio de iniciativas e interesses de sua empresa na Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, por parte de técnicos da instituição, que, segundo afirmou, estariam vinculados ao denominado "esquema PC". Por fim, denunciou a ocorrência de irregularidades nas compras feitas, pela CEME, dos inseticidas DDT e Malathion e de veículos que seriam utilizados no combate à epidemia de dengue que se alastrava pelo País.

O Sr. José Maria da Fonseca, em seu depoimento, contestou, uma a uma, as acusações do Sr. Takeshi Imai, com base em documentos que levou consigo para o depoimento e em outros que remeteu, posteriormente, para a CPI. Este aspecto em particular que envolve a CEME está sendo objeto de inquérito conduzido pela Polícia Federal.

O Sr. Luis Romero Cavalcante Farias, reiteradamente citado como um dos integrantes do "esquema PC", admitiu, ante a CPI, ter recebido e encaminhado pedido de agilizar a liberação de verbas para as obras do LIFAL, mas negou qualquer participação na tentativa de extorsão denunciada pelo Sr. Takeshi Imai ou nas compras supostamente irregulares feitas pela CEME, órgão autônomo cujo presidente se reportava diretamente ao Ministro de Estado, afirmando ser da responsabilidade deste, uma eventual autorização sem base legal.

Ao ver ouvido pela CPI, o Sr. Jorge Bandeira de Mello negou qualquer participação na tentativa de extorsão denunciada, ter agido em assunto comercial envolvendo a CEME.

O Sr. Antônio Carlos Alves dos Santos, ex-presidente da CEME, afirmou, ao depor, que assumiu o cargo a convite do então Ministro Alceni Guerra, com quem havia trabalhado na campanha de Fernando Collor de Mello. Apesar disso, acrescentou não ter indicado qualquer dos diretores da CEME, todos nomeados pelo próprio Ministro. Insistiu que, ao tempo em que presidiu a CEME, poucos contatos teve com o Sr. Luis Romero Farias, uma vez que, como presidente da empresa, despachava direto com o Ministro Alceni Guerra. Declarou desconhecer a questão do uso irregular de verbas do LIFAL nas eleições alagoanas, e negou, com argumentos jurídico-formais, responsabilidade em aquisições irregulares feitas pela CEME, atribuindo eventual ônus aos Srs. Luis Romero e Alceni Guerra, que lhe teriam dado ordens expressas para agir.

Diante dos fortes indícios de irregularidades, trazidos à CPI, foram examinados, além dos documentos apresentados pelos depoentes, os especificamente requisitados à Polícia Federal, ao Tribunal de Contas da União, à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Saúde e ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Os Deputados Mendes Thame, Marcelo Barbieri e Jackson Pereira, por delegação da Comissão, efetuaram visita ao LIFAL, em Alagoas, para uma avaliação direta da obra para a qual houvera sido liberada, irregularmente, verba federal.

Do resultado desse exame chegou-se às conclusões de que a seguir se consignam.

Consiste a denúncia em que a CEME teria enviado para o LIFAL 16 milhões de dólares, entre junho e dezembro de 1990, justamente no período eleitoral, particularmente próximo ao "terceiro turno" das eleições para Go-

vernador de Estado, em Alagoas. Esses recursos teriam sido apenas parcialmente usados na obra, pela falta de superestruturação. A "sobra" da verba teria sido usada para custear procedimentos fraudulentos naquelas eleições, em benefício de um dos candidatos, hoje Governador.

Allegaram os Srs. Luiz Romero e Antônio Carlos A. dos Santos, em sua defesa, ter a CEME programa regular de modernização dos quinze laboratórios oficiais com os quais trabalha, dentre os quais o LIFAL.

As verbas são anualmente remetidas para os laboratórios. Independentemente da Diretoria. O valor efetivamente transferido pela CEME, na época em questão, equivaleria aproximadamente a US\$ 7,5 milhões e não aos US\$ 16 milhões apontados.

Constatou-se, no curso das investigações, que as referidas liberações de recursos da CEME para o LIFAL ocorreram entre 21 de dezembro de 1990 e 30 de janeiro de 1992, no montante de Cr\$ 2.234.400.000,00 (dois bilhões duzentos e trinta e quatro milhões e quatrocentos mil cruzados), equivalentes, pela taxa diária do dólar comercial para venda, a US\$ 7.586.117,07.

Pelo convênio para execução descentralizada de atividades de interesse da CEME, o LIFAL recebeu, no período abrangido pela denúncia investigada, um total de Cr\$ 86.320.785,72 (oitenta e oito milhões trezentos e vinte mil setecentos e oitenta e cinco cruzeiros e setenta e dois centavos), equivalentes a, aproximadamente, US\$ 1 milhão.

Os convênios da CEME foram acerbamente criticados pela CISET do Ministério da Saúde, quanto ao exercício de 1990, pelo quase total descontrolo dos recursos. O relatório da CISET conclui pela irregularidade das contas dos titulares da entidade, nesse ano, em particular, quanto às contas bancárias movimentadas pela CEME, por ausência ou insuficiência de controle e documentos. Tampouco se pôde concluir qualquer coisa sobre os estoques de matérias-primas e de medicamentos em poder da CEME ou dos laboratórios oficiais. Nessas circunstâncias, qualquer valor que se refira à CEME, no exercício de 1990, deve ser visto e analisado com extrema cautela, porque os controles e registros da entidade indicam plêntia de irregularidades administrativas e contábeis. Nada permite supor que a situação de descalabro administrativo da CEME tenha sido corrigida em 1991, o que compõe o cenário ideal para a ocorrência de fraudes diversas e substanciais, cujos rastros tendem a desaparecer rapidamente no tumulto administrativo instalado, seja por simples consequência do caos, seja pela ação de delinquentes que dele se aproveitam para melhor e mais facilmente ocultar os sinais de sua ação criminosa.

O laudo do CREA-AL sobre as obras no LIFAL revela que não foi possível comprovar a composição do preço-base utilizado na licitação. Constatou-se, ainda, que o LIFAL antecipou pagamentos no valor de cerca US\$ 3,5 milhões, correspondentes a 46,34% do total da obra, antes mesmo de seu início. A taxa de bonificação e despesas indiretas - BDI da obra, calculada pela empreiteira, 32,7%, superior ao que foi calculado pelo CREA-AL. A obra que ampliaria os atuais 600 metros quadrados do LIFAL para 10.000, ora está paralisada por falta de recursos.

A visita da CPI às obras permitiu estabelecer que o Sr. Luiz Romero Farias, assinou o contrato da obra, na condição de testemunha da contratação da empreiteira (CIPESA S.A.). O ex-presidente do LIFAL responsável pela antecipação de pagamentos revelou tal fato para atender à orientação explícita do Sr. Luiz Ribeiro, da CEME, e a pedido do então Governador de Alagoas, Moacir de Andrade. Ressalte-se o caráter inusitado, se não ilícito, da transação elvada de conexão política e de prática de influência.

Do que se coligiu de documentação examinada e dos depoimentos prestados, pode-se, decerto, asseverar existirem elementos suficientes para supor o uso da CEME para fins políticos nas eleições estaduais em Alagoas, no ano de 1990, sob a responsabilidade das seguintes pessoas: Paulo César Cavalcante Farias, Luis Romero Cavalcante Farias, Luis Fernando Gonçalves Ribeiro e Antônio Carlos Alves dos Santos.

Existindo, contudo, investigações específicas em curso, na Câmara dos Deputados, no Ministério Público e na Polícia Federal, sobre esta matéria, entende-se que os eventuais enquadramentos penais serão mais adequadamente produzidos noutros feitos em andamento.

CAPÍTULO III

As Atividades da Empresa de Participação e Construções (EPC) e o Denúnciação "Esquema PC"

Quando do depoimento prestado perante esta CPI pelo Sr. P. C. Farias, considerando as imputações que lhe foram feitas pelo Sr. Pedro Collor de Mello quanto ao ilícito enriquecimento decorrente de exploração de prestígio e tráfico de influência, indagou-se do empresário quais eram as principais empresas sob seu controle que estavam a gerar lucros ou receitas capazes de justificar os sinais exteriores de riqueza que ostenta. Declarou que, embora fosse acionista de diversas sociedades, os principais entes responsáveis pelo faturamento eram a Tratorial, a Empresa de Participações e Construções EPC e a Brasil-Jet.

Faltava melhor ordenar os trabalhos e ante a impossibilidade material de realizar diligências investigatórias em todos os setores de atividade do empresário, deliberou o colegiado constituir duas subcomissões para, especificamente, analisar a evolução recente da Brasil-Jet e da EPC, nos seus diversos aspectos.

Da documentação enviada a esta CPI pelo próprio interessado, constatou-se que a EPC foi originariamente constituída em com dupla finalidade: atuar na área de construção civil, e ter participação acionária em outras sociedades. Em fez-se modificação nos seus estatutos, com o propósito de incluir, entre os fins societários, a prestação de consultoria, notadamente no campo fiscal.

Desde logo, convém registrar que o depoente, Sr. P. C. Farias, declarou ser advogado, tendo militado, no passado, em Alagoas no foro criminal e, mais recentemente, nos campos fiscal e tributário, sem, entretanto, especificar onde e para quem.

A Subcomissão criada para investigar a EPC, valendo-se das diligências já realizadas pela Receita Federal, que, como se sabe, desencadeou procedimentos investigatórios próprios a partir das denúncias amplamente veiculadas, requereu o envio, ao órgão, de cópia de todas as notas fiscais sob suspeita de não representarem efetiva prestação de serviço.

De um total de 82 (noventa e duas) notas fiscais emitidas entre 03.06.87 e 30.04.92, 65 (sessenta e cinco) foram tidas como apresentando algum tipo de irregularidade e, por essa razão, passaram a merecer especial atenção por parte da Divisão de Pesquisas Fiscais do Ministério da Fazenda. Este primeiro dado afigura-se revelador: 79% (setenta por cento) das transações realizadas pela empresa no período em questão suscitaram fundadas dúvidas quanto a sua legitimidade ou mesmo efetiva existência.

Outro aspecto a merecer destaque diz respeito à clientela supostamente servida, bem assim à sua distribuição geográfica. O quadro que abaixo se reproduz indica claramente que, no período que medeia entre março de 1987 e março de 1990, a quase totalidade dos tomadores de serviços era de Alagoas. A partir de março de 1990, nota-se uma nítida modificação qualitativa e quantitativa no acervo de clientes. Com efeito, deixam de consultar a EPC as empresas nordestinas de médio porte que operam no setor sucroalcooleiro, passando a ingressar, na carteira da pessoa jurídica em causa, megapreterias da construção civil nacional. Do ponto de vista quantitativo, há substancial aumento dos valores médios cobrados.

Notas Fiscais Emitidas Pela EPC Objeto de Ação Fiscal

Data NF Debitado Sede Valor em US\$

Cz s/NCRs

Crs

03/09/87 01 Central Açucareira Sto. Antonio

AL 300.000 6.152

11/09/87 02 S.A. Usina Cururipe de Aç. e Alc

AL 200.000 4.045

11/09/87 03 S.A. Leão Irmãos Aç. e Alcool AL

200.000 4.045

23/09/87 04 Usina Cachoeira S.A. AL 700.000

13.847

05/10/87 05 Alagoas Diesel S.A. AL 50.000 966

18/11/87 06 Usina Caeté S.A. AL 2.500.000 41.915

27/11/87 07 Alagoas Diesel S.A. AL 1.642.370

26.259

30/11/87 08 Idem AL 70.743 1.122

04/12/87 09 Assesura Ass. Com. e Repr. SP

593.600 9.172

04/01/88 10 Alagoas Diesel S.A. AL 830.184

12.874

10/02/88 11 Idem AL 1.049.589 11.281

11/04/88 12 Idem AL 1.500.000 12.425

11/04/88 13 Idem AL 500.000 4.142

11/04/88 14 Idem AL 1.400.000 11.597

02/05/88 15 Idem AL 4.704.594 33.953

31/05/88 17 Idem AL 4.225.507 25.973

04/07/88 18 Idem AL 5.469.474 27.611

11/07/88 19 Idem AL 2.411.900 11.691

19/10/88 21 Idem AL 25.385.227 60.358

28/11/88 22 Idem AL 13.968.315 24.358

29/11/88 24 Idem AL 20.000.000 34.497

26/12/88 25 Idem AL 37.719.198 52.065

02/08/89 35 Leão Irmãos Aç. e Alcool AL 7.799

3.526

04/08/89 36 Idem AL 155.879 69.048

21/08/89 37 Idem AL 177.426 69.579

28/08/89 38 Idem AL 9.315 3.696

07/03/89 42 Idem AL 5.474.234 157.804

09/03/89 43 Renato Prado Pinto AL 1.049.589

11.281

09/03/89 44 Idem AL 145.646 3.992

07/03/90 45 Sebastião F. Melo AL 96.400 2.779

09/03/90 46 Melo Rocha & Cia. AL 35.000 958

25/04/90 47 Construtora Tratez S.A. MG

15.000.000 292.929

17/05/90 48 S.A. Inds. Votorantim SP 1.360.000

18.762

17/05/90 49 Cimento Sta. Rita S.A. SP

1.560.000 30.455

17/05/90 50 Cia. Catarinense de Cim. Portland

SC 920.000 17.961

17/05/90 51 Cimento Gadcho RS 880.000 17.180

17/05/90 52 Cimento Rio Branco PR 1.650.000

32.212

17/05/90 53 Transportes CPT Ltda. SP

1.890.000 36.897

17/05/90 54 Transp. Especiais Olimpia S.A. SP

1.680.000 32.798

17/05/90 55 Cimento Itaú do Paraná S.A. PR

1.720.000 33.579

17/05/90 56 Cia. de Cimento Portland SP

980.000 19.132

17/05/90 57 Transp. e Com. Além Fronteira Lt.

MG 680.000 12.076

18/05/90 58 S.A. Leão Açúcar e Alcool AL

4.490.293 87.431

15/06/90 59 Constr. Andrade Gutierrez MG

16.835.000 238.327

16/07/90 61 Idem MG 43.866.666 658.510

15/08/90 62 Idem MG 7.866.666 103.287

24/08/90 63 Constr. Norberto Odebrecht BA

40.500.000 560.499

29/08/90 65 Idem BA 41.250.000 570.847

10/09/90 66 Idem BA 8.000.000 117.791

15/09/90 68 Constr. Andrade Gutierrez MG

48.855.666 647.155

17/09/90 71 Constr. Norberto Odebrecht BA

7.790.000 1.031.737

21/09/90 72 Abaeté Automóveis Ltda. BA

4.947.000 60.359

21/09/90 73 Itabuna Veículos BA 4.753.000

57.992

24/09/90 75 Constr. Norberto Odebrecht BA

4.000.000 48.732

01/10/90 76 Idem BA 44.135.000 520.976

01/10/90 77 Idem BA 4.413.500 52.098

05/11/90 79 Idem BA 33.756.000 296.730

19/11/91 81 Mendo Sampaio S.A. AL

200.000.000 266.088

20/11/91 83 Usina Cachoeira S.A. AL 42.000.000

55.103

20/11/91 84 Marituba Agro-Ind. AL 95.000.000

124.838

20/11/91 85 Usina Caeté S.A. AL 168.000.000

203.804

19/12/91 87 Idem AL 85.000.000 85.806

19/12/91 88 Marituba Agro-Ind. AL 115.000.000

116.226

20/12/91 90 Cetenco Engenharia SP 200.000.000

199.910

20/12/91 92 Coop. Açúcar e Alcool AL

242.500.000 238.474

30/04/92 93 Idem AL 291.000.000 121.447

T O T A L 7.813.599

Convém, por igual, destacar aquilo que,

podendo não passar de mera coincidência, assume contornos relevantes em face de outras evidências que emergem do contexto probatório recolhido pela CPI. Trata-se do fato de a EPC ter sucesso financeiro justamente nos períodos em que o político Fernando Collor de Mello assume funções executivas, seja no âmbito estadual, seja no âmbito federal.

A Subcomissão deu curso a sua ação investigatória expedindo ofícios para as diversas

empresas, solicitando-lhes fossem remetidas à CPI as provas materiais das prestações

dos serviços discriminados nas respectivas

notas fiscais emitidas pela EPC. Com o mesmo

propósito, também foi expedido ofício à

própria EPC, que não respondeu à solicitação.

Deixaram de enviar qualquer resposta ao

órgão as seguintes empresas:

Cia. Catarinense de Cimento Portland

Cimento Itaú do Paraná S.A.

Melo Rocha & Cia. (correspondência devolvida por mudança de endereço)

Central Açucareira Santo Antônio S.A.

Sebastião Flávio F. Melo

Transportes Especiais Olimpia S.A.

Renato Prado Pinto

As seguintes empresas atenderam à requisição:

Assesura - Assesoria Com. e Representações Ltda.

Abaeté Automóveis Ltda.

Itabuna Veículos

S.A. Leão Irmãos Açúcar e Alcool

Alagoas Diesel S.A.

Construtora Andrade Gutierrez S.A.

Usina Cachoeira S.A.

Cooperativa Reg. dos Prod. de Açúcar e Alcool de Alagoas

Usina Caeté S.A.

S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool

Agro Industrial Marituba S.A.

Mendo Sampaio S.A.

Construtora Norberto Odebrecht

Construtora Tratez S.A.

Cia. de Cimento Portland Gadcho

Cimento Santa Rita S.A.

Cia. de Cimento Portland Rio Branco

Cia. Cimento Portland Itaú

S.A. Indústrias Votorantim

Transp. e Com. Além Fronteira Ltda.

Empresa de Transportes CPT Ltda.

Cetenco Engenharia S.A.

Vejam-se agora o que resulta da análise da

documentação.

Antes de proceder à análise da documentação

recusada das tomadas de serviços da

EPC, convém registrar o apurado pela

Fazenda Nacional no âmbito de sua esfera de

competência. Com o ofício 645, de 17.08.92, o

Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento

comunica à CPI o seguinte:

Nas diligências efetuadas, até a presente data

foram encontrados apenas três contratos

relativos às prestações de serviços discriminados

nas notas fiscais apreendidas na EPC -

Empresa de Participações e Construções

LTDA, relacionadas nos itens 1 a 4 (e mencionadas no item 5) do Ofício MEFP nº 594, de

23.07.92.

Tais contratos, firmados pelas empresas AL-

DISA Alagoas Diesel S.A., Cooperativa Regional

dos Produtores de Açúcar e Alcool de

Alagoas e Construtora Norberto Odebrecht

S.A., bem como as notas fiscais acima citadas,

não comprovam a efetividade da prestação

dos serviços, razão pela qual essas despesas,

em princípio, deverão ser glosadas para

fins de retificação de ofício do imposto de

renda devido.

A seguir, passa-se ao exame da documentação

recebida pela CPI das diversas empresas.

1. S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool.

Trata-se de hipótese de alegada prestação

de serviço sem qualquer amparo em documentação

formal, reconhecendo a beneficiária dos serviços

ser difícil "comprovar a contratação efetuada".

Segundo o expediente provido da Usina

Coruripe, as relações comerciais entre ela e

o grupo de P.C. Farias davam-se, à época,

próprias da Tratoral, foram definidas de modo informal, independentemente de contrato e sob condição de risco da favorecida".

A EPC figura, portanto, como mera fachada para justificar o pagamento de um alegado serviço supostamente prestado pela Tratoral no valor de US\$ 4.915,00 (quatro mil, quarenta e cinco dólares). A resposta encaminhada a esta CPI pela Usina Coruripe implica reconhecimento da falsidade da nota fiscal emitida pela EPC.

2. Empresas do Grupo Carlos Lyra. Três empresas do Grupo Carlos Lyra, estabelecidas no mesmo endereço em Macéio (AL) - Via Expressa nº 99, Tabuleiro do Martins - denominadas Agroindustrial Marituba Ltda., Usina Caeté S.A. e Usina Cachoeira S.A., foram também instadas a comprovar a efetiva prestação dos serviços discriminados nas notas fiscais relacionadas.

Em nome da Agroindustrial Marituba Ltda., foram emitidas, pela EPC, as Notas Fiscais de nº 000084, em 29 de novembro de 1991, no valor, à época, de Cr\$ 96.000.000,00 (noventa e cinco milhões de cruzeiros), correspondentes a US\$ 124.638,00 (cento e vinte e quatro mil seiscientos e trinta e oito dólares norte-americanos); e de nº 000085, em 19 de dezembro de 1991, no valor, à época, de Cr\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de cruzeiros), correspondente a US\$ 118.226,00 (cento e dezesseis mil duzentos e vinte e seis dólares norte-americanos).

Para a Usina Caeté S.A. foram emitidas, pela EPC, as notas fiscais de nº 000086, em 10 de novembro de 1987, no valor, à época, de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), correspondentes a US\$ 41.915,00 (quarenta e um mil novecentos e quinze dólares norte-americanos); de nº 000087, em 30 de novembro de 1991, no valor, à época, de Cr\$ 168.000.000,00 (cento e sessenta e oito milhões de cruzeiros), correspondentes, à época, a US\$ 203.604,00 (duzentos e três mil seiscientos e quatro dólares norte-americanos); e de nº 000088, em 19 de dezembro de 1991, no valor, à época, de Cr\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de cruzeiros), correspondentes a US\$ 85.906,00 (oitenta e cinco mil novecentos e seis dólares norte-americanos).

Em nome da Usina Cachoeira S.A., foram emitidas, pela EPC, as notas fiscais de nº 000089, em 23 de agosto de 1987, no valor, à época, de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), correspondentes a US\$ 13.847,00 (treze mil oitocentos e quarenta e sete dólares norte-americanos); e de nº 000090, em 20 de novembro de 1991, no valor, à época, de Cr\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de cruzeiros), correspondentes a US\$ 55.103,00 (cinquante e cinco mil cento e três dólares norte-americanos).

Assim, a EPC emitiu 7 (sete) Notas Fiscais, referentes a supostos serviços de assessoria prestados às três empresas aqui citadas, no valor total de US\$ 641.239,00 (seiscentos e quarenta e um mil duzentos e trinta e nove dólares norte-americanos).

As respostas são idênticas em tudo, até mesmo quanto aos seus signatários: Jery Braga Gomes (procurador) e Francisco de Assis Gonçalves (sem indicação do cargo ou função nas empresas). Em resumo, elas dizem o seguinte:

a) a Agroindustrial Marituba Ltda., a Usina Caeté S.A. e a Usina Cachoeira S.A. firmaram, individualmente, contratos de prestação de serviços de assessoria e consultoria com a EPC - Empresa de Participações e Construções Ltda.;

b) os contratos seriam existentes "de fato" desde 1986, mas só foram formalizados "oficialmente", dizem os ofícios-resposta em 1990;

c) a prestação dos serviços "se resumiu" (sic) a orientações feitas verbalmente "ou através de informações escritas prestadas por aquela empresa, muitas delas não arquivadas por já terem surtido suas finalidades" (sic).

Tanto a Marituba, quanto a Caeté e a Cachoeira anexam, às suas respostas, os mesmos documentos, em cópias:

a) "Contrato de prestação de serviços de assessoria e consultoria que entre si fazem" a firma respectiva "e EPC - Empresa de Participações e Construções Ltda.", assinado supostamente em 3 de outubro de 1990;

b) correspondência endereçada ao "Grupo Carlos Lyra", com data de 12 de março de 1992, com a anotação de "Ref. Balancos Caeté Cachoeira Marituba";

c) correspondência enviada ao "Grupo Carlos Lyra", com data de 19 de novembro de 1991;

d) correspondência endereçada ao "Grupo Carlos Lyra", supostamente em 12 de fevereiro de 1992, com a anotação de "Ass. Retenção Previdência Social do Fornecedor Cana (Ex. Fornecedor)";

e) correspondência remetida ao "Grupo Carlos Lyra", supostamente em 21 de janeiro de 1992;

f) correspondência remetida ao "Grupo Carlos Lyra", supostamente em 19 de fevereiro de 1992;

g) documento sem destinatário, supostamente datado de 1 de outubro de 1991, a que, aparentemente, falta a folha inicial, em cujas duas primeiras linhas se lê: "Para os demais Fornecedores de cana cumprir integralmente a tabela de preço por ton de cana fixada pela Asplan";

Com os mesmos termos, os contratos entre cada uma das três firmas e a EPC teriam por objeto a prestação por esta, daquelas, de "serviços de assessoria econômica, fiscal, contábil e de maquinário (sic) agrícola".

Embora os contratos tenham sido supostamente assinados no dia 3 de outubro de 1990, duas das Notas Fiscais emitidas pela EPC e

referentes a "serviços de assessoria e consultoria" a empresas do chamado Grupo Carlos Lyra são anteriores àquela data: a de nº 000091 é de 23 de agosto de 1987 (Usina Cachoeira S.A.) e a de nº 000092 é de 10 de novembro de 1987 (Usina Caeté S.A.).

Somam as duas o equivalente a US\$ 55.765,00 (cinquenta e cinco mil seiscientos e sessenta e cinco dólares norte-americanos), mas não existe qualquer documento que comprove os "serviços de assessoria e consultoria" que poderiam justificar o elevado preço cobrado. A afirmativa feita pelas três empresas de que o contrato seria "existente de fato desde 1986" não afasta os indícios de falsidade nas Notas Fiscais emitidas.

Essa convicção se robustece com o exame das únicas cópias de "trabalhos" que teriam sido apresentados pela EPC e justificariam o preço cobrado e pago. Todas as três empresas apresentam cópias das mesmas 6 (seis) circulares, cujo conteúdo não pode ser considerada como produto de um serviço de consultoria empresarial. Destas, apenas 2 (duas) correspondem ao ano de 1991, quando os "serviços de assessoria e consultoria" prestados pela EPC teriam importado o pagamento de cerca de US\$ 585.474,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e setenta e quatro dólares norte-americanos).

Concluindo, tudo indica que a emissão das referidas Notas Fiscais pretenda, na verdade, mascarar a realização de outro tipo de negócio.

3. Alagoas Diesel S.A.

Tenta a empresa justificar a necessidade de contratação de serviços de assessoria econômica e fiscal em Alagoas sob a curiosa alegação de que o seu grupo controlador reside em Recife, sendo o mercado daquele Estado de "difícil acesso".

A simples leitura da explicação evidencia que, a serem verificadas as alegações, estaria a Alagoas Diesel a necessitar de um representante comercial com bom trânsito junto ao empresariado local e não de assessoria econômica e fiscal.

Se, de fato, a contraprestação dos pagamentos efetuados se deve à "proximidade" da "clientela" local, atue a EPC livremente, porquanto a intermediação mercantil não faz parte do elenco de serviços que está legalmente habilitada a prestar.

O certo é que a documentação enviada parece indicar que, se devidamente foram realizados pagamentos, a causa subjacente teria sido outra, não revelada.

4. Assessoria - Assessoria, Comércio e Representações Ltda.

No dia 15 de julho de 1992, foi lavrado Termo de Verificação e Intimação por auditores fiscais do Tesouro Nacional que, após procederem a exame no Livro Diário no 1 da referida empresa, a intimaram, nos termos da legislação vigente, "a informar e comprovar, no prazo de vinte e quatro horas, a natureza e a efetiva prestação" do serviço futuro da EPC-Empresa de Participações e Construções, no valor de Cr\$ 593.600,00 (quinhentos e noventa e três mil e seiscentos cruzeiros), através de nota fiscal de nº. 000009, contabilizada em 31 de dezembro de 1987.

Atendendo a essa intimação dos auditores da Secretaria da Receita Federal-DRF Santa Ildegnia, do município de São Paulo, SP, a Assessoria Assessoria Comércio e Representações Ltda. prestou as seguintes informações, em documento datado de 21 de julho:

1) a empresa estava, naquela época, em busca de novos mercados;

2) a indicação da EPC como importante empresa com influência sobre o mercado do Nordeste brasileiro, notadamente os estados de Alagoas, Pernambuco e Bahia, deu-se "através de contatos";

3) ressaltou a importância da Região em termos de mercado para seus serviços, citando grandes usineiros e produtores rurais como clientes potenciais.

Após essas considerações genéricas e evasivas, definiu a modalidade de trabalho contratado junto à EPC que deu origem ao pagamento objeto da intimação nos seguintes termos:

a) assessoria econômica, financeira e fiscal conforme solicitação da nossa empresa;

b) levantamento de informações sobre potenciais demandas no mercado financeiro regional (busca de financiamento de capital de giro);

c) informações gerais sobre a economia regional, seus mercados e principais agentes;

d) apresentação de eventuais clientes potenciais que teriam demanda de assessoria econômica e financeira em São Paulo;

e) trabalhos específicos de levantamento de documentação cadastral e contábil de algumas empresas.

É evidente a inconsistência das informações apresentadas, haja visto que, além da absoluta falta de precisão e objetividade na descrição do serviço que teria efetivamente sido prestado, elas não obedecem à ordem prescrita, na intimação, no sentido de que as informações deveriam estar devidamente comprovadas.

Acrescente-se, ainda, o desrespeito ao prazo de 24 horas concedido na intimação, justificando por enfermidade do representante da empresa, o que empresta maior suspeita à credibilidade de tão inconsistente documento.

No dia 23 de julho, esta CPI expediu o ofício de nº 140/92, solicitando remessa de prova material da prestação do serviço discriminado nesta mesma nota fiscal emitida pela EPC, ao qual a empresa Assessoria se dignou apenas a comunicar que as "informações" solicitadas já haviam sido prestadas à Receita Federal, passando a reproduzir o teor das mesmas,ipsis litteris, desconsiderando a natureza do ofício, que requeria provas materiais.

5. Construtora Tratex S.A.

Reconheceu a Tratex S.A. que os serviços de consultoria decorrentes da nota fiscal nº 047, de 26/04/90, "consistiram de reuniões não tendo havido a emissão de relatórios e sem contrato formal". Explica ainda que "o objeto da consultoria foi a avaliação do impacto das alterações ocorridas na economia brasileira em função do Plano Brasil Novo nas atividades da Tratex".

O Diretor Presidente da empresa, por ocasião de seu depoimento perante a CPI, não foi capaz de acrescentar qualquer elemento novo elucidativo quanto ao objeto da consultoria supostamente fornecida. Entretanto, explicita que o Diretor Vice-Presidente Sr. Elton José Noll, responsável pela contratação da EPC-Empresa de Participações e Construções Ltda., costumava deslocar-se de Belo Horizonte até Brasília, onde mantinha reuniões com o Sr. Paulo César Farias, recolhendo, então, subsídios para orientar a administração da empresa.

Das orientações alegadamente recebidas, teria resultado "um grande enxugamento da empresa, com redução dos quadros, fusão de empresas do grupo, alienação de equipamentos de ar" e outras medidas que não soube explicar, "visando à perspectiva econômica".

Vale ressaltar que essas "singelas" serviços custaram à Construtora Tratex S.A. a expressiva quantia de US\$ 293.000,00 (duzentos e noventa e três mil dólares norte-americanos).

A versão apresentada é absolutamente inverossímil, sobretudo levando em conta que a prestadora dos serviços não dispõe em seus quadros de pessoal técnico especializado e qualificado para prestar qualquer tipo de assessoramento de consultoria.

6 - Empresa do Grupo Votorantim

Diversas empresas do Grupo Votorantim, em maio de 1990, alegaram ter contratado da EPC serviços de consultoria, envolvendo "estudos para eventual implantação de uma unidade industrial no Estado de Alagoas".

O montante total pago pelo conglomerado à firma do Sr. P.C. Farias chega a US\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), importância que justificaria a prestação de aprofundados estudos técnicos.

Resolveu a CPI tomar o depoimento do Sr. Antônio Ermirio de Moraes, tendo em vista, por um lado, o vulto da quantia paga e, por outro, o fato de ser presumível que conglomerado industrial do porte da Votorantim dificilmente necessitaria dos serviços de consultoria de uma empresa sem qualquer tradição no mercado.

Indagado sobre as razões que levaram as empresas a solicitar da EPC os serviços objeto das notas fiscais nºs 043 e 057, esclareceu:

A sua pergunta tem muito mérito, é evidente que o Sr. Paulo César Farias é um homem da intimidade do Presidente da República. Ele participou de toda a campanha do Presidente da República, pelo menos eu o via nos palanques.

É evidente que, sendo um homem de contato dentro de Alagoas, e nós nunca estivemos no Estado de Alagoas, digo isso até de maneira meio constrangida, porque sou daqueles que criticam os brasileiros que conhecem muito bem a França, a Alemanha, a Itália, mas não conhecem nada do Brasil; mas infelizmente, o Estado de Alagoas eu não conheço; tenho de lamentar esta falha.

E foi exatamente essa empresa que, para minha surpresa, tinha muito pouca gente, mas é uma das técnicas dessas empresas que subcontratam obras, e os resultados foram absolutamente nulos, tão nulos que, no primeiro sinal que foi dado, nada mais que sinal foi dado, porque os resultados não foram satisfatórios, não se obteve nada, para ser sincero.

E o primeiro estudo seria feito por eles, mas a malha final seria nossa, certamente, porque nós não poderíamos entrar num empreendimento que amanhã desse errado.

Quanto aos serviços, confirmou não ter havido absolutamente nenhum retorno, tendo chegado ao seu conhecimento que havia apenas doze pessoas trabalhando no escritório da EPC, "de nível médio para baixo".

Instado a explicar, em detalhe, por que razão foi feito o pagamento, esclareceu tratar-se de uma antecipação por serviços futuros. Ante o inusitado da situação, foram-lhe formuladas três perguntas para bem caracterizar, do ponto de vista legal, o ocorrido. Em primeiro lugar, se a contratação da EPC "leveu em conta o fato do Sr. P.C. Farias ter trânsito e prestígio dentro do Poder Executivo, ao que respondeu estar isto implícito. Em segundo lugar, se o Grupo Votorantim foi induzido em erro, sendo levado a crer que a EPC poderia prestar bons serviços:

De pieno acordo, V. Exa. há de convir que seria profundamente desonesto, ou antipático pelo menos, um grupo do tamanho da Votorantim não prestar, ou pelo menos não se dispor a prestar, serviços no sentido de industrializar um dos Estados mais pobres da Nação brasileira, que é, justamente, o Estado de Alagoas.

Finalmente, questionado sobre se a operação resultou prejuízo à Votorantim, disse: "Claro e evidente".

No caso sob análise, o pagamento resultante das Notas Fiscais aludidas denota, sem qualquer sombra de dúvida, a ocorrência de ilícito penal.

7 — Construtora Andrade Gutierrez
A CPI, através do of. n.º 9/92, de 23.07.92, dirigido ao Sr. Eduardo B. de Andrade Gutierrez, solicitou que fossem encaminhadas provas materiais de prestação de serviços da EPC junto à Andrade Gutierrez e que resultassem na emissão das notas fiscais de n.ºs 000063, 000065 e 000066.

A documentação remetida pela Andrade Gutierrez resume-se a duas correspondências:

Uma primeira, remetida pela EPC para a Andrade Gutierrez, cujo conteúdo descreve de maneira sucinta e pouco clara o que poderia vir a constituir-se um contrato inicial para prestação de serviços, destacando:

1. Alusões a um plano de estudos a ser realizado;

2. Estimativa de verba honorária no valor de vinte e sete milhões de cruzados novos e sua forma de pagamento, com valores e datas pré-estabelecidos corrigíveis pela BTNF;

3. Solicitação de um "de acordo" por parte do contratado, que consta do referido documento.

A segunda, remetida pela própria Andrade Gutierrez e assinada pelo Sr. Eduardo B. de Andrade em resposta ao ofício desta CPI, da qual se destacam os tópicos:

1. Que de fato a EPC havia proposto investimentos no Nordeste para a produção de chapas de granito e que tal proposta após "uma análise preliminar da ideia" era viável;

2. Que de fato ocorreu a contratação do Sr. Paulo César Farias para a realização de estudos fiscais, econômicos e empresariais;

3. Que o investimento por parte da sua empresa seria de ordem de cem milhões de dólares;

4. Que o projeto consiste na implantação de cinco indústrias para beneficiamento de granito, indicando que as mesmas já estão sendo implantadas;

5. Que a correspondência da EPC acima mencionada é a carta de contratação.

Os documentos analisados demonstram a aplicação de vultosas quantias por parte da empresa Andrade Gutierrez. Por um lado, um investimento da ordem de cem milhões de dólares e, por outro lado, o pagamento de serviços técnicos especializados à EPC no valor de vinte e sete milhões de cruzados atualizáveis. Nisso há uma primeira razão de curiosidade: o estabelecimento prévio da forma de pagamento em valores mensais indicados de forma aleatória, cujo pagamento inicial só viria a ocorrer cinco meses depois e devidamente corrigidos pela BTNF. Tal estratégia de pagamento não é esclarecida pela EPC, embora aceita pela Andrade Gutierrez, assim como o resto do contrato.

Contratos de tal vulto de investimentos implicam por parte do contratado a elaboração de relatórios detalhados no que se refere à otimização do investimento. Ora, tais relatórios deveriam estar anexos aos documentos encaminhados pela Andrade Gutierrez a esta comissão. E não foram. A não anexação de tais documentos, comuns a este tipo de contrato, só fundamenta a suspeita de que tais estudos fazem parte de uma farsa. Chega-se a tal conclusão lógica, em face do fato de que a Andrade Gutierrez só se beneficiaria com a remessa dos estudos feitos e assim estaria comprovada, materialmente, a prestação de serviços aventada.

Finalmente, investimentos tais como este, que justifiquem a contratação de empresa de consultoria de porte, não se firmam em contrato escrito de forma genérica e não detalhada tecnicamente, onde se solicita apenas um "de acordo".

Conclusivamente, esta análise está a mostrar que a documentação apresentada não

constitui prova material da prestação efetiva dos serviços referentes às Notas Fiscais, além do que, mesmo que considerado apenas como instrumento de contrato, ainda assim o documento exibe fortes indícios de ter sido forjado posteriormente à emissão das Notas Fiscais.

8 — Construtora Norberto Odebrecht
A CPFI, através do Ofício n.º 13/92, de 23.07.92, solicitou à Construtora Norberto Odebrecht esclarecimentos sobre as atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias junto àquela empresa. Foram solicitadas provas materiais de prestação de serviços relativas a Notas Fiscais emitidas pela EPC-Empresa de Participações e Construções Ltda. aquela construtora.

Os documentos enviados pelo Sr. Emilio Alves Odebrecht constam de um texto encaminhado pelo mesmo, afirmando a existência de um contrato, entre as referidas empresas, cujo conteúdo genérico nada esclarece e, em anexo, uma cópia do instrumento firmado.

Essa sucinta documentação nada traz de esclarecedor no que se refere às provas materiais solicitadas por esta CPI, conforme se pode constatar:

1. Não foram anexados documentos que fizessem referência a valores, no entanto, as Notas Fiscais emitidas pela EPC e que foram objeto de análise da Receita Federal indicam o recebimento de US\$ 3.199.410,00 (três milhões cento e noventa e nove mil quatrocentos e dez dólares norte-americanos), pagos pela Norberto Odebrecht;

2. Não foram anexados relatórios conexos com estudos e projetos de investimentos indicados no texto do Sr. Emilio Odebrecht e que, de alguma forma, poderiam tentar justificar um pagamento de tal ordem.

A flagrante omissão, no que diz respeito ao envio das provas materiais solicitadas, leva a crer que a quantia acima mencionada não diz respeito ao resultado dos trabalhos executados, visto que não existem documentações consistentes, tais como relatórios técnicos, tão comuns a tais tipos de contratos.

Como justificar um pagamento tão vultoso? A resposta pode estar no ofício de n.º 645, de 17.08.92, remetido pelo Exmo. Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento Marcellino Marques Moreira, endereçado ao Presidente da CPI em resposta ao Of. n.º 231/92-CPFI-PC. O referido ofício, em seus itens 1 e 2, afirma que, após diligências efetuadas no que diz respeito às prestações de serviços constantes de Notas Fiscais emitidas pela EPC, dentre as quais as vinculadas ao contrato Norberto Odebrecht/EPC, "não comprovam a efetividade da prestação dos serviços, razão pela qual estas despesas, em princípio, deverão ser glosadas para fins de retificação de ofício do imposto de renda devido".

A transcrição literal do trecho do ofício do Exmo. Senhor Ministro fala por si só no que se trata de não cumprimento por parte do Sr. Emilio Odebrecht das provas materiais solicitadas por esta CPI.

Concluindo, não houve prestação de serviços e, portanto, não houve motivo material justificado pelos contratantes para o pagamento das quantias arroladas a partir das Notas Fiscais emitidas pela EPC.

9 — Mendes Sampaio S.A. (Usina Roraima)

A empresa pagou à EPC, em 19 de novembro, o valor equivalente a US\$ 268.088 (duzentos e sessenta e seis mil e oitenta e oito dólares norte-americanos) por conta de alegados serviços de consultoria econômica, financeira e fiscal.

Para justificar à CPI o pagamento, a empresa encaminhou documentos relativos à implantação de um projeto de fertilização e outro de implantação de uma unidade de secagem de leite, datados, respectivamente, de março e abril de 1991.

A única alusão à empresa EPC em todos os documentos apresentados encontra-se, precisamente, na correspondência encaminhada à CPI. No corpo dos documentos, não há qualquer alusão à EPC. Por outro lado, o projeto de fertilização apresenta como integrante a equipe técnica dos srs. Márcio Jorge Cabral Paixoto (engenheiro agrônomo, CREA 218/70-1ª região), Frederico A.C.V. Peixoto (economista, CRE nº12-12ª região) e Vicente de Paula M. Lima (técnico agrônomo), enquanto, no projeto de implantação de uma unidade de leite, a equipe é formada pelos srs. Francisco Braga Soares (economista, coordenador), Rubens Ramires Malta Filho (engenheiro civil, orçamentos, obras, instalações), Qúiterio Lamarck Quirino de Araújo (da Supervisão/Ilipisa) e Luiz Ribeiro da Silva Filho (colaboração/assessoria Ilipisa).

Obviamente, se quaisquer dos técnicos citados nos trabalhos encaminhados à CPI fossem, efetivamente, pertencentes aos quadros de consultores da EPC, a empresa se preocuparia em identificá-los como tal.

Mais uma vez, deparamos um relacionamento comercial que, se existiu, teve causa diversa da declarada.

10 — Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas

A contratante pretende justificar o pagamento equivalente a US\$ 242.500,00 (duzentos e quarenta e dois mil e quinhentos dólares norte-americanos) à empresa de P.C. Farias, para que esta empreendesse "todos os meios lícitos asseguratórios em defesa" da cooperativa e associadas pertinente à "exclusão do pagamento da nova contribuição para o financiamento da seguridade social" (Finsozial).

As medidas por serem empreendidas situavam-se nos campos administrativo e judicial. O objeto contratual assim definido revela, de forma inequívoca, tratar-se de ajuste que tem por fim o exercício ilegal da advocacia, já que o Estatuto da O.A.B. veda às sociedades constituídas sob a forma limitada a prestação de tais serviços.

Assim, das duas, uma: ou bem o contrato constitui peça probatória de crime de falsidade ideológica ou então o responsável pela EPC há de responder por exercício ilegal de profissão.

11 — Cetenco Engenharia S.A.

A empresa em questão alega ter pago o valor equivalente a US\$ 200.000,00 (duzentos mil dólares norte-americanos) à EPC por um "trabalho de assessoria econômico-fiscal, tendo por necessário em razão das seguidas modificações na área de tributos, ocorridas nos últimos anos. Competeu-se uma série de equívocos e a Cetenco Engenharia vinha pagando todos os impostos, sem conexão a nenhum deles".

Diz o Sr. Renato Jorge Sartil, Diretor Financeiro da Cetenco, ter sido por intermédio de um consultor chamado Luiz Otávio Gomes da Silva, coincidentemente sócio do Sr. P.C. Farias na Sultin, que teve referências da EPC, notadamente quanto a estar a empresa habilitada a prestar assessoramento na área tributária.

É, no mínimo, estranho que uma empresa como a Cetenco, que, certamente, dispõe de um corpo de advogados próprios e que teria capacidade de contratar as mais renomadas firmas de consultoria do país, tenha optado por uma empresa de Alagoas sem tradição nem renome no assunto e que, como se verá a seguir, revela notória ignorância em matéria jurídica.

A simples leitura do Contrato Societário da EPC, com a alteração introduzida em 10.06.87, indica desconhecimento os sócios envolvidos das pessoas jurídicas organizadas sob

a forma "limitada" explorarem a advocacia. E é precisamente esse ilícito o objeto que se propõe perseguir a empresa do Sr. P.C. Farias.

O representante legal da Cetenco, ao depor perante a CPI, disse ter ficado satisfeito com o trabalho apresentado pela EPC, porquanto a orientação fornecida permitira não só obter a restituição de tributos indevidamente pagos, mas também minorar a carga fiscal incidente sobre o faturamento. Eximiu-se, entretanto, de explicar a razão pela qual, de posse de tão dispendioso estudo, havia mais de meio ano, não só continuava a recolher como dantes aos cofres públicos, mas deixara de tomar qualquer iniciativa no campo judicial para repetir o indébito.

Ao que tudo indica, o depoente, conquanto declarando-se leigo em matéria jurídica, preferiu não declinar as razões pelas quais deixou de fazer uso das recomendações e opiniões legais expandidas pelo Sr. P.C. Farias. É que, se tivesse optado por responder, teria sido obrigado a confessar que a peça apresentada pelo pretencioso advogado tem caráter meramente descritivo, limitando-se a reproduzir, de forma literal, e por vezes equivocada, a legislação tributária, inclusive normas complementares periodicamente editadas pela Receita Federal e que podem ser encontradas em qualquer elemento publicação para iniciantes na matéria.

Quanto às possíveis ações judiciais que ensejariam questionamentos de alguns aspectos da legislação tributária, é de salientar que, à época da elaboração daquilo que se resolveu denominar "estudo", já havia a matéria ganho notoriedade, por ter-se tornado iterativa jurisprudência forense.

Dois aspectos merecem destaque. Em primeiro lugar, teve o subscritor do "estudo" a ousadia de qualificar o Decreto-Lei como "questionável" instrumento legal para alterar a estrutura da contribuição social denominada PIS. Ora, desde a década de 70 consolidara-se a jurisprudência no sentido de entender a expressão "finanças públicas" no seu sentido mais amplo, nada havendo de inconstitucional no recurso a esse instrumento para legislar matéria tributária. Assim, caso o consulente tivesse fundamentado qualquer demanda nas insensatas recomendações do Sr. Paulo César Farias, além de ver rejeitada a pretensão no âmbito judicial, certamente ver-se-ia condenado ao pagamento dos ônus da sucumbência. E tudo isto com uma agravante: a decisão transitaria em julgado, inviabilizando, dessa forma, que outro profissional, competente, pudesse reaver o que de fato era direito líquido e certo.

Em segundo lugar, não fora suficientemente grave a desastrosa orientação proposta, por ignorância o hábito de transitar em torno da legalidade, afirma o consultado ter conhecimento prévio de projeto de decreto que viria a regulamentar determinada lei. Mais uma vez depara-se duas alternativas de ilicitude: ou bem afirma o verdadeiro e assume dispor de informações privilegiadas ou, então, mente, para obter vantagem pecuniária, em razão de suposto prestígio junto a altas esferas federais, notadamente aquelas com competência para baixar decreto.

Como se observa, a EPC, sob a gerência do Sr. Paulo César Farias, gravita entre o ilegal e o moralmente ilícito, sendo que a única constante do seu comportamento é a busca desenfreada do lucro rápido e fácil.

Capítulo IV
A empresa Brasil-Jet e o deus da "empresinha P.C."

Tendo o Sr. Paulo César Cavalcante Farias declarado perante a CPI que a empresa Brasil-Jet Ltda é uma das sociedades sob o seu efetivo controle que gerou significativo lucro no passado recente, podendo, assim, justificar o súbito aumento patrimonial do investigado, deliberou o órgão encetar linha investigatória específica para avaliar o tipo de atividade efetivamente desenvolvida pela pessoa jurídica em causa.

Com base na documentação enviada pelo próprio depoente, verifica-se que a sociedade foi fundada em fevereiro de 1988, tendo por objeto a "exploração do transporte aéreo de pessoas e cargas". Originalmente, figuravam como sócios apenas P.C. Farias e seu cônjuge Elma Pereira Bezerra Farias, sendo que, posteriormente, ingressa na sociedade Jorge Waldério Tenório Bandeira de Melo, passando este último a deter cinco por cento do capital da empresa e a exercer sua gerência.

A exemplo do que ocorre com praticamente toda a documentação relativa às atividades empresariais do Sr. P.C. Farias, também no particular ora examinado foi possível detectar indícios de graves irregularidades.

Especificamente quanto ao contrato social, constata-se a existência de dois instrumentos legais que registram alteração contratual no que concerne à admissão do Sr. Jorge Waldério Tenório Bandeira de Melo na sociedade. O primeiro, registrado junto ao Departamento de Aviação Civil do Ministério da Aeronáutica, data de 12.12.89. O segundo, de mesmo teor, foi registrado na Junta Comercial de Macaé e, embora subscrito em 21 de agosto de 1990, sua cláusula segunda registra que a realização das novas quotas dar-se-á "em moeda corrente e durante o mês de julho de 1990" (grifos nossos).

Merece registro, ainda, o fato de naquela data transferir-se a sede social da empresa de Macaé para Brasília, passando a ficar localizada no Setor Comercial Sul, Ed. OK, 7º andar, precisamente no prédio onde funcionou o comitê eleitoral do candidato Fernando Collor.

Compulsando a documentação encaminhada após o depoimento do Sr. Jorge Badella, constatou-se que, em 20.12.90, foi celebrado entre a Brasil-Jet e a Miami Leasing Co., empresa estrangeira organizada e controlada por P.C. Farias, um contrato de arrendamento operacional (sem opção de compra) pelo prazo de um ano, fixado o aluguel mensal em US\$67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos dólares). Três aspectos relativos a esta transação merecem especial destaque:

— o fato de a Brasília, Jet dar como endereço da sede social o n° 7301, da Av. Durval Goes Monteiro, em Macelê, quando, desde agosto, já se havia mudado para Brasília.

— Inexistir cláusula de garantia das obrigações contratuais (fiança ou garantia real);
c. finalmente,

— ter a arrendadora deixado a critério da Brasil-Jet a escolha da empresa seguradora do avião, contentando-se com a mera entrega de cópia da apólice, em data futura não especificada.

O bom senso indica que uma empresa localizada no exterior, alegadamente sem qualquer vínculo com a concorrência brasileira, jamais aceitaria celebrar um contrato envolvendo a entrega de valioso know-how como é o caso de um avião, sem a prévia e cabal constituição de garantia idônea. Ademais, não corresponde à praxe comercial corrente o fato de proprietário de aeronave delegar, pura e simplesmente, ao arrendatário, poderes para concluir os contratos de seguro necessários, dando-se por satisfeito contentando-se com uma mera especificação dos termos entre as partes inserida no contrato.

Tais circunstâncias, somadas a outros elementos de prova que serão analisados em local próprio, revelam, de forma inequívoca, que a operação em lava-deu-se entre empresas relacionadas sob controle comum. Se assim não fosse, teriam os responsáveis pela Miami Leasing adotado as cautelas de rotina, de sorte a proteger seu patrimônio.

Em linhas gerais, o segundo contrato de arrendamento operacional concluído entre a Brasil-Jet e a Miami Leasing Aviation Co., datado no ano de 1991, e também constante da documentação carreada ao processo, segue os parâmetros do primeiro, destacando-se apenas o fato de o aluguel ser, neste caso, de US\$ 144.000,00 mensais (cento e quarenta e quatro mil dólares).

Assim sendo, valem também para este caso as observações expendidas quanto ao primeiro contrato.

Tendo em vista os estreitos vínculos do Sr. Jorge Bandeira de Mello com as atividades no Brasil-Jet e notadamente com operações outras desenvolvidas pelo Sr. P.C. Farias, o ele convocado a depor perante esta CPI, seu testemunho foi marcado por respostas evasivas e lacônicas, sempre procurando regular o mínimo possível. Não obstante, e analisando provas documentais que lhe foram exibidas na ocasião, não pôde deixar de reconhecer que é sócio de uma empresa nos Estados Unidos da América, juntamente com o parente da Miami Leasing, Sr. Ironicides Teixeira, dedicando-se àquela ao comércio e exportação de peças para aeronaves.

Ver-se-á, no curso do presente relatório, de o Sr. Jorge Bandeira de Mello assim agiu por conta de seu profundo envolvimento com atividades de citadas Sr. P. C. Farias incluindo ainda, em linha de umpho, os lu-

...nários Sr. Ricardo Campos, responsável pela parte contábil e financeira da empresa, e Sra. Maria Vasconcelos, secretária.

Revelou outros detalhes e apontou que, após o casamento, trabalhou sob vínculo empregatício, passando à condição de empregada para criar a Mundial Aerotextil, a qual, com poucos meses de existência, chegou a admitir seis aeronaves. Esta última empresa alia a partir da mesma base operacional da Brasil, numa clara evidência de que ambos formam um mesmo grupo.

A relatoria da CPI, de início, designou técnicos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para realizarem as diligências necessárias junto as firmas Brasil-Jet e Mundial Aerotaxi, com vistas à obtenção dos documentos que habilitassem o órgão a proceder às análises pertinentes. Durante mais de quinze dias e não obstante as sucessivas intimações apresentadas aos responsáveis pelas empresas, utilizaram estes as mais variadas expedientes para sonegar os dados requeridos. Em relatório encaminhado à Presidência da Comissão, afirmaram os técnicos: "os atentamentos às intimações pela Brasil-Jet, Taxi Aéreo Ltda e pela Mundial Aerotaxi Ltda, a repetida ausência de dirigentes no território das empresas, a contradição entre informações e a declarada ignorância sobre os negócios por empregados e pelo encargo da escrituração contábil, configuram liberada obstrução às investigações determinadas pela CPI".

despello das dificuldades criadas, foi de logo apurado, em relação à Mundial Otáxi:

o que a empresa omitiu, no balanço de 1963, o valor equivalente a 88% do custo nominal das duas aeronaves compradas, o que atualizado de Cr\$ 1.357.200.000,00, ascende às dívidas correspondentes, pois a empresa lançou no ativo apenas o valor das prestações pagas, no montante de Cr\$ 1.663.069,78, o que implica oneração de lucro de renda e da contribuição social, sob o lucro inflacionário, cuja autuação compete à Delegacia da Receita Federal de Brasília.

que muitos planos de voo, enviados à pelo DAC, não têm correspondência com as fiscalis, o que sugere formação de 2ª com receitas omitidas;

3) que 81% da receita da empresa correspondem a faturamentos contra a Construtora Norberto Odebrecht S.A., concentrados nos dias 7, 8 e 11.11.91 (notas fiscais 9, 10, 11 e 12, emitidas contra as filiais de Macapá, Cabo, Recife e Belo Horizonte, respectivamente) o que permite suspeitar trataram-se de notas fiscais frias.

Verificado, pelo levantamento inicial, que as atividades do grupo supunham conhecimentos técnicos especializados, deliberou-se contratar a empresa de assessoria aeronáutica Karvasair para levar a termo a tarefa.

Antes de passarmos ao exame do modus operandi da Brasil-Jet relativamente a cada um de seus supostos clientes, cabem duas observações preliminares.

Em primeiro lugar, constatou-se, por intermédio de certidão fornecida pelo Ministério da Aeronáutica, que a Brasil-Jet opera duas aeronaves:

Um Lear Jet 55 — prefixo PT-OHU (anteriormente PT-10CP), série n° 029, e um BAE-125-800-A — prefixo PT-OMC (anteriormente N-800B), série D468, ambos arrendados à Miami Leasing Aviation Co., tendo sido detectado, em relação a esta última, que o Certificado de Aeronavegabilidade de Exportação era falso, sendo inclusive objeto de procedimento penal nos Estados Unidos da América;

Em segundo lugar, relativamente ao 1.º ar Jet mencionado, enquanto arrendados em 20.12.90, fez o primeiro voo para a Brasil-Jet em 03.04.90, consoante se vê nos Relatórios de Pouso e Decolagens expedidos pelo DAC/IN-RAERO. No entanto, a própria escrituração contábil da empresa confirma a falsidade dos lançamentos efetuados nos registos, pois a fatura nº 001, expedida em 02.10.90, corresponde a um voo realizado em 21.05.90.

É ainda o mencionado relatório do DAC
que indica haverem sido realizados 33 (trinta
e três) vãos sem qualquer cobertura contábil
antes do arrendamento formal da aeronave.

A empresa de assessoria Karvaasil adotou, como critério inicial de análise das atividades da empresa, o exame das notas fiscais emitidas pela Brasil-Jet à conta do dezessete pessoas jurídicas, uma pessoa física e dez identificados como "pessoas diversos". Como se verá a seguir, a análise assim feita retrata um roteiro de ilícitos da mais variada ordem. Seguem-se as especificações, caso caso:

1.2.1 — Brata-Brasília Taxi Aéreo Ltda.

A análise das notas fiscais scadadas pela **Brasíl-Jet** contra a **Brata**, empresa de propriedade do Sr. Wagner Canhedo - amigo de longa data do Sr. P. C. Farias e beneficiário dos pedidos que este último fez, junto a Petróbrás, na gestão Motta Velga -, revela que, no período que medeou entre 03.01.91 e 11.91, houve alegada prestação de serviços no montante de Crs 525.533.328,00 (quinhentos e vinte e cinco milhões e quinhentos e trinta e três mil trezentos e vinte e oito cruzeiros), equivalentes a US\$ 1.535.501,86 (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e um dólares e oitenta e seis centavos). Nota-se que, para efeito de cálculo, neste Relatório, as faturas da **Brasíl-Jet** foram dadas pelo dólar fixante do dia da fatura, de acordo com dados do Banco Central do Brasil.

A primeira constatação, resultante da leitura dos documentos, indica que os responsáveis pela emissão das notas fiscais Brasil-Jet! Invariavelmente deixaram de observar as prescrições legais relativas ao preenchimento de notas fiscais. Pode-seencionar, a título exemplificativo:

— a ausência das datas do vóto:

- a falta de menção ao trecho percorrido;
- a omissão da identificação da aeronave;
- a falta de menção do número dos bilhetes de passagem, constituindo esta falha inoponível ao disposto nos arts. 223 a 227 do Regulamento Brasileiro de Aeronáutica.

o período examinado, desenvolveu experiências dissimulatórias para ocultar o tráfego dos recursos. Assim se apurou, porque, examinados os livros diário e documentos de 1988, não foi possível encontrar qualquer referência aos pagamentos alegadamente feitos à Brasil-Jet.

A empresa de assessoria aeronáutica contada pela CPI solicitou, então, do contador do grupo Canhedo, Sr. Sebastião Paulino Silva, explicações a respeito de tão inusitado fato, tendo afirmado: "o pagamento efetuado pelo Sr. Wagner Canhedo que, a tanto fazin retiradas do título de pró-lab, levadas a débito da VIFIPLAN - Viação Imalto Ltda., mas lançadas na contabilidade (livro diário) de uma terceira empresa do grupo, denominada Transportadora Wa-

para completar a operação de dissimulação, evitavam as empresas do Grupo Canhebrilhar qualquer depósito direto em nome da Brasi-Jet, utilizando-se como intermediário aquilo que se convencionou chamar de correnteista fantasma para intermediar a transferência do numerário. Excepcionalmente foi ajuizado o tanto pelo cruzamento das datas e valores das notas fiscais emitidas pela Brasi-Jet com o Livro diário da Transportadora Wael, com o Livro diário da evolução das contas correntes da Brasi-Jet com as dos chamados fantasma, constatou-se que os valores levados a débito da Transportadora Wael coincidem com os valores das notas fiscais emitidas pela Brasi-Jet, bem assim com os créditos efetuados em sua conta corrente, sendo estes efetivados pelos fantasmas.

O quadro que se segue, reproduzido do relatório da Karvasair, demonstra que as receitas da pró labore do Sr. Wagner Canhedo e de um de seus diretores, são feitas no mesmo valor e um dia antes ou no mesmo dia do débito na conta dos ditos fantasmas e do credi-

to na conta da Blue-El Jet.

| DATA | UF | VALOR | DATA | DATA | DATA | NUMERO | NOME |
|---------------------------------|----|--------|--------|----------|----------|----------|----------|
| UF | Nº | DÉBITO | INCL.C | CANCEL.C | CANCEL.C | CANCEL.C | FANTASIA |
| VTPAR FANTASIA BRASIL/FANTASIA. | | | | | | | |

| | | | | | | |
|----------|------|----------------------|----------|----------|--------|--------|
| 07:01:91 | 0:40 | 10:00:00:00:00:01:91 | 03:01:91 | 03:01:91 | 429:32 | 3:00PM |
| 7:01:91 | 0:42 | 79:00:00:00:00:02:91 | 7:01:91 | 7:01:91 | 412:58 | 4:00PM |
| 07:01:91 | 0:47 | 6:00:00:00:00:02:91 | 7:02:91 | 7:02:91 | 312:66 | 4:00PM |
| 07:03:91 | 0:50 | 2:20:00:00:00:03:91 | 01:03:91 | 01:03:91 | | 3:00PM |
| 07:03:91 | 0:53 | 6:00:00:00:00:03:91 | | 10:03:91 | | |
| 07:04:91 | 0:55 | 4:50:00:00:00:04:91 | 05:04:91 | 05:04:91 | | 3:00PM |
| 15:04:91 | 0:59 | 30:10:00:00:00:04:91 | 7:04:91 | 7:04:91 | 433:06 | 3:00PM |
| 77:04:91 | 0:00 | 75:00:00:00:00:04:91 | 73:04:91 | 73:04:91 | 440:38 | 4:00PM |
| 13:05:91 | 0:55 | 11:00:00:00:00:05:91 | 13:05:91 | 13:05:91 | 74:98 | 4:00PM |
| 13:05:91 | 0:57 | 42:25:00:00:00:05:91 | 14:05:91 | 14:05:91 | | |
| 73:05:91 | 0:58 | 5:00:00:00:00:05:91 | 73:05:91 | 73:05:91 | | 4:00PM |
| 73:05:91 | 0:76 | 10:00:00:00:00:05:91 | 78:05:91 | 78:05:91 | | 4:00PM |
| 07:07:91 | 0:78 | 40:54:00:00:00:07:91 | 01:07:91 | 01:07:91 | | |
| 07:07:91 | 0:04 | 60:32:50:00:00:07:91 | | 29:07:91 | | |
| 21:08:91 | 0:53 | 27:12:00:00:00:08:91 | | 21:08:91 | | |
| 21:08:91 | 1:18 | 52:43:00:00:00:08:91 | 21:11:91 | 21:11:91 | 02:20 | 7:00PM |
| 27:11:91 | 1:19 | 60:00:00:00:00:08:91 | 21:11:91 | 21:11:91 | 42:01 | 7:00PM |

Fonte: Pesquisa Kantar Ivoir

De registrar ainda que, do ponto de vista contábil e fiscal, e rigorosamente de acordo com a legislação em vigor, a qualquer empresa efetuar pagamentos com recursos próprios do diretor, invalidando desta forma que se dê baixa no débito judicial.

Some-se a essas obscuras movimentações e transfêrencias contábeis o estranho fato de a Brata, possuidora de uma frota de 61 seixenta e duas aeronaves, entre as quais dois jatos, subfretar o Brasil-Jet.

Por derradeiro, cumpre destacar: um flagrantíssimo caso de superfaturamento na única nota fiscal emitida com a especificação do trecho voado - nº 042 de 24.01.91, no valor de R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais).

zuzeiros), trecho Porto Alegre, Natal, Recife e São Paulo. Sendo a distância entre Porto Alegre e Natal, 246 km (cinco mil duzentos e quarenta e seis quilômetros) e o valor do voo de R\$ 230,00 (hum mil duzentos e trinta cruzeiros), segundo tabela da Lider Taxi Aéreo, uniu-se o preço médio de mercado de R\$ 452.580,00 (seis milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil quinhentos e oitenta e sete cruzeiros) ou US\$ 26.702,00 (trinta e seis mil quatrocentos e dois dólares). Evidencia-se, portanto, um superlucratamento de 6,5 vezes o valor real da viagem.

A constatação de tantas e tamanhas irregularidades permite afirmar que o pagamento não passa de uma farsa montada com objetivos fraudulentos, revelando, outrossim, um profundo e inquestionável envolvimento do Grupo Canhedo com as atividades ilícitas da Brasil Jet.

1.2.2 — Transportadora Wadef Ltda

A análise do caso concreto baseou-se no exame de dez notas fiscais emitidas contra a transportadora Wadel, entre 08.11.81 e 07.01. Todas revelando graves vícios, tais como ausência da data do voo, do trecho percorrido, do prefixo da aeronave e do número dos bilhetes de passagem. As irregularidades metidas pela Brasil-Jet no relacionamento com a Brata repetem-se também, no caso recente, com outra empresa controlada por Sr. Warner Canhedo.

O quadro abaixo, reproduzido do relatório Karvasair, corrobora a afirmação, incluindo quanto ao emprego dos chamados contabilistas fantasmas como intermediários ilícitos, desta vez envolvendo valores e montantes em Cr\$ 369.850.000,00 (trezentos e sessenta e nove milhões novecentos e cinquenta mil cruzado), equivalentes a US\$ 25.529,06 (vinte e cinco mil, duzentos e noventa mil e cinquenta e nove reais).

QUADRO 2

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 |

| TUPAN PANTHERA BULLETPANTHERS | | | |
|-------------------------------|-----|----------------------|----------------------------------|
| 1991 | 041 | 1 500 000 007 01 91 | |
| 1991 | 042 | 2 500 000 007 01 91 | |
| 1991 | 046 | 15 000 000 005 07 91 | |
| 1991 | 051 | 47 200 000 005 03 91 | 06 02 91 06 02 91 412 650 JORDAN |
| 1991 | 052 | 57 500 000 14 03 91 | 06 03 91 06 03 91 441 75 JORDAN |
| 1991 | 057 | 53 200 000 04 01 91 | 15 03 91 15 03 91 JORDAN |
| 1991 | 061 | 35 000 000 25 04 91 | 10 04 91 |
| 1991 | 064 | 30 300 000 02 06 91 | 30 04 91 30 04 91 444 76 JORDAN |
| 1991 | 067 | 62 750 000 21 05 91 | 03 05 91 |
| 1991 | 080 | 70 000 000 09 07 91 | 77 05 91 77 05 91 JORDAN |

2.3. Líder Taxi Aéreo Ltda.

as atividades de perícia técnica levadas a
to junto a Lider Tax. Aproveitou o lançamento
exame de vinte notas fiscais eletrônicas pe-
Brasil-Jet, no período de 02.10.90 a 20.12.90,
realizando R\$ 131.996.453,00 (cento e trinta e
milhões novecentos e noventa e seis mil
quatrocentos e cinquenta e três reais),
equivalentes a US\$ 1.061.365,47 (um mil
e sessenta e um mil trezentos e sessenta e
do dólares e quarenta e sete centavos).

...o quanto e quarenta e sete centavos),
...o livro diário da Lider Taxi Ae-
...registrar pagamentos correspondentes às
...fiscas emitidas, a efetiva comprova-
...de realização dos vãos não pode ser feita,
...em vista que a Brasil-Jet, tão logo ini-
...ciadas as investigações, adotou a "providen-
...cia" de fechar suas instalações
...transportando para local ignorado toda a do-

cumentação, inclusive as cópias dos diários de bordo. Existem, entretanto, elementos indiretos que permitem evidenciar, também neste caso, a ocorrência de manobras fraudulentas.

Reproduzimos, a seguir, o quadro demonstrativo das relações negociais para, em sequência, apontar as incongruências.

QUADRO 3

| DATA VÔO | Nº | DATA NF | VALOR (R\$) |
|----------|-----|----------|-------------|
| 21.05.90 | 001 | 02.10.90 | 1.500,00 |
| 30.05.90 | 002 | 04.10.90 | 1.500,00 |
| 06.06.90 | 003 | 05.10.90 | 1.500,00 |
| 13.06.90 | 004 | 08.10.90 | 1.500,00 |
| 28.06.90 | 005 | 10.10.90 | 1.500,00 |
| 20.07.90 | 006 | 01.11.90 | 1.500,00 |
| 01.08.90 | 007 | 01.11.90 | 1.500,00 |
| 07.08.90 | 008 | 05.11.90 | 1.500,00 |
| 14.08.90 | 009 | 07.11.90 | 1.500,00 |
| 26.08.90 | 010 | 09.11.90 | 1.500,00 |
| 18.09.90 | 011 | 21.11.90 | 1.500,00 |
| 04.10.90 | 012 | 21.11.90 | 1.500,00 |
| 01.11.90 | 013 | 03.12.90 | 1.500,00 |
| 06.11.90 | 014 | 04.12.90 | 1.500,00 |
| 20.11.90 | 015 | 05.12.90 | 1.500,00 |
| 05.12.90 | 016 | 06.12.90 | 1.500,00 |
| 12.12.90 | 017 | 11.12.90 | 1.500,00 |
| 19.12.90 | 018 | 21.12.90 | 1.500,00 |
| 26.12.90 | 019 | 21.12.90 | 1.500,00 |

Denota-se:

- 1 - Considerável defasagem entre a data de realização dos vôos e seu faturamento.
- 2 - Os relatórios de pousos e decolagens do DAC INFRAERO não registram nenhum dos vôos da aeronave PT-010, referidos nas faturas 001 a 012.
- 3 - Com relação às demais faturas, os bilhetes constantes do livro diário não coincidem com aqueles enumerados nos relatórios de pousos e decolagens do DAC INFRAERO.
- 4 - Coincidentemente, os montantes relativos às notas fiscais 012, 013, 016, 019 e 020 foram debitados na conta corrente do fantasma José Carlos Bomfim e, nas mesmas datas, creditadas a favor da conta corrente da Brasil-Jet.
- 5 - As notas fiscais nº 027 e 036 não discriminam as datas dos vôos, mas as importâncias respectivas foram debitadas na conta corrente do mesmo fantasma José Carlos Bomfim e, ato contínuo, na data da emissão da fatura, creditadas a favor da Brasil-Jet.
- 6 - A nota de número 017 foi emitida de forma errada. A importância lançada como valor do serviço é de Cr\$ 100.000,00 e o total da nota fiscal é de Cr\$ 1.000.000,00. O documento não tem, portanto, valor legal, e seu crédito não foi localizado na conta da Brasil-Jet. Igualmente, as notas fiscais de número 022 e 038 não tiveram os créditos localizados.
- 7 - Do confronto da cópia do livro diário da Lider Taxi Aéreo com as notas fiscais emitidas pela Brasil-Jet verifica-se que há coincidência do somatório de valores. Este total foi efetuado através dos dois pagamentos: um, no dia 26.09.90 no valor de Cr\$ 20.138.453,00 (vinte milhões cento e trinta e oito mil quatrocentos e cinquenta e três cruzeiros), contra recibo, e o outro lançado no livro diário da Lider Taxi Aéreo no dia 30.01.91 no valor de Cr\$ 11.858.000,00 (cento e onze milhões oitocentos e cinquenta e oito mil cruzeiros), perfazendo o total já referido anteriormente. No entanto, estes dois lançamentos não coincidem com as datas de débitos e créditos, tanto na conta do fantasma José Carlos Bomfim, como nas duas contas correntes da Brasil-Jet.

1.2.4. Serveng-Civilian - Empresas Associadas de Engenharia

Também com relação a esta empresa, a análise das notas fiscais emitidas a sua ordem, num total de Cr\$ 109.446.000,00 (cento e nove milhões quatrocentos e quarenta e seis mil cruzeiros), equivalentes a US\$ 21.918,61 (duzentos e onze mil novecentos e dezotto mil dólares e sessenta e um centavos), revela omissões no aspecto formal, como ausência dos números dos bilhetes de passagem, da data de realização dos vôos, trechos percorridos e do prefixo da aeronave.

Devido à ausência da data do vôo, não foi possível precisar onde se encontrava a aeronave e conferir com os percursos indicados nas Notas Fiscais 122 e 123.

O crédito em conta corrente da Brasil-Jet, referente à Nota Fiscal nº 087, não foi localizado. Quanto à Nota Fiscal nº 090, foi creditado em 21.08.91 juntamente com as Notas Fiscais 091-092 e 093 emitidas contra outros sacados. As Notas Fiscais 122 e 123 foram depositadas em 06.12.91.

A omissão de dados obrigatórios na emissão das notas fiscais, além da sonegação de informações à CPI por parte da SERVENG, enseja a conclusão de que o faturamento da Brasil-Jet contra a empresa é fraudulento, não tendo existido os vôos saturados.

1.2.5. Tocantins Melhoramentos e Participações Ltda.

A perícia técnica realizada nas notas fiscais emitidas pela Brasil-Jet contra a Tocantins Melhoramentos e Participações Ltda., num total de Cr\$ 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de cruzeiros), equivalentes a US\$ 71.591,03 (setenta e um mil quinhentos e noventa e um mil dólares e três centavos), constatou que os dois documentos são falsos. Além de não conterem o número dos bilhetes de passageiros, não há qualquer assinatura que ateste o recebimento dos serviços.

Por outro lado, a nota fiscal nº 107 faz referência ao trecho Brasília/São Paulo/Recife/São Paulo/Rio de Janeiro/Brasília, que teria sido voado no dia 20.10.91, enquanto o relatório de pousos e decolagens do DAC INFRAERO registrava, nesta data, que a aeronave se encontrava parada em Maceló, da onde saiu no dia 21 com destino a Recife/Ilha de São.

Nº nota fiscal nº 114, o trecho indicado é Brasília/Belem/São Paulo/Brasília, que teria sido percorrido no dia 01.11.91. Nesse mesmo dia, segundo o relatório de pousos e decolagens do DAC, a aeronave da Brasil-Jet, PT-010, fazia o vôo Brasília/São Paulo/Maceló. Descobriu-se, também, que os valores das notas fiscais acima referidas foram debitadas à conta do fantasma Manoel Dantas Araújo, em 31.10.91 e 08.11.91, respectivamente, e creditadas na conta da Brasil-Jet, nas mesmas datas.

1.2.6. Usina Cachoeira Marinha S.A., Usina Cacié S.A. e Agroindustrial Marituba S/A

As notas fiscais emitidas à ordem das três empresas pertencentes ao Grupo alaguanço João Lyra também apresentam irregularidades no preenchimento. A ausência de dados obrigatórios, como data dos vôos, números dos bilhetes de passageiros e trechos voados constituem, por si, motivo suficiente para seu cancelamento. Entretanto, é de salientar que todas as notas fiscais se referem a vôos realizados durante o mês de emissão em dezembro. Se, na realidade, a Brasil-Jet houvesse celebrado contrato mensal de transporte aéreo com cada uma das empresas, não emitiria duas ou três notas fiscais para cada uma, cobrando o mesmo débito. Teria emitido, como é o normal, uma única nota fiscal para cada empresa, cobrando os respectivos serviços.

Novamente foi possível seguir os passos do fantasma Manoel Dantas Araújo e verificar que o valor de cada uma das notas fiscais emitidas contra as três empresas foi debitado à conta do fantasma e creditado à conta da Brasil-Jet nas datas das respectivas emissões.

Considerando as características da que se revelou essa movimentação, deparamos com mais uma operação fraudulenta, provavelmente faturamento de vôos não realizados.

Convém ressaltar que nenhuma das três empresas atendeu à intimação da CPI no sentido de enviar as cópias do diário e dos documentos de caixa que comprovassem o pagamento das faturas.

1.2.7. Cobrate - Companhia Brasileira de Terraplanagem e Engenharia

O exame das duas notas fiscais emitidas contra a Cobrate, pela Brasil-Jet, num total de Cr\$ 14.975.992,00 (quatorze milhões novecentos e setenta e cinco mil novecentos e noventa e dois cruzeiros), equivalentes a US\$ 63.342,35 (sessenta e três mil trezentos e quarenta e dois dólares e trinta e cinco centavos), também permitiu a constatação de irregularidades. A par do não preenchimento de dados obrigatórios como datas dos vôos, trechos percorridos e números dos bilhetes de passageiros, o exame dos referidos documentos revelou a ausência de qualquer assinatura no recibo pelos serviços prestados, o que constitui sério indicio de fraude.

Por outro lado, observa-se a mudança da sistemática de lançamento para os pagamentos efetuados na Brasil-Jet. Normalmente lançados com o nome do favorecido, as notas fiscais nº 025 e 058 foram escrituradas como despesa do "Escritório Central - VALOR al nº 981.90 DA MATRIZ P 082" e "Locação de Renda Móvel Pago Duplicata 058", respectivamente.

Embora não sendo possível afirmar a não existência do vôo, a comprovação apresentada pela empresa não parece convincente.

1.2.8. J.R. Higienização Ltda.

As notas fiscais emitidas pela Brasil-Jet contra a empresa em referência, num total de Cr\$ 44.108.000,00 (quarenta e quatro milhões cento e oito mil cruzeiros), equivalentes a US\$ 84.055,66 (oitenta e quatro mil trinta e cinco dólares e sessenta e seis centavos), apresentavam preenchimento correto, exceto pela ausência dos números dos bilhetes de passageiros. O cruzamento das datas dos vôos constantes nas notas fiscais com o relatório de pousos e decolagens DAC/INFRAERO, porém, evidenciou a incompatibilidade entre o trecho descrito e a real localização da aeronave no mesmo dia, conforme demonstrado abaixo.

Nº 062:
15.08.91 - BR/BH/PA/BH/BR - a aeronave encontrava-se parada em Belo Horizonte.
17.08.91 - BR/BH/PA/BH/BR - a aeronave encontrava-se parada em Brasília.
20.08.91 - BR/BH/PA/BH/BR - a aeronave encontrava-se parada em Brasília.
NF 112:
25.10.91 - BR/SP/CT/SP/BR - a aeronave encontrava-se parada em Maceló.
NF 117:
05.11.91 - BR/SP/RJ/SP/BR - a aeronave encontrava-se parada em Uberaba.
13.11.91 - BR/SP/RJ/SP/BR - a aeronave encontrava-se no aeroporto Princesa Juliana em St. Maarten.

O valor da Nota Fiscal 112 foi debitado à conta do fantasma Manoel Dantas Araújo e creditado à conta corrente da Brasil-Jet na mesma data do faturamento, não tendo sido encontrado, porém, nos livros da JR, qualquer lançamento referente à cobrança realizada pela Brasil-Jet.

1.2.9. Vox Populi Mercado e Opinião S.C. Ltda.

Do exame das duas notas fiscais emitidas pela Brasil-Jet contra a Vox Populi, num total de Cr\$ 15.520.000,00 (quinze milhões quinhentos e vinte mil cruzeiros), equivalentes

a US\$ 130.643,95 (cento e trinta mil, seiscentos e quarenta e três dólares e noventa e cinco centavos), constatou-se a ausência do número dos bilhetes de passageiros. O cruzamento das datas dos vôos, constantes das notas fiscais, com o relatório de pousos e decolagens do DAC/INFRAERO, evidenciou incompatibilidade entre os trechos descritos e os efetivamente voados, conforme demonstrado a seguir:

Nº 008:

27.09.90 - MO/SP/BR/RJ/BR/SP/MO/VT - Nesta data a aeronave fez o trecho SP/RJ/SP.

Nº 015:

01.10.90 - BR/MO/SP/RJ/BR/MO/SP/BR -

Nesta data, a aeronave fez BR/SP, somente. Embora a Vox Populi não tenha encaminhado os documentos solicitados pela CPI, ficou caracterizada a natureza fraudulenta das notas fiscais apresentadas, tendo em vista a inexistência dos vôos descritos.

Os valores faturados foram creditados na data de cada vôo, à conta da Brasil-Jet, desta feita sem a intermediação de fantasmas.

1.2.10. Banco BMC S.A.

Neste caso particular, por se tratar de um estabelecimento bancário, é surpreendente a constatação de um faturamento realizado com tamanhas inadequações no preenchimento dos documentos, além de irregularidades nos pagamentos das Notas Fiscais sacadas, que montam a Cr\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de cruzeiros), equivalentes a US\$ 93.799,99 (noventa e três mil setecentos e noventa e nove dólares e noventa e nove centavos).

Não há, como de praxe, nas notas fiscais emitidas pela Brasil-Jet e examinadas pela Karvasair, a especificação dos dados obrigatórios, como data dos vôos, trechos percorridos e números dos bilhetes de passageiros.

Os depósitos em conta corrente da Brasil-Jet referentes às notas fiscais 075 e 083 não foram localizados, além de existir um erro no preenchimento do valor desta última. O valor referente à nota fiscal 091 foi creditado à conta da Brasil-Jet em 21.03.91, mesma data da respectiva fatura. Curiosamente, o crédito na conta da Brasil-Jet, referente à Nota Fiscal 097, de 24.08.91, foi feito no dia 23, antes, portanto, de a fatura ser emitida. Já as Notas Fiscais 101 e 110 tiveram seus valores debitados à conta do fantasma Manoel Dantas Araújo e creditados à conta da Brasil-Jet na mesma data do faturamento.

1.2.11. Construtora OAS Ltda.

A Brasil-Jet emitiu um total de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), equivalentes a US\$ 354.252,50 (trezentos e cinquenta e quatro mil duzentos e cinquenta e dois dólares e trinta e dois centavos), em notas fiscais contra a Construtora OAS Ltda., mais uma vez incidindo na prática ilegal de omitir a data dos vôos, os trechos percorridos e a menção dos números dos bilhetes de passageiros.

Novamente aparece como intermediário da transferência dos recursos financeiros o fantasma José Carlos Bomfim, que tem debitados, em sua conta corrente, os valores das notas fiscais nºs 021, 024, 025, 028, 030, 031 e 032, nas mesmas datas de emissão da fatura.

Constatou-se, ainda, um fato gravíssimo no curso das investigações levadas a termo para apurar a efetiva prestação dos serviços declarados. Segundo informou o Dr. Lucas Pacheco, Diretor da OAS, aos peritos da Karvasair, só foram realizados três vôos para a empresa, sendo os demais fraudulentamente lançados.

Em face do recebimento de tal denúncia, aprofundou a empresa de assessoria sua ação investigatória, constatando existirem notas fiscais com idêntica numeração e número de série contra empresas diferentes, o que demonstra, inequivocamente, que a Brasil-Jet se lança na condenável prática de utilizar uma mesma nota para vários tomadores de serviço.

O quadro abaixo reproduzido é revelador:

OAS
NF Nº 003 de 04.12.90 - Cr\$ 10.000.000,00
NF Nº 010 de 21.12.90 - Cr\$ 10.000.000,00
NF Nº 013 de 27.12.90 - Cr\$ 28.233.880,00
NF Nº 014 de 27.12.90 - Cr\$ 10.000.000,00
NF Nº 015 de 29.12.90 - Cr\$ 2.706.120,00
LIDER
NF Nº 010 de 01.11.90 - Cr\$ 500.000,00
NF Nº 013 de 07.11.90 - Cr\$ 21.000.000,00
NF Nº 014 de 26.09.90 - Cr\$ 20.138.453,00
VOX POPULI
NF Nº 008 de 25.10.90 - Cr\$ 7.760.000,00
NF Nº 015 de 19.11.90 - Cr\$ 7.760.000,00.

Por derradeiro, cumpre registrar que a circunstância de terem sido emitidas as notas 013 e 014, no valor de Cr\$ 28.233.880,00 (vinte e oito milhões duzentos e trinta e três mil oitocentos e oitenta e oito cruzeiros), no mesmo dia e mês, denota a existência de operação subterfúge diversa da declarada, porquanto, se assim não fosse, não haveria motivo plausível para tal expediente.

1.2.12. Empresa Carioca de Engenharia S/A.

A semelhança das demais notas fiscais emitidas pela Brasil-Jet anteriormente analisadas, também os dois documentos sacados contra a Empresa Carioca de Engenharia S.A., num total de Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros), equivalentes a US\$ 122.234,23 (cento e vinte e dois mil duzentos e noventa e quatro dólares e vinte e três centavos), apresentam irregularidades no preenchimento, como ausência da data do vôo, na nota 007, e do número dos bilhetes em ambas. A Nota Fiscal 006 registra um vôo MO (T) no dia 16.07.90, embora a aeronave da Brasil-Jet tenha estado parada em Maceló na mesma data. Além disso, o valor referente à Nota Fiscal 006 foi creditado à conta da Brasil-Jet em 16.07, três meses antes, portanto, de

da própria emissão, em 15.10. Nesta oportunidade, não houve a intermediação de fantasmas.

Com relação à Nota Fiscal 007, embora não tenha sido possível identificar as irregularidades devido a sonegação de informações por parte da empresa, que não atendeu à intimação da CPI na remessa dos documentos, ficou evidente que o valor respectivo foi debitado à conta do fantasma José Carlos Bonfim e creditado à conta da Brasil-Jet em 16.10.90, na mesma data do faturamento. Neste caso particular, consta a descrição de um voo no trajeto NT/JP/BR/SP/BV/SL, não confirmando devido à ausência da data respectiva.

12.13 - GLS Incorporadora e Construtora Ltda., Larava e Filho Ltda. e Satarro Turismo Ltda.

Do exame dos documentos emitidos pela Brasil-Jet contra as três empresas acima, foi constatada a ausência das datas de voo, dos números dos bilhetes de passageiros e das assinaturas de quem recebeu os serviços, sendo impossível, portanto, a confrontação com o relatório de pousos e decolagens do DAC/IN-FRAERO.

No entanto, os valores cobrados num total de Cr\$ 21.450.000,00 (vinte e um milhões quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), equivalentes a US\$ 28.363,85 (vinte e oito mil, trezentos e sessenta e três dólares e oitenta e cinco centavos), e o fato de duas das notas fiscais terem sido creditadas à conta da Brasil-Jet através de débito na conta do fantasma Manoel Dantas Araújo põem sob suspeição a veracidade das notas fiscais.

12.14 - Pessoa física
A única nota fiscal emitida pela Brasil-Jet contra pessoa física é a de nº 082, sacada contra Mevian François, domiciliado em 24, Rue Louis Delacarte, 9153 Y rre, France, referente ao voo REC PORTO-PARIS RECIFE, realmente realizado no dia 30.06.91 com volta em 04.07.91, segundo confirmação do relatório de pousos e decolagens do DAC/IN-FRAERO.

O valor do voo, de Cr\$ 197.400.000,00 (cento e noventa e sete milhões e quatrocentos mil cruzeiros), equivalente a US\$ 547.117,51 (quinhentos e quarenta e sete mil cento e dezesseis dólares e cinquenta e um centavos), constante da nota fiscal, entretanto, configurou superfaturamento evidente. Considerando que o preço médio, à época, para uma viagem no mesmo trecho e no mesmo tipo de equipamento, era de US\$ 90.000,00 (noventa mil dólares) chega-se a um faturamento para maior de US\$ 457.117,51 (quatrocentos e cinquenta e sete mil cento e dezesseis dólares e cinquenta e um centavos). O crédito respectivo foi efetuado na conta da Brasil-Jet na mesma data da Nota Fiscal, sem a intervenção de fantasmas.

Através de consulta à Polícia Federal, a Karvasair descobriu não haver registro de entrada ou saída do País do Sr. Mevian François, passageiro declarado pela Brasil-Jet, configurando-se, portanto, mais uma modalidade de fraude; desta vez houve o voo, mas não houve o passageiro.

12.15 - Passageiros diversos
As notas fiscais emitidas contra "passageiros diversos", em número de 10 (dez), compreendem o período de 05.07.91 a 08.11.91, e totalizam um faturamento da ordem de Cr\$ 318.165.481,79 (trezentos e dezotto milhões cento e sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e um cruzeiros e setenta e nove centavos), equivalentes a US\$ 566.902,29 (quinhentos e sessenta e seis mil novecentos e dois dólares e vinte e nove centavos).

A emissão de Notas Fiscais contra "passageiros diversos", em lugar da identificação dos sacados, sem qualquer outro tipo de informação, sem trajeto percorrido, data do voo ou número dos bilhetes por si só configura fraude.

Ademais, conquanto este tipo de operação, sem discriminação dos sacados, seja feita pelas empresas de transporte aéreo regular, através dos bilhetes de passageiros vendidos, tal prática não se aplica às empresas de taxi aéreo.

13 - Viagem ao exterior de Paulo César Cavalcante Farias - Guy de Longchamps

Declarou o Sr. Paulo César Cavalcante Farias, ao depor perante esta CPI, que conheceu Guy de Longchamps na década de 70, só voltando a ter contato com ele quando de seu regresso ao Brasil na década de 90 e, mesmo assim, de forma superficial. Revela, entretanto, o relatório da Karvasair que, em 08.12.90, ambos chegaram ao País a bordo da aeronave da Brasil-Jet, procedentes da França.

As investigações levadas a cabo pela Karvasair, por causa das notas fiscais emitidas pela Brasil-Jet, acima referidas, ensejaram outras, complementares, tendo por objeto mais 8 (oito) empresas de taxi aéreo. Também nesses casos, como se verá a seguir, numerosos indícios de irregularidade exigem ser aqui referidos.

A análise das demais empresas objeto da investigação evidencia inusitada interligação na composição societária de três delas. Conforme se verifica nos quadros abaixo, dos quatro sócios da AL Taxi Aéreo Ltda., dois são também cotistas da KMV Aerotaxi - Sr. José Helinton Farias de Vasconcelos e Sr. Francisco de Moraes Coutinho Junior. O terceiro, Sr. Osvaldo Mero Sales, é também sócio da Omega Taxi Aéreo.

AL TAXI AÉREO LTDA

ROBERTO FERNANDO VIEIRA
JOSE HELINTON F. DE VASCONCELOS
OSVALDO MERO SALES
FRANCISCO MORAES COUTINHO JUNIOR

KMV AEROTAXI LTDA
KATIA MARIA M. P. VASCONCELOS
JOSE HELINTON F. DE VASCONCELOS
FRANCISCO DE MORAES C. JUNIOR
OMEGA TAXI AEREO LTDA
OSVALDO MERO SALES
JOSE GERALDO MERO SALES

Este tipo de interligação societária configura fato no mínimo curioso, tendo em vista tratarem-se de empresas do mesmo ramo de atividade, supostamente concorrentes comerciais.

De outra parte, do exame das notas fiscais emitidas no período de 05.10.91 a 16.12.91 pela Mundial Aerotaxi Ltda., de propriedade do Sr. Jorge Bandeira de Mello, também sócio da Brasil-Jet, de seu cônjuge Maria de Fátima Alves Pinto Bandeira de Mello e Ricardo Campos da Costa Barros, contra algumas empresas, foi possível constatar irregularidades.

O exame de quatro notas fiscais sacadas pela Mundial Aerotaxi contra a Construtora Norberto Odebrecht S.A., no valor de Cr\$ 244.219.604,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões duzentos e dezenove mil seiscentos e quatro cruzeiros), equivalente a US\$ 307.380,60 (trezentos e sete mil, trezentos e oitenta e seis dólares e sessenta e seis centavos), evidencia alguns fatos dignos de nota. Embora a Construtora não tenha atendido à intimação da CPI e comprovado os pagamentos feitos a Mundial Aerotaxi, é evidente a inadequação no preenchimento das notas fiscais do ponto de vista formal, tendo em vista não fazerem referência à data dos voos, trechos percorridos e número dos bilhetes de passagem.

Constata-se, ainda, que as notas fiscais números 009 e 010 foram emitidas em dias subsequentes e as 011 e 012, no mesmo dia.

Além disso, causa espécie o fato de as notas fiscais fazerem referência a determinados projetos, supostamente de obras realizadas pela empresa, como mostra o quadro abaixo.

| Nº | DATA | VALOR | OBJETO |
|-----|----------|----------------|----------------------|
| 009 | 07/11/91 | 165.465.000,00 | Projeto Aeroporto de |
| 010 | 08/11/91 | 73.813.000,00 | Projeto Aeroporto de |
| 011 | 11/11/91 | 52.684.000,00 | Projeto Aeroporto de |
| 012 | 11/11/91 | 91.974.000,00 | Projeto Aeroporto de |

De outra parte, a análise das 3 (três) notas fiscais emitidas pela Mundial Aerotaxi contra a AL Informações e Sistemas Ltda., no valor de Cr\$ 12.630.000,00 (doze milhões seiscentos e trinta mil cruzeiros), equivalente a US\$ 13.143,83 (treze mil cento e quarenta e três dólares e oitenta e três centavos), permitiu constatar outro tipo de fraude. A consulta ao relatório de pousos e decolagens do DAC/IN-FRAERO mostra a incompatibilidade entre o trecho faturado e a real localização da aeronave no dia da suposta viagem, conforme quadro abaixo:

| Nº | DATA | VALOR | OBJETO |
|-----|----------|-----------|----------|
| 021 | 05/12/91 | 8.570,00 | SORCABAS |
| 024 | 13/12/91 | 38.100,00 | RUSPU |
| 025 | 05/12/91 | 8.570,00 | CUACAO |

Por derradeiro, merece atenção o fato de a Voz Taxi Aéreo ter registrado em seu diário de bordo quatro voos nacionais para passageiros do Comitê Collier em período já posterior à posse do Presidente da República, conforme se vê abaixo.

| Nº | DATA | VALOR | OBJETO |
|-----|----------|-----------|---------------|
| 130 | 23/03/92 | 38.100,00 | COMITÊ COLIER |
| 131 | 27/03/92 | 38.100,00 | COMITÊ COLIER |
| 132 | 30/03/92 | 38.100,00 | COMITÊ COLIER |
| 267 | 25/04/92 | 38.100,00 | COMITÊ COLIER |

Diante dos fatos relatados e constatados por esta CPI, propomos a adoção das seguintes medidas:

a) recomendação ao Departamento de Aviação Civil - DAC, do Ministério da Aeronáutica, que proceda ao exame da contabilidade das empresas que explorem serviços aéreos e dos respectivos livros, registros e documentos (art. 198, do Código Brasileiro de Aeronáutica);

b) recomendação de que idêntico exame contábil seja efetuado nas mesmas empresas pela Secretaria da Receita Federal;

c) recomendação ao DAC de que fiscalize e puna as empresas que explorem serviços aéreos e estejam a infringir a norma do art. 277, do Código Brasileiro de Aeronáutica

Capítulo V

Ações tributárias do "esquema PC"

Com o propósito de avaliar o comportamento fiscal das pessoas, físicas e jurídicas, envolvidas no denunciado "esquema PC", foram examinadas as respectivas Declarações de Imposto de Renda, bem como as notas fiscais emitidas pela EPC - Empresa de Participações e Construções Ltda., e cópias dos processos fiscais instaurados pelo Departamento da Receita Federal.

Todos os documentos examinados foram remetidos à CPI - FC, por solicitação desta, pelo Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, pelos ofícios nºs 567-A, de 23.07.92; 594, de 23.07.92;

595, de 28.07.92; 604, de 30.07.92; 641, de 13.08.92; 642, de 13.08.92, e 645, de 17.08.92.

Após a apresentação das relações das pessoas físicas, pessoas jurídicas, empresas consignadas nas notas fiscais da EPC e dos processos fiscais instaurados (itens 2 a 5), vêm descritos os resultados obtidos pelos exames efetuados (itens 6 a 12). No item 13, estão mencionadas as providências recomendadas pela CPI ao Departamento da Receita Federal.

2) Foram examinadas as declarações das seguintes pessoas físicas, cujas principais informações econômico-fiscais foram sumarizadas no Anexo intitulado "Declaração de Rendimentos de Pessoas Físicas - Quadro Analítico", que integra os autos da CPI:

- Ana Maria Correia Acioli Gomes de Melo
CPF nº 073.601.264-87;
- Antonio José de Almeida Carneiro
CPF 028.600.667-72
Exercícios de 87 a 91;
- Cláudio Francisco Vieira
CPF 157.250.734-91
Exercícios de 1990 a 1992
- Cláudio Roberto Cavalcante Farias
CPF nº 039.628.314-15
Exercícios de 87 a 92;
- Elma Pereira Bezerra Farias
CPF nº 079.189.844-04
Exercícios de 87 a 91
- Fernando Uchoa Santa Cruz
CPF 330.317.387-72
Exercícios de 87 a 91
- Giovanni Carlos Fernandes de Melo
CPF nº 039.697.394-68
Exercícios de 87 a 91
- Guy Jean Louis Loiseleur des Longs

champs Deville
CPF nº 028.402.427-96
Exercício de 1991

- Jorge Waldério Tenório Bandeira de Melo
CPF 133.616.434-19
Exercícios de 88 a 91

- José Helinton Farias de Vasconcelos
CPF nº 021.263.034-20
Exercícios de 88 a 89

- José Roberto Nehring
CPF nº 150.872.806-25
Exercícios de 1988 e 1989

- Luís Calheiros Neto
CPF nº 005.626.294-91
Exercícios de 87 a 91

- Luiz Octávio Gomes Silva
CPF nº 060.576.164-72
Exercícios de 87 a 91

- Luiz Quatroni Filho
CPF nº 021.919.467-04
Exercícios de 87 a 91

- Luiz Romero Cavalcante Farias
CPF 071.477.834-68
Exercícios de 87 a 91

- Paulo César Cavalcante Farias
CPF nº 005.617.704-68
Exercícios de 1987 a 1992

- Paulo Jacinto do Nascimento
CPF nº 027.694.334-15
Exercícios de 87 a 91

- Regina Ribeiro Aguiar
CPF nº 461.247.991-20
Exercício de 1989

- Fábio Araújo Monteiro
CPF nº 208.860.204-68
Exercícios de 1988, 1989 e 1991.

3) Foram examinadas as declarações das seguintes pessoas jurídicas, cujas principais informações econômico-fiscais foram sintetizadas no Anexo intitulado "Declaração de Rendimentos de Pessoas Jurídicas - Quadro Analítico", que integra os autos da CPI:

- EPC - Empresa de Participações e Construções Ltda.

Exercícios 1987 a 1992

- Brasil Jet Taxi Aéreo Ltda

Exercícios 1989 a 1992

- Tratoral Tratores Alagoas SA

Exercícios 1987 a 1992

- Florag Florestamento, Reflorestamento e Agropecuária Ltda.

Exercícios 1987 a 1992

- Honor Hotéis do Nordeste Ltda

Exercícios 1987 a 1992

- Gráfica e Editora Tribuna Ltda.

Exercício 1992

- LOO Negócios e Consultoria Ltda.

Exercício 1992

- Empresa de Comunicação Tribuna de Alagoas Ltda.

Exercício 1992

- Verax SA,

que iniciou atividades neste ano de 1992

- Dinâmica Consultoria e Participações Ltda.

Exercícios 1991 e 1992

4) Foram examinadas as sessenta e seis notas fiscais (discriminadas no Anexo intitulado "Relação de empresas que contrataram serviços de assessoria com a EPC", que integra os autos da CPI) expedidas para as seguintes empresas e duas pessoas físicas:

- Central Açucareira Santo Antonio S/A

São Luis do Quitunde - AL

CGC 12.718.011/0001-90;

- S/A - Usina Caruripe - Açúcar e Alcool

Maceió-AL - AL

CGC 12.299.415/0002-00;

- S/A - Leão e Irmãos Açúcar e Alcool

Rio Largo - AL

CGC 12.275.715/0001-38;

- Usina Cachoeira S A

Maceió-AL

CGC 12.279.949/0002-32;

- Aldisa Alagoas Diesel S/A

Maceió-AL

CGC 12.268.249/0001-61;

- Usina Caeté S/A

São Miguel dos Campos - AL

CGC 12.282.034/0002-86;

- Assessora - Assessoria Comercial e Representação Ltda.

São Paulo-SP

CGC 56.028.178/0001-03;

- Melo Rocha e Cia Ltda.

Maceió - AL

CGC 24.483.889/0001-00;

- Construtora Tratex S/A

Belo Horizonte-MG

CGC 17.164.989/0001-71;

- S/A Industrias Votorantim

São Paulo-SP

CGC 61.062.582/0001-97;

- Cimento Santa Rita S/A

São Paulo-SP

CGC 49.870.397/0001-61;

- Cia. Catarinense de Cimento Portland

Itajaí-SC

CGC 84.292.127/0001-11;

- Cia. Cimento Portland Gaúcho

Esteio-RS

CGC 89.724.017/0001-03;
- Cia. de Cimento Portland Rio Branco
Curitiba-PR
CGC 76.487.693/0001-50;
- Empresa de Transporte CPT Ltda
São Paulo-SP
CGC 62.272.216/0001-63;
- Transportes Especiais Olimpia S/A
Itapevi-SP
CGC 44.249.225/0001-51;
- Cimento Itau do Paraná S/A
Curitiba-PR
CGC 76.604.685/0001-47;
- Cia. Cimento Portland Itau
São Paulo-SP
CGC 24.030.025/0002-87;
- Transportadora e Comercial Além Fronteiras Ltda.
Itau de Minas-MG
CGC 03.111.911/0001-84;
- Andrade Gutierrez (Construtora Andrade Gutierrez S.A.)
Brasília-DF
CGC 17.262.213/0103-19;
- Construtora Norberto Odebrecht S/A
Maceió-AL
CGC 15.102.288/0097-24;
- Construtora Norberto Odebrecht S/A
Recife-PE
CGC 15.102.288/0002-63;
- Abaeté Automóveis Ltda
Salvador-BA
CGC 13.647.979/0001-36;
- Itabuna Veículos Ltda.
Itabuna-BA
CGC 16.355.380/0001-17;
- Mendo Sampaio S/A

São Miguel dos Campos-AL
CGC 10.776.540/0043-74;
- Agro Industrial Marituba Ltda.
Igreja Nova-AL
CGC 12.471.611/0002-88;
- Cetenco Engenharia S/A
São Paulo-SP
CGC 61.550.497/0001-01;
- Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas
Maceió-AL
CGC 12.277.646/0001-08;
- Renato Prado Pinto
Maceió-AL
CPF 020.866.704-00;
- Sebastião Flávio F. Melo
CPF 459.900.414-20.

5) Foram examinados os processos fiscais instaurados pelo Departamento da Receita Federal, cujas cópias foram remetidas pelo ofício MEFP nº 645, de 17 de agosto de 1992, contra as seguintes empresas:

- EPC - Empresa de Participações e Construções Ltda;
- Brasil-Jet Taxi Aéreo Ltda;
- Tratoral Tratores Alagoas S/A;
- Florag Florestamento, Reflorestamento e Agropecuária Ltda;
- Honorários do Nordeste Ltda;
- Gráfica e Editora Tribuna Ltda;
- LOG Negócios e Consultoria Ltda;
- Empresa de Comunicação Tribuna de Alagoas Ltda;
- Verax S/A;
- Dinâmica Consultoria e Participações Ltda.

6) Entre os documentos fiscais examinados, destacam-se algumas notas fiscais que comprovam que a EPC - Empresa de Participações e Construções Ltda., do Sr. Paulo César Cavalcante Farias, pagou as despesas de reforma do apartamento nº 1.102, situado à Rua Aristeu de Andrade nº 40, 11º andar, Ed. Michelangelo - Farol - Maceió-AL, pertencente ao Sr. Fernando Affonso Collor de Mello, conforme Certidão do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Maceió, matrícula nº 46699 (recolhida pela CPI).

Trata-se de Notas Fiscais que, embora emitidas em nome da EPC - Empresa de Participações e Construções Ltda., indicam como local de entrega das mercadorias ou da prestação dos serviços o endereço do referido apartamento, ou que se referem a orçamentos de prestação de serviços naquele apartamento, aprovados pela EPC - Empresa de Participações e Construções Ltda.

Eis a relação das empresas e notas fiscais:
a) Termotécnica - Centro - Maceió - AL
Apresentou proposta para fornecimento e instalação de um sistema de ar condicionado central. A proposta levou o nº 1117/90, no valor de Crs 1.950.600,00 (proposta de 25.06.90).

| Nº. NF | Valor Crd | BS | Data |
|------------------|---------------------|------------------|----------|
| 16084 | 31.322,5 | 475,23 | 10/07/90 |
| 16146 | 827,650 | 124,43 | 17/07/90 |
| 16290 | 305.125,51 | 4308,47 | 02/08/90 |
| 16475 | 735.577,52 | 10.202,13 | 22/08/90 |
| 12887 | 969.652,72 | 5.405,53 | 21/12/90 |
| 13947 | 94.000,00 | 544,51 | 02/01/91 |
| 17194 | 71.925,00 | 146,71 | 02/01/91 |
| 14163 | 45.000,00 | 203,69 | 18/02/91 |
| 16227 | 54.022,00 | 245,37 | 28/02/91 |
| Sub Total | 2.275.746,79 | 21.982,11 | |

b) Max esquadrias - Comércio e Representações Ltda - Poço - Maceió - AL
A empresa confirma a solicitação de orçamento do serviço de conserto e limpeza geral em 12 esquadrias de alumínio, executado no endereço acima (correspondência de 08.07.92).

Nota fiscal nº 604, no valor de Crs 110.000,00, correspondente a US\$ 1.969,21, em 06.06.90

c) Indústria de Mármore e Granitos Santa Terezinha (Lauro G. Nogueira e Cia Ltda) - Tabuleiro do Martins - Maceió - AL, tendo como local de entrega o mesmo acima citado.

| Nº. NF | Valor Crd | BS | Data |
|--------|------------|----------|----------|
| 11020 | 191.615,00 | 1.811,72 | 30/10/90 |

| | | | |
|-----------------|-------------------|-----------------|----------|
| 11056 | 153.700,00 | 1.201,66 | 13/11/90 |
| 1106 | 91.003,20 | 745,87 | 20/11/90 |
| 11073 | 18.650,00 | 115,11 | 26/11/90 |
| 114 | 51.137,50 | 255,67 | 19/01/91 |
| Subtotal | 394.493,70 | 4.224,03 | |

d) Pinaud - Empreendimentos de Engenharia Ltda - Tabuleiro dos Martins - Maceió - AL, tendo como local de destino o mesmo acima citado.

| Nº. NF | Valor Crd | BS | Data |
|-----------------|---------------------|------------------|----------|
| 159 | 210.300,00 | 3.367,00 | 03/07/90 |
| 161 | 88.000,00 | 1.012,75 | 25/07/90 |
| 163 | 300.300,00 | 1.831,80 | 19/10/90 |
| 164 | 322.100,00 | 2.168,65 | 03/12/90 |
| 202 | 481.900,00 | 10.164,49 | 06/05/91 |
| Subtotal | 1.402.900,00 | 18.584,69 | |

e) Vidracaria Rochado (Rocha e Leite Ltda) - Jatiúca - Maceió - AL. Trata-se de mercadorias destinadas a obras e de mão-de-obra para corte e colocação de vidros e espediços.

| Nº. NF | Valor Crd | BS | Data |
|-----------------|-------------------|-----------------|----------|
| 2436 | 4.595,50 | 626,13 | 03/09/90 |
| 2439 | 15.553,75 | 219,53 | 09/09/90 |
| 570 | 5.063,50 | 130,22 | 04/09/90 |
| 2445 | 11.250,00 | 253,13 | 05/09/90 |
| 2460 | 17.902,50 | 242,11 | 13/09/90 |
| 2164 | 34.673,80 | 452,77 | 14/09/90 |
| 2469 | 6.152,50 | 81,10 | 17/09/90 |
| 2487 | 76.224,00 | 505,74 | 27/09/90 |
| 2492 | 16.753,40 | 194,69 | 28/09/90 |
| 563 | 0.359,10 | 1.025,21 | 11/10/90 |
| 595 | 11.569,00 | 124,71 | 16/10/90 |
| 2608 | 8.203,10 | 532,16 | 13/12/90 |
| 2654 | 34.599,00 | 181,10 | 15/01/91 |
| 2666 | 21.389,00 | 107,03 | 21/01/91 |
| 2717 | 5.623,10 | 278,53 | 01/02/91 |
| Subtotal | 148.191,10 | 1.642,19 | |

O Pimentel Lopes Engenharia e Arquitetura Ltda - Barro Duro - Maceió - AL.

| Nº. NF | Valor Crd | BS | Data |
|--------------------|----------------------|-------------------|----------|
| 4026 | 345.000,00 | 519,55 | 12/06/90 |
| 4029 | 184.000,00 | 158,21 | 12/06/90 |
| 4030 | 115.000,00 | 206,12 | 12/06/90 |
| 1478 | 425.987,40 | 711,51 | 25/06/90 |
| 1500 | 118.250,00 | 17.686,50 | 18/07/90 |
| 4062 | 90.000,00 | 141,59 | 19/07/90 |
| 4165 | 309.250,00 | 540,16 | 19/07/90 |
| 4166 | 20.000,00 | 307,78 | 19/07/90 |
| 4167 | 268.000,00 | 5.682,55 | 19/07/90 |
| 4168 | 270.250,00 | 4.015,60 | 19/07/90 |
| 4169 | 43.250,00 | 6.407,17 | 19/07/90 |
| 1526 | 306.750,00 | 4.580,02 | 23/08/90 |
| 4258 | 195.000,00 | 2.732,74 | 23/08/90 |
| 4260 | 91.750,00 | 1.369,62 | 23/08/90 |
| 1551 | 470.000,00 | 5.587,92 | 27/08/90 |
| 4325 | 230.000,00 | 2.734,51 | 27/08/90 |
| 1597 | 310.874,80 | 2.774,12 | 29/11/90 |
| Subtotal | 3.270.312,29 | 53.253,38 | |
| Total Geral | 11.958.747,07 | 164.585,38 | |

6.1) Sem dúvida alguma, essa documentação em poder da CPI, além de comprovar que foram agregadas benfeitorias ao apartamento do Sr. Fernando Collor, no valor global de US\$ 164.585,38 (que não deverão estar emitidas em sua Declaração de Bens), comprova a vinculação do Sr. Presidente da República com o Sr. Paulo César Farias.

6.2) O Departamento da Receita Federal deverá proceder à rigorosa inspeção das despesas contabilizadas na EPC - Empresa de Participações e Construções Ltda., com base nas notas fiscais acima referidas, cujas compras foram destinadas à reforma do apartamento do Senhor Fernando Collor de Mello.

7) Cruzando-se os dados contidos nas declarações de Imposto de Renda com as informações sobre créditos bancários, levados pela Subcomissão de Bancos, constata-se enorme desproporção entre os valores depositados nas contas de algumas das pessoas físicas e jurídicas, cujas declarações foram examinadas, e o volume dos rendimentos ou da receita bruta declarados.

É o caso, por exemplo, do Sr. José Roberto Nehring César, Regina Ribeiro Aguiar, EPC - Empresa de Participações e Construções Ltda, Brasil-Jet Taxi Aéreo Ltda, Brasil's Garden - Paisagismo e Urbanismo Ltda.

O quadro abaixo demonstra as desproporções:

| Nome | Ano Base | RENDIMENTOS RECEITA BRUTA | DEPÓSITOS BANCÁRIOS |
|-----------------------|----------|---------------------------|---------------------|
| Jose Roberto Nehring | 1991 | não declarado | 1.017.752.263 |
| | 1990 | não declarado | 10.366.057 |
| Regina Ribeiro Aguiar | 1991 | não declarado | 95.541.192 |
| EPC | 1991 | 1.422.969.990 | 44.616.707.250 |
| | 1990 | 426.075.949 | 9.403.757.518 |
| Brasil Jet | 1991 | 2.059.911.786 | 3.615.705.446 |
| | 1990 | 252.843.002 | 2.014.956.764 |
| Brasil's | 1991 | não declarado | 300.306.752 |
| Garden | 1990 | 2.064.794 | 2.982.403.332 |
| | 1989 | 601,45 | 3.677.672 |

As desproporções acima demonstradas constituem indícios veementes de omissão de receitas ou de rendimentos. Caso os contribuintes não comprovem a origem dos recursos utilizados nessas operações, em processo fiscal regular, poderão ter seus rendimentos arbitrados pelo Departamento da Receita Federal, conforme está previsto no art. 6º, §§ 3º e 5º, da Lei nº 8.021, de 12.04.90, por ficar, então, caracterizada a sonegação fiscal, punível de acordo com a Lei nº 4.729/65.

7.1) Os depósitos em nome da Senhora Ana Maria Correia Acioli Gomes de Mello, no Banco Mercantil de Crédito, no Banco Rural e no Bancessa, nos montantes conhecidos de Crs 612.072.158,00, em 1992; Crs 479.002.398,00, em 1991; Crs 83.509.121,00, em 1990, e NCRs 1.496.793,00, em 1989, perencem

ao Senhor Fernando Collor, conforme seu pronunciamento à Nação e conforme depoimento da própria Senhora Ana Maria Correia Acioli Gomes de Mello.

Esses recursos, independentemente das razões enajenadoras das transferências, deverão estar consignados nas declarações do Imposto de Renda do Senhor Presidente da República, o que deverá ser objeto de verificações pela Secretaria da Receita Federal.

8) O exame das sessenta e seis notas fiscais emitidas pela EPC, no contexto do processo fiscal instaurado pela Receita Federal, leva à conclusão de que os serviços neles descritos não têm causa efetiva. E que a empresa não possuía quadro de funcionários habilitados à prestação dos serviços; não contratou serviços de terceiros; não informou a existência de "custos de serviços prestados" em suas declarações do Imposto de Renda.

O próprio Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento Informa, no Ofício MEFP nº 645, de 17.08.92, verbis:

Itens 1 e 2 - Nas diligências efetuadas, até a presente data, foram encontrados apenas três contratos (cópias no volume I, em anexo), relativos às prestações de serviços discriminados nas notas fiscais apreendidas na EPC - Empresa de Participações e Construções Ltda., relacionadas nos Itens 1 a 4 (e mencionadas no item 5) do Ofício MEFP nº 594, de 23.07.92.

Tais contratos, firmados pelas empresas ALDISA Alagoas Diesel S.A., Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas e Construtora Norberto Odebrecht S/A, bem como as notas fiscais acima citadas, não comprovam a efetividade da prestação dos serviços, razão pela qual essas despesas, em princípio, deverão ser glosadas para fins de retificação de Ofício do Imposto de Renda devido.

Comparando-se as sessenta e seis notas fiscais com as declarações do Imposto de Renda da EPC, constata-se que, nos anos-base de 1991, 1990, 1989 e 1987, a receita bruta declarada coincide, ressalvadas diferenças mínimas, com a receita bruta consignada nas notas fiscais tidas como indícios para fim de justificar a efetiva prestação de serviços.

Conclui-se, pois, que a EPC se beneficiou com o recebimento das vitórias importâncias consignadas nas referidas notas fiscais, sem causa aparente, figurando como fontes pagadoras notórias empresas contratantes habituais de obras públicas ou tomadoras de financiamentos de entidades financeiras oficiais.

As circunstâncias comprovam que a EPC não pode ter logrado obter tantas e tão vultosas contratações por força do prestígio que o seu sócio majoritário alegava ter junto ao Presidente da República e outras altas autoridades da esfera federal.

9) Do exame dos processos fiscais instaurados pelo Departamento da Receita Federal, merecem destaque as seguintes observações:
9.1) Ana Maria Correia Acioli Gomes de Mello.

Atendendo à intimação, assim se manifestou, em 03 de agosto de 1992, diante das notáveis discrepâncias entre seus rendimentos declarados e o movimento das contas bancárias que foram identificadas em seu nome: ... o movimento de contas bancárias abertas em meu nome junto ao Banco Mercantil de Crédito e Banco Rural S.A., de fato, era de inteira responsabilidade, ativa e passiva, de terceiros. Não representavam, assim, qualquer rendimento tributável sob minha qualidade de contribuinte do Imposto de Renda. O mesmo é válido para o movimento das mesmas contas junto ao BNC e Banco Rural S.A., cujos saldos estão informados em minha declaração relativa ao ano-base de 1991, ora anexa. Cabe destacar que referidas contas foram praticamente paralisadas no decorrer do referido ano-base e que, na função que desempenhavam, tais contas foram substituídas por uma conta bancária junto ao Bancessa de número 4.777-8, aberta em julho de 1991 e cujo saldo não foi declarado por não representar meus rendimentos como contribuinte do Imposto de Renda.

Essa declaração, associada com o pronunciamento do Senhor Presidente da República, confirma que os recursos depositados nas contas de Ana Acioli, mantidas no Banco Rural, no Bancessa e no Banco Mercantil de Crédito, quem quer que tenha sido o depositante, eram recursos pertencentes ao Senhor Fernando Collor.

9.2) LOG - Negócios e Consultoria Ltda.
Segundo depoimento do Sr. Renato Jorge Sarti, diretor financeiro da CETENCO, a LOG foi responsável pela indicação da EPC para prestar assessoramento tributário à CETENCO.

No dossiê desta empresa constam notas fiscais-faturas emitidas por serviços de consultoria empresarial e financeira. Figuram como beneficiários dos serviços: Cetenco Engenharia S.A., Empat - Empresa Alagoana de Terminais Ltda., Grafitec-Indústria e Editora Ltda., Texform - Formulários Contínuos S.A., Empat - Empresa Alagoana de Plásticos Ltda., Cadlasei Comércio e Representações Ltda., VKL - Plásticos do Nordeste S.A., Engarrumamento Pitu Ltda., Agroap - Agropecuária Alilton Petribu Ltda., Especialidade Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Magrasa Máquinas e Implementos Agrícolas S.A., José Alexandre, Cerâmica Riacho Doce Ltda., Francisco de Lira Pinosa, Luiz Francisco de Brito, José Firmino de Oliveira. Alguns são pessoas físicas.

Vários contratos merecem atenção.
a) Com a Cetenco, empresa de âmbito nacional, sediada em São Paulo, os serviços in-

cluem intermediação de negócios, contratação de operações financeiras e estudo de viabilidade econômico-financeira de projetos e empreendimentos, no valor mensal de US\$ 15.000,00.

b) Vários contratos prevêem "estudo de viabilidade econômico-financeira", com vistas à obtenção de financiamentos junto ao BNDES e BNB.

O valor pleiteado pela Cadiesel, por exemplo, era de US\$ 225.500,00; no caso da Magras, de US\$ 800.000,00.

Há contratos até com presumíveis pessoas físicas, não identificadas exceto pelo nome, como é o caso de José Alexandre, cujo financiamento seria de US\$ 470.000,00.

c) Em compensação, a própria LOG contrata serviços de consultoria na elaboração dos projetos de financiamento, bem como na área contábil e tributária. Entre as contratações, além da ACC, citam-se a Exitus - Assessoria Contábil, Fiscal e Tributária Ltda. e a Protect Consultores Associados Ltda.

Não há contratos escritos, e os valores são elevados.

d) A Protect, intimada, confessou não ter sequer entregue declarações, nem ter apresentado relatórios por escrito dos "serviços realizados".

e) As explicações das empresas contratantes são, no mínimo, insólitas:

- a Especiaría Informou que o próprio BNB recomendou a LOG;

- a Agroap confirmou a assinatura do contrato, mas desistiu (descontinuou), por achar que o projeto não teria perspectiva de viabilidade econômico-financeira;

- a Grafix, até 16.07.92, não tinha o projeto concluído (nem o balanço de 91 fora entregue);

- a Empat, cujo contrato com a LOG foi de US\$ 60.000,00, com a finalidade de propor e encaminhar, até decisão final, processo administrativo visando à transferência do terminal açucareiro de Macaé, não logrou êxito.

O sócio-gerente da LOG, Luiz Otávio Gomes Silva, detentor de 95% de seu capital, tem suas despesas pessoais regularmente relacionadas na contabilidade da empresa, como evidenciado nos documentos apreendidos pela fiscalização.

Em suma, pelo menos duas suposições podem ser levantadas:

- os contratos não existem, ou melhor, os serviços não foram realizados, constituindo-se, apenas, em operações de "fachada", para encobrir outras operações; ou

- a natureza do serviço, que não foi demonstrado nem comprovado, e a de facilitar o acesso ao crédito de instituições oficiais de crédito.

9.3) EPC
Foram remetidas cópias de documentos apreendidos, ressaltando-se vários cheques pagos a Luiz Misasi, em atenção a avisos de lançamentos emitidos pela MISASI Corretora de Valores S.A., e que correspondem a reembolso de despesas de salários, água, luz e telefone de imóvel locado, à Rua Miranda Guerra, nº 572, que segundo consta é utilizada como residência do Senhor Paulo César Farias.

Foram os seguintes os referidos cheques, que vinculam os chamados "fantasmas" com a EPC:

a) Assinados pelo "fantasma" Flávio Maurício Ramos (CPF 48331988-77), conta no BMC - São Paulo - Central, nº 004.355-6:

| Descrição de Cheque | Valor - Crédito | Data |
|---------------------|-----------------|----------|
| 040 | 355.554,76 | 06/08/91 |
| 052 | 405.363,54 | 03/09/91 |
| 082 | 405.501,40 | 02/10/91 |
| 095 | 575.054,25 | 23/10/91 |
| 106 | 584.518,26 | 04/11/91 |
| 136 | 1.490.454,00 | 18/12/91 |
| 216 | 853.531,56 | 31/01/92 |

b) Assinados pelo "fantasma" Jurandir Castro Menezes e Rosalinda Cristina Menezes (CPF 143937878-08), conta no Banco Rural, São Paulo, Ag. Brigadeiro Faria Lima, nº 1000207-1:

| Descrição de Cheque | Valor - Crd | Data |
|---------------------|--------------|----------|
| 773/40 | 1.310.400,00 | 28/02/92 |
| 803/05 | 2.096.326,16 | 05/04/92 |
| 863/227 | 2.581.873,99 | 28/04/92 |
| 957/453 | 1.703.521,00 | 04/05/92 |

Foram identificadas onze contas bancárias não contabilizadas, assim distribuídas: Banco Econômico, três contas; BMC, uma; Banco Safra, três; Banco Rural, duas; Itamarati, uma, e Cidade, uma.

10) Dos exames realizados sobre as declarações dos contribuintes arrolados nos itens 2 e 3, destacam-se os seguintes índices de irregularidades (não se mencionando nesse tópico os índices decorrentes dos créditos bancários, por já mencionados antes):

Ana Maria Correia Acioli Gomes de Melo

Revela ter tido aumento patrimonial a descoberto no exercício de 1989, em que pese não tenha declarado eventual lucro obtido com a venda de um carro Escort-86.

Justifica o aumento patrimonial do exercício de 1991 com rendimentos de aplicações financeiras, dentre outros. No entanto, a estrutura patrimonial da declarante não demonstra donde poderia ter sacado recursos para efetuar aplicações financeiras de porte capaz de produzir tal volume de rendimentos. Observa-se que, em março/90, liquidou o saldo devedor de um apartamento; em maio/90, comprou outro apartamento; em janeiro/90, comprou uma Veraneio/90.

Para justificar o aumento patrimonial do exercício de 1992, declara, entre os rendimentos isentos, que recebeu vinte milhões de cruzeiros de "transferências patrimoniais

- doações, heranças, menções", sem esclarecer quem fez a transferência patrimonial. O fato merece investigação fiscal.

Autório José de Almeida Lencina

Nas declarações dos exercícios de 1989, 1990 e 1991, os rendimentos tributáveis são quase inexpressíveis, quando comparados com o somatório dos rendimentos tributados exclusivamente na fonte e não-tributáveis. Cumpre verificar a efetividade do recebimento dos rendimentos tributados exclusivamente na fonte (distribuídos por pessoa jurídica), bem como dos rendimentos declarados como não-tributáveis (aplicações em renda fixa, venda de imóveis para compra de quotas).

No exercício de 1990, particularmente, deixa de explicar diversas baixas em seu patrimônio, relativamente a rebolço de equânios, a ações da empresa Itaparica e glebas (com benfeitorias) em Porto Nova. Reporta-se ter pago ao UNIBANCO um empréstimo de cerca de vinte e sete milhões de cruzeiros novos, ou seja, em torno de nove e meio milhões de cruzeiros a mais que a soma total de seus rendimentos no ano.

Cláudio Francisco Vieira

Não declara ter contraído empréstimo de até cinco milhões de dólares nem ter realizado negociação com ouro.

Para justificar o acréscimo patrimonial do exercício de 1990, o contribuinte declarou ter percebido rendimentos por serviços prestados a pessoas físicas, no montante de quatrocentos e quatro mil cruzeiros, ou seja, no percentual de 86%, com rendimentos tributáveis.

Pelo que se observa na primeira folha da declaração, esses rendimentos seriam, cinco percebidos nos meses de outubro, novembro e dezembro/89. O fato recomenda investigação fiscal, pelo, no ano-base de 1989, o imposto de renda era indexado ao ITR do mês da percepção dos rendimentos, de tal sorte que declarar rendimentos percebidos regularmente ao longo do ano-base como se recebidos de forma concentrada no final do ano, implica redução individual de imposto.

Nos itens 09 e 10 da Declaração de Bens, do exercício de 1991, consta que os dois lotes correspondentes já faziam parte de seu patrimônio em dezembro de 1989; eles, porém, não foram arrolados na Declaração do Exercício de 1990. Correrá a examinar esse fato, com vistas à apuração de eventual omissão de rendimentos nesse exercício.

No exercício de 1991, teve variação patrimonial de aproximadamente trinta e nove milhões de cruzeiros, para cuja cobertura declarou ter tido "rendimentos de aplicações financeiras" de vinte e um milhões de cruzeiros. Entretanto, há indícios de que o contribuinte não teria possuído, no curso do ano-base, ativos financeiros suficientes para terem gerado tal volume de "rendimentos de aplicações financeiras". Comprou bens em fevereiro de 1990; teve os cruzeiros novos liquidados, em março de 1990; vendeu os carros Monza - X 8 e Monza Classic 1987, só em dezembro de 1990.

No exercício de 1992, os rendimentos de aplicações financeiras estão sob as mesmas suspeitas que as do exercício anterior.

José Roberto Netring

Apresentou declarações apenas nos exercícios de 1988 e 1989.

No exercício de 1988, teve acréscimo patrimonial de duzentos e oitenta mil cruzeiros. Renda líquida ao redor de cento e oitenta mil cruzeiros, com trezentos e noventa mil cruzeiros de rendimentos tributáveis declarados como provenientes de atividades rurais. Rendimentos não-tributáveis de trezentos mil cruzeiros, explicados como resultantes de venda eventual de móveis que, entretanto, não foram declarados.

No exercício de 1989, desapareceu da declaração a participação na Exótica Palace e no Interiores, bem como a dívida com a Interrelação de quotas dessa empresa, sem maiores esclarecimentos.

Giovanni Carlos Fernandes de Melo

No exercício de 1991, verifica-se, do confronto entre o acréscimo patrimonial total declarado e o somatório dos rendimentos tributáveis, isentos, não-tributáveis e tributados exclusivamente na fonte, um acréscimo patrimonial a descoberto, num montante de quase dois e meio milhões de cruzeiros.

Tal valor equivale a duas vezes e meio o valor oferecido à tributação, indicando tratar-se de omissão de rendimentos.

Jorge Waldério Tenório Bandeira de Melo

Segundo a declaração do exercício de 1989, era um assalariado, aeronauta, que possuía apenas o apartamento em que habitava. Não apresentou declaração no exercício de 1990. E, pela declaração do exercício de 1991, teve um acréscimo patrimonial de praticamente quarenta e três milhões de cruzeiros, e dívida de mais da metade desse valor. Ainda, pela declaração de 1991, oitenta por cento de seus rendimentos provieram de pessoas físicas, não se sabendo quais nem o porquê dos pagamentos.

Guy Jean Louis Loizeleur des Longueux de Derville

Só apresentou a declaração do exercício de 1991, entregue fora do prazo, em 22 de julho de 1991, com CPF emitido neste mesmo ano.

Neia, declara ter entrado no Brasil, em 17 de setembro de 1990, oriundo da França, com aproximadamente cento e vinte mil dólares americanos e oitenta e sete mil francos franceses.

Em outubro de 1990, comprou um automóvel Monza, modelo 1990, por dois e meio milhões de cruzeiros.

Cabe pesquisar por documento de troca de moeda estrangeira, ou comprovante do BACEN deste ingresso, bem como das condições de aquisição do veículo ante a inexistência, na oportunidade, de CPF.

Luiz Romero Cavalcante Farias

O problema maior reside na insubstância das variações patrimoniais.

Na declaração do exercício de 1990, consta a diferença entre os patrimônios de 31 de dezembro de 1989 e 31 de dezembro de 1988 de, arredondadamente, quatrocentos e sessenta mil cruzeiros novos.

A adição total dos rendimentos (tributados e tributados apenas na fonte, somados nos rendimentos do cônjuge) não passa de trezentos e sessenta e oito mil cruzeiros novos, seguindo-se daí uma insuficiência inexplicada de mais de noventa e dois mil cruzeiros novos, não se computando dispêndios para manutenção.

Na declaração de 1991, a explicação para cobrir-se a diferença entre os rendimentos e o aumento desproporcional do patrimônio reside em empréstimo da empresa EPC de quatro milhões de cruzeiros, cuja autenticidade cumpre ser comprovada.

Há, outrossim, variados depósitos efetuados em 1990, convertidos em cruzeiros novos, em 15 de março de 1990, cujos rendimentos são aproximadamente iguais aos saídos finais.

O conjunto desses fatos desperta atenção para eventual omissão de rendimentos.

Paulo César Cavalcante Farias

O total dos rendimentos tributáveis, do exercício de 1990, recebidos de suas empresas, foi de cinquenta mil cruzeiros, ao passo que os rendimentos não-tributáveis da declaração importaram perto de seiscentos e quarenta mil cruzeiros - considerável diferença.

Por outro lado, o aumento de capital da EPC, mediante correção monetária, ocorreu pela transformação de um capital de mil e quinhentos para setenta e um mil cruzeiros, arredondadamente.

Em que pese a alentada inflação brasileira, tal correção monetária seria impossível.

No ano-base de 1990, exercício de 1991, uma das suas empresas - a Tratoral - teve aumento de Capital, também como consequência da correção monetária, mais lucros suspensos, de seiscentos e quarenta mil para doze e meio milhões de cruzeiros, aproximadamente.

Aplica-se a mesma argumentação com relação à correção monetária e agrega-se a indicação de ter havido excesso de lucros sobre o Capital Social.

Embora existisse, desde 1983, desapareceu da declaração de 1991, dividida com a empresa Brasil-Jet, de mais de doze milhões de cruzeiros, referente às quotas do declarante nessa empresa.

Finalmente, falta informação sobre a baixa de um veículo "Landau".

Quanto à declaração do exercício de 1992, os rendimentos tributáveis oriundos de suas empresas passam de um milhão e setecentos mil para sessenta e oito milhões de cruzeiros, aproximadamente, ao passo que seus rendimentos não-tributáveis na declaração passam de doze para seiscentos e cinquenta milhões.

Os dois últimos valores correspondem, respectivamente, a aumento de Capital de sua empresa Tratoral e a distribuição dela para o declarante, em dinheiro.

Nessa linha, em 1991, o valor das ações da Tratoral passou de em torno de treze para cento e cinquenta e quatro milhões.

Paralelamente, o valor das quotas de sua empresa Florax, passa de sete e meio mil para trinta e sete milhões de cruzeiros, aproximadamente.

Quanto à empresa Brasil-Jet, o valor de suas quotas passa de doze mil para um milhão e setecentos mil cruzeiros.

Elina Pereira Bezerra Faria

Suas declarações de rendimentos apresentam incoerências. Na do exercício financeiro de 1991, acusa NCZ 2.100.332,54 bloqueados ao final do ano-base de 1990, embora não tivesse nenhum saldo ao final do ano anterior - 1989. Difícilmente o depósito poderia ter sido acumulado no início de 1990, pois o pró-labore, que poderia justificar a origem da aplicação, corresponde ao ano todo. Por outro lado, o total de rendimentos brutos em 1989 fora de apenas NCZs 20.500,00; e os demais rendimentos não-tributados correspondem a aumento de capital ou, então, decorrem da própria aplicação financeira.

O aumento do pró-labore recebido pela interessada é extraordinário nos anos recentes, o que parece ter ocorrido de forma generalizada em matéria de rendimentos das pessoas apontadas como integrantes do chamado "Esquema PC". Assim, temos a seguinte situação (em Cr\$):

1989 1990

TRATORAL 14.500.843.114

EPC 6.000.1.038.283

A interessada também possui 1.358.152 quotas da Brasil-Jet Taxi Aéreo Ltda., adquiridas em 1988, por Cr\$ 1.358,15, não integralizadas até o final de 1990 (segundo a declaração de 1991).

A propósito, as evidências seriam maiores se já existissem disponíveis as declarações do exercício de 1992, pois seria possível confrontá-las com o movimento bancário de 1991, ano em que os valores das transações efetuadas pelas pessoas sob investigação continuaram a crescer disparadamente.

EPC - Empresa de Participações e Construções Ltda
Nas declarações da EPC, há algumas informações impróprias ou incoerentes nos quadros das despesas operacionais que, embora de pequena proporção com a receita declarada, não se mostrarão consistentes ante a indicação que a CPI recomenda que o Departamento da Receita Federal faça a empresa para comprová-las.

Comparando-se, todavia, as declarações com o movimento bancário, constata-se forte indicio de omissão de receitas, que já foi

objeto de comentário no item 7. Os valores creditados nas contas da EPC, no ano de 1991, foram de Cr\$ 44.616.707.250,00, para uma receita bruta de Cr\$ 1.432.989.690,00; os créditos, no ano de 1990, foram de Cr\$ 9.403.757.518,00, para uma receita bruta de Cr\$ 426.076.949,00.

11) Conforme se observa no Anexo que summarizes as informações econômico-fiscais relativas às declarações de pessoas físicas, as pessoas que exerciam cargos de confiança junto à Presidência da República ou que tinham relações com o Senhor Presidente tiveram elevadíssimo aumento de renda, em termos reais, a partir do ano de 1990, em que o Senhor Presidente tomou posse. O fato ocorreu com Ana Maria Correia Acioli Gomes de Mello, Cláudio Francisco Vieira, Jorge Waldério Tenório Bandeira de Mello e Paulo César Cavalcante Farias. Este último registrou crescimento de renda ainda mais surpreendente, a partir do ano de 1991.

Outra explicação não advém para crescimentos tão espetaculares, senão a de que resulta do "prestígio" que passou a ter o Sr. Paulo César Farias a partir de março de 1990.

12) Conforme se observa pelo Anexo que summarizes as informações fiscais das pessoas jurídicas examinadas, os percentuais do Lucro Real, em relação à Receita Líquida, da EPC e da Brasil-Jet, no exercício de 1992, ano-base de 1991, foram extraordinariamente superiores aos percentuais dos exercícios anteriores.

Tais desempenhos, que extrapolam padrões normais, atribuem-se às ações praticadas pela EPC e pela Brasil-Jet junto às empresas que conheciam o prestígio do sócio majoritário dessas empresas junto ao Presidente da República.

13) Dos exames efetuados, a CPI identificou, como visto, vários indícios de irregularidades. Mas, não se manifesta pela existência efetiva de ilícitos fiscais, pois, não dispondo das condições materiais e de tempo adequadas, viu-se na contingência de não exaurir as etapas de trabalho requeridas pelo procedimento fiscal regular, que leva à caracterização de infrações penais. A CPI circunscreveu-se ao exame das declarações, dos processos instaurados e das notas fiscais, em si. Não se intimaram contribuintes a prestar esclarecimentos, a comprovar fatos declarados. Não se examinaram escritos fiscais e contábeis, nem comprovantes de receitas, custas e despesas.

13.1) Nessas condições, a CPI recomenda ao Departamento da Receita Federal que conclua, com absoluta prioridade, as ações fiscais já iniciadas, instauradas contra as empresas relacionadas no item 5, e que estenda o procedimento fiscal sobre todas as demais pessoas físicas e jurídicas relacionadas nos itens 2 e 3, bem como sobre outras pessoas físicas e jurídicas que se envolveram no "esquema PC" notadamente aquelas que receberam cheques dos ditos "fantasmas" sob qualquer das formas apontadas neste relatório, e, em especial:

- Najun Azário Flato Turner;
- Vox Populi;
- Augusto Morbach;
- Jorge Chueke;
- Luiz Morbach; e
- Jorge Luiz Conceição.

13.2) A CPI recomenda, ainda, ao Departamento da Receita Federal que realize as competentes ações fiscais em todas as empresas para as quais foram emitidas notas fiscais da EPC, relacionadas no item 4, com o objetivo de glosar as correspondentes despesas deduzidas irregularmente do imposto de Renda por elas devido.

13.3) Realizadas as ações fiscais determinadas, o Departamento da Receita Federal deverá comunicar ao Ministério Público, com as comprovações dos fatos, todas as infrações que, em tese, constituam crimes de sonegação fiscal ou crimes contra a ordem tributária, segundo as conformações previstas nas Leis nº 4.729, de 14 de julho de 1966, e 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

13.4) O Departamento da Receita Federal deverá comunicar às Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a serem incumbidas de manter o acompanhamento dessas ações fiscais, os resultados que delas forem alcançados.

13.5) Há que se recomendar, ainda, ao Departamento da Receita Federal que adeque o seu sistema de arquivo das declarações de pessoas físicas, de sorte que as declarações do exercício corrente possam ser obtidas com maior brevidade, após o encerramento do prazo de apresentação. Apesar de insistentes solicitações da CPI das declarações do exercício de 1992, exceto quando delas, as demais não foram encaminhadas, sob alegação de que ainda permanecem no SERPRO, em processamento. Vejamos que o prazo para apresentação das declarações esgotou-se em meados de maio e, em meados de agosto, o Departamento da Receita Federal informa que ainda não dispõe das declarações de 1992, ano-base de 1991, resultou em prejuízo para as investigações da CPI.

Capítulo VI

Perfil de P.C. Farias

A análise procedida quanto à situação fiscal do investigado, bem assim aquela relativa à sua conduta empresarial ao longo dos últimos anos, revela, de forma clara e inequívoca, que o seu comportamento no campo econômico, além de denotar alto grau de periculosidade, é marcado pela obstinada busca do lucro fácil e rápido, não importando os meios aos quais seja necessário recorrer. Examinando-se, entretanto, o passado de P.C. Farias e tomando-se como referência os

tipos de negócios a que se dedicava em Alagoas, desde a década de 70, à frente da Tratorial, constatou-se que outra não era a diretriz imprimeada.

Em face do amplo noticiário sobre os processos administrativos existentes, pelo menos até o ano de 1990, no âmbito do Banco Central, envolvendo tanto a pessoa jurídica Tratorial quanto os sócios P.C. Farias e Elma Farias, deliberou a comissão requisitar da autarquia cópia de todos eles para melhor exame e análise da vida progressiva do empresário em questão.

É com surpresa e perplexidade que este órgão recebeu, em resposta à solicitação, duas volumosas caixas contendo 70 folhas; processos, todos inexpressivamente arquivados, dando conta da prática de ilícitos, administrativos e penais, de forma reiterada e iterativa no tempo.

Ante o elevado número de processos recebidos, optamos por descrever, no presente relatório, o ocorrido em apenas um deles. E o quanto basta para evidenciar a intenção dos fatos que vem marcando a conduta empresarial do investigado. Cumpre assinalar, de resto, que quase todos os processos, salvo raras exceções, são iniciados com uma autuação onde se lê:

"Notificação de Irregularidades
A aquisição dos bens acima referidos (geralmente tratores e implementos agrícolas), através da Nota Fiscal nº.

da firma Tratores de Alagoas SA Tratorial no valor de Cr\$ teve sua venda cancelada através da emissão pelo fornecedor da Nota Fiscal nº.

no mesmo valor, recebendo em devolução os bens vendidos.

Não houve restituição à instituição financeira dos recursos referentes à devolução e ou cancelamento da venda.

Tomando-se a título exemplificativo, o processo autuado no Banco Central sob o nº. 70.81.198, e fácil verificar-se a operação inquirida de ilicitude pela fiscalização do Banco Central passava pelas seguintes etapas preliminares:

1 - A Tratorial celebrava um contrato de venda de implementos agrícolas, valendo-se o adquirente das linhas de crédito subsidiadas, abertas por força da política governamental então vigente para fomento do setor;

2 - Com base na nota fiscal de venda, era celebrado um contrato de financiamento, garantido por cédula rural hipotecária e hipotecária, geralmente junto ao Banco do Brasil;

3 - A Tratorial, amparada na nota fiscal de venda, emitia duplicata no valor da operação;

4 - Logo a seguir a própria Tratorial, por vezes na mesma data da emissão da nota fiscal de venda, cancelava a operação por meio de outra nota fiscal.

Ocorre que o fato de cancelamento da instituição financeira oficial e solicitados os esclarecimentos devidos ao adquirente, informa este jamais ter devolvido o bem financiado ou cancelado a compra.

Resta então saber, da própria Tratorial, que tipo de justificativa teria a apresentar para os fatos apurados.

Tanto na hipótese analisada, como nos demais processos, responde a empresa de P.C. Farias de forma ambígua, evitando enfraquecer o mérito da questão. Procurando entretanto assumir uma postura de defesa prévia, atribui responsabilidade ao próprio banco "por eventuais equívocos" que possa ter cometido tendo em vista que este estaria a divulgar, de forma precária, as "normas regulamentadoras do crédito rural". Para protelar a ação investigatória, protesta por vistas dos autos do processo ao mesmo tempo em que reivindica prazo para apresentação de defesa. Quando finalmente se digna responder, procura justificar o seu comportamento alegando que o cancelamento da nota fiscal, e consequente emissão de outra, teria ocorrido em virtude de haver a empresa decidido "acompanhar os preços dos concorrentes".

Na hipótese em tela, a defesa apresentada revelou-se, desde logo, inconsistente já que o banco apurou ter sido a segunda nota emitida quase dois meses antes da primeira. E, o que é mais grave, verificou-se terem ambas as notas fiscais dado ensejo à emissão de duplicatas. Como não houve duplicidade de vendas, impõe-se concluir que, num dos casos, a documentação é falsa, inclusive no que diz respeito ao título cambial.

Neste mesmo processo, a Tratorial, na pessoa do seu gerente financeiro Giovanni Carlos F. de Melo, tentou ainda justificar a legitimidade da nota fiscal de devolução da mercadoria fazendo juntar cópia do que seria o canhoto de recebimento. Entretanto, verifica-se, da leitura da peça, que a nota fiscal referida não corresponde àquela relativa à suposta devolução nem correspondendo à assinatura do adquirente do bem.

Em razão do apurado, resultaram impedidos de ter acesso às operações de crédito rural, P.C. Farias e Elma Pereira Bezerra Farias, sendo o respectivo registro feito em 24-04-89, ou seja, quase quatro anos após o início do processo. Curiosamente, a Delegacia Regional do Banco Central conclui pela "ausência de elementos tipificadores de conduta delituosa" e, portanto, pela "desnecessidade de comunicação ao Ministério Público". Como se vê o "prestígio" de P.C. Farias junto a órgãos públicos executivos vem de longa data.

Três dias antes da posse do novo Governo, mais precisamente em 12 de março de 1990, a Tratorial, representada por P.C. Farias e seu cônjuge, anexa ao processo petição dizendo

ter sido "envolvida em supostas irregularidades na venda de máquinas e implementos agrícolas a diversos clientes" e que, tendo mantido com eles diversos contatos, conscientizou-os "a pagarem as sanções pecuniárias alusivas aos casos envolvidos". Com base em tão inconsistente e falsa argumentação resolve o Delegado Regional em exercício, Eliezer Barbosa Dande, concordar com o "desimpedimento" dos indicados.

Como se vê, conseguiu Paulo César Cavalcante Farias, logo após a posse do novo Governo, certamente usando do "prestígio" que passou a ter na esfera federal, reabrir processo invocando manifesta fraude com falsa argumentação e reverter uma decisão que lhe era desfavorável.

Os fatos narrados se reproduzem, com pequenas alterações, em mais de 70 (setenta) processos, encontrando-se assim o investigado, a partir de abril de 1990, livre para voltar a operar com as instituições oficiais.

Ignorado, praticamente, pela imprensa, até a posse do Presidente Fernando Collor de Mello, Paulo César Cavalcante Farias passa a frequentar, desde então, as páginas dos jornais de todo o País. Pouco depois da instalação do novo Governo que ajudara a eleger - como coordenador financeiro da Campanha Collor - salta rapidamente das colunas internas para as manchetes dos diários, logo figurando nas revistas semanais, cujas capas acabaria por conquistar.

Com o seu nome associado, quase sempre, à prática de atos irregulares, acentuado por uma influência marcante junto ao Chefe do Governo - que realmente possuía ou dizia ter - Paulo César Cavalcante Farias era presença constante em grada parte das notícias do mundo oficial. De tão notórias, seria impossível admitir-se que alguém, medianamente informado - como é obrigado a sê-lo todo aquele que ocupe função ou cargo público nos escalões superiores - pudesse ignorar as atividades de PC, como se tornaria em breve conhecido.

Ranis são as notícias sobre o empresário, publicadas em órgãos noticiosos de âmbito nacional, antes da posse do Presidente Collor. Mesmo essas, porém, estão relacionadas a atos ilícitos.

Assim, por exemplo, no dia 20 de setembro de 1989, a única notícia referente a Paulo César Farias, surgida no Jornal do Brasil, dizia:

Brasília - José Tupy Caldas de Moura, Diretor de Fiscalização do Banco Central (BACEN), declara que Paulo César Farias, tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor de Mello (PRN), está impedido de fazer operações de crédito rural e agroindustrial. Desde maio de 1987, Farias está na lista negra do banco, em razão de irregularidades cometidas em suas atividades privadas.

Depois da posse do presidente Collor de Mello, a primeira notícia de impacto sobre P.C. Farias é dada pela "Folha de S. Paulo", em 7 de outubro de 1990. E o nome do empresário vem associado ao Chefe do Poder Executivo. Curiosamente, o causador da nota foi o líder do Governo na Câmara dos Deputados e candidato ao Governo de Alagoas, Deputado Renan Calheiros. O parlamentar atribuiu sua derrota por Geraldo Bulhões ao uso da máquina governamental e ao financiamento da campanha de seu adversário por P.C. Farias. Em consequência, Calheiros afirmou "sentir-se traído pelo Presidente Fernando Collor".

Pouco mais de uma semana depois, o nome de P.C. Farias surge novamente na imprensa, desta vez associado à demissão de Luiz Otávio da Motta Veiga da Presidência da Petrobras. Segundo notícias divulgadas no dia 20 de setembro de 1990, pelos matutinos Folha de S. Paulo, Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e o Estado de S. Paulo, Motta Veiga ter-se-ia demitido devido "a defasagem dos preços dos combustíveis e à forma de condução das negociações sobre os preços dentro do Governo Fernando Collor de Mello". Na base de sua incompatibilidade com a cúpula governamental, estava uma proposta de empréstimo de US\$ 40 milhões ao empresário, Wagner Canhedo, presidente do Grupo Canhedo e novo acionista majoritário da VASP, que seria concedido pela Petrobras, mas acabou sendo vetado pelo Conselho da empresa estatal. Canhedo foi encaminhado à Petrobras por Paulo César Farias. Além do pressionado por PC, Motta Veiga diz ter recebido pedidos para facilitar o empréstimo do Embaixador Marcos Coimbra.

O affair Motta-Veiga Canhedo alimentado, por mais alguns dias, as manchetes dos jornais e, num crescendo, chega a 26 de outubro de 1991, quando o Presidente Fernando Collor de Mello determina a anulação da denúncia formulada pelo ex-presidente da Petrobras.

No dia 30, então o chefe do Gabinete do Ministério da Economia, Sérgio Nascimento, sua saída é atribuída à amizade que mantinha com Paulo César Farias, o que ele nega. Dia 31, o novo presidente da Petrobras, Eduardo Teixeira, entrega ao Presidente Collor um relatório sobre o pedido de empréstimo formulado pela VASP à Petrobras. Segundo o relatório, o empréstimo era inaceitável, mas as relações com a empresa não serão afetadas. Nenhuma palavra sobre PC ou Motta Veiga. O responsável pelo ocorrido é aquele que tornou público o fato.

As críticas ao relatório tornam-se contundentes em vários jornais. "Não quer dizer absolutamente nada", destaca O Estado de S. Paulo: "investigou-se o que não precisava", assinala o Jornal do Brasil: "as dúvidas permanecem no ar", acentua a Folha de S. Paulo.

Dia 17 de novembro, o Deputado Renan Calheiros renunciou a sua função de Líder do Governo, atribuindo-a à omissão do Presidente Collor à fraude ocorrida na eleição de Alagoas, "patrocinada e idealizada pelo empresário Paulo César Farias".

A 22 de novembro, a Folha de S. Paulo associa o nome do empresário alagoano à arrecadação de fundos para as campanhas eleitorais de candidatos simpáticos ao Presidente Fernando Collor de Mello aos governos estaduais. De Paulo Maluf (PDS), ex-governador do São Paulo, do empresário e deputado José Carlos Martinez (PRN), do Paraná; do Senador José Agripino Maia (PFL), do Rio Grande do Norte, e do Deputado Geraldo Bulhões (PSC), de Alagoas. Verifica-se, então, acompanhando o noticiário, que P.C. Farias amplia, cada vez mais, sua área de influência. O irmão do empresário, Luiz Romero Cavalcante-Farias, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, controla a liberação de verbas para o desenvolvimento de Municípios (Folha de S. Paulo, 7 de janeiro de 1991). Joost Van Dame, presidente da Telemar, exonerado do cargo. Motivo não aceitação de critérios políticos para a indicação dos dirigentes da área de telefonia. A gota d'água teria sido a escolha de Eduardo Cunha para a presidência da Telemar, por indicação de Paulo César Farias (Jornal do Brasil, 15.3.91). Também atribuída a um choque com P.C. Farias foi a saída do Ministro da Infra-Estrutura, Oziel Silva, em 25 de março de 1991, de Ricardo Mesquita, diretor do Departamento de Abastecimento e Preços do Ministério da Economia, e da própria Ministra Zélia Cardoso de Mello e seu grupo, na primeira quinzena de maio de 1991. Dia 6 de junho de 1991 é notícia da exoneração de José Zeno, Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Motivo: discordância da compra de Cr\$ 625 milhões de ações da empreiteira Sade Engenharia S.A., de propriedade de Paulo César Farias. A aquisição fora exigida por Lafayette Coutinho Torres, Presidente do Banco do Brasil.

Dia 23 de agosto de 1991, O Estado de S. Paulo informa que Roberto Requião, Governador do Paraná, denunciou ter recebido dois telefonemas, dizendo-lhe que só haveria um caminho para que conseguisse, da Caixa Econômica Federal, 80 milhões de dólares para obras: abrir uma "concorrência dirigida". Sem isso, teriam alertado seus interlocutores, "PC não libera a verba".

Dia 29 de setembro de 1991, o irmão de P.C. Farias deixa a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. É designado para um cargo até então inexistente, o de coordenador técnico junto à Organização Panamericana de Saúde, em Washington.

A primeira aparição pública do irmão do Presidente, Pedro Collor de Mello, em rota de colisão com P.C. Farias, ocorre no dia 11 de dezembro de 1991, em entrevista à Folha de S. Paulo. A 23 de fevereiro de 1992, o mesmo jornal revela que "a fortuna do empresário Paulo César Farias, o PC, cresceu no Governo Collor. Em 1990, ele tinha apenas duas empresas ativas. Na mesma semana, a revista Veja, publica entrevista de Pedro Collor de Mello, contendo denúncias mais contundentes contra P.C. Farias. Sucodem-se as declarações de um e de outro lado. As denúncias repercutem, também, no Exterior. Surgem notícias em Londres, Zurique, Paris e Tóquio.

Já não é possível ignorá-las. O Congresso Nacional aprova a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigá-las.

Não obstante a notoriedade que assumiu o relacionamento de P.C. Farias com os mais altos escalões do Governo Collor de Mello, permanece o empresário insistindo na sua fantástica versão, de que o vínculo mantido com as autoridades em questão nunca passou do plano meramente social. As poucas vezes em que teria mantido contato com alguma delas - acentua P.C. Farias - tratou apenas de retribuir cortesias recebidas de antigos companheiros de campanha, jamais tratando com eles de quaisquer assuntos que pudessem configurar tráfico de influência.

Na esteira do que parece ser uma constante na vida desse empresário alagoano, os fatos estão a desmentir a ficção que procura criar.

Com o propósito de elucidar eventuais contatos empresariais com o Exterior, diligência este colegiado junto à Telesop o envio das contas telefônicas referentes à sede paulista da EPC - Empresa de Participações. Para surpresa de alguns menos avisados, a documentação enviada revela que o investigador, a partir dos seus escritórios em São Paulo, mantinha intensos e frequentes contatos com os mais diversos órgãos da Administração Pública Federal, cabendo mencioná-los a título exemplificativo:

- Cia. Nacional de Alimentação;
- Cia. Nacional de Abastecimento;
- Caixa Econômica Federal;
- Fundação dos Economistas Federais;
- Fundação Nacional de Saúde;
- Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento;
- Fundação de Assistência ao Estudante;
- Ministério da Ação Social;
- Banco do Brasil S.A.;
- Conselho Nacional de Petróleo;
- Central de Medicamentos;
- Ministério da Educação;
- Ministério do Trabalho;
- Banco Central do Brasil;
- Companhia Brasileira de Armazenamento;
- Ministério da Infra-Estrutura;
- Secretaria de Desenvolvimento Regional.

- Instituto Nacional de Seguro Social;
- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste;
- Secretaria de Assuntos Estratégicos;
- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição;
- Siderurgia Brasileira S.A. - Siderbrás;
- Comissão de Valores Mobiliários;
- Instituto do Açúcar e do Alcool;
- Ministério dos Transportes e Comunicações;
- Companhia de Financiamento da Produção;
- Consultoria Geral da República.

Uma pessoa que se revela tão assídua em contatos telefônicos com os mais variados órgãos da Administração Federal não poderia, também, deixar de chamar, pelo menos de vez em quando, a Presidência da República. E é o que se verifica da listagem enviada, porquanto não são olvidadas o empresário, de quando em vez, de chamar o Palácio do Planalto, nos seguintes números:

- 211-1201
- 211-1200
- 211-1202
- 211-1599
- 225-1269
- 225-1492 e
- 226-8772.

No curso das investigações, apurou-se que os laços entre PC e a cúpula governamental não se resumiam a meras chamadas telefônicas.

O Sr. Mauro Valério dos Santos, proprietário da empresa Lohras, testemunhou ter recebido, em fevereiro do ano passado, um telefonema da Brasil Jet Taxi Aéreo Ltda. uma das empresas de propriedade de P.C. Farias, ajustando, então, o aluguel de um Opala Comodoro. Soube, na época, tanto pela Brasil Jet Taxi Aéreo Ltda., quanto pelo motorista encarregado de levar o veículo - Sr. Francisco Eriberto Freire França - que ele se destinava ao uso da Secretaria do Presidente da República, Ana Acioli. Afirmou Sr. Mauro Valério dos Santos que, passados cinco ou seis meses, a beneficiária da locação manifestou desejo de trocar o automóvel por outro, o que foi providenciado. Passaram, então, sucessivamente, à disposição da Secretaria, o Diplomata de placas SC-5555 e

o Santana de placas ZZ-1212. Os pagamentos mensais pela utilização dos veículos, segundo o depoente, eram feitos, ou bem pela Brasil Jet Taxi Aéreo Ltda., ou então pelo motorista Sr. Francisco Eriberto Freire França, versão confirmada por este último, por ocasião de seu testemunho, prestado perante esta CPI.

Outra empresa de Sr. P.C. Farias, a EPC, segundo se verifica nos autos da Sindicância nº 028/92, da Polícia Federal, no Rio de Janeiro, revela que o automóvel Chevrolet, modelo Opala, placas VY-2745, de São Paulo, de propriedade da aludida empresa, desde, pelo menos, o ano de 1990, encontrava-se à disposição dos filhos do Presidente da República, Fernando Collor de Mello, para seu uso pessoal.

Não fossem estas provas suficientes e cabais, do íntimo relacionamento existente entre o próprio Chefe da Nação e o empresário alagoano, envolvendo, inclusive, a prestação de favores economicamente apreciáveis, haveria que se mencionar o testemunho de depoentes, perante esta CPI.

O universo das provas produzidas nesta CPI, documentais, testemunhais e periciais, leva à convicção de que os atos ilícitos praticados por Sr. P.C. Farias eram de pleno conhecimento do Presidente da República.

Considerando apenas a prova testemunhal coletada, merecem destaque, em tal tema, os depoimentos do irmão do Presidente, Pedro Collor de Mello, do ex-Deputado Renan Calheiros, de Luiz Otávio da Motta Veiga, ex-Presidente da Petrobrás, e do ex-Deputado Sebastião Curio Rodrigues de Moura, por intermédio dos quais se evidencia que o Presidente da República recebera, pessoalmente, ou através de auxiliares diretos, informações de como se processavam as multiformes e tentaculares atividades de Sr. P.C. Farias.

Analisemos, uma a uma, tais declarações: No depoimento inaugural da CPI, em 4 de junho de 1992, o irmão do Presidente da República, Fernando Collor de Mello, e o empresário Pedro Collor de Mello, relatou que, no primeiro semestre de 1990, levou ao conhecimento do Secretário Particular do chefe do Governo, Cláudio Vieira, as atividades ilícitas de Paulo César Cavalcante Farias (fls. 24 e 115/116, do depoimento).

Anteriormente, já havia declarado à revista Veja, nº 1.236 (declaração que não mereceu reparo), respondendo à indagação se tinha mencionado ao seu irmão as denúncias de corrupção de Sr. P.C. Farias, que:

"...Com o Fernando, exatamente, não. Falei "vezes com os meus irmãos Leopoldo e Leide, com o Cláudio Vieira e o Marcos Colimbrá."

Justificando não ter falado diretamente com o Presidente, que "poderia ter uma explosão violenta", observou:

"O Fernando não gosta de escutar críticas" (Veja nº 1.236, pág. 21).

Não foi apenas o irmão que informou ao Presidente, por intermédio de seu Secretário Particular - pessoa com quem mantinha antigo relacionamento funcional e pessoal (fls. 115, do depoimento) - das atividades de Sr. P.C. Farias.

Também o ex-Deputado Renan Calheiros, integrante do círculo íntimo do Presidente, colaborador de sua campanha eleitoral e, mais tarde, Líder do Governo na Câmara dos Deputados, lhe deu, direta e detalhadamente, notícias sobre o modus operandi do chamado "Esquema P.C. Farias".

Adicionalmente, as fls. 11 de seu depoimento, o ex-Deputado Renan Calheiros assevera que:

"... O Presidente Fernando Collor sabia das estipuladas do Sr. Paulo César Farias no Governo - do tráfico de influência, do poder paralelo, de sua força para demitir, nomear e comandar uma triagem que baltava o nomeamento do próprio procedimento de nomeação de pessoas no Governo Federal" (fls. 13).

Mais adiante, menciona o ex-Líder do Governo na Câmara dos Deputados o seguinte: Eu voltei a falar com o Presidente da República a respeito do Paulo César Farias nos momentos que antecederam o escândalo SOS Rodovias. Foi o primeiro escândalo do Governo e a imprensa entendeu como tal. O Sr. Paulo César Farias havia nomeado o Sr. Marcelo Ribeiro para a Secretaria Nacional de Transportes, e havia nomeado, também, o Sr. José Henrique de Amorim para o DNER. O DNER e a Secretaria Nacional de Transportes fizeram ao Governo uma proposta, no sentido de dispensar as licitações, em função da urgência que a recuperação das estradas requeria. Eu adverti o Presidente da República de que isso, inevitavelmente, teria repercussão política no Congresso e que as informações eram de que o Paulo César Farias estava envolvido no problema da dispensa de licitação. O Presidente disse-me que iria responder sobre o Paulo César Farias. Absolutamente, Sua Excelência não acrescentou nada, não foi feita nenhuma apuração no tempo. A apuração só veio depois que o escândalo ganhou mancha nos jornais (fls. 27/28).

Em outros trechos de seu longo depoimento, o ex-Deputado Renan Calheiros relata as reiteradas denúncias que fez ao Presidente, sobre as atividades de Sr. P.C. Farias: Eu tive outra conversa com o Presidente Fernando Collor, específica sobre a utilização da máquina do Governo do Estado de Alagoas e da participação e do tráfico de influência, dos desvios de recursos do Sr. Paulo César Farias na campanha eleitoral. Essa conversa foi testemunhada pelo Ministro Bernardo Cabral que, dignamente, espontaneamente, deu entrevista aos órgãos de comunicação comprovando tudo o que eu disse à revista Veja e repito agora nesta Comissão Parlamentar de Inquérito (fls.20).

E, em seguida, salientou o depoente: Chamei o Presidente da República e falei da participação de sua esposa, Roseane Collor, e do Sr. Paulo César Farias, que comandavam um esquema de governo paralelo. Eu disse, na oportunidade, ao Presidente da República, que a CEME era um dos órgãos que mais desviavam recursos para a campanha eleitoral em Alagoas. Por que a CEME? Porque a CEME tinha como Diretor Financeiro o Sr. Luis Ribeiro, que fora indicado pelo Sr. Paulo César Cavalcante Farias para o Governo" (fls.24); (...)

Afirmo categoricamente e peremptoriamente que comentei os fatos, que levei indícios de provas, que pedi para apurar e que o Presidente se omitiu (fls. 38); (...) Nos momentos dessas conversas, levei indícios de tráfico de influência e de corrupção do Sr. Paulo César Cavalcante Farias e pedi ao Presidente da República que apurasse (fls. 42).

Pelo que se vê em tal depoimento, notícias concretas e detalhadas sobre as atividades paralelas do Sr. Paulo César Cavalcante Farias foram levadas, diretamente, ao Presidente Fernando Collor de Mello.

Passamos ao depoimento do ex-Presidente da Petrobrás, Sr. Luis Otávio da Motta Veiga, elogiado publicamente pelo Presidente da República aos editores dos principais jornais do País, em julho de 1990, por sua atuação à frente daquela empresa (cf. fls. 68 do referido depoimento).

Relatou o Sr. Motta Veiga que, na Presidência da Petrobrás, sofreu pressões de Sr. P.C. Farias, primeiro, com objetivos obturados, para obter informações sobre licitação para a Plataforma P-18 (fls. 32 e seguintes); depois, para celebrar contrato com a VASP - Viação Aérea São Paulo S.A., em condições perniciosas para os interesses da empresa petrolífera estatal (fls. 37).

Mencionou Sr. Motta Veiga, como indicativo da intensidade das pressões que, naquele período, a secretaria de agenda da Petrobrás registrou 17 (dezessete) chamadas telefônicas de Sr. P.C. Farias (fls. 35), sem contar outras feitas para o hotel em que se hospedara em Nova York, local, aliás, somente do conhecimento do Secretário-Geral da Presidência da República, Embaixador Marcos Colimbrá (fls.57).

Em vista das referidas pressões, entre as quais se incluía telefonema do próprio Secretário-Geral da Presidência da República que perguntara como andava o negócio da VASP e, ante a resposta negativa, afirmou:

que tal decisão contrariava o interesse do Palácio do Planalto em levar adiante a privatização da VASP (fls. 42/43 do referido depoimento e fls. 11 do depoimento do Embaixador Marcos Colimbrá), o então Presidente da Petrobrás levou o fato ao conhecimento do Ministro da Infra-Estrutura, que disse iria conversar a respeito com o Presidente da República (fls. 89).

Após o afastamento do Sr. Motta Veiga da Petrobrás, o Presidente da República anunciou que mandaria apurar, com o maior rigor, todas as circunstâncias relativas às tratativas VASP - Petrobrás.

Tendo esta CPI solicitado, agora, a estatística de petróleo cópia da referida investigação, verifica-se, à vista da Ordem de Serviço nº 11/90, que tal não passou de mera avaliação, em seus "aspectos comercial, econômico e financeiro da proposta apresentada à Petrobrás Distribuidora S.A. - BR, pelo Grupo

Canhedo, adquirente do controle acionário da VASP", proposta, aliás, feita "verbalmente", conforme se precisa da leitura da citada Ordem de Serviço.

Passamos, finalmente, ao depoimento do ex-Deputado Sebastião Curio Rodrigues de Moura.

No citado depoimento, o ex-parlamentar menciona que, após encontros pessoais com o Presidente da República (fls. 9 e 13), foi procurado telefonicamente pelo Sr. P.C. Farias, que, orientando-o como proceder, inclusive da necessidade de ser feito estranho telefonema de "agradecimento" ao Dr. Luiz Scheuer, da Mercedes-Benz do Brasil, em São Paulo (fls. 18/20 e 50/51), providenciou o pagamento, em duas parcelas de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), nos dias 20 de setembro e 1º de outubro de 1990, através de cheques de emissão do "fantasma" José Carlos Bonfim, sacados contra o Banco Rural S.A., agência de Brasília (fls. 21/22).

Tal quantia se destinava ao atendimento de despesas de campanha eleitoral daquele ex-Deputado, cuja eleição era de interesse do Sr. Presidente da República, por ser "bom nas porradas" (sic), conforme consta da fls. 10 do seu depoimento.

Mais tarde, em 3 de dezembro de 1990, através do Comandante Jorge Bandeira, foi convocado, em caráter de urgência (fls. 24, do depoimento), a reunião com o Sr. Paulo César Farias, na suíte 1022/1023 do Hotel Nacional, onde foi instado, de modo extremamente autoritário (fls. 25), como uma ordem, aliás referida pelo depoente como "tão dura e tão taxativa" como nunca recebera durante os trinta anos que passara no Exército (art. 53), a celebrar negócio entre a Cooperativa de Mineração dos Carimpeiros de Serra Pelada, da qual era Presidente, e empresa de amigos daquele empresário, visando à prestação de serviços de terraplanagem e dragagem da cava principal do referido garimpo (fls. 25).

Foi o depoente alertado, na oportunidade, pelo Sr. Paulo César Farias, que, caso celebrasse o negócio com a Construtora Sorvaz Mineração, com que vinha mantendo tratativas, bloquearia o crédito dessa empresa, em Manaus, junto à Caixa Econômica Federal, cujo presidente, à época, era o Sr. Lafayette Coutinho (fls. 25/26).

Evidencia-se, também nesse depoimento, que o Presidente da República sabia das atividades e conexões de Sr. P.C. Farias, capazes de propiciar ao referido ex-Deputado os recursos necessários à sua campanha eleitoral.

Não eleito, a retribuição pela "contribuição" seria solicitada mais tarde, em prol dos negócios do "Esquema", como se viu.

Entre os quatro depoimentos, há uma relação, um fato em comum: a evidência de que o Presidente da República, pessoalmente ou através de seus auxiliares diretos, conhecia perfeitamente a natureza, o modus faciendi e a amplitude das atividades de Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

CAPÍTULO VII

Operações Externas de P.C. Farias

A denúncia originalmente formulada pelo Sr. Pedro Collor de Mello dava conta de que o empresário P.C. Farias havia enriquecido de tal forma, ao longo dos últimos anos, que lhe foi possível montar uma vasta rede empresarial no exterior, possuindo, inclusive, bens imóveis e aplicações financeiras.

Na ocasião, apresentou uma lista das pessoas jurídicas que seriam, direta ou indiretamente, por ele controladas, a saber:

- Kaiser World Trust (Bahamas)
- Madsen Company Ltd. (Ilhas Virgens Britânicas)
- Oak Park Ltd. (Ilhas Virgens Britânicas)
- Orthos Ltd. (Miami, Florida)
- Begleiter Ltd. (Ilhas Virgens Britânicas)
- Hampton Investments AVV (Aruba)
- International Aircraft Leasing Ltd. (Ilhas Virgens Americanas)
- Broward Options AVV (Aruba)
- SCI Financiere Albert Ier. (França)

Dois pessoas físicas estavam a assumir as principais funções executiva e de consultoria no esquema internacional de P.C. Farias.

O primeiro seria um francês, denominado Guy des Longchamps, que o empresário alegou conhecer na década de 70 por ocasião da sua estada no Brasil. O segundo seria um norte-americano de origem cubana, chamado André Giulio Gomez-Mena, que estaria a operar por intermédio de uma empresa de consultoria denominada Hamilton Lombard and Co.

O núcleo central das atividades estaria centrado na Kaiser World Trust, que teria a participação, direta ou indireta, de Paul Madsen, Guy des Longchamps e Hamilton Lombard and Co. onde trabalharia o seu consultor, André Giulio Gomez-Mena.

Trouxe, igualmente, o denunciante à CPI, cópia de um fax enviado pelo escritório da empresa Fidal Paris et Associés para Hamilton Lombard Co., com a especificação "aos cuidados de André Giulio Gomez-Mena". Subscrito o texto J. M. Bolrac, sócio do escritório parisiense, com a seguinte mensagem: "em resposta à sua solicitação, todos os documentos lhe foram enviados. Cordialmente. J. Michel".

A segunda página do fax é um relatório sobre os "empréstimos e adiantamentos" concedidos à SCI Financiere Albert Ier. São eles:

a) cheque do BNP International, a partir de um débito sobre a "conta estrangeira" do Sr. Guy des Longchamps, este último agindo em nome e por conta de terceiro, datado de 18 de junho de 1991, num total de FF 2.032.000 (para o detalhamento da despesa veja carta

de confirmação do advogado Carré de 19.06.91); b) cheque do BNP International (nas mesmas condições) datado de 18.11.91, num montante de FF 12.958.000 (veja detalhes no fax de 08.11.91 do advogado Carré, Mme Rey).

A terceira página do fax diz respeito à comunicação feita pelo advogado Carré à SCI Financiere Albert Ier, aos cuidados do gerente de Guy des Longchamps, relativamente aos custos devidos pela venda feita a esta sociedade por uma outra, denominada CIM WALTER, inexistindo especificação sobre o objeto específico da venda. A fatura também compreende as despesas para cobrir a realização dos atos constitutivos da SCI Financiere Albert Ier. Ambos os instrumentos teriam sido assinados em 18.06.91. A carta do advogado está datada de 19.06.91. Textualmente, diz:

"Encareço a V.S. receber, com esta, o demonstrativo das despesas relativas ao dossiê citado na referência supra, a saber:

Preço de venda: 1.880.000 F
Provisão sobre custos para instrumento de venda: 144.000 F
Provisão sobre custos relativos aos atos constitutivos da SCI Financiere: 8.000 F

2.032.000 F

Estou à sua disposição para esclarecimentos suplementares.

Queira receber, Senhor, a expressão dos meus sentimentos cordiais.

P.S.: O detalhamento preciso dos custos notariais será remetido a V.S. após as formalidades de publicação".

A quarta página do fax refere-se a outro expediente, oriundo do mesmo escritório de advocacia, mas desta vez enviado à Société Fidal, datado de 08.11.91, relativo a uma venda efetuada por D'Almeida Carneiro à SCI Financiere Albert Ier. Diz o texto:

"Em sequência à nossa última conversa telefônica, peço receber o demonstrativo dos custos notariais havidos por ocasião da venda acima referida:

- preço de aquisição (compreendido o preço dos móveis em montante de 325.000,00 F)..... 12.000.000,00 F

- Provisão sobre custos de venda..... 958.000,00 F

12.958.000,00 F

Não deixarei de entrar em contato tão logo o encontro para assinatura esteja fixado de forma definitiva (provavelmente 14 ou 15 de novembro próximo).

Aguardando isto, queira receber a expressão das minhas distintas considerações.

Ass. Bra. Rey"

A quinta página do fax diz:

"Queira encontrar anexo ao presente: - estatuto da SCI Financiere Albert Ier. de 18.06.91

- certificado autenticado de constituição;

- publicação no jornal de anúncios legais;

- fotocópia do extrato do registro de comércio;

- (o original já foi enviado ao Advogado P. Jacinto, como aliás todos os demais documentos);

- certificado da SARL Financiere Phazy St. Germain (com apostila), vale como atestado de constituição, sendo que a matrícula no registro de comércio ainda não foi realizada;

- dois exemplares dos estatutos da dita sociedade.

Cumpra, neste passo, esclarecer que o "advogado P. Jacinto" a que se refere o texto é o consultor das empresas de P.C. Farias em Macéio.

Outro documento relevante, entregue à CPI, é uma procuração, passada em papel impresso do Citibank International, por Dupont Investments Ltd. para André Giulio Gomez-Mena, com poderes específicos para encerrar a conta corrente mantida na agência e transferi-la para o Multi Comercial Bank, agência de Zurique (Suíça) em favor da mesma Dupont Investments Ltd. Pelo outorgante, assina Paulo César Cavalcante Farias, e como outorgado, figura André G. Gomez-Mena. A firma é reconhecida em 29 de fevereiro de 1992, por Patricia Narino (Notary Public).

Logo abaixo das assinaturas está consignado que a autenticação deu-se perante o notário e que as pessoas em questão são de seu conhecimento.

Finalmente, tem-se uma cópia do que parece ser a última página ou anexo de um contrato celebrado entre o ANZ GRINDLAYS BANK plc, Palace House, P.O. Box 132 Cathedral Street, Fax 0714038666, A/C de Christopher Raeder. Instruções de pagamento: ANZ Banking Group Ltd., 120 Wall Street N.Y., para conta de ANZ Grindlays Bank plc London, conta corrente 001131/001 (A/C Hilary Haylock - referência Madsen/Begleiter), e MADSEN COMPANY LIMITED e BEGLEITER LTD., com endereço no 1º andar, da Mill Mall Tower, Winckhans Bay, Road Town Tortola, British Virgin Islands (instruções para pagamento: Credit Suisse Genebra para crédito na conta de Banco SCS Alliance, A/C Mr. King, Ref. Madsen/Begleiter Data 22 de janeiro de 1992).

Em síntese, estes foram os documentos apresentados por Pedro Collor de Mello.

O Sr. P.C. Farias, ao depor perante a CPI, negou peremptoriamente ser sócio ou controlador de qualquer empresa no exterior. Firmou, inclusive, declaração neste sentido bem como dispôs-se a outorgar procuração, em nome de um membro do Colégio, para que fosse averiguada a existência de alegada conta corrente bancária no exterior, o que foi feito.

Posteriormente, o Deputado Miro Teixeira anexou aos autos diversos outros documentos relativos à matéria, que ora se passa

a analisar.

Em primeiro lugar, há um contrato de prestação de serviços, firmado entre Guy des Longchamps e a RPC, tendo por objeto a prestação de assistência financeira no âmbito internacional, que o primeiro se obriga a dar ao segundo contratante. O instrumento está datado de 25 de julho e dispõe que o relacionamento entre as partes será regido pela legislação trabalhista em vigor. Na ocasião, o contratado dá-se por domiciliado em São Paulo, no mesmo endereço apontado em outros documentos como sendo a residência de Rosinele Melanias, Secretária de P.C. Farias na EPC, ou seja na rua Ponta Delgada nº 79, apartamento 101, Vila Olimpia (SP).

Em relação a este documento, o Sr. Paulo César Farias, embora dizendo conhecer de longa data o Sr. Guy des Longchamps, sustenta tê-lo firmado apenas para facilitar a obtenção de visto permanente ao amigo que pretendia mudar-se definitivamente para o Brasil. O Sr. Guy des Longchamps seria casado com uma brasileira, natural de Minas e, com a comprovação de um vínculo empregatício, resultaria facilitado o estabelecimento do cidadão francês no País. Salientou que, na realidade, o Sr. Guy des Longchamps apenas lhe prestou um único serviço, dando-se isto quando se revelou necessário importar maquinário do exterior para implantar o jornal que estava por lançar em Macéio.

O ingresso do Sr. Guy des Longchamps no Brasil será objeto de análise específica em momento ulterior.

Foram ainda anexadas, pelo Deputado Miro Teixeira, cópias de três atos constitutivos de empresas no exterior que têm relação direta ou indireta com os envolvidos na presente investigação:

- Miami Leasing Aviation Company Inc., cujo objeto societário é a compra, venda e leasing de aeronaves;

- Parts Express Corporation, sem objeto societário explícito, mas estatutariamente podendo transacionar em qualquer tipo de "atividade lícita"; e

- Société Financiere Albert Ier., cuja finalidade é gerir e administrar bens imóveis e direitos correlatos.

A primeira empresa, Miami Leasing Aviation Company, foi fundada em março de 1989, figurando como agente Teresa Cristina Stanton, como Diretor Lyman Booth Tucker e como incorporador Michael Liberatore. Pouco tempo após, passou a exercer a presidência da empresa Ironlides A. Teixeira que, por sua vez, é sócio de Jorge Waldério Tenório Bandeira de Mello na segunda empresa. Este, a seu turno, é parceiro do Sr. P.C. Farias na Brasil-Jet.

A Parts Express Corporation foi fundada em 18 de janeiro de 1990, figurando como incorporadora a Filengue Corporation, representada por Benigno Roman, tendo como diretor o mesmo Ironlides A. Teixeira e como agente Bruce David Green. No ano subsequente, ingressa na sociedade, passando a ocupar o cargo de tesoureiro, Jorge Waldério Tenório Bandeira de Mello.

Quanto à Société Financiere Albert Ier., adquirente do citado imóvel em Paris, tem ela como sócios, de um lado, a pessoa jurídica Miami Leasing Aviation Company Inc. e, de outro, a pessoa física de Guy des Longchamps.

Como já dito, o Sr. Paulo César Farias, ao depor perante a CPI, não só negou possuir bens no exterior, como afirmou ser falsa a assinatura aposta com seu nome na procuração outorgada em nome da Dupont Investments. Na oportunidade, apresentou declaração subscrita pela notária Patricia Narino, em inglês, atestando que ela jamais "reconheceu ou presenciou" a assinatura de Paulo César Cavalcante Farias. De notar que, na declaração em epígrafe, consta o nome Cavalcante grafado com a letra L, ao final, ao invés da letra C, como seria correto. O documento em questão é autenticado por Maria Oliva, "Public Notary" do Estado da Flórida, não havendo, entretanto, qualquer chancela de autoridade consular brasileira. Considerando o que dispõe a legislação interna a respeito de documentos redigidos em língua estrangeira, foi solicitado ao depoente:

- apresentação de novo documento, com firma de tabelião americano devidamente autenticado por autoridade consular;

- tradução do texto para o vernáculo, por tradutor habilitado.

Dispôs-se, então, o Investigado a produzir documentação hábil. O que entretanto chegou a este órgão não atende ao solicitado, como se demonstra a seguir.

Desta vez, a declaração de Patricia Narino, negando haver reconhecido a firma do Sr. P.C. Farias é autenticada por Peggy J. Dixon, deixando ela, entretanto, de consignar o "commission number" que é o número de registro do oficial e deve constar de todos os atos praticados pelos notários americanos. De notar que a firma desta última notária não foi reconhecida por qualquer outra autoridade. O carimbo apostado no documento refere-se, apenas, à autenticação da cópia apresentada ao "Public Notary" Marcos Hernandez. Assim, mais uma vez, deixou o Sr. P.C. Farias de produzir instrumentos capazes de fazer prova perante a CPI.

Diversos indícios levaram a CPI a julgar que, de fato, o Sr. P.C. Farias era titular de bens ou empresas no exterior. Em primeiro lugar, o tipo de relacionamento comercial existente entre a Brasil-Jet e a Miami Leasing, conforme já analisado, estava a indicar a existência de um vínculo não divulgado entre elas. Em segundo lugar, as contas telefônicas da EPC em São Paulo indicam a ocorrência de reiteradas chamadas para Gomez-

Mena, Guy des Longchamps, Paria Express, Citibank de Miami e outras empresas vinculadas ao anunciado esquema empresarial externo. Finalmente, os registros da Divisão da Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, do Departamento de Polícia Federal, revelam que P.C. Farias viajou ao exterior com Guy des Longchamps. Estes fatos estavam em flagrante contradição com o teor dos seus depoimentos. Justificava-se, assim, a contratação de firma especializada para realizar as investigações.

Razões de ordem administrativa só permitiram a formalização do instrumento contratual com a empresa de consultoria Kroll Associates no final de julho do corrente ano. A exiguidade de tempo disponível e a complexidade do campo investigatório não permitiram que todo o rastreamento desejado fosse concluído.

O relatório preliminar, apresentado na primeira quinzena de agosto, aponta o seguinte:

A nossa investigação revelou provas substanciais que indicam que Paulo César Cavalcante Farias ("P.C. Farias") é a pessoa oculta que controla a Miami Leasing Aviation Company, Inc. e a Dupont Investment Ltd. Embora o nome de P.C. Farias não conste em nenhum dos documentos sociais da Miami Leasing Aviation Company, Inc. ou da Dupont Investment Ltd., a Kroll Associates Inc. descobriu provas credíveis que sugerem que a descrição seguinte corresponda à provável criação da Miami Leasing Aviation Company, Inc. e da Dupont Investment Ltd.

Em 26 de fevereiro de 1988, ou por volta dessa data, o Sr. P.C. Farias reuniu-se com pelo menos um dos membros da firma de advocacia Noronha Advogados ("Noronha") em seu escritório de São Paulo. A Noronha é uma firma de advocacia internacional com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Miami, Londres e Zurique. Durante essa reunião, o Sr. P.C. Farias discutiu a compra de um avião Lear Jet nos Estados Unidos para importação para o Brasil.

Em 1º de março de 1989, ou por volta dessa data, o Sr. P. C. Farias voltou a reunir-se com advogados da Noronha, em seu escritório de São Paulo, e contratou serviços da firma para fazer o seguinte: constituir e registrar (às custas do Sr. P.C. Farias) uma companhia, no Estado da Flórida, comprar e transferir o título de propriedade de um avião para uma segunda companhia (Dupont Investment Ltd.), estabelecida num "paraíso fiscal" (as Ilhas Virgens Britânicas), que controlaria e financiaria a Miami Leasing Aviation Company Inc., a companhia constituída na Flórida com fundos fornecidos por P. C. Farias. O avião adquirido seria arrendado à Brasil-Jet Taxi Aéreo Ltda., uma companhia brasileira já constituída e aprovada pelo Departamento de Aviação Civil. O Sr. Paulo César Cavalcante Farias contrataria fiduciários para a gerência da Brasil-Jet Taxi Aéreo Ltda. e da Dupont Investment, a companhia estabelecida nas Ilhas Virgens Britânicas.

A Noronha preparou a documentação necessária para a abertura de contas bancárias para as companhias em Miami, na Flórida, e para a designação dos fiduciários para a companhia.

Em 21 de março de 1989, ou por volta dessa data, a Noronha constituiu uma sociedade para P.C. Farias nas Ilhas Virgens Britânicas, denominada Dupont Investment, Ltd. A Dupont Investment, Ltd. ("Dupont") foi registrada nas Ilhas Virgens Britânicas em 21 de março de 1989. O capital autorizado da Dupont era de NC\$ 50.000. Os agentes registrados para a Dupont são Arias Fabrega e Fabrega Trust Co., cujo endereço é PO Box 3150, Road Town, Tortola, Ilhas Virgens Britânicas.

Em 29 de março de 1989, ou por volta dessa data, a Noronha constituiu para o Sr. P.C. Farias uma sociedade na Flórida, denominada Miami Leasing Aviation Company ("Miami Leasing"). A Noronha preparou em seguida um acordo de fidelidade com direito de voto e assegurou os serviços de dois cidadãos americanos que atuariam como fiduciário e presidente da Miami Leasing Aviation Company.

Isso permitiu que a Miami Leasing ficasse habilitada a ser tratada pela FAA como uma entidade americana para fins de registro. A Miami Leasing foi constituída como uma companhia cujo objeto societário era o arrendamento de aviões. A Miami Leasing indicou como seu endereço 1401 NW 17th Avenue, Miami, Flórida, o local onde se encontra o escritório de advocacia do Sr. Harvey Rogers. O Sr. Harvey D. Rogers, um advogado que exerce a profissão em Miami, está correntemente designado como o agente registrado. Ironildes A. Teixeira está, presentemente, designado como sendo o presidente e o Sr. Harry Boehme está correntemente designado como diretor.

Por volta do princípio ou de meados de abril de 1989, a Noronha enviou ao Sr. P.C. Farias os documentos legais da Miami Leasing e da Dupont. A Noronha redigiu os contratos necessários para a compra de um avião Lear Jet e os contratos relativos aos fiduciários. A Noronha também prestou serviços jurídicos relativamente ao seguinte: abertura de contas bancárias para as companhias em Miami, Flórida; e acordos para pessoas nomeadas e indenização para a Miami Leasing, em que a Dupont aparece como indenizadora e o Sr. P.C. Farias aparece como "procurador ordinário" e o fiduciário/avaliador em todos os acordos de indenização a favor da Miami Leasing.

Aproximadamente entre os meses de abril

e junho de 1989, a Noronha e o Sr. P.C. Farias trocaram correspondência relacionada com a formalização da operação da Miami Leasing e da Dupont.

Em maio de 1990, ou por volta dessa época, o procurador ordinário do Sr. P.C. Farias, Sr. Harvey Rogers, encontrou-se com advogados da Noronha para transmitir informações relacionadas com o emprego do Sr. Rogers, por P. C. Farias, para efeitos da gestão das atividades e dos negócios da Miami Leasing e da Dupont, com a consequente substituição dos agentes fiduciários então empregados por outros a serem nomeados por P.C. Farias. Em fevereiro de 1991, os escritórios da Miami Leasing estavam situados em 1401 NW 17th Avenue, Miami, Flórida, o escritório de Harvey Rogers, o agente registrado substituído. O relatório anual da Miami Leasing relativo ao exercício de 1991 indica esse mesmo endereço tanto para o Sr. Ironildes A. Teixeira, como presidente, secretário e tesoureiro, e para o Sr. Harry Boehme, na qualidade de diretor da Miami Leasing.

Durante os meses compreendidos entre março de 1989 e março de 1990, foram submetidas, pela Noronha ao Sr. P.C. Farias, treze faturas mensais para pagamento de honorários e despesas, relativos a uma parte dos serviços jurídicos lá referidos. O montante total dos honorários e das despesas foi de US\$ 16.062,19. Esses honorários foram pagos por P.C. Farias aos seus agentes.

A Kroll Associates entrevistou o Sr. Lyman Booth Tucker em sua casa, situada em 357 Northwest 12th Avenue, Boca Raton, Flórida, 33486. O Sr. Tucker declarou que a Noronha lhe pediu que servisse como o primeiro diretor da Miami Leasing. Nos documentos de constituição legal da Miami Leasing, o Sr. Tucker está indicado como seu diretor. Ele declarou que lhe havia sido prometida uma remuneração monetária para atuar como diretor da companhia. Segundo disse, nunca lhe foi paga importância alguma pelos serviços e ele, posteriormente, demitiu-se.

Informações Adicionais Relacionadas com a Miami Leasing e a Dupont

Mais provas da ligação existente entre P.C. Farias e a Miami Leasing são oferecidas pelo fato de que, em 24 de janeiro de 1992, foi feita uma chamada telefônica do escritório de P.C. Farias em São Paulo para a Miami Leasing, para o número (305) 351-0227, um telefone que a Miami Leasing partilha com a Paria Express, Inc. Em 2 de junho de 1992, o Sr. Ironildes A. Teixeira enviou uma nota à FAA em nome da Miami Leasing, indicando que o número de fax similar era o (305) 351-0229 (também partilhado com a Paria Express, Inc.).

Os registros da Federal Aviation Administration ("FAA") revelam que um jato British Aerospace, com o número de registro N125RL, foi registrado em nome da Miami Leasing em 9 de janeiro de 1991. Em 3 de junho de 1992 o avião foi exportado para o Brasil. Em carta dirigida à FAA, em 29 de maio de 1992, o Sr. Ironildes A. Teixeira declara que o avião estava sendo operado pela Localiza Taxi Aéreo Ltda., nos termos de um acordo de arrendamento operacional com o Brasil. A Miami Leasing solicita que o registro de seu avião N125RL seja cancelado.

A Kroll Associates baseou-se em informações e dados constantes de um processo civil arquivado no foro de Miami.

Conveni ressaltar que, em 23 de maio de 1990, o Sr. Paulo César Cavalcante Farias outorgou procuração ampla a Vitor Werbe para praticar todos os atos relativos a Miami Leasing, incluindo a admissão de pessoal, a transferência de quotas, o exercício do direito de voto etc. (procuração traduzida pelo tradutor público Manoel Antônio Schmidt - Matrícula 490 da SUCESP - Livro 05 - fls. 01 - tradução nº 12668-90L).

Coincidentemente, e a corroborar a idéia de que P.C. Farias sempre procura relacionar-se com pessoas influentes na esfera governamental, cabe mencionar que o mesmo Vitor Werbe, em agosto de 1990, por intermédio da Portaria nº 1272 do Secretário da Fazenda Nacional, foi nomeado para exercer o cargo de Superintendente da Receita Federal em São Paulo.

O segundo relatório da Kroll Associates registra que a exiguidade do tempo disponível para realizar as investigações não permitiu rastrear as transações financeiras de interesse para a CPI. Enfatiza-se, entretanto, a necessidade de continuar as diligências.

É digno de menção o fato de a procuração outorgada por P.C. Farias à CPI não ter sido aceita pelo Citibank, não obstante estivesse revestida de todas as formalidades legais. Parece, pois, necessário que as autoridades competentes diligenciem a expedição de carta rogatória para os fins expressos no instrumento de mandato já que o mais provável é que tenha havido o cancelamento dos poderes outorgados.

Quanto a Guy des Longchamps, declarou ele, aos representantes da Kroll Associates, que foram dois, e não apenas um, os apartamentos comprados em Paris, recusando-se a declinar a fonte supridora dos recursos. Informou, entretanto, que o valor das compras foi, respectivamente, de 1,8 milhões de francos e 12 milhões de francos franceses, tendo as importâncias sido transferidas para a sua conta pessoal do Banque Nationale de Paris.

Considerando que Guy des Longchamps é hoje radicado no Brasil, inclusive para fins tributários, recomenda-se às autoridades fazendárias que façam o rastreamento das contas bancárias da pessoa em questão, inclusive invocando o acordo vigente com a França para reprimir a evasão fiscal, de sor-

te a identificar a origem de tais recursos. Ainda com relação a Guy des Longchamps, duas questões estão a merecer ulteriores averiguações.

Em primeiro lugar, o fato de ele ter declarado que, em "junho de 1990 deixou seu cargo no Banque Nationale de Paris" para trabalhar no Brasil "como banqueiro mercantil independente, agenciando transações e coordenando pacotes financeiros mediante relacionamentos que havia desenvolvido através dos anos".

No nosso país, ao que se saiba, não há registro de estar o Sr. Guy des Longchamps habilitado a exercer "intermediação financeira", cabendo as autoridades competentes verificar a verdadeira natureza das suas atividades.

Em segundo lugar, nas circunstâncias pouco claras que envolvem a concessão do visto de permanência no Brasil deverá ser objeto de investigação própria, encaminhando-se, neste ato, ofício ao Procurador Geral da República para as providências cabíveis. Merece registro, neste relatório, o fato de existir discrepância de datas e dados entre os documentos arquivados na Polícia Federal e aqueles existentes no Ministério das Relações Exteriores.

Finalmente, por duas pessoas ligadas a André Guilfo Gomez-Mena foi confirmada a existência de vínculos entre P.C. Farias e o empresário americano:

- Hebe Gomez-Mena declarou que a relação comercial entre ambos "começou há cerca de um ano e meio"; e

- Julio Ulloa, enquanto afirmando desconhecer os detalhes, disse "que tinha conhecimento de que Gomez-Mena e PC Farias tinham algumas relações de negócios".

Os fatos apurados constituem veementes indícios probatórios quanto à existência de uma ampla rede empresarial, no exterior, que certamente inclui as seguintes companhias gerenciadas por Ironildes A. Teixeira em nome de PC Farias, conforme apurou a Kroll Associates:

Empresas Associadas a Ironildes Teixeira

| Miami Leasing Aviation Company Inc. | Paria Express, Inc. | Dupont Investment Ltd. |
|---|--------------------------------|--|
| Presidente: P.C. Farias | Presidente: P.C. Farias | Presidente: P.C. Farias |
| Secretário: P.C. Farias | Secretário: P.C. Farias | Secretário: P.C. Farias |
| Tesoureiro: P.C. Farias | Tesoureiro: P.C. Farias | Tesoureiro: P.C. Farias |
| Faz contrato de leasing de dois aviões para a Brasil-Jet Taxi Aéreo | Agente registrado: P.C. Farias | Faz contrato de leasing de um avião com a Queen Tax Air Ltd. |
| Posse dos apartamentos em Paris, França | Agente registrado: P.C. Farias | Agente registrado: P.C. Farias |
| Secretário: P.C. Farias | Secretário: P.C. Farias | Secretário: P.C. Farias |
| Tesoureiro: P.C. Farias | Tesoureiro: P.C. Farias | Tesoureiro: P.C. Farias |
| Faz contrato de leasing de dois aviões para a Brasil-Jet Taxi Aéreo | Agente registrado: P.C. Farias | Faz contrato de leasing de um avião com a Queen Tax Air Ltd. |

Concluindo, reitera-se a necessidade de o Ministério Público e as autoridades fazendárias prosseguirem nas investigações e levantamentos iniciados.

CAPÍTULO VIII
A Movimentação de Recursos Financeiros Pelo "Esquema P.C. Farias", Seus Operadores e Destinatários

Com a publicação, pela revista Isto É, de um artigo de entrevista concedida pelo Sr. Francisco Erberto Freire França, motorista da secretaria particular do Presidente da República, Dr. Ana Acioli, re-enquadrando, ante as evidências documentais que lhe foram apresentadas pelos reporteres, que os gastos pessoais do Presidente da República e de familiares seus eram quitados com recursos provenientes de uma conta corrente na agência do Banco de Brasília nº 4777-81, suprida esta por numerário repassado, seja pela Sra. Rose, Secretária da Empresa Brasileira de Participações Ltda., seja pela Brasil-Jet Ltda., ambas de titularidade de Paulo César Cavalcante Farias, resolveu a CPI dedicar especial atenção aos movimentos bancários realizados por essas empresas, além de tomar o depoimento de todas as pessoas referidas, ou seja, o próprio motorista, as Secretárias Ana Acioli, Rose (Rosinete Melanias) e Marta Vasconcelos (Secretária da Brasil-Jet).

Preliminarmente, duas providências foram adotadas para viabilizar a ação investigatória. Com o Ato nº 5, de 29 de junho de 1992, designou-se uma subcomissão coordenada pelo Senador José Paulo Bisol para realizar as apurações. Em segundo lugar, deliberou-se pela quebra do sigilo bancário, respectivamente, das Sras. Ana Acioli e Rosinete S. C. Melanias.

O relatório da subcomissão de bancos ressaltava que, tendo em vista a dificuldade de obtenção e o volume de documentos recebidos, bem assim a exiguidade de tempo disponível, não foi possível processar de forma exaustiva todos os dados.

Feita a primeira diligência junto ao Banco de Brasília (DF), constatou-se que a conta movimentada por Ana Acioli ostentava enorme volume de recursos, sendo os mais vultuosos os expressos da praça de São Paulo, notadamente a partir de agências do Banco Rural naquela cidade. Para identificar os responsáveis pelos depósitos, fez-se necessário proceder ao rastreamento das movimentações financeiras, com deslocamento dos

membras da CPI até São Paulo.

De início, constatou-se que, ao contrário do que afirmara o Presidente Collor de Mello em pronunciamento à Nação, em cadeia de rádio e de TV, nenhum dos depósitos investigados havia sido realizado pelo Sr. Claudio Francisco Vieira.

Desse modo, iniciou-se a identificação da origem dos fundos que alimentavam a conta no Banco, elaborando-se uma lista de depositantes suspeitos e procedendo-se ao recolhimento preliminar de cópias dos cheques depositados na conta de Ana Acioli. Posteriormente, de posse dos nomes destes depositantes e dos números de suas respectivas contas correntes, providenciou-se a quebra do sigilo bancário das mesmas, requisitando-se toda a documentação (cópias de extratos e cheques, depósitos, docs, etc) necessária ao aprofundamento de investigação.

Dessa diligência resultaram localizadas, e consideradas suspeitas, as seguintes contas correntes que proviam recursos a conta de Ana Acioli em Brasília.

1. Banco Bradesco / ag. 30236, praça RJ
Conta corrente: 31004-2
Titular: Jorge Luis Conceição
2. Banco BMC / ag. 025, praça SP
Conta corrente: 004355-5
Titular: Flavio Mauricio Ramos
3. Banco Rural / ag. 030, praça SP
Conta corrente: 01000185-7
Titular: Manoel Dantas Araújo
4. Conta corrente: 01000207-1
Titular: Jurandir C. Menezes e ou Rosalinda C. Menezes
4. Banco Rural / ag. 037, praça SP
Conta corrente: 01000394-7
Titular: Flavio Mauricio Ramos e ou Rosimar F. Almeida

5. Banco Rural / ag. 005, praça Brasília
Conta corrente: 01006282-0
Titular: Carlos Alberto da Nóbrega
Com exceção de Jorge Luis Conceição, de acordo com diligência realizada pela Polícia Federal, tanto os CPF's como as identidades das pessoas supramencionadas não coincidem com os verdadeiros titulares, fato este que levou a subcomissão a adotar medidas investigatórias próprias, com o propósito de esclarecer a verdadeira identidade dos titulares das respectivas contas. Desse modo, requisitou-se perícia grafotécnica, que identificou, entre outras coisas, a secretária de Paulo César Cavalcante Farias, Rosinete Melanias, como a assinante dos cheques de Flavio Mauricio Ramos. O detalhamento dessa prova pericial será abordado oportunamente por este relatório.

Identificou-se, também, em razão da diligência em São Paulo junto ao Bradesco, que Jorge Luis Conceição se vinculava a Jorge Chueke, pessoa de antecedentes criminais, que operava no mercado de câmbio paralelo. Tendo aquela instituição bancária apurado indícios relativos ao tipo de operação a que se dedicava o seu cliente Jorge Luis Conceição, providenciou o encerramento de sua conta, evitando assim que o correntista pudesse utilizar o banco de forma direta ou indireta para fins ilícitos.

Tendo sido constatado que os titulares de falsa identificação que operavam as mencionadas contas bancárias davam como endereços, nos seus cadastros, a sede da EPC, em São Paulo, julgou-se necessário quebrar o sigilo bancário também dessa empresa, bem como do Brasil-Jet, além, evidentemente, daquelas pessoas de incerta identificação.

Convém desde logo ressaltar que, em virtude das diligências acima referidas, ficou comprovado que as pessoas de identidade falsa também eram responsáveis por depósitos, tanto na conta corrente de Ana Acioli como em contas das seguintes pessoas vinculadas, por laços de família, de emprego ou de serviços prestados (Casa da Dinda), ao Presidente da República:

- Rosane Malta Collor de Mello (cônjuge);
- Leda Collor de Mello (mãe);
- Celi Elizabeth Monteiro de Carvalho (ex-cônjuge);
- Berto José Mendes (mordomo da Casa da Dinda);
- Maria Isabel Teixeira (Secretaria da Primeira-Dama);
- Brasil's Garden (empresa responsável pela execução de benfeitorias na Casa da Dinda);
- José Roberto Nehring (proprietário da empresa Brasil's Garden).

A medida em que foram sendo aprofundadas as investigações, surgiu um conjunto de indícios de que o emprego de nomes e CPF's fictícios para movimentar vultosas quantias (até mesmo para empresas de grande porte) resultavam do propósito de ocultar tanto a origem como a titularidade dos recursos.

Dois outros grupos de trabalho criados no âmbito da CPI para investigar o tipo de atividade efetivamente desenvolvida pelas empresas EPC e Brasil-Jet evidenciaram que a principal fonte de recursos decorria de atividades não previstas em seus respectivos estatutos societários. Avolumavam-se, assim, indícios de que tais empresas não passavam de meras fachadas para a concretização de operações outras, inconfessáveis. Aliás, registrou-se que, a partir do recebimento de documentação do Banco Central relativa a operações de outra empresa do Sr. P.C. Farias, a Tratoral Ltda., na década de 80 em Alagoas, somaram-se ainda indícios quanto a verdadeira natureza do tipo de atividade comercial por ele desenvolvida através de suas empresas. São nada menos que setenta processos envolvendo a emissão de duplicatas simuladas e vários outros ilícitos na área financeira que só vieram a ser "arquivados"

após a posse do governo Collor.

Passou a subcomissão a empenhar-se no desenvolvimento do sentido e real alcance das atividades negociais das empresas de P.C. Farias, quando constatou a existência de um entrelaçamento dos depósitos e débitos feitos entre os titulares fictícios de contas correntes e também entre estas e as empresas EPC e Brasil-Jet.

Chamou a atenção da subcomissão a operação realizada pelo Sr. José Carlos Bonfim, pessoa não identificada, titular da conta nº 01006191-2, na Agência Brasília do Banco Rural S.A., envolvendo a compra de um veículo marca Fiat, modelo Elba, em nome do Sr. Presidente da República, como se verá adiante.

Como se observa, a subcomissão foi sendo levada a aprofundar e a ampliar o espectro investigatório, já que não cessavam de surgir evidências e provas do estreito vínculo entre o Presidente da República e as empresas controladas pelo Sr. P.C. Farias e suas suspeitas atividades.

E neste contexto que chegaram também ao conhecimento da subcomissão informações quanto à participação, no nebuloso universo empresarial P.C., da empresa Brasil's Garden, coincidentemente responsável pelas obras de melhoria realizadas na Casa da Dinda. Ficou, então, deliberada a quebra do sigilo bancário nas seguintes contas:

1. Banco 369 - Duhbanco Banco Combrás S.A. Ag. 001
Praça de Brasília
Conta corrente: 047983-8
Titular: Regina Ribeiro Aguiar Nehring Cesar
2. Conta corrente: 047082-0
Titular: José Roberto Nehring Cesar
Conta corrente: 042886-9
Titular: Brasil's Garden Paisagismo
2. Banco 399 - Ramonindus do Brasil S.A. Ag. 1276
Praça de Brasília
Conta corrente: 00100-84
Titular: Brasil's Garden Paisagismo
Conta corrente: 01270-89
Titular: Brasil's Garden Paisagismo
Conta corrente: 00065-32
Titular: Regina Ribeiro Aguiar
Conta corrente: 00066-13
Titular: José Roberto Nehring Cesar
3. Banco 215 - Banco América do Sul - Ag. 062
Praça de Brasília
Conta corrente: 011164-3
Titular: Brasil's Garden Paisagismo
Conta corrente: 101081-6
Titular: José Roberto Nehring Cesar

O acervo probatório recolhido foi de imediato, de forma cada vez mais cabal, a primeira tentativa do Sr. Presidente da República de explicar as origens dos recursos alocados para saldar os débitos decorrentes de seus gastos pessoais e de sua família. Como é do conhecimento geral, a versão amplamente divulgada 48 horas após seu retorno do Chile, dava conta de que o Secretário Claudio Vieira seria o responsável único e exclusivo pela gestão dos recursos próprios do Sr. Chefe de Estado, fazendo os créditos necessários na conta da Sra. Ana Acioli à medida em que eram por esta solicitados. Não obstante a multiplicidade das ações investigatórias realizadas, não foi possível localizar um único documento registrando a transferência de numerário de Claudio Vieira ou pessoa a ele vinculada para a Sra. Ana Acioli ou para a conta por ela administrada.

Tendo em vista a inconsistência da versão dos fatos trazida a CPI pelo Sr. Claudio Vieira, convém, desde logo, tecer algumas considerações a respeito. Registre-se, como se verá a seguir, que as sucessivas histórias narradas em depoimento perante esta CPI e divulgadas em cadeia nacional para a opinião pública não passaram de várias tentativas de ajustar fantasiosas versões aos fatos, do que explicar o realmente ocorrido. Em outras palavras, as versões apresentadas sempre buscaram ajustar-se aos fatos apurados, e a cada vez, ante a força das evidências, mais difícil se tornava discriminar ficção e realidade, como desejava o Sr. Claudio Vieira.

Como resultado das buscas, averiguações e documentações, apurou-se existir aquilo que se convencionou chamar "esquema PC", o qual será descrito e analisado a seguir.

1. O "Esquema PC"

O aqui denominado "esquema PC" compreende um conjunto de empresas e de pessoas físicas responsáveis por toda a movimentação financeira, bancária e demais operações negociais coordenadas diretamente pelo Sr. Paulo César Cavalcante Farias. Além de pessoas físicas identificadas que desempenham funções determinadas no conjunto do "esquema", os trabalhos da CPI possibilitaram a emergência de um conjunto de contas bancárias com titularidade fictícia, que se convencionou chamar de "fantasmas", e cujo funcionamento, uma vez conhecido, permitiu caracterizar tanto suas relações internas, quanto seus vínculos com a administração pública e com a atividade empresarial.

O período analisado se inicia em 1º de novembro de 1989 e vai até 30 de junho de 1992 e contém informações de natureza bancária do BMC, do Bancoes e do Banco Rural. Como se poderá depreender do decorrer da análise, os elementos são suficientes para captar o funcionamento do "esquema", embora não se possa atestar sua verdadeira dimensão, tendo em vista a forte possibilidade da existência de outros agentes financeiros

ros não cobertos pela análise, por conta da exiguidade do tempo disponível para o seu devido rastreamento.

As informações permitem cortes temporais que, para melhor discriminação, dividiram-se nas seguintes fases: a da campanha presidencial, a do início de governo e aquela em que surgem as contas fantasmas.

1.1. Primeira Fase: a Campanha Presidencial
O Sr. Paulo César Cavalcante Farias, ao depor perante a CPI, reconheceu ter atuado como "coordenador financeiro" da campanha do então candidato Fernando Collor, tendo figurado o Sr. Claudio Vieira como "tesoureiro oficial". Não foi capaz de explicar o real papel desempenhado pelo coordenador, já que esta figura não existe, do ponto de vista legal. De qualquer sorte, reconheceu que o que foi efetivamente gasto não corresponde ao declarado na prestação de contas à Justiça Eleitoral. Segundo suas próprias palavras, "o que se gasta é imensurável". Admitiu, também, que a prática é ilegal, mas, "se culpa existe, é da legislação hipocrita sobre campanha política que existe no país".

Considerando que o objeto da CPI é apurar os ilícitos praticados pelo grupo P.C. Farias a partir de março de 1990, não foram realizadas diligências ou investigações específicas com o propósito de averiguar sua atuação no período eleitoral. Entretanto, as informações disponíveis permitem afirmar que o empresário Paulo César Cavalcante Farias teve um papel estratégico no trabalho de levantamento de recursos financeiros junto ao empresariado, bem como na administração da campanha, o que condiz com a sua alegada função de "coordenador administrativo e financeiro".

Exemplificativamente, registra-se que os secretários Marta Vasconcelos Soares e Rosinete de Carvalho Melanias, bem como os motoristas Francisco Eriberto Freire França e Roberto Carlos Maciel Barros foram contratados pela empresa Sever Engenharia e colocados à disposição do comitê eleitoral do então candidato, tudo a partir dos conhecimentos e contatos mantidos pelo Sr. Paulo César Cavalcante Farias na qualidade de coordenador da campanha. Dos quatro citados, após a eleição, três passaram a ser empregados de empresas controladas pelo Sr. P.C. Farias. Coincidentemente, outra pessoa que veio a se revelar importante peça do "esquema PC" desde a época da campanha, Jorge Waldério Tenório Bandeira de Mello, prestou serviços, segundo ele próprio reconheceu em seu depoimento, como piloto de aeronave que transportaram o candidato durante a campanha, cedidas pelas empresas do Sr. Carlos Lyra.

Finalmente, e para evidenciar que, no plano financeiro, o grupo gerenciado por Paulo César Cavalcante Farias continuou a manter relação com as mais altas esferas da República após a posse, em março de 1990, é bom que se lembre o significativo depoimento do Sr. Francisco Eriberto Freire França, ao registrar que os recursos financeiros utilizados durante a campanha foram manipulados a partir de uma conta bancária do BMC de Brasília, gerenciada pelo Sr. Eliseu Teixeira Pires, pessoa esta posteriormente admitida pelo Banco, Agência Brasília, e responsável não só pela manipulação do nome de Ana Maria Acioli Gomes, mas também pelo tratamento diferenciado que dava ao Sr. Eriberto, todas as vezes que este se dirigia ao Banco, por ordem da Sra. Ana, para realizar operações em nome do Sr. Presidente da República.

1.2 Segunda Fase: o Início do Governo
A característica fundamental dessa segunda fase é a atuação das empresas EPC, Empresa de Participações e Construções e Brasil-Jet, enquanto núcleo operacional do "esquema PC" no âmbito financeiro.

Valiu-se estas empresas das contas no BMC e no Banco Rural para o suprimento de recursos financeiros destinados a Sra. Ana Maria Acioli Gomes, que, na qualidade de secretária particular do Sr. Presidente da República, tinha sob sua responsabilidade o pagamento das contas pessoais do Chefe de Estado e de seus dependentes.

Vale lembrar, também, que a EPC, até a posse do Sr. Presidente da República, limitava sua atuação ao âmbito do Estado de Alagoas, passando, então, a envolver-se, a nível nacional, com uma clientela constituída de grandes empresas, basicamente na área da construção civil, como se verá em seção própria.

1.2.1 O Plano Collor: o Conhecimento Prévio
As contas correntes da EPC, no BMC e no Banco Rural, foram acionadas para prover contas de Ana Acioli e cobrir os gastos da família Collor de Mello, além de suprir contas bancárias de determinados integrantes do Governo. Este aporte de recursos também ocorreu logo após o Plano Collor I, que promoveu a reforma monetária e impôs violenta redução da liquidez. O "esquema PC" não parece ter sido atingido pelo pacote econômico já que manteve o mesmo fluxo de pagamentos da EPC e da Brasil-Jet durante os primeiros meses do Governo. As informações disponíveis permitem uma análise do comportamento de algumas contas do "esquema PC" diante do Plano Collor I.

O movimento da conta número 25508098, no Banco Sudameris, agência Macéio, permite supor que seu titular, Sr. P.C. Farias, ou bem dotado de extraordinário dom de premonição ou então devidamente informado quanto ao bloqueio dos cruzados novos que se verificou em 15.03.90, pelos anti-gos companheiros de campanha, com os quais afirma não ter tido mais contato,

após a posse do novo Governo. Constatou-se que, no dia 02.03.90, suas aplicações no Open Market montavam a NCz\$ 6.052.260,00 equivalentes a aproximadamente US\$ 187,9 mil. O prudente empresário alagou no reduziu esse montante a parcos NCz\$ 185.267,76, correspondentes a US\$ 4,9 mil, na antevéspera do feriado bancário. Dando-se conta que o bloco poderia atingir quantia superior a NCz\$ 100.000,00 o valor aplicado foi novamente reduzido, de modo a que, em 13.03.90, o saldo não passava de NCz\$ 76.332,00. Idêntica providência foi adotada quanto aos haveres disponíveis em sua conta corrente, já que, do saldo de NCz\$ 3.464.898,74, disponível em 07.03.90, no dia 13.03.90 nada mais restava que NCz\$ 78.458,96.

A EPC, que se tornou consultora econômico-fiscal dos maiores conglomerados empresariais do País após a posse do novo Governo, por certo observando os conselhos de seu gerente e maior cotista, providenciou o saque de seus recursos, reduzindo-os de NCz\$ 4.427.499,66, correspondente a US\$ 115,3 mil, a modestos NCz\$ 87.615,32, no dia 13.03.90.

Idêntico procedimento foi adotado na conta de Ana Acioli, responsável pelos gastos pessoais do Presidente da República. Fernando Collor de Mello. Os lançamentos com data de 13 de março de 1990, em sua conta no BMC, nº 002184, registram um depósito em dinheiro de NCz\$ 1.528.200,00, equivalente a US\$ 40,0 mil, "outros débitos" de NCz\$ 2.428.000,00, equivalentes a US\$ 63,5 mil e um saldo de meros NCz\$ 94.211,73.

Assim é que pessoas próximas a P.C. Farias conseguiram, por intuição ou revelação indevida, furtar-se às perversas consequências do truculento confisco dos ativos financeiros.

1.2.2. Os Pagamentos das Empresas do Sr. P.C. Farias Para a Família Collor de Mello

A conta de Ana Acioli, no BMC, agência Brasília, 002184-7, foi a responsável pelos gastos pessoais do Sr. Presidente da República durante esse período inicial. Recebeu da EPC, Banco Rural, agência Brasília, conta nº 06001108-9, cinco cheques: o de nº 086717, dia 18-05-90, no valor de Cr\$ 92.900,00; no dia 06-06-90, no valor de Cr\$ 687.100,00; nº 371322, dia 28-06-90, no valor de Cr\$ 286.700,00; nº 371331, dia 03-06-90, no valor de Cr\$ 404.646,00, e nº 371376, dia 20-07-90 no valor de Cr\$ 332.619,00, totalizando o equivalente a, aproximadamente, US\$ 30,3 mil.

Basta mesma conta da EPC transferir para a primeira-dama Rosane Malta Collor de Mello, no dia 10 de maio de 1990, a quantia de Cr\$ 1.000.000,00, através do cheque nº 086713, correspondente a cerca de US\$ 19,6 mil, além do cheque 086714, no dia 18 de maio, também no valor de Cr\$ 1.000.000,00, totalizando o equivalente a, aproximadamente, US\$ 39 mil.

A Sra. Leda Collor de Mello recebeu o cheque nº 371321, dia 28-06-90, no valor de Cr\$ 240.000,00, correspondente a cerca de US\$ 4 mil. A conta da Sra. Celi Elisabeth Monteiro de Carvalho, ex-esposa e mãe dos dois filhos do Sr. Presidente da República, pensionista do mesmo, recebeu o cheque nº 088376, no dia 07-06-90, depositado em sua conta no Banco Bradesco, no valor nominal de Cr\$ 286.000,00, equivalente a cerca de US\$ 5 mil.

Onze cheques, equivalentes a, aproximadamente, US\$ 59 mil, foram destinados ao mordomo da Casa da Dinda, Sr. Berto José Mendes: cheques nº 086711, dia 09-05-90, no valor de Cr\$ 250.000,00; nº 086718, dia 18-05-90, no valor de Cr\$ 300.000,00; nº 088365, dia 30-05-90, no valor de Cr\$ 300.000,00; nº 088370, dia 06-06-90, no valor de Cr\$ 251.528,00; nº 371305, dia 21-06-90, no valor de Cr\$ 300.000,00; nº 371313, dia 27-06-90, no valor de Cr\$ 600.000,00; nº 371331, dia 04-07-90, no valor de Cr\$ 300.000,00; nº 371345, dia 11-07-90, no valor de Cr\$ 300.000,00; nº 371388, dia 18-07-90, no valor de Cr\$ 300.000,00; nº 371383, dia 25-07-90, no valor de Cr\$ 300.000,00, e nº 371386, dia 01-08-90 no valor de Cr\$ 300.000,00.

O vulto das despesas da Casa da Dinda a cargo do mordomo Berto José Mendes era de tal monta que também a empresa Brasil-Jet veio a contribuir com pelo menos os quatro cheques seguintes: nº 981722, no valor de Cr\$ 150.000,00 em 29 de março de 1990; nº 981727, de 03-04-90 de Cr\$ 200.000,00; nº 982203, em 10 de abril de 1990, no valor de Cr\$ 200.000,00 e nº 983, de 10 de agosto de 1990, no valor de Cr\$ 360.687,10, totalizando, aproximadamente, US\$ 18 mil.

A Sra. Maria Izabel Teixeira, secretária pessoal da primeira-dama, foi aquirentada pela EPC com valores correspondentes a cerca de US\$ 598 mil pelos cheques nº 086.710, dia 09-05-90, no valor de Cr\$ 2.110.900,00; nº 088.347, dia 18-05-90, no valor de Cr\$ 1.500.000,00; nº 088.351, dia 28-05-90, no valor de Cr\$ 1.100.000,00; nº 088.363, dia 28-05-90, no valor de Cr\$ 1.653.542,00; nº 371.291, dia 13-06-90, no valor de Cr\$ 500.000,00; nº 371.320, dia 28-06-90, no valor de Cr\$ 1.825.000,00; nº 371.339, dia 05-07-90, no valor de Cr\$ 150.000,00; nº 371.360, dia 18-07-90, no valor de Cr\$ 4.154.782,00; nº 088.377, dia 07-08-90, no valor de Cr\$ 1.400.000,00, todos depositados na conta 175.569-0, do CEF.

Uma vez mais, concorrerá a Brasil-Jet, conta BMC/DF, com três cheques para Maria Izabel Teixeira neste período: nº 981.724, no valor de Cr\$ 6.898.000,00 de 30-3-90; nº 982.720 no valor de Cr\$ 50.000,00, em 06 de abril de 1990 e nº 982.181, no valor de Cr\$ 79.200,00, de 09 de abril de 1990, correspondentes a cerca de US\$ 167 mil.

A Brasil Garden, decertoamente responsável pelos jardins da Casa da Dinda e

por parte das reformas nela realizadas neste período, recebeu da EPC o equivalente a cerca de US\$ 302 mil, mediante o cheque nº 371.356 do dia 13-7-90, no valor de Cr\$ 20.000.000,00. Esta empresa também recebeu da Brasil Jet, conta BMC/DF, cheque de Cr\$ 30.000.000,00, no dia 07-8-90 e o "débito" nº 253 de Cr\$ 35.000.000,00 no dia 30-8-90, totalizando cerca de US\$ 918 mil. A empresa foi beneficiada, portanto, com um total aproximado de US\$ 1 milhão e 200 mil.

1.2.3. Pagamentos da EPC Para Assessoria Governamental e Campanhas Políticas

A EPC, através da conta do Banco Rural (06001108-9), pagou ao Sr. Cláudio Francisco Vieira, secretário particular do Presidente da República, o correspondente a US\$ 76 mil, por meio de quatro cheques: nº 088.358, dia 25-05-90, no valor de Cr\$ 2.300.000,00; nº 088.379, dia 07-06-90, no valor de Cr\$ 165.000,00; nº 371.294, dia 13-06-90, no valor de Cr\$ 1.450.000,00, e nº 371.336, dia 05-07-90, no valor de Cr\$ 338.773,00.

O ex-porta-voz da Presidência da República, Sr. Cláudio Humberto Rosa e Silva, recebeu três cheques equivalentes a cerca de US\$ 38 mil (cheque nº 088.358, dia 25-05-90; nº 088.376, dia 06-06-90, no valor de Cr\$ 550.000,00, e nº 371.326, dia 28-06-90, no valor de Cr\$ 600.000,00).

A secretária do Sr. Marcos Coimbra, Secretário-Geral da Presidência da República, Sra. Elisabeth Luporini, recebeu dessa mesma conta cerca de US\$ 7 mil, pelos cheques nº 086.708, dia 08-05-90, no valor de Cr\$ 146.014,00 e nº 371.293, dia 13-06-90, no valor de Cr\$ 275.776,00.

O Capitão Dário César Barros Cavalcante, da equipe de segurança do Presidente desde a campanha presidencial, recebeu no dia 05-07-90 o cheque nº 371.337, no valor de Cr\$ 558.700,00, equivalente a cerca de US\$ 8,5 mil.

1.3. Terceira Fase: o Surgimento das Contas com Titularidade Falsa

A partir do segundo semestre de 1990, um novo fenômeno ocorre na área operacional do esquema P.C. Farias: aquilo que se convencionou chamar de "contas correntes fantasmas". Trata-se de um mecanismo ideológico no seio do grupo, para dissimular a origem ilícita e a movimentação dos ativos financeiros, emprestando-lhes a titularidade de pessoas inexistentes.

Com tal expediente, possibilitou-se, em primeiro lugar, evitar o registro documental das operações levadas a termo. Em segundo lugar, por utilizarem os "fantasmas" nomes e registros fiscais falsos, permaneciam tais haveres à margem de qualquer controle e ou alcance da fiscalização. Por derradeiro, e como manifesto intuito de burlar a proibição do título de crédito no portador, novidade adotada no início do Plano Collor como medida capaz de combater o "barramento" a concessão fiscal, o mecanismo ensejou a realização de vultosas operações de toda ordem, sempre com a emissão de cheques em favor do emitente "fantasma", que também endossava o título, tudo permanecendo fora do alcance de qualquer autoridade estatal que pretendesse exercer os controles a que todos se submetem.

Verifica-se que as contas fantasmas recebem créditos e realizam depósitos não ao enteral, mas também nas empresas diretamente ou indiretamente controladas pelo Sr. P.C. Farias.

Conquanto a documentação que tenha instruído a abertura de tais contas seja material ou ideologicamente falsa, verifica-se que as ditadas contas ou bem foram abertas diretamente por funcionários das empresas de P.C. Farias, ou então apresentavam o mesmo endereço de destino da correspondência escritórias onde funcionam tais empresas. E o caso, por exemplo, de Flávio Mauro Ramos, que, ao abrir a conta nº 001355-6 no BMC, apresentou como endereço a sede social da EPC, em São Paulo, e de Marcela Dantas de Araújo, que foi recomendada pela funcionária "Rose", da mesma empresa.

A mais antiga conta fantasma encontrada pela CPI e a de José Carlos Bonfim, conta nº 0100101-2, agência Brasília, do Banco Rural, que foi aberta, conforme documentação fornecida pelo Banco, em julho de 1990.

O mesmo José Carlos Bonfim abriu, em 01-09-1990 a conta nº 01.000009-5 e a conta nº 01.000035-5 no mesmo Banco Rural, agências 037 e 004 na praça de São Paulo.

Uma nova conta foi constituída em janeiro de 1991, também no mesmo Banco Rural, em nome de Flávio Mauro Ramos ou Rosimar F. de Almeida, nº 01000394-7.

Em maio desse mesmo ano foi aberta uma nova conta no BMC, também em nome de Flávio Mauro Ramos, nº 001355-6, na agência Matriz.

Um novo "fantasma" aparece no mesmo Banco Rural, em nome de Manoel Dantas Araújo, conta nº 01000185-7.

Uma outra "conta fantasma" aberta pelo "esquema PC", descoberta pela CPI, foi também a de Jurandir C. Menezes e ou Rosalinda C. Menezes, com o nº 01000207-1, em fevereiro de 1992, também no Banco Rural, que se revelou ser o grande caixa de todo o esquema clandestino de Paulo Cesar Cavalcante Farias.

Tal é o vulto dos recursos movimentados dessa forma pelas empresas de Paulo Cesar Cavalcante Farias, que há de se admitir ter-se tornado regra a utilização dessas contas para operacionalização dos fluxos financeiros de atividades inconfessáveis, além do provimento dos quantitativos necessários ao pagamento das contas pessoais do Sr. Fernando Collor de Mello, seus familiares, empregados e outros relativos a obras, serviços e aquisição de bens.

Cumpra salientar que o Banco Rural teve

um papel decisivo para viabilizar operacionalmente o esquema P.C. As falsidades ideológicas e materiais perpetradas com o espúrio propósito de sonegar ao fisco e ocultar a origem das receitas teriam sido impossíveis sem a cumplicidade dessa instituição financeira.

1.3.1. As Relações Entre as Empresas de PC e as Contas "Fantasmas"

Um dos exemplos mais relevantes das relações entre as contas fantasmas e as empresas de P.C. Farias está na operação de compra pela EPC dos conjuntos de escritórios na 161, 162, 163, 164, 171, 172, 173, no 17º andar e 181 e 192 no 18º andar do Centro Empresarial Terra Brasília, na Rua André Anipre nº 153 158, no Ibirapuera, em São Paulo. No documento de escritura, registrado no 1º Cartório de Notas da Capital, livro 2213, folhas 124 e 129, 159 e 166 e 173, consta que esta transação foi realizada através do pagamento de quatro cheques administrativos, um no valor de Cr\$ 12.000.000,00, nº 000970, emitido em 07-12-90, Banco Rural, agência 0037; outro de Cr\$ 18.000.000,00, nº 000889, também na mesma data; o nº 001085, no valor de Cr\$ 6.000.000,00 e o de nº 001084 no valor de Cr\$ 10.000.000,00 estes emitidos em 20-12-90. O rastreamento destes cheques pela própria CPI permitiu chegar a informação de que no dia 07 de dezembro de 1990, José Carlos Bonfim emitiu o cheque nº 010384, para a compra de um cheque administrativo nominal a Antonio Carlos Carvalho de Aquino e ainda um outro cheque nº 010385, no valor de Cr\$ 18.000.000,00, nominal a Wall Empreendimentos e Participações Ltda. No dia 20 de dezembro de 1990, foi emitido um cheque, desta mesma conta, no valor total de Cr\$ 96.700.000,00, para compra de três cheques administrativos: um no valor de Cr\$ 70.700.000,00 para a Lowbril; e outros dois no valor de Cr\$ 10.000.000,00 e de Cr\$ 6.000.000,00 para Roberto Guido Sobrinho. O pagamento dos serviços notariais e de registro desta operação foi realizado por dois cheques da conta "fantasma" de José Carlos Bonfim, do Banco Rural de São Paulo o primeiro, nº 010381 no valor de Cr\$ 1.025.874,05, em 06-12-90, e o segundo de nº 010402, no valor Cr\$ 1.116.972,97, emitido em 19-12-90, nominais ao 1º Cartório de Notas da Capital, foram compensados em 05 e 20-12-90, respectivamente, na conta 008-0744-3, no Banco Mercantil de Descontos.

A CPI tem registrado, também, pagamentos a RD Engenharia e Construções Ltda, através de contas "fantasmas", após a realização desta transação imobiliária. A conta "fantasma" de Flávio Mauro Ramos, Banco Rural, agência 343 - conta 3371771, emitiu os seguintes cheques para a RD Engenharia e Construções Ltda.: nº 024941, de 01-04-91, no valor de Cr\$ 4.000.000,00, equivalente a US\$ 16,0 mil; cheque nº 053854, de 05-04-91, de 05-04-91, no valor de Cr\$ 600.000,00 equivalente a US\$ 3 mil; cheque nº 024944, em 23-04-91, no valor de Cr\$ 4.000.000,00, equivalente a US\$ 15 mil; cheque nº 025220, no valor de Cr\$ 5.200.000,00, emitido em 06-05-91, equivalente a US\$ 23 mil; cheque nº 056631, emitido em 16-05-91, no valor de Cr\$ 5.000.000,00, equivalente a US\$ 18 mil; cheque nº 058659, em 24-05-91, de Cr\$ 9.000.000,00, equivalente a US\$ 32 mil; cheque nº 060360, no valor de Cr\$ 17.500.000,00, correspondente a US\$ 60 mil; cheque nº 060421, em 20-06-91, no valor de Cr\$ 3.000.000,00, equivalente a US\$ 10 mil; cheque nº 065701, em 26-06-91, no valor de Cr\$ 15.000.000,00, equivalente a US\$ 48 mil; cheque nº 065717, em 27-06-91, no valor de Cr\$ 6.000.000,00, equivalente a US\$ 19 mil; cheque de 28-06-91 no valor de Cr\$ 6.000.000,00, equivalente a US\$ 19.246,19; cheque nº 068924 de 09-07-91, no valor de Cr\$ 13.353.331,10, equivalente a US\$ 41 mil; cheque nº 053546, em 20-07-91, no valor de Cr\$ 5.000.000,00, equivalente a US\$ 14 mil; cheque nº 073599, de 12-08-91, no valor de Cr\$ 8.849.764,89, equivalente a US\$ 16 mil; cheque nº 025382, no valor de Cr\$ 600.000,00, equivalente a US\$ 1,6 mil e o cheque nº 078127, de 16-09-91, no valor de Cr\$ 3.438.150,00, equivalente a US\$ 8 mil totalizando, apenas nestas parcelas, o equivalente a cerca de US\$ 349 mil.

Foram as contas "fantasmas", por consequente, que assumiram todos os encargos financeiros claramente vinculados à transação de compra da sede da EPC em São Paulo, no edifício Terra Brasília.

Outro elemento que revela como as contas "fantasmas" pertencem ao "esquema PC" é o movimento bancário permanente entre elas e as empresas de P.C. Farias envolvendo vultosas quantias.

A EPC, através da conta 102186-6 do BMC, agência CENTRAL-SP, fez os seguintes depósitos nas contas de "fantasmas": Flávio Mauro Ramos, quatro cheques, no valor equivalente a US\$ 67 mil; Carlos Alberto da Nobrega, depósito no valor de US\$ 12 mil. O "fantasma" José Carlos Bonfim, conta 0100101-2 no Banco Rural-DF, depositou trinta e seis cheques na conta da Brasil Jet, correspondentes a US\$ 1 milhão e 600 mil. Na conta da EPC, o volume de seus depósitos chega a US\$ 1 milhão e 600 mil. A generosidade do "fantasma" José Carlos Bonfim registrou funcionários das empresas de P.C. Farias como Jorge Bandeira de Mello, que recebeu oito cheques, equivalentes a US\$ 13 mil, George Ricardo Melanias, Rosinete Silva de Carvalho Melanias e Marta Vasconcelos.

A conta do "fantasma" Carlos Alberto da Nobrega depositou quinze cheques que totalizam o equivalente a US\$ 542 mil em benefício da Brasil-Jet, e dois cheques equivalentes a US\$ 180 mil para a Gráfica e Editora Tribuna Ltda, e doze outros cheques, equivalentes a cerca de US\$ 120 mil, para a Mundial Aerotaxi. O executivo da Brasil-Jet Jorge Bandeira de Mello recebeu igualmente retornos dessa conta.

A conta do "fantasma" Jurandir Castro

Menezes, nº 01000207-1 do Banco Rural, agência Brasília, depositou sete cheques correspondentes a US\$ 278 mil para a Brasil-Jet, entre os meses de fevereiro e maio de 1992. O segurança de P.C. Farias, Flávio Almeida S. Jr., recebeu desta conta três cheques correspondentes a US\$ 8,3 mil.

A conta do "fantasma" José Carlos Bonfim, no Banco Rural, agência São Paulo, nº 0100019-5, depositou, na conta corrente da EPC Ltda., nº 05392675 do Citibank, o equivalente a US\$ 4 milhões e 500 mil, através dos cheques, nº 001997, de 01/10/90, no valor de Cr\$ 380.056.994,00 e de nº 000298, de 11/09/90, no valor de Cr\$ 500.000,00. Outro beneficiário dessa conta foi o Sr. George Ricardo Melanias, que recebeu cinco cheques no total equivalente a cerca de US\$ 12,2 mil.

A conta do "fantasma" Manoel Dantas Araújo, no Banco Rural, depositou, nas contas da EPC, entre 18/09/91 e 3/02/92, a quantia de Cr\$ 334.690.443,00, correspondente a US\$ 696 mil. Para a Brasil-Jet, os depósitos alcançaram o valor de Cr\$ 496.490.000,00, equivalente a US\$ 996,9 mil. Os funcionários Luiz Otávio Gomes Silva e Rosinete Carvalho Melanias também receberam recursos. Esta última, Cr\$ 25.000.000,00, equivalente a US\$ 28,3 mil.

As contas do "fantasma" Flávio Maurício Ramos revelam uma grande intimidade bancária com as empresas e funcionários do Sr. P.C. Farias. Da conta do "fantasma" Flávio M. Ramos e ou Rosimar F. de Almeida, nº 01.000394-7 do Banco Rural, saíram valores equivalentes a cerca de US\$ 3 milhões e 196 mil, para as contas da EPC, entre janeiro e novembro de 1991. A empresa Gráfica e Editora de Alagoas recebeu o equivalente a cerca de US\$ 1 milhão e 17 mil. Da generosidade desse "fantasma" beneficiavam-se tanto o próprio Sr. Paulo Cesar Cavalcante Farias (cerca de US\$ 166,3 mil) como alguns de seus funcionários: Rosinete Melanias (US\$ 13,9 mil), Jorge Waldério Tenório Bandeira de Mello (US\$ 7,2 mil), Paulo Jacinto do Nascimento (US\$ 41,2 mil), George Melanias (US\$ 10,2 mil) e Luis Otávio Gomes (US\$ 13,8 mil).

Muita característica da solidariedade entre as contas "fantasma" é a extraordinária comunicação financeira entre elas. A título de exemplo, o "fantasma" José Carlos Bonfim depositou dois cheques na conta de Flávio Maurício Ramos (cerca de US\$ 254 mil). O "fantasma" Carlos Alberto da Nóbrega brindou Flávio Maurício Ramos com, cerca de US\$ 50 mil, e Jurandir Castro Menezes, com cerca de US\$ 32,5 mil, que, por sua vez, passou a Carlos Alberto da Nóbrega cerca de US\$ 536 mil e US\$ 23,4 mil a Flávio Maurício Ramos, que, de sua conta no BMC 1394-7, descarregou nada menos que o equivalente a cerca de US\$ 755 mil na conta de José Carlos Bonfim e cerca de US\$ 137 mil na de Manoel Dantas Araújo.

Evidência adicional do volume carreado pelo "esquema PC" fica manifestada no autobeneficiamento dos "fantasmas": saques "para si mesmos", na boca da caixa, de somas astronômicas, ou endossados para depósitos em conta corrente (que se fez valer como se o portador fosse), resultando, destarte, a identidade dos beneficiários. Pode-se observar, contra a conta do "fantasma" José Carlos Bonfim foram emitidos cento e onze cheques para ele mesmo. No impressionante valor de US\$ 7 milhões e outros vinte e cinco cheques no valor de US\$ 3 milhões para a "abastecida" Regina Silva Bonfim constituía a conta. Nas contas de Flávio Maurício Ramos, tal alquimia destilou o assombroso valor de algo em torno de US\$ 7,5 milhões. Manoel Dantas Araújo, mais modesto, não passou de poucos Cr\$ 150.130.259,71, contra de US\$ 257 mil.

1.3.2. O Sr. P.C. Farias e as contas fantasmas
O empresário Paulo Cesar Farias utilizava os "fantasmas" criados por seu "esquema", não apenas através de suas empresas e funcionários, mas também de maneira direta. Suas criaturas espectrais retornaram ao criador algo em torno de US\$ 186 mil diretamente (contas de Flávio Maurício Ramos, do Banco Rural e do BMC) e assumiram, finalmente, o aluguel de sua residência em São Paulo.

Sua secretária e procuradora, Rosinete Melanias, assinou, em 16 de julho de 1991, contrato de comodato entre a EPC e Luiz Misasi & R.O. 746 822-SSP, proprietário do imóvel situado na rua Miranda Guerra, nº 572, Jardim Carmelo, com duas casas edificadas para servir de residência para o Sr. Paulo Cesar Farias. O contrato de locação propriamente dito foi firmado entre o Sr. Luiz Misasi e o empresário na condição de diretor-presidente da EPC, em 22 de julho de 1991.

Os pagamentos das despesas referentes ao aluguel desse imóvel foram realizados por cheques emitidos por "fantasmas": no dia 28 de fevereiro de 1992, o "fantasma" Jurandir Castro Menezes (Banco Rural São Paulo) emitiu o cheque nº 773449, no valor de Cr\$ 1.310.400,00, para pagamento de despesas do imóvel, como registrado no aviso de lançamento em conta corrente da Misasi Corretora de Valores S/A, nº 3179/92. Operação semelhante ocorreu em 6 de abril de 1992 com o cheque nº 863188, no valor de Cr\$ 2.066.326,16, como contrapartida do aviso de lançamento nº 5529/92. Nesse mesmo dia, outros dois cheques: um com data de 28 de abril de 1992, nº 863227, no valor de Cr\$ 2.581.873,94, para saldar o aviso de lançamento nº 6404/92; e outro, nº 867483, no valor de Cr\$ 1.703.520,00, com data de 04 de maio de 1992, relativo ao aviso de lançamento nº 6847/92.

As despesas com os serviços da casa e com água, luz, telefone, manutenção e reparos fo-

ram, sucessivamente, pagas por cheques no "fantasma" Flávio Maurício Ramos: nº 000078, de 25 de setembro de 1991, no valor de Cr\$ 457.789,25 (aviso de lançamento nº 9994/91); nº 0287172, de 03 de julho de 1991, no valor de Cr\$ 288.305,40; nº 065715, de 28 de junho de 1991, no valor de Cr\$ 187.788,11 (aviso de lançamento nº 6593/91); nº 073526, de 24 de julho de 1991, no valor de Cr\$ 334.385,01 (aviso de lançamento nº 7713/91); nº 000095, de 23 de outubro de 1991, no valor de Cr\$ 575.054,25 (aviso de lançamento nº 11172/91); nº 000130, de 18 de dezembro de 1991, no valor de Cr\$ 1.480.458,00 (aviso de lançamento nº 13343/91); nº 000051, de 23 de agosto de 1991, no valor de Cr\$ 558.600,00 (aviso de lançamento nº 8846/91); nº 000043, de 06 de agosto de 1991, no valor de Cr\$ 356.554,76 (aviso de lançamento nº 8313/91); nº 000062, de 03 de setembro de 1991, no valor de Cr\$ 405.383,61 (aviso de lançamento nº 9531/91); nº 000216, de 31 de janeiro de 1992, valor de Cr\$ 8.533.531,55 (aviso de lançamento nº 2033/92); nº 000082, de 02 de outubro de 1991, valor de Cr\$ 405.508,40 (aviso de lançamento nº 10438/91); nº 000106, de 04 de novembro de 1991, no valor de Cr\$ 594.518,28 (aviso de lançamento nº 11887/91). A responsável pelos pagamentos, em nome da EPC, segundo as cobranças da Misasi Corretora de Valores S/A, foi a "Sra. Rose".

Os "fantasmas" Jurandir Castro Menezes, conta nº 01000207-1 do Banco Rural/DF, e Flávio Maurício Ramos pagaram para a Misasi o equivalente a US\$ 5,5 mil e US\$ 8,5 mil, respectivamente.

1.3.3 O perfil e a identificação dos fantasmas
Entre as contas de "fantasmas" analisadas pela CPI, a de José Carlos Bonfim é a mais antiga e a que movimentou o maior volume de recursos. Do mesmo titular foram identificadas e investigadas as contas nos bancos: BMC, nº 010006035-6; Banco Rural, número 01000039-5 (agência Av. Paulista), outra na agência Consolidação, nº 01.012329-7 (agência Salvador); nº 01000101-2 (agência DF). Estas contas movimentaram a estupenda quantia de, aproximadamente, US\$ 40,8 milhões.

Estas contas do "fantasma" acima referido, principalmente as de SP e do DF, desempenharam importante papel no financiamento das eleições de 1990.

No total, as contas do "fantasma" Flávio Maurício Ramos, incluindo as transferências entre suas contas, receberam como créditos o equivalente a US\$ 41,8 milhões, entre fevereiro de 1991 e junho de 1992; as dos "fantasmas" Jurandir Castro Menezes e Manoel Dantas Araújo receberam algo como US\$ 2,4 milhões e US\$ 17,7 milhões, no período de setembro de 1991 a março de 1992, respectivamente; a de Carlos Alberto da Nóbrega recebeu aproximadamente US\$ 4,5 milhões, entre dezembro de 1991 e junho de 1992; a de Francisco Silva descoberta na última fase dos trabalhos da CPI, aberta no Banco Rural de Salvador e transferida para a agência 031-SP, número 01.000461-7 (CPF 220.008.365-34), com o antigo endereço das empresas de PC: Rua Ramos Batista, 152, 6º andar, São Paulo, recebeu cerca de US\$ 1,5 milhão, entre agosto de 1991 e fevereiro de 1992.

Até o final do prazo da CPI, materializou-se novo "fantasma": Carlos Castilho. Sua conta, no Banco Rural/DF, com o CPF 018.022.837-49 e número 01.006.307-4 registra o endereço CLS 203, Bloco C, Loja 33, Brasília, movimentando apenas depósitos da Brasil-Jet, exclusivamente. Jorge Waldério Tenório Bandeira de Mello e Ricardo Campos da Costa Barros.

Laudos grafotécnicos permitiram identificar alguns operadores em que se encarnavam os fantasmas: Jorge Waldério Tenório Bandeira de Mello assinou por José Carlos Bonfim, Flávio Maurício Ramos e Francisco Celso Hamalho Lima; Rosinete Carvalho Melanias, multivalente polígrafa, assinou por Flávio Maurício Ramos, Manoel Dantas Araújo, Rosalinda Cristina de Menezes, Regina Silva Bonfim e Rosimar Francisca de Almeida e preencheu os cheques de Francisco Silva; Giovanni Carlos Fernandes de Melo assinou por Flávio Maurício Ramos e Carlos Alberto da Nóbrega; Marta de Vasconcelos Soares assinou por Regina Silva Bonfim e preencheu vários cheques de José Carlos Bonfim e Flávio Maurício Ramos, inclusive o cheque que pagou a Fiat Elba registrada em nome do Presidente da República; Severino Nunes de Oliveira, executivo da Verax, assinou por Honório Xavier da Silva e Jurandir Castro Menezes. Surpreendentemente, migrado específica legislação, cheques com assinaturas trocadas foram pagos pelos bancos.

1.3.4 A origem dos recursos do "esquema PC" e das contas "fantasmas"

O rastreamento das vultosas movimentações financeiras permite constatar que sua origem está em contas de "dofeirow", como Jorge Luiz Conceição, número 03/004-2, Braço, agência 3.053-6-RJ, CPF 447.846.357-34 (entretanto encerrada, por irregularidades, pela Auditoria daquele Banco), que passou a Brasil-Jet valores totais que correspondem a cerca de US\$ 948,7 mil; a EPC, Cr\$ 200.000.000,00 (US\$ 604,6 mil); a Gráfica e Editora Tribuna de Alagoas, Cr\$ 430.000.000,00 (US\$ 134,8 mil); a Ana Acioli, sob a alcunha de Maria Gomes, Cr\$ 534.000,00 (US\$ 18,9 mil); ao Capitão Dário Cesar Barros Cavalcante, também conhecido como Cesar Barros, Cr\$ 60.000.000,00 (US\$ 17,4 mil); a Jorge Waldério Tenório Bandeira de Mello, Cr\$ 2.520.992,00 (US\$ 1,7 mil); a Roberto Carlos Maciel Barros, Cr\$ 10.000.000,00 (US\$ 2,9 mil); aos "fantasmas" Carlos Alberto da Nóbrega, US\$ 611 mil, Flávio Maurício Ramos US\$ 3,3 milhões; a Jurandir Castro Menezes, US\$

517,8 mil e Manoel Dantas Araújo, US\$ 1,5 milhão. Transferiu, também para José Carlos de Castro Martinez, dono da Rede OM de Comunicações, US\$ 327,9 mil, para José Roberto Nehring Cesar e Pedro Nehring Cesar, Cr\$ 220.000.000,00 (US\$ 260,1 mil) e Cr\$ 1.015.000.000,00 (US\$ 287 mil), respectivamente; para Vox Populi, Cr\$ 88.200.000,00 (US\$ 41,3 mil).

1.3.5 O papel dos "fantasmas" nos gastos pessoais do presidente Collor e de sua família

Das declarações colhidas e das investigações levadas a termo sobre as contas bancárias, obtém-se o seguinte quadro de transferências de "fantasmas":

- para a primeira-dama Rosana Malta Collor de Mello, Cr\$ 1.000.000,00 (US\$ 1,3 mil) de José Carlos Bonfim;

- para a ex-cônjuge do Sr. Presidente da República, Celi Elisabeth J. Monteiro Carvalho, cerca de US\$ 26 mil, de Manoel Dantas Araújo, cerca de US\$ 8,3 mil de Flávio M. Ramos e cerca de US\$ 7,3 mil, de Jurandir Castro Menezes;

- para Ana Acioli: cerca de US\$ 248,1 mil de Flávio M. Ramos e ou Rosimar F. de Almeida, cerca de US\$ 102,7 de José Carlos Bonfim, cerca de US\$ 43,1 mil de Jurandir Castro Menezes, cerca de US\$ 134 mil de Manoel Dantas Araújo.

1.3.6 A identificação dos depósitos na conta de Ana Acioli novamente as contas "fantasmas"

Todos os depósitos apresentados como em dinheiro originaram-se de cheques nominais sacados da caixa da própria agência das contas "fantasmas" e imediatamente lançados

como dinheiro na conta da favorecida. O rastreamento confirma que a fonte de suprimento dessas contas foi, ao longo de todo o período, o "esquema PC", através das empresas ou dessas contas. Dentre as múltiplas operações examinadas a sociedade e ad nauseam, cita-se novamente o exemplo de José Carlos Bonfim que, entre 22/08/90 e 16/03/91, depositou Cr\$ 97.880.000,00 (não corrigido).

Caracterizam estas operações, que se repetem para outros generosos "fantasmas", o procedimento de saques em horas determinadas e depósitos, na conta de Ana Acioli, no minuto subseqüente.

A CPI trabalhou com três contas - no Banco, no Banco Rural e no BMC - da secretária do Presidente da República, Ana Acioli, que pagava, através delas, os gastos pessoais do Presidente e de sua família.

Estas contas movimentaram um total de cerca de US\$ 2 milhões e 370 mil, beneficiando igualmente a Sra. Rosana Malta Collor de Mello, a Sra. Leda Collor de Mello, a Sra. Celi Elisabeth Monteiro de Carvalho, o Sr. Cláudio Francisco Vieira, a Sra. Maria Isabel Teixeira, a Sra. Elizabeth Luporini, o Sr. Dário B. Cavalcante, o Sr. Francisco Eriberto F. França e o Sr. Berto J. Mendes.

Segundo depôs o Sr. Eriberto França, levou ele a CVP, concessionária Fiat, no Distrito Federal, o cheque administrativo do Banco Rural, para pagar o Fiat Elba comprado para o Sr. Fernando Afonso Collor de Mello. Apurou a CPI tratar-se do cheque de nº 2800, no valor de R\$ 2.580.967,02, comprado, naquela instituição bancária, com o cheque nº 443414, de valor rigorosamente idêntico, emitido pelo "fantasma" José Carlos Bonfim, em 05 de abril de 1991, contra a mesma agência do Banco Rural. O cheque administrativo foi depositado na conta da Fiat, na agência 02896, do Bamerindus.

1.3.7 Os fantasmas e a Brasil-Jet

Diligências efetuadas pela Comissão, para apurar o ramo de atividade dessa obscura empresa, revelaram que seu principal cliente em Brasília, senão o único, era o Sr. Presidente da República. A partir de 1990, passa ela a ser aquirentada com vultosos pagamentos, que se descobriu corresponderem a contraprestação de serviços de melhorias na Casa da Dinda. Recursos providos por "fantasmas" promoveram substancial e súbita prosperidade da empresa: José Carlos Bonfim (US\$ 776,2 mil) e Flávio Maurício Ramos (US\$ 1 milhão e 420 mil).

As contas bancárias dessas empresas e de seus sócios proprietários, examinadas até a conclusão dos trabalhos, receberam, ademais, um total de, aproximadamente, US\$ 11 milhões e 180 mil.

A citada reforma ensejou o recebimento, pela Sra. Maria Isabel Teixeira, responsável pela decoração e pela aquisição dos móveis para a Casa da Dinda, de US\$ 568,8 mil da EPC, US\$ 187,5 mil da Brasil-Jet, do "fantasma" José Carlos Bonfim US\$ 106,7 mil e de Ana Acioli US\$ 197,8 mil, totalizando cerca de US\$ 1 milhão e 70 mil.

Acerca da possível origem destes valores, fez-se perguntas, no depoimento de 30 de julho de 1992, ao Sr. Cláudio Francisco Vieira que respondeu, curiosamente, não ter determinado ao Sr. Najun Turner depósito algum na conta da Sra. Maria Isabel Teixeira.

Os diversos fornecedores da citada reforma tiveram suas faturas quitadas por pagamentos da Sra. Maria Isabel Teixeira e dos já costumeiros e desprendidos "fantasmas", num total aproximado de US\$ 180 mil.

A respeito do valor total das operações da Brasil-Jet Garden na Casa da Dinda é preciso acrescentar que o paisagista José Roberto Nehring Cesar se propôs a depor perante a CPI, bem como a entregar todos os documentos contratuais e contábeis que tem em seu poder. Para esse efeito, um de seus advogados, Dr. Galba Menegale, entrou em contato com o Senador Maurício Corrêa, com o qual combinou um encontro preliminar, na casa do aludido advogado, com a presença do mencionado Senador, dos irmãos Nehring Cesar e do pai deles, Vilela Cesar.

intencionalmente, ao encontro do compareceu Vilela Cesar, pois os irmãos Nehring Cesar dirigiram-se à Casa da Dinda, onde foram persuadidos a não comparecer. Não obstante isso, Vilela Cesar compareceu e narrou ao Senador, na presença do Dr. Assu Guimarães, todos os trâmites da relação da Casa da Dinda com a empresa Brasil's Garden.

O Senador Maurício Correa fez relatório, com base nas declarações que presenciou diante do Dr. Assu Guimarães e do Dr. Galba Menegale, que, em síntese, afirmou a existência de um contrato entre o Sr. P. C. Farias e a Brasil's Garden para efetuar obras na Casa da Dinda, cujo valor total alcançava o montante de US\$ 10 milhões. Ouve, Assu Guimarães confirmou o teor das declarações prestadas pelo Sr. Vilela Cesar. Verificou-se, do depoimento do Dr. Galba Menegale, que, alegando sigilo profissional, preservou seus clientes, limitando-se apenas a confirmar o encontro do Senador Maurício Correa e do Dr. Assu Guimarães quando lhes foram relatados os fatos acima.

Donde se conclui que realmente as obras de jardinagem, construções, melhorias e reformas da Casa da Dinda foram pagas pelo Sr. Paulo Cesar Farias, sendo que a CPI constatou, mediante análise de parcelas das informações bancárias disponíveis, que foram transferidos à Brasil's Garden valores correspondentes a um total aproximado de US\$ 2 milhões e 950 mil, assim distribuídos:

- Da Brasil-Jet para a Brasil's Garden (CC 100.656-0 / BM - 029): a) transferência de Cr\$ 30.000.000,00 (US\$ 420.403,59), no dia 07.08.90; b) transferência de Cr\$ 35.000.000,00 (US\$ 483.578,96), no dia 30.08.90, totalizando US\$ 903.982,55;

- Da EPC para a Brasil's Garden (CC 0603108-8 / Banco Rural DP): transferência de Cr\$ 20.000.000,00 (US\$ 302.617,84), no dia 13.07.90;

- Da EPC para José Roberto Nehring Cesar (CC 102.186-6 / BMC - 025): transferência de Cr\$ 40.000.000,00 (US\$ 542.528,95), no dia 08.04.91;

- De José Carlos Bonfim para a Brasil's Garden (Banco Rural DP): cheque nº 429.325, de 18.10.90, no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (US\$ 105.228,83); nº 429.335, de 24.10.90, no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (US\$ 50.403,23); de 31.10.90, no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (US\$ 50.403,23); nº 429.337, de 09.01.91, no valor de Cr\$ 20.000.000,00 (US\$ 275.552,76); nº 443.404, de 04.04.91, no valor de Cr\$ 14.000.000,00 (US\$ 175.033,45), totalizando US\$ 412.748,07;

- De José Carlos Bonfim para José Roberto Nehring Cesar (Banco Rural DP): cheque nº 437.065, de 24.01.91, no valor de Cr\$ 50.000.000,00 (US\$ 551.800,37); nº 412.675, de 22.02.91, no valor de Cr\$ 20.000.000,00 (US\$ 203.330,16); nº 412.591, de 18.01.91, no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (US\$ 20.884,89), totalizando US\$ 352.415,42;

- De Flávio Maurício Ramos para a Brasil's Garden (Banco Rural SP): cheque nº 024.951, de 24.04.91, no valor de Cr\$ 30.000.000,00 (US\$ 316.731,52);

- De Flávio Maurício Ramos para José Roberto Nehring Cesar (CC 004.355-8 - BMC - ag. 025): cheque nº 000.004, de 24.05.91, no valor de Cr\$ 25.000.000,00 (US\$ 295.525,51);

- Da CC 01.000.394-7 - Banco Rural - ag. 037: cheque nº 060.411, de 14.06.91, no valor de Cr\$ 20.000.000,00 (US\$ 216.587,26); nº 025.211, de 03.05.91, no valor de Cr\$ 30.000.000,00 (US\$ 316.534,42); nº 052.825, de 28.03.91, no valor de Cr\$ 30.000.000,00 (US\$ 316.534,42); nº 058.639, de 17.05.91, no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (US\$ 106.673,34); nº 058.673, de 24.05.91, no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (US\$ 106.673,34); nº 028.163, de 02.07.91, no valor de Cr\$ 30.000.000,00 (US\$ 316.534,42); nº 072.060, de 13.09.91, no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (US\$ 106.673,34), totalizando US\$ 21.501,21;

- De acordo com a documentação bancária examinada pela CPI, pode-se estimar que o "esquema PC" transferiu, para gastos pessoais e familiares do Sr. Presidente e de suas residências, um total aproximado de US\$ 6,5 milhões, assim distribuídos:

- Ana Acioli: US\$ 2,37 milhões;
- Brasil's Garden: US\$ 2,95 milhões;
- Maria Izabel Teixeira: US\$ 871 mil;
- Rosane Malta Collor de Mello: US\$ 43 mil;
- Celi Elisabeth Monteiro de Carvalho: US\$ 47 mil;

- Berto José Mendes: US\$ 81 mil;
- Leda Collor de Mello: US\$ 4 mil;
- Dário Cesar Barros Cavalcante: US\$ 17 mil;

- Reforma do apartamento de Macelô: US\$ 164 mil;

1.3.8 O novo "esquema": os "fantasmas" depois da CPI
Há fortes indícios que o "esquema PC" procurou modificar sua forma de atuação após a CPI. Um exemplo disso é o processo gradual de encerramento das contas desveladas (Flávio Maurício Ramos: transferência de Cr\$ 1.290.000.000 por cheques administrativos para a EPC). O expediente da compra de cheques administrativos parece generalizar-se.

1.3.9 O relacionamento financeiro Vasp/PC Farias
É notório que o Sr. Paulo Cesar Cavalcante Farias enviou esforços para obter, da Presidência da Petrobras, linha de crédito da ordem de US\$ 40 milhões, sem juros, em troca da utilização de combustível com exclusividade por um determinado período de tempo, em nome da amizade de mais de vinte anos, com aquele que veio a vencer a concorrência, Sr. Wagner Canhedo.

Ademais, o amigo empresário beneficiou o Grupo Canhedo com substanciais mimos financeiros: de Flávio Maurício Ramos, para a Viscão Planalto - VIPLAN, cerca de US\$ 3,9

milhões e em último momento para o Sr. Wagner Canhedo, cerca de US\$ 7,0 milhões.

1.3.10 O relacionamento com o financeiro Rádio e Televisão OM Ltda. com P. C. Farias
Constatou-se a existência de elevadas transferências financeiras do "esquema PC" para pagamento das despesas decorrentes da compra da Rede de Rádio e Televisão OM Ltda.; o "fantasma" Manoel Dantas Araújo amortizou dois empréstimos originariamente tomados pelo SBT, objeto da cessão quando da venda da TV Corcovado para a Rede OM, com cheque nominal à CEF, identificação do endosso como destinado à tal operação, no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (US\$ 3,2 milhões); pagou à Rede OM a importância de Cr\$ 64.875.000,00 (US\$ 85,2 mil) e a José Augusto Martinez de Souza, Cr\$ 30.000.000,00 (US\$ 30,0 mil). Flávio Maurício Ramos transferiu para a CEF, em igual operação, o valor equivalente a US\$ 45 mil e, para o Sr. José Carlos de Castro Martinez, Cr\$ 1.364.324.244,14 (US\$ 4,5 milhões); Jurandir Castro de Menezes depositou, em benefício de José Augusto Martinez de Souza, Cr\$ 143.300.000,00 (US\$ 193 mil). O Sr. José Carlos de Castro Martinez recebeu, ainda, do "doleiro" Jorge Luiz Conceição, Cr\$ 117.600.000,00 (US\$ 328 mil).

1.3.11 O relacionamento financeiro Paulo Octávio Ramos fantasmas
A empresa Paulo Octávio Empreendimentos Imobiliários, de propriedade do Deputado Paulo Octávio, recebeu, dos "fantasmas" Manoel Dantas Araújo e Flávio Maurício Ramos o equivalente a US\$ 1,3 milhão.

1.3.12 O esquema PC e as campanhas políticas
O depoimento do ex-deputado Sebastião Curio demonstra a participação do "esquema PC" no financiamento de campanhas políticas através da operação de contas "fantasmas": José Carlos Bonfim o "apoiou" com Cr\$ 10.000.000,00.

Encontraram-se, também, depósitos da EPC e dos "fantasmas" José Carlos Bonfim e Flávio Maurício Ramos na conta do candidato a deputado federal, em 1990, Daniel Tourinho, no valor aproximado de US\$ 515 mil.

José Carlos Bonfim agradeceu o Sr. Ferreira Neto, em 1990, com Cr\$ 10.000.000,00 (US\$ 123 mil).

Fatos de tal natureza merecem ser objeto de especial atenção por parte da Comissão que vier a estudar a reformulação da lei eleitoral.

Fica evidenciado que o processo político no Brasil sofre indevida influência do poder econômico, cabendo cobrar a prática.

Pode-se bem supor que outros depósitos semelhantes possam ter sido feitos por meio de cheques emitidos por José Carlos Bonfim e assemelhados durante o período da campanha de 1990. Essa delicada e importante questão carece de investigação própria, de que não se eximirá o Congresso Nacional.

A Vox Populi-Mercado de Opinião recebeu, de Flávio Maurício Ramos, Jurandir de Castro Menezes, Manoel Dantas Araújo e Jorge Luiz Conceição, o equivalente a cerca de US\$ 940,3 mil.

A Consuma Propaganda recebeu, de José Carlos Bonfim e Flávio Maurício Ramos, cerca de US\$ 462 mil, da EPC Cr\$ 30.000.000,00 (US\$ 590 mil) e da Brasil-Jet Cr\$ 16.239.323,92 (US\$ 211 mil), somando US\$ 2 milhões.

1.3.13 A gráfica e Editora Tribuna de Alagoas
Pelo depoimento de Paulo Cesar Farias, ficou a CPI sabendo que o empreendimento Gráfica e Editora Tribuna de Alagoas Ltda. foi financiado com recursos do BNB. As investigações bancárias revelaram, contudo, que tal financiamento recebeu aporte de um imenso volume de recursos transferidos por "fantasmas" do "esquema PC": de Flávio Maurício Ramos e de Carlos Alberto da Nobrega cerca de US\$ 1,3 milhão.

1.3.14 Relacionamento financeiro entre o "esquema PC" e integrantes da equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello.
Além de Carlos Henrique Leal de Mornai, sócio da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello na empresa de consultoria ZLC, que recebeu o equivalente a US\$ 36 mil da EPC, constatou-se haver elo entre o "esquema PC" e a antiga equipe econômica: o assessor João Carlos Freitas Camargo recebeu, de Flávio Maurício Ramos e de José Carlos Bonfim, cerca de US\$ 236 mil; o Sr. José Max Reis Alves, outro assessor da equipe econômica, que exerceu o cargo de Chefe de Gabinete da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, no final de 1990, recebeu da Brasil-Jet Taxí Aéreo Ltda. e de José Carlos Bonfim o equivalente a US\$ 53 mil.

Cabe destacar, ainda, que Flávio Maurício Ramos e José Carlos Bonfim transferiram para a Academia de Tênis de Brasília ou para seu proprietário, Sr. José Farani, cerca de US\$ 118 mil.

Ao encerrar-se os trabalhos da CPI foi detectada, em 19.08.92, uma conta corrente no BCB, agência do Rio de Janeiro, em nome de Celso de Oliveira Espindola Figueiredo, recomendável seria que o Ministério Público Federal, com o concurso do Banco Central do Brasil, procedesse a completo rastreamento das origens dos créditos e dos beneficiários de seus saques milionários. Somente no período de maio a julho de 1992, foram girados mais de US\$ 6 milhões. Consulta à Polícia Federal, em Ponta Porã (MS), revelou que o endereço e o telefone fornecidos ao BCB, na ficha de abertura da conta, não conferem e que, nessa cidade, não há quem conheça o referido cidadão; temos nesses indícios fundamento para supor que se trata aqui de nova conta "fantasma". Como o "doleiro" Jorge Luiz Conceição tinha estreita relação com o Sr. Celso de

o E. Figueiredo, é interessante verificar se a conta referida não teria relação com o "esquema PC". Caso contrário, há suspeita de envolvimento com o narcotráfico ou de lavagem de dinheiro de quem vive à margem da lei. Essa conta corrente leva-nos, ainda, a sugerir uma revisão das normas das contas da modalidade CC-5, como é o caso desta, instrumento corriqueiro nas operações de lavagem de divórcios.

Capítulo IX A Operação Uruguai

Na edição da revista Isto É, nº 1187, datada de 01 de julho, mas nas bancas desde o dia 27 de junho, veio a público uma reportagem de enorme repercussão, tendo como centro as declarações do motorista Francisco Eriherito Freire França (documento anexo).

A denúncia principal fundava-se em depósitos feitos pelo Sr. Paulo Cesar Farias na conta bancária de Sr. Ana Maria Acioli

que efetuava com esses recursos os pagamentos das despesas pessoais do Presidente da República e de sua família.

No dia 28 de junho, um domingo, o Presidente da República, que estava em Las Leñas, Argentina, voltou ao Brasil e, depois de reunir-se com alguns Ministros na Base Aérea de Brasília, anunciou para dentro de 48 horas uma explicação. No dia 30 de junho, em rede nacional, o Presidente fez um longo discurso, precedido de três comunicados. Havia por um locutor. O primeiro, da Sra. Ana Maria Acioli, pelo qual ela dizia entre outras coisas (documento anexo):

a) Dentre minhas funções de absoluta confiança do Exmo. Sr. Presidente da República, realizei os pagamentos de caráter pessoal daquela autoridade, que faço há mais de dez anos;

b) A fim de exercer minhas funções, especificamente a realização de despesas pessoais do Exmo. Sr. Presidente da República, fazia, sempre que necessário, o levantamento das necessidades do mesmo e solicitava os recursos, apenas, tão somente a exclusividade, ao Dr. Cláudio Vieira, então secretário particular do presidente e, portanto, a pessoa que, como seria natural, geria as finanças do Dr. Fernando Collor de Mello;

c) A cada um de meus pedidos, como acima exposto, o Dr. Cláudio Vieira providenciava o necessário suprimento de fundos, todos, segundo sei, oriundos dos recursos pessoais do Exmo. Sr. Presidente e que estavam sob o gerenciamento do referido Dr. Cláudio Vieira.

Um segundo comunicado do Banco Banesa, afirmava que até aquele momento, não havia sido encontrado qualquer depósito do Sr. Paulo Cesar Farias, da Brasil Jet e da EPC na conta da Sra. Ana Maria Acioli, mas que a pesquisa continuaria; e, finalmente, um comunicado do Sr. Cláudio Vieira, vazado nos seguintes termos:

Desde o último final de semana a Nação tem sido surpreendida e sobressaltada com notícias, no mínimo fantasiosas, sobre a conta corrente da Sra. Ana Acioli, secretária executiva do Exmo. Sr. Presidente da República.

Devo esclarecer a questão na parte a mim concernente: há anos, enquanto advogado, colaborador e assessor do atual Presidente da República, Dr. Fernando Collor de Mello, venho opinando sobre suas aplicações financeiras. Por vezes, executando-as e até gerindo-as, ocasionalmente, merecedor que fui da confiança de S. Exa. durante o tempo em que estivemos juntos.

Enquanto gerenciava tais recursos, li-lo ao meu alvedrio. Durante esse tempo, com os resultados financeiros originados de tais recursos, supri a conta corrente bancária de Da. Ana Acioli, objetivando a realização de despesas de caráter pessoal do Exmo. Sr. Presidente da República. Quando necessário e no foro apropriado apresentarei a documentação solicitada.

Na sua manifestação, o Presidente afirmou, entre outras coisas, que:

E vamos logo a um exemplo dessas imposturas, que lançam a opinião pública. Chegaram agora ao cúmulo de dizer que as contas da minha casa, casa que pertence à minha família há 25 anos, não são pagas por mim e sim pelo Sr. Paulo Cesar Farias.

Para essa conclusão grotesca, violou-se o sigilo bancário e distorceu-se o resultado da violação. Usaram-se identidades falsas, afirmaram-se personagens duvidosas, numa obra cujo único objetivo é o de atingir, com pretensas provas ou declarações levianas, o chefe do governo, o primeiro Presidente que o povo elegeu, depois de quase 30 anos.

Ainda, essa intrinza da Casa da Dinda não tem o menor sentido. Pensam bem: se eu quiser morar de graça, com tudo pago, estaria morando no Palácio da Alvorada, pois como sabem, o Presidente tem o direito de viver lá com tudo custeado pelos cofres públicos.

E, mais adiante:

Falam muito de minhas ligações com o empresário Paulo Cesar Farias. Ele é uma pessoa muito conhecida em Alagoas e no País. Dots de seus irmãos têm mandatos eleitorais em deputado federal e outro vereador, tendo amizades em todos os setores da vida nacional, coisas que agora muitos querem desconhecer. De fato, como já afirmé, ele participou de minha campanha eleitoral e nela teve atuante presença. Por seu intermédio conheci lideranças políticas, empresariais e industriais.

Agora, é preciso, mais uma vez, deixar claro o seguinte: a vinculação comigo terminou com o fim da campanha eleitoral. Depois de minha posse, deixei de ser o Fernando e passei a ser o Presidente da República, dedicado totalmente a minhas atividades de governante. E somente a elas, todas as horas do meu dia-a-dia.

O cargo que ocupa, minha gente, exige que jamais deixe de agir e pensar como Presidente da República, mesmo com pessoas com quem tive convivência.

Há cerca de dois anos não encontro o Sr. Paulo César Farías, nem falo com ele. Mente quem afirma o contrário.

Quero deixar claro, de uma vez por todas, que não mantenho com o Sr. Paulo César Farías ligações empresariais ou de qualquer outra natureza, que possam beneficiar a mim ou minha família. Nunca o autorizei ou a quem quer que seja a utilizar meu nome em assuntos do governo.

Após a sua aparição pública, o Sr. Presidente da República, limitou, de forma absoluta, a origem dos depósitos na conta-corrente de D^a Ana Acíoli. O Sr. Cláudio Vieira, e somente ele, teria feito tais depósitos.

Tendo em vista a repetição da acusação feita pelo Sr. Eriberto e o adiamento por 48 horas para o pronunciamento, por que o Presidente ou o Sr. Cláudio Vieira não trouxeram a público, imediatamente, a versão que, um mês depois o Sr. Cláudio Vieira ofereceu a CPI?

2. A versão de Cláudio Vieira

Em depoimento perante a CPI, em 27/07/92, o Sr. Cláudio Francisco Vieira apresentou sua versão sobre a administração de recursos financeiros pessoais do Presidente da República, Fernando Collor de Mello, e os depósitos provenientes de "contas fantasmas" em favor de Ana Maria Acíoli Gomes de Mello.

Primeiramente, referiu-se à nota pública em que afirmara ser o gestor das contas e das aplicações financeiras do Presidente Collor. "Vim para narrar os fatos que se originaram de uma reportagem publicada por determinada revista e da declaração do Excecionário Senhor Presidente da República, que fez divulgar uma nota minha à imprensa, em que eu falava das atividades que sempre exerci junto ao cidadão Fernando Collor de Mello de gestor de suas contas, de suas aplicações financeiras" (pg. 06 da transcrição do depoimento de 27/07/92).

A seguir informou que era portador de explicações e demonstração cabal de que as despesas pessoais familiares e da residência do Presidente da República eram efetuadas com recursos próprios do Sr. Fernando Collor, recursos estes mantidos sob a guarda dele, Cláudio Vieira (mesma página do depoimento).

A origem, aplicação e transferência das despesas foram assim explicadas, pelo Sr. Vieira:

a) Antes de iniciada a campanha do então candidato à Presidência da República Fernando Collor de Mello, quatro pessoas mais próximas dimensionaram as necessidades financeiras da mesma. Houve demarcação, junto a uma instituição financeira uruguaia, em 16 de janeiro de 1989, essa instituição financeira uruguaia abriu uma linha de crédito de US\$ 5 milhões. O tomador de tal empréstimo foi o próprio Cláudio Vieira, na qualidade de gestor das finanças do então Governador de Alagoas. Registre-se desde logo que Cláudio Vieira fez questão de frisar em seu depoimento que nesta operação apareceria de fato como gestor dos interesses de Fernando Collor, já que este era o verdadeiro beneficiário da operação. Justifica a interposição de seu nome no negócio jurídico realizado em nome alheio pela inconveniência de tornar ostensiva, em época de campanha eleitoral, a tomada de um vultoso empréstimo externo.

b) O contrato foi assinado pelo empréstimo no Uruguai, e dois dias após o Sr. Cláudio Vieira assinou-o em Macéio. Em abril de 1989, efetuou o saque de aproximadamente US\$ 3.750.000 com a emissão simultânea de nota promissória no valor de US\$ 5.000.000, avalizada pelos Sres. Fernando Collor de Mello, Luiz Estevão e Paulo Octávio.

c) Os US\$ 3.750.000 foram cambiados para NCZs (Cruzados Novos) e trazidos para o Brasil por responsabilidade do Sr. Emílio Bonifácio, para serem entregues ao Sr. Najun Azário Flato Turner, de quem o Sr. Cláudio Vieira comprou 318 quilos de ouro.

Com o apoio financeiro recebido, já então, por Collor, em sua campanha eleitoral, "os recursos do referido empréstimo foram sendo destinados a partir de maio de 1989 para pagamento de despesas pessoais de Sua Excelência, precisamente para o pagamento de obras autorizadas na residência presidencial, na residência particular" (pg. 09 do depoimento de 27/07/92).

Sempre que havia necessidade de valores, o Sr. Cláudio Vieira os solicitava a Najun Turner e este vendia parte do ouro, depositando o equivalente em contas de D^a Ana Acíoli, do Sr. José César (José Roberto Nehring César) e da empresa Brasil's Garden (pg. 09 do depoimento de 27/07/92).

Apenas com o noticiário sobre as investigações da CPI é que o Sr. Cláudio Vieira teria tomado ciência dos depósitos efetuados através de "contas fantasmas". Dizendo-se sem condições psicológicas para procurar o Sr. Turner, solicitou a advogados de São Paulo que o procurassem e verificassem aquelas estórias; e o Sr. Turner, segundo ele, teria tido a honrabilidade de, em cartório, perante um tabelião público, fazer uma escritura de declaração afirmando que aqueles depósitos eram, na forma contratual, da sua responsabilidade e que o fez por interpostas pessoas, ou de motu proprio, mas sob sua responsabilidade específica (segundo o que consta da pág. 10 da transcrição).

Para sustentar suas afirmações, o Sr. Cláudio Vieira juntou os seguintes documentos:

1) Cópia de parte de um Contrato de Crédito, entre a empresa uruguaia Alfa Trading

S.A. e o Sr. Cláudio Francisco Vieira; na cópia não foi incluído o Anexo A, que dele deveria ser parte;

2) Cópia de documento assinado por Lorenzo E. Verdezio, contador público, certificando que o Sr. Emílio Bonifácio, corretor de câmbio, dispõe de boletim de câmbio relativo a operações de mercado de dólares contra cruzados novos, cujos originais comprovou a declaração de 9 de julho;

3) Cópia do Papel Notarial, assinado pelo escrivão Uberlir Zeballos, reconhecendo a firma do Sr. Lorenzo E. Verdezio, em data de 09 de julho;

4) Cópia de documento assinado por Rodolfo Delgado, escrivão, atestando a firma de Ricardo Forcella no contrato, em data de 18/01/89;

5) Cópia de três boletins de compra de NCZs (cruzados novos) contra US\$ (dólares norte-americanos), nos valores de US\$ 1.000.000, dois deles, e o terceiro de US\$ 1.750.000, com data de 25 de abril de 1989, do corretor de câmbio Emílio Bonifácio, por conta de Alfa Trading S.A.;

6) Cópia de declaração do Sr. Emílio Bonifácio, de 08/07/92, informando que, por conta de Alfa Trading S.A. e por ordem de Ricardo Forcella, realizou operações de câmbio e efetuou a entrega do resultado ao Sr. Cláudio Vieira ou a terceiros por ele indicados e declarando seu conhecimento de que tais operações resultaram de um empréstimo da Alfa Trading S.A. ao Sr. Cláudio Vieira;

7) Cópia de Papel Notarial nº 536910 do escrivão Uberlir Zeballos reconhecendo a firma do Sr. Emílio Bonifácio, em 08/07/92;

8) Cópia de declaração assinada por Ricardo Forcella, aos 21 de julho de 1992, afirmando ter aberto um crédito de US\$ 5.000.000 dos quais até a data foram retirados US\$ 3.750.000;

9) Cópia de reconhecimento da firma de Ricardo Alberto Forcella, feita pelo escrivão Uberlir Zeballos Quintano;

10) Cópia de nota promissória, no valor de US\$ 5.000.000, com data de 25 de abril de 1989, emissão de Cláudio Francisco Vieira e aval de Fernando Collor de Mello, Paulo Octávio A. Pereira e Luiz Estevão;

11) Finalmente cópia de Escritura de Declaração tendo como outorgante declarante o Sr. Najun Azário Flato Turner, que, a pedido do Sr. Cláudio Francisco Vieira, declara: a) que recebeu de Cláudio Vieira via Emílio Bonifácio, aos 26/04/89, a quantia de NCZs 8.129.250,00;

b) que o valor foi usado para compra de 318 (trezentos e dezoito) quilos de ouro;

c) que o ouro ficou depositado com o Sr. Najun Turner;

d) que Cláudio Vieira tinha opção de venda pela cotação da B.M.F.;

e) que foram revendidos 301,03679 quilos, sobrando 16,96321 quilos;

f) que depositou o resultado das vendas em 20 (vinte) contas que nominou, indicadas pelo Sr. Cláudio Vieira;

g) que fez os depósitos diretamente, por prepostos ou por contas por ele administradas;

h) que o Sr. Cláudio Vieira não teve participação na comercialização do ouro;

i) que fez a declaração em virtude de viagem de férias para o exterior.

3. Análise do contrato de crédito

3.1 - Todos os documentos apresentados, o foram por cópia, inclusive o Contrato de Crédito e a Certidão da Escritura de Declaração.

Esse conjunto de cópias dos documentos foi entregue pelo Sr. Cláudio Vieira quando aqui depois no dia 27 de julho de 1992. Nessa oportunidade o Sr. Relator requereu a juntada, em 72 horas, dos originais do contrato com a Alfa Trading S.A., bem como o contrato com o Sr. Najun Turner e os elementos que comprovassem todo o fluxo financeiro dos valores obtidos, desde sua viagem, do Uruguai até o seu destino final. O Sr. Cláudio Vieira voltou à CPI no dia 30, porém, por um problema burocrático de entrega da relação dos documentos solicitados, adiou para o dia 02 de agosto o prazo final. Na data aprazada, o Sr. Cláudio Vieira não encaminhou à CPI os documentos e, em declarações à imprensa, reiterou que os possuía, mas não iria apresentá-los à Comissão, já que se julgava tratado como réu e não como testemunha.

3.2 - O Sr. Cláudio Vieira, portanto, deixou de fornecer documentos, de que afirma ser possuidor, ao exame da CPI. Isso obstruiu o avanço dos trabalhos, e desde logo impediu a CPI quaisquer formas de exames que permitissem fixar, no tempo, a idade do documento e das assinaturas nele constantes.

3.3 - O Sr. Cláudio Vieira entregou à CPI apenas uma certidão da tradução feita por tradutor juramentado. Da tradução concluiu-se que nem mesmo a cópia do contrato fornecida à CPI é completa, já que faltou o texto do "Anexo A", que aparece na tradução.

3.4 - O contrato foi assinado de um lado pelo Sr. Ricardo Forcella, presidente da Alfa Trading S.A., e de outro lado pelo Sr. Cláudio Vieira.

O Sr. Cláudio Vieira informou em seu depoimento que recebeu o contrato das mãos do Sr. Fernando Collor de Mello, em Macéio. Três dias depois de o mesmo ter sido assinado e notariado no Uruguai. Portanto, ter-se-ia criado a seguinte situação, que contraria totalmente a prática e a lógica: no dia 16 de janeiro de 1989, a Alfa Trading S.A., emprestadora na operação, assinou o contrato, reconhecendo a firma do seu presidente, o documento foi notariado e, em seguida, foi o documento para Macéio, onde o tomador assinou depois do empréstimo, e a ele, tomador, sequer foi solicitado o reconhecimento da firma. Os dois procedimentos são, no mínimo, absolutamente inusuais.

3.5 - O contrato não foi objeto de "legalização consular". Isso inabilita o documento

para ser aceito em juízo como elemento de prova em direito. O advogado Valdo Hallack, ao depor, declarou que "isso tem repercussões jurídicas que não poderiam ser desprezadas". A cláusula 11 - Compromissos, item II, preceitua:

"O Tomador deverá registrar o presente contrato perante a autoridade governamental competente dentro de um prazo de 30 (trinta) dias contados da primeira Data de Empréstimo, caso tal registro seja exigido por força de lei."

Se é verdade que a consularização possa ser feita em outra data, é difícil acreditar que o Empréstimo não tenha exigido do Tomador o cumprimento dessa obrigação contratual.

3.6 - O contrato de empréstimo não contém testemunhas. A inexistência de testemunhas gera igualmente a mesma consequência: o documento não pode ser usado como prova em direito. Um empréstimo dessas características, tendo a sustentação tão somente de uma nota promissória, sem a presença de testemunhas no contrato, é altamente questionável.

3.7 - A cláusula 14.7, "Legislação Aplicável", preceitua que o Contrato será regido e interpretado em conformidade com a legislação brasileira.

3.8 - A cláusula 14.8, "Jurisdição", determina que: "Todas as divergências que se originarem neste contrato serão submetidas aos Tribunais da Cidade de Macéio, Estado de Alagoas, Brasil e por estes resolvidos".

Essas duas cláusulas são absolutamente improváveis, para quem opera no mercado internacional de empréstimos. Na melhor das hipóteses, se o Empréstimo abrir mão de Foro e Legislação de seu próprio país, será para eleger os de Nova York ou Londres como alternativas.

Todavia a Alfa Trading S.A. é o que se qualifica como empresa off-shore isto é, pode fazer operações financeiras não habituais, recorrendo a Aplicadores de fora do Uruguai e Empréstadores também fora do Uruguai. Nessas condições, seria ainda mais obscuro a inversão de Foro e Legislação. Nesse caso particular, entretanto, o problema fica agravado com o fato de o Foro passar a ser na cidade que é capital do Estado onde o avalista da Nota Promissória era Governador.

3.9 - O contrato envolvendo, de um lado, como Empréstador, uma pessoa jurídica e, de outro lado, uma pessoa física, não está feito em papel timbrado.

3.10 - O contrato, embora estabelecendo a taxa de juros sobre o empréstimo não estipula a data de pagamento dos juros.

3.11 - A cláusula 5.2 dispõe que: o cálculo dos juros devidos pelo Tomador será baseado no número efetivo de dias decorridos no curso de um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias e os mesmos serão diariamente acumulados durante cada período de juros.

Por outro lado, a cláusula 1 (VII) define: "Período de Juros" significará o período que se inicia na Data do empréstimo e se termina na Data de Vencimento". Há uma evidente contradição.

3.12 - A cláusula 10 (II) determina: "O Tomador ora declara e assume que a assinatura e o cumprimento deste Contrato, bem como a emissão da Nota não infringirão qualquer obrigação previamente assumida por este, e não violarão quaisquer dispositivos legais ou contratuais de qualquer natureza que possam, no futuro, vincular o Tomador".

No momento em que assinou o Contrato com o Empréstador, o Sr. Cláudio Vieira estava com seus bens em indisponibilidade. Poderia subscrever tal cláusula?

3.13 - As principais cláusulas do Contrato preconizam: US\$ 5.000.000 (cinco milhões de dólares) de abertura de crédito; 7 anos de carência; tomador, uma pessoa física, ocasionalmente com seus bens em indisponibilidade; uma taxa de Juro correspondente ao Libor de 1 (um) ano, mais um spread de 5%, (cinco por cento) a.a.; a garantia representada por uma nota promissória com três avalistas, sem garantia real. O advogado Valdo Sarguila Hallack, contratado para fazer uma auditoria legal nos termos do empréstimo, quando indagado na CPI se já viu um contrato com estas características respondeu de forma simples e direta: Não.

3.14 - O contrato está escrito em língua inglesa. O normal seria o uso do castelhano ou do português, que são as línguas respectivas dos contratantes. Todavia, a leitura atenta do documento mostra algumas coisas que mais induzem a crer que houve uma versão do português para o inglês:

a) Na introdução do documento ao qualificar-se a empresa Alfa Trading S.A. cita-se o endereço como Missões 1381. Em castelhano, ao contrário do português, não se usam "se". E, em se tratando do nome de rua é impossível o erro.

b) Ao qualificar a nacionalidade do Sr. Ricardo Forcella o documento refere-se a "uruguaiano" com "i". Tanto em castelhano como em inglês o vocábulo se escreve: "uruguayano" com "y".

c) A expressão "Witneseth", traduzido por "Préambulo", não é frequentadora usual das expressões jurídicas, não incluída no Black's Law Dictionary.

d) Na cláusula 14.5 falou-se em "sucessores, heirs and assigns". A tradução consignou: "herdeiros e sucessores". A palavra "assigns" parece querer indicar "assignees", este sim um termo usual.

3.15 - Além dos disparates do vernáculo, o contrato não merece os cuidados de correção que um documento dessa importância requeriam:

a) Na cláusula 1 - Definição: o item (VII) (sete), aparece repetido duas vezes.

b) Na cláusula 3 - Vigência falta a palavra "years", depois do número 7.

c) Na cláusula 7.1 - a expressão "the paid by borrower" é repetida por duas vezes.

d) A palavra "shall" aparece em duas oportunidades escrita com um "n" no "l".

e) Na cláusula 5.2 - a palavra "hundred", está grafada "hudred".

3.16 - A cláusula 2.2 está vazada nos seguintes termos:

2.2 Os montantes adiantados ao tomador sob esta linha de crédito serão entregues pelo emprestador em NCZs, no Brasil, ou diretamente, ou através de um corretor de câmbio, a pessoa ou conta bancária que possa ser juridicamente designada pelo tomador.

O Sr. Cláudio Vieira recebeu o contrato para assinar, em Maceló, declarou a CPI, em seu depoimento, que não sabia quem tinha negociado e ultimado o empréstimo. Como poderia informar o destino do dinheiro, sem saber como a operação foi fechada?

3.17 - Os nomes dos avalistas não constam do contrato. A alegação é de que isto não é um contrato de empréstimo e sim de abertura de crédito. Todavia, na medida em que os avalistas só assinam a Nota Promissória, respondem apenas pelo que nela consta.

3.18 - É interessante notar que o contrato feito com a Alfa Trading S.A., que envolveu uma conversão de dólares para cruzados novos, foi feito na mesma data em que o Diário Oficial publicava, no Brasil, a Medida Provisória criando o cruzado novo, em 16 de janeiro de 1989.

3.19 - A S.A.F.I. (Sociedade Anônima Financeira de Investimento) não é o tipo de Sociedade da qual faz parte a Alfa Trading S.A. Seu objeto é o de desenvolver operações off-shore, e tem como característica que as normas que as regulamentam permitam uma "desenvolvimento fácil". Está também regida por disposições tributárias especialmente benéficas. São instrumentos jurídicos especialmente aptos para efetuar e administrar investimentos no estrangeiro, canalizar operações financeiras e comerciais a nível internacional e nos mercados internos de outros países, bem como, para agir nas áreas de serviços, intermediação, etc. Tudo isto sob um regime de anonimato e proteção fiscal. O investidor está totalmente protegido pelo segredo profissional, bancário, administrativo e fiscal.

Sua constituição é feita por documento particular, com o reconhecimento de assinatura em Tabelião. Devem comparecer três fundadores, no mínimo, pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, mas os documentos não devem ser, necessariamente, outorgados pelo investidor, de tal modo que o anonimato desta pessoa seja assegurada absolutamente. A exigência é a integralização de 5%, (cinco por cento) do capital. É possível constituir a Alfa Trading S.A. com a circulação de ações ao portador, com a circulação ulterior feita por meio de negociais absolutamente particulares, guardando-se o anonimato dos interessados.

Estas são as informações a respeito das S.A.F.I. oferecidas pelo escritório "Posadas Posadas & Vecino - Advogados", num documento intitulado "Uruguay Centro Internacional Off-Shore".

Nos meios financeiros mais ortodoxos elas são conhecidas como empresas de "blanqueo".

1. Os demais documentos

4.1 - O Contrato de crédito contém a legalização notarial do documento em idioma Espanhol.

Foi anexado o Sellado Notarial "N" nº 816158.

O escrivão Rodolfo Delgado, certifica que a firma que antecede foi posta na minha presença por pessoa de meu conhecimento chamado Ricardo Forcella, maior, uruguaio, documento de identidade nº 498.952-9, com domicílio nesta capital, rua Misiones 1387, 7º andar, e quem, a uma leitura que lhe fiz do documento, o ratificou. O referido senhor assinou pela pessoa jurídica chamada Alfa Trading S.A. sociedade regularmente constituída, com o mesmo endereço que o representante.

Em fé, subscrevo o presente na cidade de Montevideo, República Oriental do Uruguai, aos 16 dias do mês de janeiro de 1989.

4.2 - A primeira dúvida que surge da leitura do documento é por que, na época em que este foi feito, isto é, 16 de janeiro de 1989, houve necessidade da leitura e ratificação de um documento sobre o qual não pesava contestação?

4.3 - O escrivão Anatolio Rodolfo Delgado é pessoa mal conceituada entre seus concidadãos, sobremaneira entre os companheiros de profissão (ver excerto do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, RS, edição de 31-07-92), tendo sido processado e preso por falsificação de certificado como o de que tratamos acima (art. 241, inc. 2 do Código Penal Uruguaio) e por co-autoria em estelionato (arts. 61 e 347 do mesmo diploma legal), conforme se vê de cópia em anexo, extraída de processo que tramitou perante o Juizado letrado de primeira instância em lo Penal de 1º turno de Montevideo, (documento anexo).

4.4 - O segundo conjunto de documentos envolve:

4.4.A - Declaração do Sr. Emilio Bonifacio, no de que, em 25 de abril de 1989, efetuou, por conta e ordem de Alfa Trading S.A. e Instrução do Sr. Ricardo Forcella, operações de câmbio sobre 3.750.000 dólares contra cruzados novos, como se depreende dos boletins de câmbio 12402, 12406 e 12409, tendo entregue os efetivos resultantes ao Sr. Cláudio Francisco Vieira ou a terceiros por ele indicados. Declara ainda ter conhecimento de que tais operações resultaram de um empréstimo feito por Alfa Trading S.A. ao Sr. Cláudio Fran-

cisco Vieira.

4.4.B - Declaração de Lorenzo E. Verdesio, Contador Público que certifica que o Sr. Emilio Bonifacio, corretor de câmbio, autorizado pelo Banco Central do Uruguai, por circular 82/79, de 2-9-82, realizou, em 25 de abril de 1989, operações de venda de dólares contra cruzados novos por conta da Alfa Trading S.A. e ordem de Ricardo Forcella, conforme boletins de câmbio nºs 12402, 12406 e 12409 cujos originais vª e que constituem a documentação suficiente exigida pelo Banco Central do Uruguai para esse tipo de operações. E, para ser apresentada onde se requirir, se expede a presente certificação em Montevideo, aos nove de julho de 1992.

4.4.B-1 - Pela legislação uruguaia, os contadores públicos podem fazer peritagem com respeito a livros de comércio mas somente os escrivãos podem certificar com fé pública.

4.4.B-2 - A conclusão, em 1992, de que foram realizadas operações de câmbio no ano de 1989 não pode ser o resultado do exame de boletins de câmbio do ano de 1989, sem números impressos (somente escritos à máquina). Ela só pode surgir das anotações exatas e metódicas de todas as operações registradas pelas corretoras de câmbio em um caderno normal folheado, imediatamente após concluídas, conforme estabelece o artigo 92 do Código de Comércio Uruguaio. O artigo 94 do mesmo Código acrescenta: "Diariamente se transferirão todos os artigos do caderno normal a um registro, copiando-os literalmente sem emendas, abreviações, sem interposições, mantendo a mesma numeração que levam no manual".

4.4.B-3 - O contador em nenhum instante faz referência ao caderno normal folheado. Além, como se trata de matéria que não requer conhecimentos contábeis, a certificação de haver tido a vista os boletins de câmbio e de tê-los comparado com o registro poderia ser feita por um escrivão. Isso não foi feito.

4.4.C - Papel Notarial Ba nº 536908, de 09 de julho de 1992, do Escrivão Ubertil Zeballos Quintaro certifica a assinatura do Contador Público.

4.4.D - Papel Notarial Ba nº 536910 do mesmo escrivão certificando a assinatura de Emilio Bonifacio.

4.4.E - Documento contendo cópia de três boletins do Sr. Emilio Bonifacio, datado de 25 de abril de 1989, mostrando US\$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil dólares) por NCZs (cruzados novos), por conta de Alfa Trading S.A.

4.4.E-1 - A existência dos boletins, embora fazendo referência a Alfa Trading S.A., não permitiu qualquer identificação com a cópia do contrato de abertura de crédito. O contrato é de 16 de janeiro de 1989, os boletins são de 25 de abril de 1989, isto é, mais de três meses depois. O contrato de abertura de crédito é de US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares) e as operações em dólares atingem US\$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil dólares). Há referência a Alfa Trading S.A., mas não há referência ao Sr. Cláudio Vieira. Admissível, até, a hipótese de que a operação cambial tenha sido feita com outro objetivo que não aquele contrato.

4.4.E-2 - O Sr. Cláudio Vieira afirma, em seu depoimento, que a falta do empréstimo surgiu das necessidades iniciais da campanha à Presidência da República do Sr. Fernando Collor de Mello. Quando os recursos do empréstimo chegaram já haviam contribuído em quantidade suficiente para toda a campanha. Isso nos leva a seguinte indagação: se o objetivo eram recursos para dar o start na campanha presidencial, por que a demora de cem dias para obtenção dos mesmos?

4.4.E-3 - Ora, quando os recursos foram liberados já não havia necessidade dos mesmos. O normal seria quitar o débito imediatamente. Na hipótese contrária, isto é, se a aplicação em ouro, dos recursos obtidos com o empréstimo era um bom negócio, por que os foram retirados US\$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil dólares) dos US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) contratados?

4.4.E-4 - A Alfa Trading S.A., com um capital de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares) como empresa off-shore opera intermediando a oferta de recursos obtidos fora do Uruguai, para tomadores igualmente fora do Uruguai. Ora, no momento em que a Alfa Trading S.A. assinou um contrato de crédito de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares), é evidente que já garantiu fornecedores dessa disponibilidade para responder ao compromisso contratual. No instante em que o Tomador se limita a retirar US\$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil dólares) como ficaram os demais US\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil dólares)? Esses recursos colocados à disposição pelo fornecedor permanecem sem remuneração?

4.4.E-5 - Os boletins foram escritos em pelo menos duas máquinas diferentes e por três ditadores diferentes. Essa constatação é possível mesmo através de um exame superficial.

4.4.F - Declaração do Sr. Ricardo Forcella, em 21 de julho de 1992, na qualidade de Presidente e proprietário das ações da Alfa Trading S.A. desde sua fundação no ano de 1983, até agora, declara que está aberto a favor do Sr. Cláudio Francisco Vieira, uma linha de crédito no montante, em moeda brasileira, de até US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares). Declara que até a presente data, foi retirada, da referida linha de crédito, a soma de US\$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil dólares), tendo sido realizados o câmbio e a entrega dos efetivos, por intermédio do Sr. Emilio Bonifacio, na sua qualidade de corretor autorizado de câmbio.

Curitiba, terça, em 01.09.92

4.4.F-1 - Papel Notarial Ba 536909 de Ubertil Zeballos Quintaro, com o reconhecimento da firma de Ricardo Alberto Forcella, em 21 de julho de 1992.

4.4.F-2 - Ora, a declaração do Sr. Ricardo Forcella, é o único documento de conhecimento da CPI em que o Empreendedor proclama que foram retirados tão somente US\$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil dólares) do total de cinco milhões. Essa declaração foi feita, entretanto, aos 21 de julho de 1992. Até então, pelos documentos de que a CPI tomou conhecimento, a dívida poderia ser cobrada pelo valor da Nota Promissória, que cobre o total faturado contratualmente.

4.4.F-3 - Levanta dúvida o Papel Notarial reconhecer a assinatura de Ricardo Alberto Forcella. O Alberto deve ser devido, mas por que "FORECELLAQ"?

4.4.F-4 - O Sr. Ricardo Alberto Forcella Garcia tem, em seu desabono, o fato de ter sido processado e preso pelo crime de associação para delinquir, nos termos do art. 150 do Código Penal Uruguaio e de associações ilícitas, nos termos do artigo 210 do Código Penal Argentino, sendo que os crimes para os quais essa associação foi criada correspondiam a operações de câmbio negro articuladas no Uruguai e consumadas na Argentina. Consta dos autos cópia de excerto do processo que tramitou perante o Juizado letrado de primeira instância em lo Penal de 2º turno. Por outro lado, conforme a edição de 02-08-92 do jornal Zero Hora, sabe-se que o bando ou quadrilha por cuja participação Forcella foi processado, acabou respondendo pelo assassinato do contador Roberto Sáenz Gallinai. Essa história, nunca esclarecida, teria apenas um caráter de mistério criminal restrito ao Uruguai, não fosse por um detalhe: um dos irmãos de Ricardo Forcella, o corretor da Bolsa de Montevideo que se diz dono da Alfa Trading, Forcella e Gilberto foram presos de outubro de 1978 a junho de 1979, dividindo celas com mais dois sócios: Enrique Urrutia e Alfonso Sencion. (documento anexo).

4.4.F-5 - O Sr. Ricardo Forcella, em sua declaração, se apresenta como Presidente e proprietário das ações de Alfa Trading S.A., desde sua fundação no ano de 1983. Todavia, os atos constitutivos de Alfa Trading S.A. indicam como fundadores os Srs. Cláudio Revele, Laura Revele e Ricardo Barbieri.

4.5 - O jornal Zero Hora registra que a única prova que Cláudio Vieira possui sobre a data de assinatura do contrato de empréstimo com a Alfa Trading ostenta tantas irregularidades que tabeliães uruguaios a classificam como exemplo clássico de quem quer dar aparência antiga a um documento recente. Para sustentar que o contrato foi mesmo assinado em 16 de janeiro de 1989, o ex-Secretário Particular do Presidente Fernando Collor exibiu a certidão nº 816158, na qual o escrivão Rodolfo Delgado atesta que, naquela data, reconheceu a assinatura de Ricardo Forcella, dono da Alfa Trading, no contrato dos US\$ 5 milhões.

Numa prova evidente da facilidade com que se pode montar um contrato deste tipo, Zero Hora obteve, em Montevideo, onze certidões em branco, todas de séries antigas e algumas anteriores à apresentação por Cláudio Vieira à CPI. De acordo com tabeliães uruguaios, a certidão P 133316 foi distribuída no ano de 1988 e também poderia ter sido usada, por exemplo, para justificar um contrato simulado de 1989. Certidão mais rara é a I 524094, obtida por Zero Hora e integrante de formulários distribuídos entre os anos de 1982 e 1983, anterior, portanto, à série do documento de Cláudio Vieira. Para ratificar um documento deste e deixá-lo de maneira semelhante ao apresentado por Vieira, basta apenas conseguir a assinatura de um dos 5 mil escrivães uruguaios, uma fraude que, de acordo com profissionais consultados por Zero Hora, pode ser realizada por apenas US\$ 1.000,00 (documento anexo).

5. A nota promissória

5.1 - A Nota Promissória emitida pelo Sr. Cláudio Vieira contém os avisos dos Srs. Fernando Collor de Mello, Paulo Octávio A. Pereira e Luiz Esteves. Ela apresenta uma diferença básica com o modelo que constitui o Anexo "A" do contrato que a CPI pode conhecer através da tradução juramentada.

O modelo falava em pagamento na cidade de Maceló, Estado de Alagoas, Brasil. A Nota Promissória dispõe que o pagamento será na cidade de Maceló, Estado de Alagoas, ou em qualquer outro lugar ou maneira que a Alfa Trading S.A. possa determinar.

5.2 - A Nota Promissória fala em pagamento do montante de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) em moeda corrente do Brasil. Ora, depois de sete anos de carência, com juros acumulados, a dívida final mais que dobrará, com a taxa de juros prevista.

5.3 - A Nota Promissória não pode ser endossada sem o prévio consentimento do emprestador, Cláudio Francisco Vieira. Por que mais esta vantagem para o devedor? O contrato foi assinado primeiramente pelo Empreendedor e só dele se reconheceu a validade. As condições previstas não são absolutamente mudadas; não há garantias reais, e a Nota Promissória, único instrumento de cobertura da dívida não pode ser endossada sem prévio consentimento escrito do devedor. Isto significa que a Alfa Trading S.A. não pode negociar o título em banco, não pode transferir a terceiros, nem pode endossá-lo aos verdadeiros emprestadores. Na hipótese de não pagamento por parte do Sr. Cláudio Vieira, os verdadeiros emprestadores, que durante 7 (sete) anos não viram qualquer parcela de juros, que tiveram parte do seu dinheiro não aplicado, ficarão ainda dependendo.

do de uma ação efetiva do Sr. Ricardo Forcella e da Alfa Trading S.A., no sentido de recebimento. Porém, o título não servirá nem mesmo para garantia de outra operação, o que parece impossível de ser aceito pelo proprietário efetivo do dinheiro.

Se, nessa operação, houvesse um contra-documento que a anulasse, a cláusula da proibição do endosso seria absolutamente fundamental; constituiria a garantia de que nem Forcella nem a Alfa Trading S.A. poderiam cobrar o empréstimo.

5.4 - É importante salientar que o original da Nota Promissória não foi visto por qualquer testemunha que tenha confirmado o fato à CPI. O advogado Valdo Hallack fez uma auditoria legal, buscando no Uruguai documento comprobatório da operação, não viu, também, o original.

6. O dinheiro em trânsito
6.1 - A declaração do Sr. Emílio Bonifácio de 08 de julho de 1992 informa que os resultados das operações foram entregues por ele ao Sr. Cláudio Vieira ou às pessoas indicadas por ele. Não indica quem são essas pessoas, onde e como essas entregas foram feitas.

Em seu depoimento, o Sr. Cláudio Vieira afirma que não recebeu diretamente qualquer parcela do dinheiro: ao contrário a totalidade do dinheiro foi entregue, em NCs (créditos novos), ao Sr. Najum Turner, para compra de 318.000 quilos de ouro.

O percurso do dinheiro, entretanto, permanece na sombra. O Sr. Cláudio Vieira disse desconhecer como isso ocorreu. Profissionais da área sustentaram, com base em disposição do Banco Central, que a entrada e saída de moeda corrente brasileira pelas fronteiras do país é legal. Não foi oferecido à CPI qualquer documento sobre a entrada deste dinheiro. Certamente, ao Sr. Emílio Bonifácio, encarregado do trânsito caberia dispor de algum comprovante de entrega, igualmente a Alfa Trading S.A., certamente, deveria ter um recibo da entrega a alguém dos US\$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil dólares). Entretanto, para comprovar a existência da operação o Sr. Emílio Bonifácio encontra a fórmula da declaração pública, que nada prova, e que lhe foi solicitada, recentemente, pelo advogado Dr. Valdo Hallack.

O Sr. Cláudio Vieira que, como tomador do dinheiro e responsável pelo delito, admitiu desconhecer quem recebeu o empréstimo, igualmente não recebeu diretamente qualquer parcela do mesmo. Mas, se a operação se completou pelo transporte manual da moeda brasileira, é impossível, até para permitir a cobrança no futuro, que não haja comprovação do recebimento. Este fato, afinal, estaria demonstrando se tivesse sido usado o cómodo mecanismo do sistema bancário.

Será aceitável que a Alfa Trading S.A. tenha entregue o equivalente a US\$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil dólares) nas mãos de um corredor de câmbio, sem dele exigir qualquer recibo?

É inevitável o sentimento de que a cópia do contrato de crédito, de um lado, e a Nota Promissória, o câmbio, e a não exploração da entrega do dinheiro, de outro, não têm relação entre si.

Resalte-se que, em entrevista ao jornal Zero Hora de 29 de julho de 1992, o Sr. Emílio Bonifácio declarou que operava pagando em dólares aos seus agentes para entregar em cruzados novos, em São Paulo, de três formas: ou o agente mandava um empregado ao seu escritório, ou pela transferência para uma conta em Nova York, ou viajava à fronteira. No caso do empréstimo citava usou as três formas. A entrega na fronteira se deu numa churrascaria na cidade caçuia de Jaguarão chamada Parcerinha e interessante que esta versão contraria a versão do Sr. Cláudio Vieira mas não esta em contradição com a versão apresentada pelo Sr. Emílio Bonifácio em sua declaração.

7. A terceira parte do tripé
O terceiro compartimento dessa tortuosa manobra financeira, tem como protagonista principal o Sr. Najum Asario Flato Turner, uruguaio radicado no Brasil, e conhecido no mercado brasileiro como doleiro dos doleiros.

Houve épocas em que só executou operações acima de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares). Era um atacadista do black, segundo consultores (Folha de São Paulo 29/07/92, pág. 16). Está indiciado no processo número 891003/89-1, na 1ª Vara Federal do Rio Grande do Sul, sob a acusação de contrabando para o Uruguai 13.2 quilos de ouro (O Globo 29/07/92 - pág. 3). O investidor Najum Turner, 42, está cercado de negócios ilícitos. Venda e compra de dólar no mercado paralelo, contrabando de ouro, problemas com a Receita Federal, transações com recursos de origem desconhecida, talão de cheque suspenso em banco... (Folha de São Paulo 30/07/92 - pág. 1.18).

Aos 24 dias do mês de julho de 1992, através de uma Escritura de Declaração, feita a pedido do Sr. Cláudio Vieira, declarou o seguinte:

1. Que, em 26 de abril de 1989, recebeu do Sr. Cláudio Vieira, através do Sr. Emílio Bonifácio, a quantia de NCs 8 129 250,00 (oitto milhões, cento e vinte e nove mil, duzentos e cinquenta cruzados novos).

1.A - É absolutamente impraticável compatibilizar, seja a versão de Cláudio Vieira, seja a versão de Emílio Bonifácio, sobre a remessa e entrega do ouro, com o recebimento, no mesmo dia, pelo Sr. Najum Turner. Abstrato do caminho direto e simples da remessa bancária, negado pelos dois, qualquer outro implicaria, no mínimo, na perda de alguns dias.

1.B - O Sr. Najum Turner não informa, como recebeu, do Sr. Emílio Bonifácio, o dinheiro. 2. Que a quantia foi recebida do Sr. Cláudio Vieira, por força de aquisição, por este, de 318 (trezentos e dezoito) quilogramas de ouro, conforme Contrato de Compra e Venda de ouro e outras avencas celebrado na mesma data. 2.A - Não foi juntado o nem original e nem mesmo cópia deste Contrato de Compra e Venda de ouro e outras avencas. 3. Que, segundo a cláusula terceira do referido contrato, o ouro então adquirido pertenceu depositado com Najum Turner, consoante o disposto nos artigos 1285 e seguintes do Código Civil.

4. Que, segundo a cláusula quarta do referido contrato, o Sr. Cláudio Vieira tinha opção para vender o ouro de acordo com a cotação da Bolsa Mercantil e de Futuros.

4.A - As afirmativas constantes dos itens 3 e 4, referem-se a um contrato cujo teor a CPI desconhece.

5. Que, utilizando de faculdade contratual a ele assegurada, o Sr. Cláudio Vieira vendeu o ouro, em datas e montantes diversos, no total de 301.036,79 quilos, subindo, portanto, um saldo de 16.963,21 quilogramas.

5.A - É absolutamente impressionante o depoimento do Sr. Cláudio Vieira do que não trocou, com o Sr. Najum Turner, peça de controle contábil que lhe permitisse acompanhar os saldos de ouro, as vendas e os valores financeiros depositados em conta. O Sr. Cláudio Vieira afirma que solicitava, por escrito, o dinheiro, determinava a conta e esperava o depósito, que era o seu instrumento de controle.

Mas, solicitado a fornecer cópia dessas autorizações, disse que não as guardava. Mantinha somente uma anotação num livro que prometeu entregar à Comissão e não cumpriu.

5.B - Cada venda do ouro exigiria a emissão de nota fiscal do mesmo. Mais do que isso: a existência do ouro obrigaria, a partir da Medida Provisória 160, de 15 de março de 1990, ao recolhimento, até 18 de maio de 1990, do 15% do valor total, ou de 25% sobre o valor de cada venda parcial. Além disso, foi exigido, de quem possuía ouro, a obrigação de declarar ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, até 18 de maio de 1990.

Declaração o Sr. Cláudio Vieira não fez. E não há notícia do recolhimento do tributo.

5.C - O Sr. Cláudio Vieira deveria ter declarado, em sua declaração de bens no Imposto de Renda de Pessoa Física, seu possuidor de 318 quilogramas de ouro e, na relação de dívidas, o montante equivalente a US\$ 3.750.000,00.

Não o fez. Todavia, quando fez depositar o dinheiro na conta de Dr. Ana Adolli praticava uma operação de empréstimo ou de doação ao Sr. Fernando Collor de Mello, que, por diferença, deveria constar simultaneamente na Declaração dele e na Declaração do Sr. Fernando Collor de Mello.

5.D - O Sr. Najum Turner foi apresentado ao Sr. Cláudio Vieira pelo Sr. P.C. Farias "que já possuía negócios com ele". Por outro lado, em determinado instante, fez um empréstimo de cerca de oito quilos de ouro ao Sr. P.C. Farias e alega que, em determinado momento, pediu a Sr. P.C. Farias que fizesse um depósito para Ana Adolli.

6.7. A liquidação financeira das quantidades de ouro recebidas foi feita mediante depósito e o ordem de pagamento nas contas indicadas pelo Sr. Cláudio Vieira. E indica 21 (vinte) contas, das quais três de Ana Adolli, seis da Brasil's Garden e seis de José Nohring e esposa.

Os depósitos e os ordens de pagamento nas contas indicadas foram feitos diretamente por Najum Turner, por seus prepostos e d contatos pelo Sr. Najum administradas, dentre as quais incluem-se, mas não se limitam, ao Sr. Carlos Alberto da Nobrega e mais sete nomes.

7.A - Não há, nas contas da Sr. Ana Adolli qualquer depósito feito pelo Sr. Najum Turner.

7.B - O Sr. Najum Turner declara que administrava oito contas pertencentes a pessoas que, na terminologia da comunicação, apareceram por serem conhecidas como fantasmas já que pertencem a pessoas que não foram conhecidas por quem quer que seja. Por outro lado, o Sr. Najum alega que administrava as suas contas, isto é, decidia sobre sua abertura, encerramento, depósitos e saques, emissão de cheques e quaisquer outras providências. Muitas das contas citadas foram usadas para depósitos em favor de Ana Adolli. Entretanto, na medida em que pericias grafotécnicas e rastreamento de cheques possam identificar os verdadeiros movimentadores das contas e quem efetivamente delas se valia, toda arquitetura exibida fica comprometida.

8. Em nenhum momento, o Sr. Cláudio Vieira teve qualquer participação no sistema de operacionalização de comercialização do ouro, exceto no tocante às ordens de revenda a quem se destinava o contravalor de cada revenda.

8.A - Aparentemente, este texto tem como objetivo tentar desobrigar o Sr. Cláudio Vieira dos tributos nos fundos.

9. A presente declaração é feita em virtude da proximidade de viagem de férias ao exterior, que se estenderá por, aproximadamente, 30 dias.

9.A - No mesmo dia da Escritura de Declaração, o Sr. Najum Turner deslocou-se para lugar incerto e ignorado e, a despeito de convocações, inclusive da Polícia Federal, não mais apareceu.

9.B - O Sr. Valdo Hallack, em seu depoimento, conta que, no dia 24 de julho, estavam reunidos: ele próprio, seu sócio Dr. Sidney Apocalypse e o Dr. Robert Delmanto, que é o advogado do Sr. Cláudio Vieira.

Houve um chamado do Sr. Cláudio Vieira ao Dr. Delmanto dizendo que havia recebido uma informação de que Najum estaria se ausentando do País. A sugestão foi de obter uma declaração. Confiou que estava bastante incredulo com relação ao fato de alguém levar aquela declaração nos termos em que se encontrava, porque essas pessoas estavam obtendo uma série de irregularidades. Até a obtenção do traslado, a irregularidade tomou conta dos três advogados, depoimento Dr. Valdo Hallack.

E, respondendo a pergunta sobre se havia visto documento como aquele com alguém se responsabilizando naqueles termos, respondeu de imediato:

8. Nunca. (depoimento Dr. Valdo Hallack).

8. Considerações Finais

8.1 - A Sr. Sandra Fernandes de Oliveira, em depoimento conta que o Sr. Alcides dos Santos Diniz e o advogado Arsenio Eduardo Correia, respectivamente, dono e funcionário da ASD - Empreendimentos e Participações Ltda., no início do mês de julho, estiveram em Brasília, transportados por um jatinho do Sr. Paulo César Farias, tendo sido conduzidos até o aeroporto pelo motorista do Sr. Paulo César Farias. Antes de viajarem a Brasília retiraram documentos das pastas relativas à ASD del Uruguai: cópia de Declarações de Imposto de Renda do Sr. Alcides Diniz, contratos de câmbio. Na volta da viagem, ouvia o Dr. Arsenio conversando com o Sr. Sérgio, outro diretor da empresa, de que tinham estado na casa do Presidente, conversando sobre a Operação Uruguai.

As ligações telefônicas que intermediavam, nessa época, passavam pelo Sr. Cláudio Vieira. Lafajete Coutinho, Marcos Coimbra, José Carlos Martinez, Brasil-Jet.

Decorrem várias reuniões, no escritório da ASD, em que se discutia a validade deste ou daquele documento. Da possibilidade da consideração. Enfim como iam obter a legalização disso no Uruguai. E ouvia falarem em preparar o contrato.

Assistiu também ao recebimento de um fax com o número de contas bancárias da empresa Brasil's Garden e de José Nering Cesar. A consequência imediata foi a convocação de advogados do escritório do Dr. Valdo Hallack. Após sucessivas reuniões em São Paulo e Brasília, foram concluídos os documentos da operação Uruguai.

O depoimento da Sr. Sandra Fernandes de Oliveira contesta a origem dos documentos apreçados pelo Sr. Cláudio Vieira.

A hipótese de que a operação apresentada envolvia partes de diferentes operações, algumas delas feitas por terceiros que não o Sr. Cláudio Vieira e que, finalmente, foram compostas com aparência de uma única, passou a ser bastante viável.

No período de 1988 a 1990, a ASD tinha uma subsidiária no Uruguai, a ASD del Uruguai, que realizou operações como as citadas. Foram juntados aos autos, autorização da ASD del Uruguai aos 04 de junho de 1990, ao Barclays Bank Ltda. para transferir para o Bank Credit Lyonnais/Miami a importância de US\$ 2.663.841,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e um dólares) para posterior crédito da conta da Systems Investment Corporation, uma empresa com sede nas Ilhas Virgens Britânicas de propriedade do Sr. Alcides dos Santos Diniz.

8.2 - O que mais impressiona, na chamada Operação Uruguai, são as figuras de submundo que ela está ligadas. O uso de empresa que inclui no padrão das destinadas à lavagem de dinheiro, seu suposto dono, o Sr. Ricardo Forcella, processado e preso pelo crime de "Associação para Delinquir"; o escritório Rodolfo Delgado que foi processado e preso por crime de falsificação; o Sr. Emílio Bonifácio, um doleiro que transporta, através da fronteira, moedas de variadas origens, ao Sr. Najum Turner, figura procurada pela polícia, pela Receita Federal e pelo Banco Central do Brasil, isso tudo acentua a convicção: se a operação existiu ela, ainda assim, seria muito pouco honrosa para dela participar quem tinha o objetivo de vir a tornar-se Presidente da República.

De tudo o exposto, pode-se concluir que a atitude do Sr. Cláudio Vieira, negando-se a fornecer à CPI a documentação completa que diz ter estabelecido em relação aos fatos e a versão por ele dada a presunção de inveracidade. Por outro lado, a reconhecida falta de consultoriação do contrato invalida o valor probante que pudesse ter, para qualquer fim, no Brasil.

Se, em algum momento futuro, vier o Sr. Cláudio Vieira a suprir as falhas e deficiências da documentação, por certo, serão as partes envolvidas na operação responsabilizadas no foro competente por todos os ilícitos que encerra.

De qualquer sorte, em razão dos levantamentos e análises realizados pela subcomissão de bancos, é certo que as contas bancárias de irregularidade falsas (fantasmas) realmente são de responsabilidade do Sr. Najum Turner mas sim de P.C. Farias e seu grupo empresarial.

CAPÍTULO X
Dos Fatores que Possibilitam "Esquemas" do Tipo PC

1 - O FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS
Entre os vários temas candentes de que foi palco a CPI, não deve ficar ofuscado o que talvez esteja na origem dos principais problemas que nela se debateram: o financiamento das campanhas eleitorais. Como e por que são financiadas as campanhas eleitorais, quais as brechas e falhas em nossa legislação eleitoral e principalmente como poderia ser aperfeiçoada essa legisla-

can são questões as quais não nos podemos furtar, sob pena de permanecermos no nível da burocracia que gera a impunidade e as aberrações a que assistimos recentemente. Procuraremos fazer, portanto, uma análise sucinta dos seguintes pontos:

1 - Os gastos de campanha

Em primeiro lugar, para entendermos o financiamento eleitoral, alorndemos os números: as quantias que se gastam nas campanhas eleitorais têm cifras assombrosas. Para as eleições deste ano, existem na imprensa estimativas de que os candidatos a prefeito das grandes capitais gastarão em torno de 20 milhões de dólares, enquanto que os candidatos a vereador desses municípios gastarão em média 100 mil dólares. Na campanha de 1990 para a Câmara Federal, o DIAP (Depto. Interdisciplinar de Assessoria Parlamentar) estimou que 80 dos candidatos eleitos gastaram mais que um milhão de dólares para se eleger. Esses gastos envolvem aluguel de imóveis, telefones e veículos, contratação de staff, gastos com pesquisas de sondagem, material de propaganda, jingles, etc. Mesmo que esses números sejam superestimados, já que não consideram o trabalho voluntário, as cifras aproximadas ainda seriam muito elevadas. Corresponderiam a uma evolução mundial dos gastos de campanha, que aumentaram espetacularmente nos últimos vinte anos. Na França, por exemplo, em 1974, os principais candidatos a presidente necessitariam de 40 milhões de francos cada um; em 1981, a fatura não saía por menos que 150 milhões e, em 1988, 260 milhões para os dois turnos, pareceriam razoáveis. Os deputados já eleitos em 1981 anunciaram 100 a 120 mil francos de despesas para a campanha, os eleitos, em 1986, anunciaram 1 milhão de francos de despesas.

Entre as causas principais apontadas por especialistas, está a evolução das técnicas de propaganda, que obrigou, pela competição, a que os candidatos lancem mão de experts em comunicação, de organismos de pesquisa de opinião, da publicidade de estilo comercial (ver em *Regards sur l'Actualité*, n° 140, abril 1988: "La politique et l'argent: les législations françaises et étrangères"). Também são mencionados, como explicação para esse aumento, o prolongamento do tempo de campanha e, no caso do Brasil, especialmente nas eleições presidenciais, o uso de meios de comunicação, como os "jatinhos".

De onde vem o dinheiro necessário? Os recursos obtidos através das contribuições de militantes estão longe de dar conta desses montantes. Tampouco a ajuda do Estado, através do Fundo Partidário, resolve, já que em nosso país esse fundo é mínimo. Assim, o apelo ao setor privado aparece como o caminho salvador, apesar de proibido por lei. O hiato entre a necessidade de gastos e o montante arrecadado legalmente dá margem à hipocrisia, tida por quase todos como necessária, e assim as campanhas eleitorais fazem-se sabida e assumidamente ao arripio da lei.

A legislação brasileira sobre controle de gastos é considerada írrica e mesmo excessivamente rigorosa, e a imprensa nos últimos meses é rica em declarações nesse sentido. No entanto, muitos dos artigos que tratam do assunto revelam desconhecimento da matéria, e, portanto, convém que analisemos as leis sobre controle de gastos e financiamento.

2 - Análise da legislação sobre financiamento eleitoral e partidário, e seu controle. As normas legais sobre o assunto em tela estão definidas na Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar n° 64/90, no Código Eleitoral e na Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Iniciemos pela Constituição. Ao definir as diretrizes que norteiam os Partidos Políticos, no art. 17, dita nossa Carta Magna os seguintes preceitos:

Art. 17. - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

Vê-se, pois, que a prestação de contas à Justiça Eleitoral é mandamento constitucional. Mais adiante, estabelece a Constituição no mesmo artigo 17, § 3º:

§ 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

Essas são as diretrizes gerais que estabelece a Constituição sobre financiamento eleitoral.

Preocupou-se também a ordem constitucional com a influência do poder econômico no que concerne à normalidade e legitimidade das eleições, consignando nos §§ 9º e 10º do art. 14:

§ 9º Lei Complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

§ 10 O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Percebe-se que a Constituição buscou proteger as eleições do abuso do poder econômico, abrindo duas possibilidades legais - ou a inelegibilidade dos implicados em abuso, tratada na Lei Complementar n° 64/90, ou a impugnação do mandato dos eleitos que tiverem o abuso provado.

Vejamos melhor a Lei Complementar 64/90. Esta estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º

da Constituição Federal, casos de inelegibilidade e prazos de cessação, determinando outras providências, e estipula no art. 1º, alíneas d e h, que:

Art. 1º São inelegíveis: I - para qualquer cargo:

d) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrerem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 3 (três) anos seguintes;

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem, a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político apurado em processo, com sentença transitada em julgado, para as eleições que se realizarem nos 3 (três) anos seguintes ao término do seu mandato ou do período de sua permanência no cargo;

Sobrinhe-se que neste último caso são inelegíveis apenas os que tenham representação transitada em julgado, seja, trata-se de abusos cometidos no passado. Como evitar e combater os abusos durante as campanhas eleitorais?

A Lei das Inelegibilidades inovou neste sentido, buscando apertar a apuração dos casos de abuso.

Os arts. 19, 21, 22 e 23 estabelecem que Art. 19. As transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, serão apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelo Corregedor-Geral e Corregedores Regionais Eleitorais.

Art. 21. As transgressões a que se refere o art. 19 desta Lei Complementar serão apuradas mediante procedimento sumaríssimo de investigação judicial, realizada pelo Corregedor-Geral e Corregedores Regionais Eleitorais, nos termos da Lei n° 1.579, de 18 de março de 1952, 4.410, de 24 de setembro de 1964, com as modificações desta Lei Complementar.

Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito:

Art. 23 O Tribunal formará sua convocação pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções e prova produzida, atentando para circunstâncias ou fatos, ainda que não indicados ou alegados pelas partes, mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral.

Observe-se, pois, que é definido um procedimento sumaríssimo de investigação. Além disso, como vimos no art. 23, o juiz é dotado de grande liberdade na apreciação dos fatos. Se julgada procedente a representação, há duas possibilidades estabelecidas nos arts. XIV e XV do art. 22:

Art. 22. XIV - julgada procedente a representação, o Tribunal de primeira instância, a inelegibilidade do representante e de quantos hajam contribuído para a prática de ato contrário às regras de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 3 (três) anos subsequentes a decisão em que se verificou, além da cassação do registro do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico e pelo desvio ou abuso do poder de autoridade, determinando a abertura dos autos ao Ministério Público Eleitoral, para instauração de processo disciplinar, se for o caso, e processo-crime, ordenando qualquer outras providências que a respeito comportar;

XV - se a representação for julgada procedente após a eleição do candidato, serão remetidas cópias de todo o processo ao Ministério Público Eleitoral, para os fins previstos no art. 14, §§ 10 e 11, da Constituição Federal, e art. 262, inciso IV, do Código Eleitoral.

Portanto, no caso de a representação ser julgada procedente após as eleições, parte-se para a ação de impugnação definida no § 10º do art. 14 da Constituição. Ora, aqui apresentase o problema do curto prazo estabelecido na Carta Magna para esta ação. Difícilmente a representação será julgada antes do prazo fatal estabelecido na Constituição: afinal, como destacou o jurista Miguel Reale Jr. em entrevista à revista *Visão*, de agosto de 90, sobre a Lei Complementar n° 64/90, são por demais conhecidos os mecanismos para prolongar a tramitação de um processo. Desta forma, mesmo que o candidato eleito seja julgado culpado de abuso do poder econômico e, portanto, inelegível por três anos, ele cumprirá seu mandato de quatro anos podendo ainda muito possivelmente candidatar-se novamente ao final desse período. Exemplo prático dessa situação foi dado recentemente no Rio Grande do Norte. A representação contra um candidato à Assembleia Estadual desse Estado foi julgada procedente, em março de 1991 (ver Acórdão n° 11.884, de 5 de março de 1991 do Tribunal Superior Eleitoral), e, em consequência, foi ele declarado inelegível "para as eleições a se realizarem nos três anos subsequentes à eleição de 1990". Assim, a inelegibilidade do candidato esgotar-se-á justo a tempo de ele candidatar-se novamente a deputado, se o caso

cumprindo nesse interim seu mandato de deputado estadual conquistado em meio a comprovado abuso...

O inciso XV do art. 22 não é aplicado, logo é, não se inicia a ação de impugnação, pois já decorreu o prazo de 15 dias após a diplomação (art. 14, § 1º, da Constituição Federal).

Outro problema que surge na análise da intricada legislação eleitoral é o da deficiência de abuso do poder econômico. Ao contrário do que poderia supor-se, a expressão não significa que um partido ou candidato esteja gastando mais recursos do que deveria ou se elegendo graças a uma intervenção maciça de recursos. Como apontou o Ministro José Neri de Silveira (Ministro e ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal) em palestra proferida no Encontro de Corregedores Eleitorais, realizado no Tribunal Superior Eleitoral em março deste ano (1992), não há uma definição do que se deva ter como abuso do poder econômico no processo eleitoral. Pondera ainda o Ministro que:

Se é exato que não há uma definição, desde logo, do que se deva ter como abuso do poder econômico no processo eleitoral, decerto algumas diretrizes a esse respeito cabe colhidas no contexto do sistema eleitoral, a partir da verificação de normas de caráter positivo e de conteúdo econômico, já das que limitam a captação de recursos financeiros para financiamento de campanhas eleitorais e de candidaturas, quer dos que vedam o custeio de transporte de eleitores, num dia de pleito eleitoral, quer das disposições da Lei Orgânica dos Partidos Políticos acerca de financiamento ou custeio de campanhas, por empresas, a Partidos ou candidatos. Assim, o termo tem sido utilizado quando o financiamento das campanhas provém de recursos considerados ilícitos, venham de onde vierem e até mesmo independentemente de seu valor. Vejamos, portanto, quais são as disposições que disciplinam as finanças e os recursos considerados ilícitos e ilícitos.

As diretrizes principais sobre os recursos financeiros dos partidos encontram-se no corpo da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 5.682 de 21 de julho de 1971), especialmente nos títulos VII e VIII (das Finanças e Contabilidade dos Partidos e do Fundo Partidário, respectivamente). Os artigos 91 e 92 estabelecem que recursos são considerados ilícitos, vedando o recebimento de recursos, diretos ou indiretos, de pessoas ou entidades estrangeiras, de autoridades ou órgãos públicos, afóra do Fundo Partidário, bem como de empresa privada de finalidade lucrativa e de entidade de classe ou sindical. A lei estabelece ainda que se podem receber ou aplicar recursos financeiros nas campanhas eleitorais determinados dirigentes dos partidos e comitês localmente constituídos para esse fim. Os candidatos são expressamente proibidos de realizar individualmente despesas de caráter eleitoral, sob pena de cassação do respectivo registro (ver art. 93). Essas proibições têm gerado muitas críticas, por serem consideradas irreais e fantasmas, constituindo, segundo alguns, um convite à ilegalidade. Esse ponto tem centralizado as discussões sobre as falhas da legislação, produzindo mesmo a impressão de que a legalização das doações de empresas privadas seria a medida fundamental para a moralização e transparência das campanhas políticas.

No entanto, a mera legalização dos recursos utilizados nas campanhas praticamente não mudaria a nossa realidade eleitoral, já que se sabe que a grande maioria das campanhas é movida por recursos ilegais - aquilo que agora é ilegal deixaria de sê-lo, convertendo-se o poder do dinheiro em norma legal. A regulamentação das doações de empresas só faria sentido se acompanhada de normas que as disciplinam, para impedir a distorção da representação política pelo poder econômico.

Se admitirmos doações irrestritas e a atuação indiscriminada dos interesses econômicos nas campanhas, estaremos comprometendo a normalidade e a legitimidade das eleições. Não apenas por ferir o princípio da igualdade, já que, evidentemente, os candidatos mais fortes economicamente terão um privilégio, mas, talvez principalmente, por permitir que se elejam bandeiras representativas de interesses econômicos particulares, o que atinaria frontalmente o princípio da liberdade e a independência das potências financeiras e uma das condições para o livre funcionamento dos partidos políticos. Do contrário, ter-se-ia o Congresso reduzido a uma banca de transações entre as grandes empresas.

Que isso não é mera especulação infelizmente ficou demonstrado na CPM. Várias doações ilícitas, diretamente a candidatos e, inclusive, a deputados eleitos foram aqui comprovadas, em depósitos nominais, e outras de xerógrafos fantasmas. De onde vieram esses recursos? Por outro lado, conforme é demonstrado neste Relatório, entre as novas fiscais emitidas pela RPO que foram destacadas pela Receita Federal, como supostas de doação: pagamentos legais, temos, entre maio de 90 e novembro do mesmo ano, milhões de dólares em notas de grandes empresas, celebradas com o candidato a Norte do Oeste do Paraná à RPO em torno de três milhões e duzentos mil dólares, e André de Guterres em torno de um milhão e setecentos mil dólares, o Grupo Votorantim aproximadamente duzentos e cinquenta mil dólares apenas neste período. Para que foram feitos esses pagamentos? É difícil pelo menos supor que parte desses recursos tenha ido para campanhas eleitorais, já que não é segredo para ninguém que essas empresas estão entre as maiores interessadas nos resultados eleitorais. Não é demais que nos detenhamos

por um momento no papel que as grandes empreiteiras e prestadoras de serviços jogam na cena política em nosso país, já que os pagamentos mencionados apenas levantam a ponta do manto obscuro que envolve suas atividades.

O crescimento das grandes empresas construtoras dá-se a sombra do Estado brasileiro nas últimas décadas, de uma forma tal que essas empresas se encontram hoje firmemente encaixadas na estrutura da administração pública. Se no início a relação entre Estado e as firmas era externa, isto é, o Estado controla a obra e a empreiteira a realiza, surgindo a corrupção na medida em que a empresa paga a propina para conseguir a concorrência, ou o governante a pede para entregá-la, hoje a relação é muito mais complexa. As grandes empreiteiras estabelecem prioridades de investimento, atuam na elaboração do orçamento, incluindo seus pro-

jetos e descobrindo os caminhos da liberação de verbas, contribuindo para a eleição de governantes que lhe sejam simpáticos ou de bancadas que votem seus projetos - enfim, influenciam enormemente na formação dos quadros políticos e administrativos e acabam comandando o orçamento público, como denunciou o Ministro Adilberto Jalen, logo de sua posse.

É desta forma que se chega à situação já publicamente reconhecida em relatórios de especialistas: o Banco Mundial estima que as obras no Brasil custem em média 100% mais que as feitas em outros países. Especifica-se na imprensa o quanto a dívida externa se deve a obras faraônicas ou simplesmente inúteis, construídas ou iniciadas nesse convívio entre governos inescrupulosos e as grandes empreiteiras. Apenas uma destas obras, a Ferrovia do Aço, custou 2 bilhões de dólares acima do que deveria ter custado - 1% da dívida externa jogados pelo ralo. As contribuições dessas empresas às campanhas políticas são, portanto, mais que doações: são investimentos. A sua intervenção no processo eleitoral deve, pois, ser limitada, para garantir a legitimidade da representação política.

Chama a atenção, porém, que se o clamor pela transparência das finanças partidárias atinge as páginas dos jornais, raramente se menciona o fato de que não há sanções estabelecidas para os que infringirem a lei. Se a proibição do financiamento por empresas privadas se converteu em letra morta, é porque não há praticamente riscos em receber ou doar recursos ilegais. Mesmo nos casos comprovados, aqui nesta CPI, de candidatos que receberam recursos ilícitos, a única pena possível seria a de perda do registro da candidatura, à época das eleições, prevista no parágrafo segundo do art. 93.

Assim como a LOPP (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), tampouco o Código Eleitoral estabelece claramente penas para a utilização de recursos ilícitos. No art. 237, o Código estabelece que os abusos do poder econômico e de autoridade serão cobertos e punidos, porém nem define o que deve entender-se por tais abusos, nem comina a pena. Nos artigos de nº 239 a 254, definem-se os crimes eleitorais e suas penas. No entanto, só poucos dos artigos que se vinculam ao poder econômico - são os arts. 239, 302 e 334, que proíbem a compra de votos, o fornecimento de alimentação e transporte gratuitos, bem como a distribuição de mercadorias, prêmios ou sorteios com o fim de alijamento dos eleitores. O art. 350 estabelece pena para a falsificação de documentos eleitorais, entre os quais se incluem os documentos de prestação de contas.

Essa legislação está em desconexão com as formas mais importantes do abuso do poder econômico, como aponta o ministro Romildo de Souza, que foi Corregedor-Geral do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL em 89 e 90:

O modo como o abuso do poder econômico pode afetar a normalidade do processo eleitoral sofisticou-se a cada dia. No passado, este abuso acontecia no varejo: os candidatos e seus amigos procuravam, de forma individualizada, influir no processo. Mas, nas campanhas políticas mais recentes, esta forma de corrupção do poder econômico, de comprometimento do processo eleitoral, perdeu relevo em face de outras formas muito mais importantes: o emprego da televisão e a locomoção de candidatos rápida e eficientemente por modernos meios de transporte movimentam grandes somas, tem entrevista a Isto É Senhor de 10/10/90).

Essas formas, contudo, nem estão tipificadas, nem têm definidas penas.

Outro ponto nodal na legislação é a fiscalização financeira - por que esta fiscalização não tem sido efetiva? A Lei Orgânica dos Partidos estabelece que a fiscalização sobre a movimentação financeira dos partidos será feita pela Justiça Eleitoral. O art. 90 obriga a que os partidos enviem anualmente à Justiça Eleitoral o balanço financeiro do exercício findo. Os arts. 92, 93 e 94 disciplinam a escrituração contábil dos recursos, inclusive com responsabilização civil e criminal dos dirigentes de partidos e comitês por irregularidades.

Porém, nas campanhas eleitorais, as prestações de conta têm sido julgadas pelos Comitês Interpartidários de Inspeção. Isto, se dá basicamente em três passos:

- Todos os gastos de campanhas devem ser processados através dos Partidos Políticos, que ficam obrigados a formar Comitês Eleitorais para gerir os recursos financeiros;
- Os Comitês Eleitorais devem prestar conta ao Comitê Interpartidário de Inspeção, formado por integrantes de todos os Partidos e Coligações que participarem da eleição;

ou:

c) O Comitê Interpartidário, após analisar ou mesmo investigar as contas dos Partidos, deve enviar relatório à Justiça Eleitoral. Esse tipo de fiscalização, no entanto, tem sido muito criticado por ineficaz e formal. Como exemplo, o juiz Paulo César Salomão declarou ao jornal O Globo, em 7 de junho de 92, que um dos partidos que concorreram às eleições de 90 apresentou suas contas somente em junho de 91, sem que sofresse nenhum tipo de sanção. Antônio Carlos Mendes, procurador regional eleitoral de São Paulo, de 1983 até o presente ano, declarou em entrevista ao mesmo jornal que a culpa da má fiscalização dos gastos é dos próprios partidos, já que o controle dos recursos compete ao Comitê Interpartidário e, nestes anos todos, jamais viu ele um parecer contra as contas de nenhum partido político no Brasil.

Análise das atuações dos Comitês Interpartidários leva a confirmar sua ineficácia. As explicações são várias. Em primeiro lugar, não existe dispositivo legal que regule o funcionamento dos Comitês. As decisões são tomadas pela maioria dos membros do Comitê. Isso significa que, em casos em que os representantes dos Partidos venham a pedir investigações ou discordem das contas apresentadas por outros Partidos, se forem vencidos, não haverá investigação, e as contas serão aprovadas - existem muitos exemplos desta situação nas eleições dos últimos anos. Esse tipo de decisão dá-se, contudo, num contexto muito delicado: os Comitês reúnem-se sempre após as eleições, de maneira que a contestação de gastos sempre pode parecer atuação de um "mau perdedor". Ou, ainda, isso pode dar-se efetivamente, a saber, os Comitês podem tornar-se cenário de palcos político-eleitorais, convertendo-se em arma contra o partido vencedor, ao invés de cumprir seu papel fiscalizador. Além disso, pode-se dar um tipo de acordo entre os Partidos, em que um não fiscaliza o outro e assim ninguém fiscaliza ninguém.

Mas, se é reconhecidamente ineficaz a ação dos partidos políticos no controle das finanças, será a atitude inerte de Justiça Eleitoral inevitável?

Esta é uma questão colocada com muita propriedade por Joaquim Falcão, professor da UFRJ e Secretário Geral da Fundação Roberto Marinho (O Globo 21/6/92), para quem: a tentativa de trocar apoio ao candidato do presente pelos favores do deputado do futuro existe em todos os países do mundo. Faz parte, infelizmente, do jogo eleitoral. Isto não nos distingue. O que nos distingue dos demais países é que a nossa Justiça aceita uma prestação de contas de campanha claramente insuficiente, às vezes ilegal. Acetia, segundo o Ministro Paulo Brossard, a "beatificação do ilícito". Não devia aceitar, não. Poderia a própria Justiça encontrar meios de controlar os abusos. Bastaria ser menos documental, menos formalista, mais rápida e mais investigatória. Buscar resultados, até mesmo por questões de sobrevivência.

A verdade é que a Justiça Eleitoral tem-se contentado com um controle formal das prestações de contas, julgando apenas a legalidade dos atos. Isso fica claro na Resolução 17/98, de 8 de novembro de 90, que arquivou as contas dos candidatos à eleição presidencial - no Relatório, o Relator destaca que, de acordo com a Resolução 15/443, do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL,

não compete ao TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL aprovar ou não as referidas contas, que devem ser examinadas e aprovadas pelo próprio Comitê Interpartidário de Inspeção, de acordo com o art. 13, parágrafo 1º, do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL compete, apenas, de acordo com a mesma Resolução, promover a publicidade ampla das conclusões e relatórios sobre investigações procedidas pelo Comitê Interpartidário, a fim de que qualquer candidato possa examinar os relatórios e suas anexas prestações de contas.

Essa Resolução está em claro confronto com a nova Constituição, já que, como vimos anteriormente, a prestação de contas à Justiça Eleitoral passou a ser preceito constitucional: cabe, portanto, esperar que o controle das contas por parte desta seja efetivo, e não apenas formal. Contudo, para que a Justiça Eleitoral possa cumprir esse papel, é necessária uma legislação clara e realista - esta pode ser uma contribuição da CPI, como veremos adiante.

Não poderíamos terminar esta análise sem mencionar um ponto básico para o equacionamento dos problemas que estamos levantando: o sistema eleitoral. Ainda que, certamente, não será neste Relatório que iremos modificar as bases de nosso modelo eleitoral, não se pode fugir à constatação de que muitas das mazelas expostas têm suas raízes nos defeitos do modelo proporcional tal qual o praticamos no Brasil. Nosso modelo conduz à fragmentação e à fragilidade partidária, ao controle fraco dos representantes por parte dos eleitores e a eleições muito mais dispendiosas, já que os candidatos devem buscar votos em todo o Estado. A simples adoção de um sistema de votação distrital contribuiria para rebaixar os custos de campanha e para reforçar o vínculo das comunidades com seus representantes. Não propomos, no entanto, a adoção de um sistema majoritário, ou distrital "puro", já que estamos muito conscientes dos riscos que este implica - não apenas pode significar a ascensão das minorias, como também permite que se forjem maiorias sem o correspondente apoio da população.

Por estes motivos, somos simpáticos à adoção do modelo alemão, o qual alia as vantagens acima citadas da representação distrital com as garantias democráticas que o sis-

tema proporcional oferece. Outra vantagem importante do sistema alemão é a de reforçar os partidos políticos - o sistema diminui em muito a luta fratricida entre os camponeses de legenda à época das eleições. Tanto na disputa pelo voto no distrito como na disputa pelo voto de lista, o partido apresenta-se unido, já que o sucesso do candidato no distrito ou o sucesso da lista, em nível nacional, é o sucesso do partido e do maior número de candidatos. Com isso, fortalecem-se os programas e compromissos políticos, em detrimento do personalismo tão nocivo às instituições políticas. Recomendamos, portanto, o apoio e a urgência necessária à proposta de emenda à Constituição que introduz o sistema proporcional personalizado, ou sistema "distrital misto" (Projeto de Emenda Constitucional nº 24, de 1991, de José Serra), a qual está sendo apreciada por Comissão Especial na Câmara dos Deputados.

Para encerrar este ponto, resta um tópico da maior importância: o financiamento político. Anteriormente, abordamos os riscos sempre presentes para a democracia, se o poder do dinheiro sobrepujar o das ideias e dos programas partidários. No entanto, a não ser que nos deixemos seduzir pelo falso moralismo de que política é possível sem recursos, temos que enfrentar o problema de como suprir os meios para garantir a divulgação de ideias e de seus representantes, fundamental à democracia representativa.

Atinhamo-nos aqui com a tendência manifestada nas maiores democracias ocidentais de que, para garantir a independência dos partidos ante as potências financeiras e limitar o papel do dinheiro na competição política, é fundamental a instituição de um financiamento público efetivo. Não foi por outra razão que a França instituiu o financiamento pelo Estado recentemente, em 1988; a Espanha em 1987; a Alemanha utiliza desde 1967 e os E.U.A desde 1971. Itália, Suécia, Noruega são outros exemplos, dentre muitos. A Câmara e o Senado discutem atualmente projetos de uma nova Lei dos Partidos, adequada à Constituição de 1988, e a preocupação com o Fundo Partidário está presente na maioria destes projetos. Os projetos de Nelson Jobim, Flávio Viana, José Dirceu e Magalhães Teixeira, especialmente, procuram estabelecer parâmetros financeiros compatíveis com as necessidades dos partidos. É fundamental que Deputados e Senadores contribuam para uma rápida regulamentação de um financiamento público efetivo, e colocamos-nos desde já entre seus defensores.

No entanto, é necessário que fique claro que defendemos a institucionalização do financiamento público de partidos e campanhas dentro de parâmetros rigorosos de controle. O recurso ao dinheiro público implica em um controle das despesas, em transparência e publicidade das contas - do contrário, estaremos criando apenas mais uma "manta". O primeiro passo a ser dado deve ser esse sentido, de uma regulamentação realista, porém severa, dos gastos de campanha. Neste sentido, a CPI pode dar uma contribuição concreta, oferecendo projetos de lei que regulamentem essa matéria. Passemos pois a essas propostas.

3- Propostas: limites de gastos, limites de doações, penalidades e fiscalização financeira. Na análise anterior, vimos que a legislação nem define o que é abuso do poder econômico, nem define penas. Como bem conclui Geraldo Brindeiro, Vice-Presidente do Conselho Eleitoral, numa análise das falhas da legislação, "é preciso que a lei eleitoral defina claramente o que vem a ser abuso do poder econômico, antes de mais nada, e depois e depois se estabeleçam sanções severas para punir os infratores." (Estado de São Paulo, 21.5.92).

Propomos que a CPI assuma esta tarefa, estabelecendo limites, regulamentando as doações privadas e as penalidades. Assim, no projeto de lei abaixo, propomos um limite de gastos eleitorais, a exemplo do que existe na maioria dos países ocidentais, como a França, a Espanha e até a Grã-Bretanha. As doações por parte de empresas são permitidas, porém também dentro de limites. Incluímos aqui uma proposta inspirada na lei espanhola, que proíbe as doações de empresas vinculadas ao Estado por contratos de fornecimento, prestação de obras ou serviços, já que, como apontamos anteriormente, essas doações deturpam a representação política.

Por outro lado, como apontamos anteriormente, de nada valerá estipularmos limites e penalidades, sem aperfeiçoarmos os mecanismos de controle das finanças dos partidos. Incluímos aqui propostas que visam tornar a fiscalização das contas dos partidos efetiva, o controle das finanças partidária é atribuição constitucional da Justiça Eleitoral, e esta passa a ter a obrigação de atestar a veracidade das contas apresentadas. Os partidos, por sua vez, devem apresentar seus balanços conforme os princípios aceitos de Contabilidade, devendo esses balanços ser assinados por profissional habilitado. Nos seis meses que antecedem as eleições, as prestações de conta dos partidos devem ser mensais, pois se forem feitas apenas após o encerramento das campanhas, reproduziríamos o triste quadro atual - o abuso do poder econômico seria comprovado quando os candidatos já estivessem garantidos em suas cadeiras ou exilados e, portanto, imunes. Abandonamos a expectativa, não contudo para permitir o domínio indistinto do poder econômico na formação da vontade política. Devemos ter parâmetros realistas, porém controláveis, para os que infringirem a lei. Assim, estabelecemos, portanto, não apenas com a corrupção eleitoral, mas contribuindo para que a Sociedade e a Justiça possam combatê-la. Como disse Francisco Mitre em 1988, ao patrocinar um projeto de lei que regulamentou na França o financiamento dos par-

lidos e das campanhas eleitorais. "Certamente não impondemos a virtude (...). Haverá sempre aqueles que burlarão a lei para cometer fraudes. No entanto, os desonestos serão de alguma maneira culpados e deverão ser mais punidos."

Nos termos da justificativa acima exposta, entende a CPI necessário apresentar o subseqüente projeto de lei:

PROJETO DE LEI Nº 1. DE 1992
(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - RQN 52/92)

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Para as eleições em qualquer nível o limite de gastos eleitorais permitidos por partido político ou coligação será o que resulte da multiplicação do número de eleitores da respectiva circunscrição por um fator de multiplicação "x" na forma seguinte:

| | | |
|------------------|---------------------------------|-----------|
| Senador | nº de eleitores do Estado X 50 | cruzeiros |
| Dep. Federal | nº de eleitores do Estado X 10 | cruzeiros |
| Dep. Estadual | nº de eleitores do Estado X 100 | cruzeiros |
| Vereador | nº de eleitores do Munic. X 100 | cruzeiros |
| Pres. e V. Pres. | nº de eleitores do Munic. X 20 | cruzeiros |
| Pres. e V. Pres. | nº de eleitores do Estado X 50 | cruzeiros |
| Pres. e V. Pres. | nº de eleitores do País X 10 | cruzeiros |

§ 1º O valor de x será de Cr\$ 100.000.000,00, atualizados, a cada eleição, pela Justiça Eleitoral, segundo o Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas.

§ 2º Ao partido que ultrapassar o limite estipulado neste artigo, será aplicada multa equivalente a, no mínimo, o valor que superar tal limite.

§ 3º O partido que ultrapassar o limite estipulado neste artigo perderá o direito ao Fundo Partidário do ano subseqüente.

Art. 2º É vedado aos partidos receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

- I - entidade ou governo estrangeiro;
- II - autoridade ou órgão público, ressalvadas as dotações ao Fundo Partidário;
- III - autarquia, empresa pública ou concessionária de serviços públicos, sociedade de economia mista e fundação instituída em virtude de lei e para cujos recursos concorram órgãos ou entidades governamentais;
- IV - entidade de classe ou sindical;
- V - pessoa jurídica de direito privado que, mediante contrato vigente, seja prestadora de serviço, realize obras ou fornecimento de bens a órgãos públicos, ou que esteja participando de irrigação pública para tal fim.

Parágrafo único O partido que receber recursos vedados nesta lei, perderá o direito ao Fundo Partidário do ano subseqüente.

Art. 3º Ressalvado o disposto no artigo anterior, os partidos políticos poderão receber doações de pessoas físicas e jurídicas, até o limite de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para a pessoa física e 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para a pessoa jurídica.

§ 1º - As doações de que trata este artigo poderão ser feitas diretamente aos órgãos de direção nacional, estadual e municipal, os quais remeterão à Justiça Eleitoral demonstrativo de seu recebimento e respectiva destinação, juntamente com o demonstrativo contábil dos respectivos partidos.

§ 2º - As doações em recursos financeiros deverão ser, obrigatoriamente, efetuadas por cheque cruzado em nome do Partido Político ou por depósito bancário diretamente na conta do Partido.

Art. 4º Constitui crime eleitoral:
I - doar, direta ou indiretamente, a partido político recursos acima do definido em lei destinados a aplicação em campanha eleitoral.

Pena: Reclusão, de 1 a 3 anos, e multa.

II - receber, direta ou indiretamente, recursos acima do definido em lei destinados a aplicação em campanha eleitoral.

Pena: Reclusão, de 1 a 3 anos, e multa.

§ 1º Consideram-se recursos, para os fins deste artigo, dentre outros:

- I - qualquer quantia em dinheiro, seja em moeda nacional ou estrangeira;
- II - qualquer título representativo de valor mobiliário;
- III - qualquer mercadoria que possa ser vendida ou trocada;
- IV - a prestação de qualquer serviço;
- V - a utilização de qualquer equipamento ou material;
- VI - a cessão de funcionários;
- VII - o pagamento de salário ou gratificação a funcionário de partido ou de candidato a cargo eletivo;
- VIII - a difusão de propaganda, por qualquer meio de comunicação, ou o pagamento das despesas necessárias a sua produção ou a sua veiculação;

IX - a cessão de imóvel, temporária ou definitiva;

X - o pagamento a terceiro de quaisquer despesas relativas às hipóteses previstas neste artigo.

§ 2º As penas do inciso II serão aplicadas sem prejuízo das sanções previstas na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 3º Aplicam-se as penas deste artigo ao diretor-presidente, ou aquele que ocupe cargo equivalente, de sociedade anônima da qual se originem os recursos destinados a partidos ou a candidato acima dos previstos nesta lei.

§ 4º As disposições do parágrafo anterior aplicam-se ao sócio gerente ou administrador de pessoa jurídica organizada sob outra forma que não a de sociedade por ações.

Art. 5º A pessoa jurídica da qual se originarem os recursos descritos no do artigo anterior será aplicada multa a ser arbitrada pelo juiz, que levará em conta a capacidade econômica da empresa.

Parágrafo único. A execução da multa prevista neste artigo será realizada nos termos do art. 164 da Lei 7210, de 11 de julho de 1984, sendo seu valor revertido ao Fundo Partidário.

Art. 6º A Justiça Eleitoral fará o exame da escrituração contábil e das prestações de contas da movimentação financeira dos partidos e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira e os dispêndios e recursos aplicados nas campanhas eleitorais, fazendo observar as seguintes normas:

I - obrigatoriedade de se receberem ou aplicarem recursos financeiros em campanhas políticas determinados dirigentes dos Partidos e Comitês legalmente constituídos e registrados para fins eleitorais;

II - caracterização da responsabilidade dos dirigentes de partidos e Comitês, inclusive do Tesoureiro, que responderão civil e criminalmente por quaisquer irregularidades;

III - escrituração contábil, feita de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e assinados por contadores habilitados junto aos Conselhos Regionais de Contabilidade, que assumirão integral responsabilidade técnica pelas informações delas constantes;

IV - obrigatoriedade de ser conservados pelos partidos e comitês a documentação com relação de suas prestações de contas, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos;

V - obrigatoriedade de movimentar, através de conta única, aberta especificamente para este fim, no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Estaduais ou sociedades bancárias de economia mista todos os fundos financeiros dos partidos ou comitês, e, inexistindo estes estabelecimentos, no banco escolhido pela Comissão Executiva, a ordem conjunta de um dirigente e de um Tesoureiro do Partido;

VI - obrigatoriedade de os partidos enviarem, anualmente, à Justiça Eleitoral, o balanço financeiro do exercício findo, até 31 de março;

VII - obrigatoriedade dos partidos de, nos anos em que ocorrerem eleições, enviarem à Justiça Eleitoral balançotes mensais, nos seis meses que antecedem o pleito e nos dois meses que o sucedem, devendo a Justiça Eleitoral aprová-los até oito dias antes da diplomação dos eleitos;

VIII - exigência de registro dos comitês que devam atuar nas campanhas eleitorais;

§ 1º Para efetuar os exames necessários ao atendimento do disposto no caput, a Justiça Eleitoral poderá requisitar técnicos de controle externo do Tribunal de Contas da União ou dos Estados, pelo tempo que for necessário.

§ 2º A Justiça Eleitoral, poderá, sempre que julgar necessário, requisitar diretamente as instituições financeiras os extratos e comprovantes de movimentação financeira das contas referidas no inciso VII, devendo os partidos comunicar ao órgão competente a abertura das mencionadas contas no prazo de 15 dias.

§ 3º Recebidos os balançotes mensais e as prestações de conta de cada partido, a Justiça Eleitoral determinará sua imediata publicação na

Imprensa Oficial, ou, inexistindo essa, determinará sua afixação na secretaria do Tribunal ou no Cartório Eleitoral.

§ 4º A partir do décimo quinto dia da publicação das prestações de conta, os partidos políticos terão o prazo de cinco dias para impugnação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogados os art. 90, 91 e 93 da Lei 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei dos Partidos Políticos).

II - O CICLO ORÇAMENTÁRIO

Os resultados desta CPI não estarão completos se não fossem apontados os fatores que possibilitam a ocorrência, no âmbito da administração pública federal, dos fatos revelados por esta Comissão. Além disso, cabe nos sugerir algumas medidas que eliminem ou atenuem as distorções detectadas.

As provas coletadas na fase de Investigação mostram a existência de um cenário relativamente fácil a grupos organizados ocupar posições-chave nos órgãos da administração pública e, de maneira articulada, conduzir o Poder Público a tomar decisões e empreender ações danosas ao Estado e prejudiciais à sociedade, embora muito rentáveis para os membros desses grupos, sob a forma de comissões, lucros exorbitantes, favorecimentos pessoais, etc.

Como já afirmamos, o novo Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 17 de abril de 1990), em especial na parte que se refere aos "crimes contra a administração pública", não está mais em condições de ser um elemento dissuasório eficaz de pessoas dispostas a se apropriar de recursos públicos em proveito próprio. O mesmo pode ser dito do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), cujas normas acabam por impor um rito demorado e formalístico para a apuração e punição de crimes dessa natureza.

Além disso, como também abordamos em outra parte deste relatório, é evidente a necessidade de se promover profundas reformas na legislação eleitoral, particularmente no que diz respeito às normas sobre custeio de campanhas eleitorais.

Não obstante, há uma outra vertente da administração pública federal que é, também, uma das fontes centrais de facilitação da ingerência externa espúria na administração pública. Trata-se do ciclo orçamentário ampliado, com a inclusão do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que surgiram com a promulgação da Constituição de 1988. Referimo-nos aos procedimentos, no âmbito tanto do Poder Executivo como do Poder Legislativo, que geram o PPA, a LDO, a Lei Orçamentária Anual (LOA) e os Créditos Adicionais e que regulam o acompanhamento e a avaliação do Plano e dos Orçamentos.

Julgamos que esse é um dos ambientes propícios à prática de várias irregularidades apuradas por esta CPI. Avaliamos, também, que é um dos assuntos sobre os quais o Congresso pode agir com rapidez e eficácia, de modo a fechar as portas para novas aventuras e assaltos ao Erário.

Para tanto, será necessário, inclusive, que o Poder Legislativo demonstre a firme vontade política de reconhecer alguns pecados por ele mesmo cometidos, afastando-se de alguns maus hábitos e que imponha a si mesmo regras simples, com o que demonstrará à sociedade brasileira sua disposição de renovar costumes e práticas políticas e colocar os interesses do País acima dos interesses pessoais.

Para melhor situar o que será adiante discutido, é necessário, preliminarmente, fazer uma descrição sucinta do que denominamos ciclo orçamentário ampliado, distinguindo, para cada instrumento de planejamento e orçamento, a participação dos Poderes Executivo e Legislativo. Temos:

1º) elaboração, pelo Poder Executivo, da proposta do Plano Plurianual (PPA) e consequente encaminhamento ao Congresso;

2º) exame, inclusão de emendas, aprovação pelo Congresso do PPA e remessa à sanção do Presidente da República;

3º) elaboração, pelo Poder Executivo, da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), compatível com o Plano Plurianual, e consequente encaminhamento ao Congresso;

4º) exame, inclusão de emendas e aprovação, pelo Congresso, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e remessa à sanção presidencial;

5º) elaboração, pelo Poder Executivo, da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA), compatível com a LDO e PPA;

6º) exame, inclusão de emendas e aprovação, pelo Congresso, da LOA e remessa à sanção presidencial;

7º) execução dos Orçamentos;

8º) acompanhamento e avaliação da execução do PPA e controle interno da execução dos Orçamentos pelo sistema de controle interno dos três Poderes;

9º) controle externo da execução dos Orçamentos a cargo do Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (art. 71, da C.Federal).

É preciso tornar claro que, em torno desse processo, concentram-se muitos interesses empresariais, corporativos, regionais e setoriais de toda espécie, devido ao volume de recursos que nele são mobilizados. A maioria desses interesses é legítima e pauta sua intervenção no processo decisório subjacente pelo respeito às normas legais de regência. Outros, no entanto, não se deixam embarcar por considerações de ordem ética ou legal, como demonstram cabalmente os fatos revelados por esta CPI. Isto acontece porque, ao longo do ciclo orçamentário, surgem oportunidades de ingerências externas diversas, devido a lacunas na legislação e a procedimentos políticos, práticas e praxes que comandam o processo. Já, na elaboração das propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, no âmbito do Poder Executivo, mobilizam-se grupos interessados não somente em vender seus produtos e serviços, alheios às reais necessidades do País e de cada região.

Uma reforma urgente e imprescindível, motivo pelo qual passamos a abordar os pontos onde surgem essas oportunidades e nossas sugestões para eliminá-las. Nem todas as sugestões poderão tomar a forma de propostas de alteração legislativa. Haverá sempre casos em que serão apenas recomendações.

A ação dos grupos supra-mencionados é facilitada pela virtual inexistência, hoje, de um sistema de planejamento nacional digno deste nome. A ausência de prioridades nacionais claras e racionalmente articuladas entre si contribui decisivamente para estabelecer um clima no qual disputam-se anarquicamente os recursos orçamentários, baseado, apenas, em interesses econômicos ou eleitorais imediatos, frequentemente à margem de qualquer racionalidade, ética ou legalidade. O desperdício resultante é brutal.

No ciclo orçamentário, podemos identificar os momentos em que grupos de interesses têm a oportunidade de interferir na destinação dos recursos públicos, em especial nas etapas relativas às leis orçamentárias anuais, pormenorizadas abaixo. Algumas observações que são feitas, vale a pena, mutatis mutandis, para a elaboração, a aprovação, a alteração e a execução de outras leis relativas ao planejamento e a programação dos gastos da administração federal.

A. Elaboração do projeto de lei do orçamento.

Os órgãos de planejamento que participam do processo avaliam as condições macroeconômicas, estimam a receita para o exercício orçamentário e estabelecem os parâmetros que prevalecerão na elaboração dos Orçamentos. O órgão central de orçamento (Departamento de Orçamentos da União - DOU) fixa as condições em que deverão ser elaboradas as propostas setoriais, determinando inclusive os tetos de programação. As propostas das unidades orçamentárias de cada órgão ou entidade são consolidadas na unidade setorial de planejamento e orçamento e encaminhadas ao DOU para os ajustes necessários, tendo em conta diretrizes emanadas do órgão central de planejamento e compatíveis com a Constituição, o PPA e a LDO.

O resultado deste trabalho é submetido à consideração do Presidente da República, que arbitra a distribuição final dos recursos e a envia ao Congresso Nacional para apreciação. Identificam-se, nesta fase, os seguintes momentos em que interesses privados, corporativos, políticos e pessoais têm a oportunidade de introduzir mudanças de rumo na proposta, atendendo seus objetivos:

1. na fixação, pelo DOU, dos tetos, que, nesta etapa, descem ao nível dos recursos oferecidos a cada Ministério, órgão ou entidade da administração, por grupo de despesas e fontes de recursos;
2. na elaboração dos pedidos de recursos por parte de cada unidade orçamentária, órgão ou entidade, para posterior encaminhamento à unidade setorial de planejamento e orçamento dos ministérios aos quais estão subordinados;
3. na repartição dos recursos às unidades orça-

mentárias, órgãos e entidades no âmbito de cada ministério, aqui consideradas as negociações entre os gestores de recursos e a unidade setorial de planejamento e orçamento, ouvido o Ministério.

4. nas negociações entre os órgãos setoriais de planejamento e orçamento e o DOU, com a finalidade de ampliar seus leitos;

5. na consolidação das propostas setoriais pelo DOU;

6. na decisão do Presidente da República entre reivindicações conflitantes e disputas por falhas dos Orçamentos, cuja solução escape à alçada do DOU e outras autoridades do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, envolvendo seus ministros;

B. Apreciação do projeto no Legislativo.
No Legislativo, cabe primeiramente à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apreciar o projeto, nos termos da Constituição e da Resolução nº 191 - CN. Nesse processo, escolhe-se um Relator-Geral, que elabora e submete à Comissão seu Parecer Preliminar, onde são fixados parâmetros que orientarão a formulação de emendas dos parlamentares e a apreciação do projeto pelos relatores parciais e setoriais. Em seguida, são escolhidos os relatores parciais, e os setoriais, se houver, aos quais incumbe a apreciação de partes da proposta, correspondentes a um ou mais órgãos, unidades orçamentárias ou entidades.

Segue-se a apresentação de emendas, que serão apreciadas, numa primeira etapa, pelos relatores parciais. Os trabalhos dos relatores parciais são consolidados pelos relatores setoriais, se houver. Finalmente, e com a possibilidade de promover os ajustes necessários, até mesmo para atender reivindicações até então não acolhidas, o Relator-Geral elabora e submete à Comissão o Parecer Final, que segue posteriormente para o Plenário do Congresso.

As possibilidades de pressões externas podem ocorrer da seguinte forma:

1. na escolha do Relator-Geral e dos relatores parciais e setoriais, cujas prerrogativas, aos níveis de suas atribuições, são substanciais, podendo acolher ou rejeitar emendas e ajustar valores dos orçamentos. Note-se aqui que os setores da administração cujos gastos são objeto de apreciação e alteração pelos relatores parciais e setoriais variam enormemente de importância, que pode ser avaliada segundo diversas óticas, seja quanto ao acatamento de emendas, aos valores passíveis de remanejamento, ao impacto das alocações de recursos nas atividades de fornecedores e de prestadores de serviços ao Governo etc;

2. na definição dos termos do Parecer Preliminar do Relator-Geral, oportunidade em que são estabelecidos os parâmetros, abrangendo desde o volume de recursos que caberá a cada ministério, órgão ou entidade até os limites para cancelamentos e remanejamentos de dotações por categorias de despesas. Neste ponto, o que está em questão são os dispositivos da Resolução nº 191 - CN, que se omite quanto às possibilidades de participação dos membros da Comissão na redação final desse Parecer, permitindo ao Relator-Geral um poder excessivo na fixação daqueles parâmetros;

3. na elaboração e apresentação de emendas, quando se abre a oportunidade de inserir na programação dos gastos dotações e ações não contempladas na proposta do Executivo;

4. na apreciação das emendas, algumas das quais que, apesar de mal formuladas, sem indicação de fontes de cancelamento de despesas ou sem critérios adequados para aferição de custos das ações propostas, acabam sendo acolhidas;

5. na elaboração dos pareceres parciais e setoriais, onde cada relator busca ouvir órgãos e entidades e mesmo representantes de interesses afetados pela destinação dos recursos, bem como seus pares e outros relatores, no segundo caso, como forma de obter reciprocidade visando à aprovação de emendas de seu interesse. Esta é, novamente, oportunidade para alterar a programação dos gastos ou manter inalteradas as dotações previstas no projeto do Executivo;

6. na votação dos pareceres na Comissão Mista, em relação a emendas ou pleitos não acolhidos na fase anterior e passíveis de destaque em Plenário;

7. na elaboração do Parecer Final, quando todas as necessidades dos parlamentares ainda não satisfeitas são intensamente negociadas em todas as instâncias políticas. Neste ponto, reafirma-se a posição de árbitro principal do Relator-Geral, considerando os poderes que lhe concedem as normas atualmente em vigor e a margem de remanejamento, por vezes ilimitada, que normalmente lhe é dada pelo Parecer Preliminar;

8. na aprovação do Parecer Final, pela Comissão, onde repete-se o processo de negociação de forma ainda mais ampla, pois trata-se de aceitar ou não os termos do referido Parecer;

9. nos ajustes finais aprovados pela Comissão e não formalizados tempestivamente, efetuados pelo Relator-Geral por delegação da Comissão, quando ocorrem atrasos na aprovação do Parecer Final. O Plenário do Congresso vem concordando com tal procedimento, fazendo idêntica delegação;

10. no fechamento dos Orçamentos, no centro de processamento de dados do Senado Federal (PRODASEN) e no DOU. Tem surgido denúncias ainda não esclarecidas de inclusão, nesta fase, de emendas não aprovadas pelo Plenário do Congresso na redação final do projeto.

C. Execução dos orçamentos, no Executivo
A execução é a etapa do processo orçamentário mais suscetível de ingerências externas ao setor público. Dois fatores contribuem decisivamente para a vulnerabilidade da programação dos gastos públicos perante os interesses privados que são:

- a interpretação de que a lei orçamentária anual tem caráter autorizativo, o que significa dizer que o Executivo pode gastar em montantes e em ações que desejar, dentre as constantes da Lei, não podendo apenas, genericamente, exceder os limites de despesas fixados. Mesmo na

ausência de inflação, tal particularidade tem servido como uma autorização ao Executivo para alterar substancialmente a composição dos gastos, se decidir executar integralmente alguns projetos e abdicar da execução de outros. Isso ocorre independentemente da realização das receitas;

- a falta de uma regra legalmente prevista para a indexação efetiva dos orçamentos. Na prática, tudo o que é feito para ajustar os valores do orçamento aprovado à inflação é aplicar aos valores das dotações um multiplicador calculado com base na variação dos preços observada até o último mês do ano em que o orçamento é elaborado e a variação média dos preços prevista para o exercício. Deste procedimento decorre que:

1) os valores das despesas, para o exercício como um todo, estarão subestimados sempre que a estimativa de inflação para o exercício ficar abaixo da efetivamente ocorrida. Se o Executivo enviar proposta de abertura de créditos adicionais, a distorção será sanada; caso contrário, os gastos fixados para determinada ação continuarão inferiores às necessidades;

2) nos meses iniciais do ano, as dotações correspondem a um poder real de compra várias vezes superior ao que representam nos meses finais do ano.

Em tais circunstâncias, serão favorecidos os beneficiários de despesas que, alternativa ou cumulativamente:

I) tenham os projetos de seu interesse executados o mais cedo possível, durante o exercício.

II) tenham os valores dos projetos de seu interesse recompostos por meio de créditos adicionais.

III) no caso de fornecedores e prestadores de serviços à administração, logrem receber seus créditos imediatamente após sua liquidação.

São oportunidades de atuação de grupos de interesses os seguintes momentos:

1. a tomada de decisão, pelas autoridades do Executivo, quanto aos critérios de contingenciamento das despesas previstas nos orçamentos. Este contingenciamento tem sido feito como forma de evitar o empicho das dotações e corresponde ao bloqueio, a cada trimestre, de uma percentagem dos gastos globais, distribuído de forma não proporcional pelas unidades orçamentárias e por categoria de programação;

2. a tomada de decisão, pelas áreas técnicas e autoridades do Executivo, quanto às ações que, dentre o conjunto de iniciativas propostas, merecerão ser implementadas através da alocação de recursos de dotações globais;

3. a aprovação do cronograma de desembolso financeiro pelo Departamento do Tesouro Nacional (DTN), ouvidas as propostas dos ministérios;

4. a liberação dos recursos pelo DTN às unidades gestoras;

5. a transferência de recursos de unidades orçamentárias a unidades gestoras;

6. as licitações para compra de bens e serviços, pela administração, desde a fase de elaboração do projeto básico e da consequente elaboração de editais até a escolha do vencedor;

7. a decisão do gestor de quando pagar e de a quem pagar dentre credores habilitados a recursos escassos.

8. o acompanhamento e controle da efetiva execução físico-financeira das ações, bem como na análise e aprovação, tanto sob o aspecto técnico como contábil, das prestações de contas referentes às despesas realizadas.

Sugerem-se, a seguir, algumas medidas para combater os problemas descritos, parte das quais deveriam ser incluídas na lei complementar que se refere o art. 165, § 9º da Constituição, sobre a qual já existe proposta tramitando no Congresso Nacional.

1. reinstitucionalizar a função de planejamento, de forma a articular as macro-políticas públicas de curto e médio prazos, estabelecendo critérios que resultem numa repartição regional de recursos proporcional às populações e inversamente proporcional à renda per capita, atendendo desta forma à necessidade de privilegiar estados e regiões mais carentes;

2. assegurar que, na proposta de PPA oriunda do Poder Executivo, se quantifique, para cada programa governamental, as necessidades e as carências públicas que motivaram sua inclusão no Plano e os resultados que se pretende alcançar com sua implementação;

3. estabelecer um conjunto de informações que permitam avaliar se a programação proposta, contida no PPA, na LDO e nos Orçamentos, é coerente com as avaliações oficiais da situação econômica e social do País e com as possibilidades de financiamento público das ações propostas;

4. definir claramente qual esfera de governo é responsável por que tipo de ação, de forma a evitar que recursos federais sejam desviados para gastos que, por suas características, são típicos de administrações estaduais ou municipais, eliminando assim a confusão hoje reinante, que favorece o tráfico de influência de grupos interessados em obras locais;

5. reduzir drasticamente, com base na definição completa da área de atuação de cada um dos três níveis de governo, nos termos do item anterior, as chamadas "transferências voluntárias" da União para os Estados e Municípios, prática que abre largas possibilidades de influência em situações políticas locais. É necessário eliminar, de uma vez por todas, a conhecida "política de pires na mão", tradicional no País e lamentavelmente muito comum no cenário brasileiro;

6. garantir que o sistema de planejamento como um todo e, em particular, o sistema orçamentário, sejam simultaneamente descentralizados e aproximados dos beneficiários finais das ações públicas. Hoje muitos dos beneficiários efetivos das ações de governo localizam-se na máquina estatal, no sistema político e nas empreiteiras, outros fornecedores de bens e prestadores de serviços e consultores privados. Os beneficiários presuntivos - os cidadãos - não se posicionam como tal perante um Estado de direito, mas aderem a "síndrome do jêtinho" para

capturar pequenas vantagens pessoais. Como a disputa se concentra sobre as verbas, estas tendem a exaurir-se no empreguismo, nos sobrepreços e nas comissões, relegando a plano secundário o produto terminal sob a forma de obras e serviços, resultando frequentemente, pelo descaço, em obras inacabadas e serviços ineficientes. É preciso criar mecanismos que permitam aos beneficiários finais direcionar os recursos públicos de acordo com suas reais necessidades. Ou seja, é preciso dar aos cidadãos condições de participação ativa no planejamento e na programação das despesas, retirando estas atribuições do domínio exclusivo dos burocratas dos órgãos de planejamento e orçamento, que parecem dedicar-se mais a acomodar as ambições de seus superiores hierárquicos do que aos interesses públicos;

7. instituir um processo contínuo de avaliação e verificação das ações e realizações de governo, com vistas a otimizar a alocação dos recursos disponíveis. Isto pode ser alcançado através da comparação sistemática de metas e resultados obtidos com aqueles fixados no PPA, na LDO e na Lei Orçamentária Anual. A falta de uma base avaliativa confiável dos programas, projetos e atividades, montada a partir de critérios técnicos adequados, expõe demasiadamente as peças orçamentárias a todo tipo de interesses estranhos aos objetivos das políticas públicas;

8. limitar rigidamente as possibilidades de se incluir, na Lei Orçamentária Anual, subprojetos incompatíveis com os objetivos, prioridades e metas aprovados no PPA e na LDO;

9. tornar a Lei Orçamentária Anual determinativa, ainda que, numa primeira etapa, o seja apenas em relação às despesas relativas às ações prioritárias da administração;

10. dar ao sistema de controle interno da administração pública federal, de que trata o art. 70 da Constituição Federal, reais condições de avaliar o cumprimento das metas, privilegiando mecanismos de acompanhamento físico e financeiro.

Com relação especificamente à Lei de Diretrizes Orçamentárias, nossa recomendação é no sentido de recuperar seu papel, tal como concebido pelo Constituinte, que é o de estabelecer regras e parâmetros para a elaboração dos Orçamentos nos seguintes aspectos:

a) prioridades e metas para o exercício;
b) regionalização das metas explicitadas;
c) política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, e
d) alterações na legislação tributária.

Para que isso ocorra é preciso:

1. estabelecer uma clara diferenciação entre prioridades e metas, a partir da noção de que as primeiras condicionam as últimas e de que as primeiras são qualitativas e as últimas específicas;

2. limitar o elenco de prioridades, pois onde tudo é prioritário nada adquire tal condição;

3. assegurar que cada prioridade seja clara, abordando um só tema ou objeto de ação do Governo, e que as metas sejam quantificadas por região;

4. tornar obrigatório que, na apreciação da LDO pelo Congresso, a apresentação de emendas que visem a modificar prioridades ou metas devam ser assinadas por um mínimo de cinco parlamentares de cada região, a fim de assegurar que essas emendas persigam interesses nacionais e não o atendimento de interesses clientelísticos;

5. vedar, taxativamente, que subprojetos sejam excluídos da programação setorial, antes de sua conclusão, exceto com autorização específica do Congresso;

6. estabelecer que a inclusão de novos subprojetos na proposta orçamentária dependa de estudo de sua viabilidade técnica e social.

7. incluir dispositivo criando mecanismos de indexação dos Orçamentos.

No que diz respeito à LDO e à sua execução, sugerimos:

1. vedar, taxativamente, a inclusão de subprojetos com datações meramente simbólicas, que provoquem a pulverização dos recursos;

2. estabelecer uma base de dados referente a padrões de custos de obras, bens e serviços no Ministério Público da União ou no Tribunal de Contas da União e tornar obrigatória a auditoria de toda licitação feita através de concorrência, em que a proposta aprovada apresente variação de custos em mais de 10%, em relação ao padrão respectivo;

3. eliminar a prática de, no Relatório Preliminar do Relator-Geral da Comissão Mista, estabelecer limites que impeçam a supressão de dotações e que induzam cortes lineares para fins de atendimento a emendas;

4. criar regras restritivas à apresentação individual de emendas aos Orçamentos, estabelecendo-se prioridades na sua apreciação para que se conformem a critérios gerais de alocação de recursos previamente definidos e que deem preferência àquelas subscritas por bancadas de Partidos, regiões ou Estados;

5. exigir que toda emenda seja acompanhada de adequada fundamentação, em que sejam quantificadas as necessidades e as metas, explicitadas o custo total ao nível de subprojeto ou subatividade e o prazo previsto para sua conclusão, e que aloque recursos suficientes.

No que se refere ao controle da execução orçamentária, é preciso reestruturar completamente o sistema de controle interno e instituir mecanismos que tornem efetivo o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, criando instâncias próprias de acordo com filosofia abrangente e coerente, que incluam, mas não se esgote, no fortalecimento do órgão auxiliar, Tribunal de Contas da União.

Aspecto não menos relevante, no que diz respeito ao controle externo, é a necessidade de que as peças orçamentárias, assim como os relatórios referentes às respectivas execuções, sejam amplamente divulgadas e com uma forma de apresentação que facilite seu entendimento para os cidadãos comuns. Hoje essas informa-

cões são, em geral, obscuras e ininteligíveis até mesmo para a maioria de seus representantes. É impossível controlar o que não se entende nem é possível interpretar.

III - Proposta de criação de Comissão Mista Permanente de Fiscalização e Controle

Do teor deste relatório e da realidade social e política brasileira desprende-se ter-se tornado imperativa a vigilância específica e permanente dos atos do Poder Executivo, pelo Congresso Nacional no exercício pleno do mandato que lhe foi confiado pela Nação.

A responsabilidade política do Parlamento brasileiro implica a fiscalização e o controle diuturnos da administração pública federal, uma vez que a experiência dos dois últimos anos evidenciou o desrespeito contínuo da lei constitucional e a fragilidade dos órgãos públicos do Executivo frente a inescrupulosas investidas de aproveitadores. Acorda, por conseguinte, esta CPI, na apresentação do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 92 - CN (da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito RQN 52/92-CN)

Cria a Comissão Mista Permanente de Fiscalização e Controle, no Congresso Nacional, e dá outras providências.

Art. 1º Fica criada, no Congresso Nacional, a Comissão Mista Permanente de Fiscalização e Controle, composta de onze Senadores e onze Deputados, e igual número de Suplentes, indicados pelas lideranças partidárias de ambas as Casas legislativas, no respeito à proporção das bancadas.

Parágrafo único. A Comissão Mista Permanente de Fiscalização e Controle compete fiscalizar, controlar e investigar os atos da administração pública federal, direta, indireta e fundacional, na forma do regimento.

Art. 2º A Comissão terá presidente e um vice-presidente, eleitos alternativamente, a cada dois anos, dentre os Deputados e Senadores seus integrantes.

§ 1º A Comissão terá um relator-geral, nomeado pelo Presidente, por dois anos, e, por proposta do relator geral e nomeação do Presidente:

I - um relator adjunto para acompanhar os trabalhos da Comissão Mista Permanente de Orçamentos Públicos e Plenos;

II - um relator adjunto para acompanhar os trabalhos da Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional;

III - relatores adjuntos, quando necessário, para atividades específicas.

§ 2º A Comissão instalar-se-á até dez dias após a promulgação desta Resolução, para eleger seu presidente e vice-presidente e, para, até trinta dias de sua instalação, adotar seu regimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

IV - Das alterações necessárias ao sistema financeiro nacional

1 - Legislação quanto à abertura de contas bancárias

1-1 Diante dos fatos apurados e das falhas existentes na legislação, é forçoso reconhecer que há uma necessidade premente de ampla revisão nas leis que regulamentam o sistema financeiro, sendo recomendáveis as seguintes providências:

1-1-1 Estabelecer a obrigatoriedade de os bancos e demais instituições financeiras, quando da abertura de contas de depósitos e por acolhimento de quaisquer outras aplicações, comporem a fidelidade dos dados de identificação fornecidos pelo cliente.

1-1-2 Concelebrar como crime contra o sistema financeiro, a ser incluído na Lei nº 7.492/86, a abertura e movimentação de conta ou qualquer operação realizada junto a instituição financeira em nome de pessoa fictícia, estabelecendo como penalmente responsável pela sua autoria os administradores da instituição, como comandados no artigo 25 da citada Lei.

1-1-3 Revisar as disposições do artigo 39 da Lei 7.357/65, no sentido de tornar o sacado e/ou apresentante à câmara de compensação responsável pela autenticidade do último endosso, a ser reconhecido no verso do cheque pelo sacado, apresentante à compensação.

1-1-4 Punir os estabelecimentos que infringirem as normas, bem como os responsáveis diretos pelas ocorrências, ainda, que meros funcionários, os quais ficarão sujeitos à pena de detenção, porquanto tais fatos seriam considerados como crime.

1-1-5 Obrigar que os cheques administrativos emitidos por instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central contendam, além da indicação do beneficiário na forma do artigo 9º, inciso III, da Lei 7.357/85, identificação, fatura, duplicata, ou qualquer outro título de crédito para cuja liquidação foram girados, bem como declaração a que se destinam, para resgate de aplicação financeira, quando for o caso, hipótese em que deverá a instituição emitente guardar os comprovantes daquele negócio pelo prazo de cinco anos, bem como identificação de qualquer outra finalidade a que se destinem.

1-1-6 Proibir que os cheques administrativos emitidos pelos bancos e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central sejam liquidados por "caixa".

1-1-7 Determinar que os cheques emitidos em endossados em preto em favor de um banco possam no verso discriminação de sua finalidade feita pelo emitente/endossante.

1-1-8 Penalizar os estabelecimentos que aceitarem cheques em desacordo com o item anterior, bem como os responsáveis, ainda que sejam os administradores, sujeitando-os à pena de detenção, visto ser o fato considerado como crime contra o sistema financeiro.

1-2 As razões que embasam estas sugestões são claras quanto ao objetivo de se atribuir às instituições total responsabilidade pela correta

identificação de seus clientes, a fim de coibir a proliferação de "contas frias" ou dos chamados "laranjas", artifício utilizado para a movimentação de recursos de origem ilícita. A nosso ver, as instituições financeiras possuem plenas condições técnicas e materiais de realizar a adequada identificação, visto que, ordinariamente, exigem quando realizam operações ativas.

1-3 De outra parte, bem sabemos que os cheques são recebidos pelos bancos em quatro situações, a saber: em depósito, em pagamento de uma cobrança ou ordem de pagamento (DOC, para liquidação, no caixa, ou em cobrança. Em cada uma dessas hipóteses, terão eles condições de verificar a autenticidade do último endosso, mesmo quando o cheque tiver sido emitido em valor do estipulado pelo inciso III do artigo 2º da Lei 8.021/90 (Cris 12.686/21, de acordo com o comunicado 2311, de 5.2.91, do Banco Central do Brasil) ou quando o último endosso tenha sido em branco, nessa última hipótese devendo o estabelecimento valer-se de facilidade prevista no inciso II do artigo 20 da Lei 7.357/85.

1-4 Quanto à sugestão relativa a cheques administrativos, a medida proposta visa a coibir sua emissão pelas instituições financeiras sem identificação de sua finalidade, para com isso evitarem-se ilícitas transferências de disponibilidades bancárias, como atualmente ocorre.

1-5 Ressalte-se a oportuna iniciativa do Banco Central do Brasil em editar a resolução nº 001946, de 29/7/92, cópia em anexo, quando determinou que as instituições financeiras e as instituições autorizadas ou credenciadas a operar em câmbio identifiquem as pessoas responsáveis por pagamentos ou recebimentos em espécie, sempre que o valor da operação seja igual ou superior a Cr\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), quando em moeda nacional ou a US\$ 10.000,00 (dez mil dólares) ou seu equivalente em outra moeda, quando efetivado em moeda estrangeira.

2 - Projeto de lei regulamentando a abertura de contas bancárias

Após a avaliação feita, no item anterior, a Subcomissão de Bancos resolveu encampar o Projeto de Lei, a ser encaminhado, em plenário, da Câmara Federal, em 24/8/92, de autoria dos Deputados Jackson Pereira, Aloizio Mercadante e Sigmaringa Seixas, recomendando as lideranças dos diversos partidos que sua tramitação seja aprovada, em caráter de urgência-urgentíssima, tendo em vista as razões já expostas. Em anexo, cópia do referido Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº. 1 DE 1992

(Do Sr. Jackson Pereira, Aloizio Mercadante e Sigmaringa Seixas)

"Estabelece normas para controle da movimentação de ativos no País, e dá outras providências."

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - A partir da entrada em vigor desta Lei, não serão passíveis de endosso os cheques de valor superior a Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), considerando-se não escrita qualquer menção em contrário.

Art. 2º - O cheque administrativo emitido por instituição financeira deve conter a identificação da operação e da fonte dos recursos que lhe deram origem, sem prejuízo de outros requisitos previstos em regulamento.

Art. 3º - É obrigatória a comunicação ao Banco Central do Brasil, por parte das instituições integrantes do Sistema Financeiro e instituições autorizadas ou credenciadas a operar em câmbio, de quaisquer pagamentos ou recebimentos, em espécie, de valor igual ou superior a Cr\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros) ou o equivalente a US\$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos), quando se tratar de operação realizada em moeda estrangeira.

Parágrafo único - A instituição responsável deverá identificar o correntista cujo movimento diário de saques ou depósitos, em espécie, configure artifício para escapar aos mecanismos de informação de que trata esta Lei.

Art. 4º - A comunicação deverá ser acompanhada dos seguintes dados, sem prejuízo de outros que venham a ser exigidos pelo Banco Central do Brasil:

I - o nome, o endereço, e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), para as pessoas naturais;

II - a razão social, o endereço, e o número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes, no caso de pessoa jurídica;

III - o valor, a origem e o destino declarado dos recursos;

Art. 5º - A entrada ou saída do País de ativos de valor superior a Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros) deverá ser declarada à Receita Federal, sob pena de incidência de multa equivalente a 50% do valor dos haveres não declarados, sem prejuízo de outras exigências e sanções previstas em legislação específica.

Parágrafo único - Consideram-se ativos, para os fins de que o "caput", moeda nacional ou estrangeira, cheques de viagem, cheques de instituição financeira no exterior, metais e pedras preciosas, títulos, ações, e outros bens que possuam liquidez internacional, a serem definidos por ato do Poder Executivo, através do órgão competente.

Art. 6º - O descumprimento de disposição desta Lei por instituição sujeita à fiscalização do Banco Central do Brasil será considerada falta grave, sujeitando-a, e a seus administradores, às penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, sem prejuízo de outras previstas em legislação específica.

Art. 7º - Os valores de que trata esta Lei, expressos em moeda nacional, serão corrigidos a partir de 1º de agosto de 1992, com base no

Índice de atualização dos tributos federais.

Art. 8º - O art. 21 da Lei nº 7492, de 16 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21 - Atribuir-se, ou atribuir a terceiro, falsa identidade, quando da realização de qualquer operação ou celebração de contrato que envolva instituição financeira ou instituição autorizada ou credenciada a operar com câmbio.

Pena - Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único - Incorre na mesma pena quem, no mesmo caso, deixa de exigir os documentos de identidade respectivos ou negligencia sua análise, ou, ainda, omite informação que devia prestar ou presta informação falsa."

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 45 dias de sua publicação.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A facilidade com que grandes somas circulam à margem do sistema financeiro, sem deixar registros confiáveis, dificulta o trabalho de investigação de atividades ilícitas, assim como obtenção de provas, o que tem contribuído significativamente para a proliferação da corrupção, além de outras atividades ilícitas como o narcotráfico.

Nosso objetivo básico é eliminar os caminhos mais utilizados para a movimentação de recursos de forma não transparente.

Para o ocultamento e escamoteamento de transações financeiras, utilizam-se vários expedientes. O mais comum é evitar o uso de cheques, ou qualquer outro documento que deixe registro, através da utilização ostensiva de papel-moeda. Outro mecanismo é eliminar o real percurso do dinheiro movimentado dentro do sistema bancário, através de cheques endossáveis, que na verdade circulam como se fossem ao portador, bastando que o último receptor preencha para si o endosso. O uso de "laranjas" ou pessoas fictícias é outro expediente muito utilizado, e que, como os demais, que deve ser repellido com veemência.

É importante, igualmente, que se exija a declaração de transferência de grandes valores, do país ou para ele, inclusive dos bens que possuem grande semelhança com a moeda devido à sua liquidez internacional. Tal necessidade tornou-se clara, a partir da realidade de que em vários dos países fronteiriços nossa moeda já é conversível, de modo que a transferência sem registro de recursos para o exterior não se faz apenas através de moeda estrangeira, única hipótese coibida pela legislação.

Os mecanismos de controle ora propostos já vigoram em grande parte dos países desenvolvidos, onde se mantém um controle sobre a movimentação de grandes somas em dinheiro, via de regra relacionada a atividades ilícitas. Ao se estabelecer mecanismos de controle e registro das transações financeiras, estaremos facilitando quaisquer investigações de atividades ilegais através do rastreamento do dinheiro movimentado.

Tais mecanismos são importantíssimos para coibir o ocultamento e a livre circulação, de que necessita apenas o dinheiro ilícito, razão pela qual estamos certos do maciço apoio dos nobres colegas à proposição.

Sala das Sessões, em 6 de 1992.
Deputado JACKSON PEREIRA
Deputado ALOIZIO MERCADANTE
Deputado SIGMARINGA SEIXAS

3 - Sigilo bancário

O trabalho da CPI trouxe, novamente, à discussão a questão do sigilo bancário, fato que também mereceu desta Subcomissão uma análise. Optamos por recomendar a aprovação da emenda do nobre Deputado Roberto Magalhães, ora em poder do Relator do Projeto de Emenda Constitucional nº 55/91, nobre Deputado Benito Gama. Na referida emenda "é assegurado o sigilo nas operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras, salvo determinação judicial".

Na referida emenda o nobre Deputado Roberto Magalhães faz constar do 4º parágrafo o seguinte texto:

"Independentemente da lei complementar de que trata este artigo, ou de ordem judicial, as autoridades fiscais do Tesouro Nacional, quando expressamente autorizadas pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, à vista do devido procedimento legal instaurado, terão acesso às informações necessárias para identificar contribuintes e sua situação perante a administração tributária, através do Banco Central do Brasil, nos seguintes casos:

I - Contas correntes de titulares fictícios;

II - Extorção mediante sequestro;

III - Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

IV - Enriquecimento ilícito por parte de agentes do Poder Público;

V - Contrabando.

Abaixo os comentários que fundamentaram a proposta, os quais abrigamos neste nosso relatório.

Acreditamos que, em face do que está exposto e do que foi constatado no decorrer dos trabalhos desta CPI, é oportuna a proposta do Deputado Roberto Magalhães, a qual, sem dúvida, viria coibir esse procedimento, adotado por infratores da lei, que se utilizam do sigilo bancário para encobrir seus atos criminosos.

3.1 - A questão do sigilo bancário

À primeira vista, a quebra do sigilo bancário sem ordem ou autorização prévias do Poder Judiciário, pode sugerir violação a um dos direitos fundamentais assegurados no Art. 5º da Constituição, aquele definido no inciso X, verbis:

X - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação.

Se porventura comprovado o conflito, a referida disposição da Proposta de Emenda, que acrescenta um 3º ao Art. 192 da Constituição, esbarraria no óbice intransponível do inciso IV do 4º do Art. 80, da mesma Carta, por revogar garantia individual, ainda que em caso específico e não in genere.

Com esta preocupação, fizemos uma pesquisa em todas as nossas Constituições republicanas e verificamos que nenhuma delas trouxe o sigilo bancário.

Buscamos arrimo no Direito Comparado. Mas as muitas legislações estrangeiras examinadas nos levaram à constatação de que:

a) o sigilo bancário não se expressa em nenhuma Carta como garantia individual;

b) decorre, sempre, ou do costume (Inglaterra), da lei (França, desde 1726, Portugal, desde o Alvará de 1612/1736, Líbano e México) ou simplesmente do contrato bancário (Espanha, segundo Joaquim Garrides in Contratos Bancários, Madrid, 1956);

c) todos os países, mesmo os mais rigorosos em matéria de sigilo bancário, admitem exceções, dentre as quais a mais generalizada é a da intervenção do Poder Judiciário.

O Professor Geraldo Vidal, da Universidade de São Paulo, em parecer sobre "O Sigilo Bancário e o Fisco", afirma que:

O dever de sigilo a que se vinculam os Bancos repousa em costume velhíssimo, que universalmente se integra na prática contratual dos Bancos.

E arremata:

O tema do sigilo bancário deverá ser examinado mediante referência à pergunta mais ampla do segredo profissional.

É o segredo profissional um instituto que nasce, nitidamente, do interesse público, do interesse social.

Mas reconhece ele que, no Brasil, a matéria tem tratamento legal e não constitucional, achando-se disciplinada no art. 38 da Lei 4.395, de 31 de dezembro de 1964.

Esta é também a posição de Ary Brandão de Oliveira, que, em artigo publicado na Revista de Direito Civil, sob o título de "Considerações Acerca do Sigilo Bancário", com apoio em Alberto Crespi, Jellinek e Joseph Hamel, entende que:

O segredo imposto aos bancos nada mais representa do que uma participação do segredo profissional.

Mas ele também situa, no Brasil, a questão apenas ao âmbito da lei e não vincula o sigilo a qualquer garantia constitucional. (V. Revista de Direito Civil, Ano 7, nº 23, Janeiro, março de 1983)

Por estas razões que se nos afiguram convincentes, concluímos que a abertura de exceção à regra geral do sigilo bancário não colide com a norma do Art. 50, § 4º, inciso IV, da Constituição.

Preocupamos, porém, que a proposta de emenda encaminhada pelo Poder Executivo, ao pretender alçar a matéria relativa ao sigilo bancário à normatização constitucional, o faça não para assegurar, primordialmente, o princípio geral do sigilo, o que seria democrático e harmônico com a natureza liberal da Constituição atual, mas, ao contrário, pretenda apenas insculpir em norma de hierarquia superior exceção capaz de propiciar a quebra do sigilo por decisão de autoridade administrativa, ainda que de nível ministerial.

Temos a perfeita consciência de que, ao fazer tal observação, entramos no mérito da proposta de emenda constitucional, sendo nos desfeio alterá-lo ou rechaçá-lo no exame de admissibilidade.

Entendemos, todavia, que cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e Redação da Câmara dos Deputados, registrar o fato e, a título de sugestão, apontar caminhos aos doutos Deputados que houverem de constituir a Comissão Especial para estudo e deliberação sobre o mérito da proposição.

Por isso mesmo, estamos apresentando, apenas como sugestão, minuta de emenda ao 3º do art. 192, de modo que seja estabelecido o princípio constitucional do sigilo e, a partir daí, fixadas as exceções à regra geral. Acrescentamos que, por este meio, poderemos conciliar a intenção do Governo Federal, de combater métodos fraudulentos e lesivos ao erário público, sem desvirtuar a natureza democrática e liberal da chamada Constituição Cidadã, na expressão do insigne Deputado Hylson Guimarães. A minuta de emenda se destina, pois, a servir de subsídio à Comissão Especial que opinará sobre o mérito. E esta CCJR não passará por omissão diante de aspecto iminentemente jurídico da matéria.

Se o Brasil há de ser o país pioneiro na regulação constitucional do sigilo bancário, que o seja sob uma moldura liberal e não autoritária.

Recomendações à Receita Federal

Em face do que foi, amplamente, constatado e tomando por base informações obtidas no Departamento de Fiscalização do Banco Central do Brasil, é de fundamental importância que a Receita Federal e o Banco Central do Brasil, numa ação conjunta, incluam no sistema "SISBACEN", todo o cadastramento do CIC e CGC, a fim de que a rede bancária, obrigatoriamente, proceda uma consulta antes da abertura de conta corrente, a fim de que, assim, se possa colir o elevado índice de contas "fantasmas" e movimentadas por "laranja" (um exemplo típico deste caso é o Sr. Jorge Luiz Conceição, proposto do "doleiro" carioca Sr. Eduardo Chueke).

Através dessas contas irregulares circulam centenas de milhões de dólares, principalmente, oriundos de bicheiros, doleiros, traficantes, sonegadores e gestores do cognominado "caixa 2" ou de "caixinhas" de interesses es-

cusos.

Aproveitando a quebra de sigilo dos nomes levantados por esta CPI, seria de BOM ALVITRE que a Receita Federal requeresse às empresas de cartão de crédito a movimentação das contas desses portadores de cartão, no período de 15-03-89 até a presente data, a fim de que se possa identificar nestes fora dos padrões declarados.

Recomendações ao Banco Central do Brasil

Diante do que foi constatado pela Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, através do trabalho da Subcomissão de Bancos coordenada pelo Senador José Paulo Bisol, seria recomendável que o Banco Central do Brasil procedesse, através de sua Diretoria de Fiscalização, a uma detalhada análise dos procedimentos adotados pelas instituições financeiras que foram usadas pelo chamado "esquema P.C. Farias" para operações bancárias tidas como irregulares, a fim de que, se for o caso, venham a ser aplicadas as penalidades cabíveis. Merece ser ressaltado o aspecto de que a norma vigente relativa à abertura, manutenção e encerramento de conta de depósito à vista (Resolução nº 1682, de 31/01/91, que deu nova redação ao regulamento anexo à Resolução nº 1631, de 24/08/89 e Circular nº 1528, de 24/08/89, todas devidamente codificadas no Manual de Normas e Instruções - MNI, sob o título 4.302) prevê que é obrigatória a completa identificação do depositante. Tal identificação é feita através do preenchimento de ficha-proposta que, além do nome completo do depositante, deve conter sua assinatura, cuja autenticidade deve ser comprovada por funcionário qualificado, à vista do documento de identificação.

A qualificação do depositante (tanto pessoa física, quanto jurídica), assim, como seu número do CIC ou CGC devem ser, também, confirmados à vista de documento comprobatório pertinente, cumprindo, também, ser confirmado o endereço (Manual de Normas e Instruções título 4.302.10, do Banco Central).

Memoramos essas exigências, a norma em vigor deixa margem a burra, mesmo porque ao falsário é fácil ter acesso a documentos adulterados ou "fabricados", o que termina por propiciar a abundância, no mercado, de contas "fantasmas", mantidas por doleiros, bicheiros, sonegadores e gestores públicos corruptos, fato que motivou o encaminhamento do projeto de Lei sobre o qual já nos referimos anteriormente.

Carece de um exame a sistemática adotada pelos bancos, na abertura das contas "fantasmas", a fim de que, se constatada a denobescência à norma acima mencionada, sejam os responsáveis pelas irregularidades e as instituições infratoras apenadas, de modo que, também neste caso, não pare a ideia de impunidade, tão abominada pela sociedade.

Achamos por bem deixar com o Banco Central do Brasil e o Ministério Público Federal, numa segunda etapa, a análise desta questão, tendo em vista ser o sistema financeiro um segmento de mercado sensível e dependente de credibilidade. Um eventual registro que, no futuro, não viesse a ser constatado devidamente pela fiscalização do BACEN, poderia, sem dúvida, ocasionar a alguma instituição um mal irreparável.

V. Sugestões para modificação da legislação penal

Os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello contra o Sr. Paulo César Cavalcante Farias conduziram-nos à certeza inequívoca de que mudanças devem ser efetuadas com presteza em nossa legislação penal, notadamente no sentido de oferecer ao agente do crime de corrupção ativa, previsto no art. 333 do Código Penal, a possibilidade de ver sua punibilidade extinta, se denunciar a autoridade competente a prática do ilícito ou contribuir decisivamente para a sua apuração. Entendemos que esta medida representará integral avanço na prevenção da corrupção nos diversos esboços da administração pública direta, indireta ou fundacional, a nível federal, estadual e municipal, pois, a partir de sua vigência, todo o funcionário público corrupto hesitará em receber vantagens indevidas de particular com receio de que este, mais tarde, possa vir a tornar público o fato e, respaldado pelo texto legal, estar livre da acusação de corrupção ativa. Entendemos, então, que a extinção da punibilidade neste caso servirá como importante instrumento de política criminal, auxiliando sobremaneira a ação policial, bem como a prestação jurisdicional do Estado.

Propomos, ainda, alteração à redação do art. 332 do Código Penal, inclusive no seu nome jurí, que passaria a ser "tráfico de influência". Com as modificações propostas pretendemos alargar a abrangência do tipo penal, que passaria a atingir, da mesma forma, condutas como "solicitar", "exigir", "cobrar", providência esta necessária no sentido de facilitar o enquadramento daqueles que lucram com a intermediação no setor público, com prejuízos evidentes à toda a sociedade. Incluímos, também, ligeiro aumento na pena mínima aplicável e no percentual previsto à causa de aumento de pena.

As considerações supramencionadas são e devem ser consideradas como justificação do Projeto de Lei que apresentaremos na forma que segue.

Recomendamos, ainda, presteza na aprovação do Projeto de Lei que regulamenta a Advocacia Geral da União, como forma de liberar o Ministério Público da União para o pleno exercício de suas funções constitucionais, notadamente no campo da persecução penal.

PROJETO DE LEI Nº 1, DE 1992
(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a denúncia do Sr. Pedro Collor de Mello sobre as atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias)

Alterar a redação dos arts. 107 e 332 do Decreto-lei nº 2468, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º O art. 107 do Decreto-lei nº 2468, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte inciso X:

"X - no crime definido no art. 333 deste Código, quando o agente denunciar a autoridade a prática do ilícito ou contribuir decisivamente para a sua apuração."

Art. 2º O art. 332 do Decreto-lei nº 2468, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Tráfico de influência.
Art. 332. Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

Pena - Reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou faz alegar que a vantagem é também destinada ao funcionário."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Conclusão final

Ana Acioli, secretária particular do Senhor Presidente da República, há muitos anos pessoa de sua integral confiança, ocupava a sala vizinha à do Presidente, no Palácio do Planalto.

A secretária particular administrava a conta do Senhor Presidente da República, conta essa que se destinava às despesas do Presidente e de sua família. Segundo Ana Acioli a conta era provida pelo Senhor Cláudio Vieira.

Doutra parte, assevera Ana Acioli que "nunca saiu um centavo sem a autorização do Presidente".

O fato, contudo, de que essa conta recebia depósitos do Sr. Cláudio Vieira, segundo depoimento da Sra. Ana Acioli e de documento por ele firmado e apresentado juntamente com a fala do Senhor Presidente da República em rede de televisão, não veio a ser confirmado.

Quantas vultosas foram depositadas por correntistas "fantasmas", pessoas inexistentes, com CPFs falsos. Gastos extraordinários foram feitos em pagamentos de despesas pessoais do Senhor Presidente da República, seja para manutenção da Casa da Dinda, seja em favor de sua ex-mulher, de sua mãe, de sua irmã e de sua esposa e respectiva secretária.

O certo é que foram feitos na conta de Ana Acioli depósitos oriundos de vários correntistas "fantasmas".

Essas correntistas foram criação do "esquema PC", designação consagrada pela imprensa para a associação de diversas pessoas que

agiam para o fim de acobertar delitos, como no curso desta CPI foram apurados.

Os elementos probatórios suficientemente demonstrativos da formação e administração de contas de "correntistas fantasmas" por parte do Sr. Paulo César Cavalcante Farias em concurso com seus auxiliares.

Basta lembrar que os correntistas, ao abrirem suas contas, davam como seu endereço o da empresa EPC, de propriedade do Sr. Paulo César Cavalcante Farias. Da ficha cadastral constava, também, como apresentante da maioria dos correntistas "fantasmas", a Sra. Rosinete Melanias, secretária do Sr. Paulo César Cavalcante Farias. Gerentes e funcionários do Banco afirmam que a secretária Rosinete Silva de Carvalho Melanias solicitava as fichas cadastrais para abertura de contas de funcionários da EPC, devolvendo-as devidamente preenchidas com o nome dos "fantasmas". Há laudos grafotécnicos indicativos de que cheques de "fantasmas" tiveram a assinatura proveniente do punho de Rosinete Silva de Carvalho Melanias, Jorge Waldirio Teodoro Bandeira de Mello, Severino Nunes de Oliveira, George Ricardo Melanias, Giovanni Carlos Fernandes de Melo e Maria Vasconcelos Soares.

Os correntistas "fantasmas" faziam depósitos não só para Ana Acioli, mas também para a EPC, para a Brasil-Jet, para Cláudio Vieira e para Marta Vasconcelos, secretária da Brasil-Jet, além de pagar despesas pessoais e outras operações do Sr. Paulo César Farias.

Destaca-se o pagamento feito ao Sr. Luis Miasai, locador da casa alugada em São Paulo pelo Sr. Paulo César Cavalcante Farias, pagamento esse feito também por correntista "fantasma". Os correntistas "fantasmas" chegavam a trocar cheques entre si, e, nesse grande emaranhado, Rosinete Melanias chegou a assinar seu próprio nome em cheque de titularidade de um dos fantasmas, cheque esse que foi pago.

Imóvel adquirido por Paulo César Cavalcante Farias do Deputado Paulo Octávio foi pago mediante cheques de correntistas fantasmas.

Tais dados formam um sólido conjunto probatório demonstrando que os correntistas "fantasmas" foram criação do "esquema" de Paulo César Cavalcante Farias e tinham suas contas inequivocamente administradas por ele e por seus auxiliares.

Doutro parte, cabe historiar que, até junho de 1990, os depósitos na conta de Ana Acioli eram realizados pela própria EPC, que também diretamente fazia depósitos nas contas da primeira dama Rosane Collor de Mello, bem como nas das Sras. Leda Collor de Mello e Cell Elizabeth Monteiro de Carvalho.

Foi só a partir do segundo semestre de 1990 que se deu a criação dos "correntistas fantasmas", que movimentaram, até junho de 1992, dezenas de milhões de dólares.

A conta de Ana Acioli Gomes de Melo, que também atuava sob os nomes de Ana Acioli ou Maria Gomes, destinada ao pagamento de

despesas pessoais do Sr. Presidente e sob seu estrito controle, recebeu cheques nominados dos "fantasmas": Flávio Maurício Ramos, Manuel Dantas de Araújo, Jurandir Castro Menezes, José Carlos Bonfim e Carlos Alberto de Nóbrega.

Além disso, as reformas da Casa da Dinda, realizadas pela Brasil's Garden, foram custeadas pelos "fantasmas", sendo transferida para a conta dos proprietários dessa empresa expressiva importância.

Móveis para a Casa da Dinda foram pagos pela Sra. Maria Isabel Teixeira, secretária da primeira dama, que recebeu da EPC US\$ 598.000,00 e dois cheques do "fantasma" José Carlos Bonfim no valor de US\$ 107.000,00.

O Fiat Elba do Presidente da República foi, também, adquirido por cheque administrativo comprado pelo "fantasma" José Carlos Bonfim, tendo sido esse cheque entregue à concessionária de automóveis C.V.F., por ordem da secretária particular do Sr. Presidente da República, pelo motorista Sr. Eriberto França.

Aspecto que merece maior relevo foi a tentativa de desvincular o Sr. Presidente da República do "esquema PC", por meio da chamada "Operação Uruguai".

Independente de qualquer análise da veracidade do contrato e do empréstimo, o ponto chave buscado para estabelecer a pretendida desvinculação entre o Sr. PC Farias e o Sr. Presidente da República e para se consolidar a versão de que a conta de Ana Acioli era alimentada pelo Sr. Cláudio Vieira estava na declaração do Sr. Najun Turner.

Na verdade, o Sr. Najun Turner tentava desfazer esse vínculo ao afirmar, em declaração pública, que os depósitos em diversas contas, entre as quais a de Ana Acioli, eram feitos por ele ou por seus prepostos e de "contas por mim administradas, dentre as quais se incluem, mas não se limitam a eles os Srs. Carlos Alberto de Nóbrega, José Carlos Bonfim, Flávio Maurício Ramos, Jurandir Castro Menezes, Rosalinda Cintra Menezes, Manuel Dantas Araújo, Jorge Luiz Conceição e Rosimar Franciosa de Almeida".

Os elementos documentais e periciais acima mencionados mostram largamente que essas contas "fantasmas" eram administradas por Paulo César Cavalcante Farias e seus auxiliares.

Houve, portanto, declaração falsa, falsidade ideológica de documento público por parte do Sr. Najun Turner e, depois, uso desse documento falso pelo Sr. Cláudio Vieira, que apresentou essa declaração à CPI.

Assim sendo, desfaz-se qualquer conexão entre o empréstimo contratado no Uruguai e a conta de Ana Acioli, destinada ao pagamento das despesas pessoais do Sr. Presidente da República. Deve-se ressaltar ser absolutamente certo que os depósitos provinham dos correntistas fantasmas do "esquema PC", sem qualquer ligação com Sr. Najun Turner.

Registre-se igualmente que a EPC arcou com as despesas decorrentes das benfeitorias, acessões e melhorias realizadas no apartamento de propriedade do Senhor Presidente da República, na cidade de Macéio.

Conclui-se, por conseguinte, que o nexo entre o "esquema PC" e o Sr. Presidente da República surge preciso e mantém-se íntegro.

Por outro lado, a CPI comprovou largamente que o Sr. Paulo César Cavalcante Farias, fazendo praça de amizade e prestígio junto ao Senhor Presidente da República, obteve vultosas quantias com a venda de serviços inexistentes. As notas fiscais acaso emitidas são inidôneas para comprovar qualquer efetiva prestação de serviço, mesmo porque se chega ao absurdo de declarar que valores elevadíssimos eram avançados e prestados verbalmente. O certo é que a empresa EPC é destituída de pessoal e qualificação para a prestação de serviços técnicos.

Esses contratos - por exemplo, o feito com a Tratex, no valor de US 200.000,00 - têm todo o cariz de um negócio simulado: o contrato era verbal, os serviços prestados foram verbais, o objetivo era vago, não restou sequer registro em ata, tudo levando a crer que se tratava de algo diverso de prestação de serviços. Havia a convicção generalizada no país e fartamente difundida pela imprensa de que o Sr. P.C. Farias conhecia, antecipadamente, atos sigilosos do Governo.

A simulação pode ser demonstrada por indícios e conjecturas conforme decide a jurisprudentia.

No negócio simulado, há de se indagar, primeiro, da causa simulandi. Se ela existe e encerra uma fraude, meio caminho já se terá percorrido no sentido do convencimento de que se está frente a um negócio ilusório, também chamado "não negócio" ou "negócio vazio". A prova da simulação far-se-á por indícios e presunções. Pode portanto ser indireta e conjectural, segundo expressão de ESPINOLA (R.T. nº 185 p. 295).

A simulação, que macula o ato jurídico, é normalmente atestada por indícios (R.T. nº 604 p. 200).

É imprescindível, portanto, que haja a intenção de dissimular, isto é, a intenção de realizar um negócio vedado por lei sob a máscara de um negócio lícito (R.T. nº 508 p. 68).

A luz de tudo que foi dito e examinado neste relatório, pode-se descrever algumas condutas de personagens que passaram pela CPI.

Paulo César Cavalcante Farias

1. Associou-se, de forma permanente e estável, com a confluência de vontades de cometer delitos, por um largo espaço de tempo, com Rosinete Melanias, Cláudio Vieira, Jorge Bandeira, Severino Nunes Oliveira, George Ricardo Melanias, Geovani Carlos Fernandes de Melo e Marta de Vasconcelos Soares.

2. Levou o Sr. Presidente da República, pelo suprimento de largas somas nas contas de Ana Acioli, da primeira-dama e de sua secretária, seja por meio da EPC, seja pelos correntistas "fantasmas", a omitir-se no cumprimento do dever funcional consistente em zelar pela moralidade pública, em impedir a utilização do seu nome, para obstar a prática de crimes - de que ele tinha ciência pelas quantias depositadas nas contas utilizadas em seu proveito e de seus familiares - continuassem a ser cometidos.

3. Na montagem, com seus co-autores, da rede de depositantes "fantasmas", praticou necessariamente sonegação fiscal, não como um fim principal dessas montagens, mas como subproduto necessário dela.

4. Apresentou-se fazendo em nome do Senhor Presidente da República a várias pessoas e empresas, exemplificadamente ao Sr. Antônio Ermirio de Moraes, a empresa Tratex já mencionada e ao então Presidente da Petrobras, Sr. Motta Velho. O Sr. Antônio Ermirio de Moraes, conforme suas declarações à CPI, estava convicto de que ele efetivamente tinha influência junto ao Sr. Presidente da República, razão por que contratou serviços da EPC, por US\$ 240.000,00, serviços esses que não vieram a ser prestados, sendo certo que não se animou a pedir a devolução do dinheiro, atida por essas mesmas razões. A Tratex, já mencionada acima, empresa que se encontrava em dificuldades financeiras, pagou US\$ 200.000,00 à EPC, num contrato verbal que todos os indícios levam a crer ter sido o seu objeto simulado e que, na verdade, visava usar do conhecimento do Sr. Paulo César Cavalcante Farias para a obtenção de informações sobre atos do Governo.

5. Praticaram todas as pessoas nominadas acima, inquestionavelmente, ilícitos fiscais no que se refere às somas movimentadas por intermédio das "contas fantasmas".

6. Confirmadas as informações de que o Sr. Paulo César Cavalcante Farias e seus companheiros mantinham empresas, de que eram controladores ou proprietários, no exterior, interligadas com objetivos financeiros e também vinculadas a negócios no Brasil, envolvendo necessariamente a movimentação de dinheiro no exterior, é preciso que se verifique a incidência de normas penais especiais, designadamente as mencionadas no artigo 22 e seu parágrafo, da Lei 7492/86.

7. Na gerência da Tratoral emitiu reiteradamente duplicatas que não correspondiam a venda efetuada, conforme processos administrativos abertos no âmbito do Banco Central do Brasil.

Sr. Presidente Fernando Collor de Mello

O presente relatório não teve como abstrair, em relação a determinados fatos, a presença do Sr. Presidente da República. Vários deles, descobertos pela CPI, guardam estreita e intrínseca relação com o Chefe do Poder Executivo. O relato de um fato implica, de parte do Relator, o conhecimento de sua significação. A rigor, não existe uma só alternativa de compreensão de certos fatos que envolvem o Sr. Paulo César Cavalcante Farias que não inclua o Sr. Presidente da República, de tal sorte que, exigir a abstração da parte a

ele relativa importa em exigir a abstração da racionalidade dos fatos investigados. Nesses termos, não seria sentido a existência da própria CPI, à qual compete descortinar o universo correlato do seu objeto, disto não podendo omitir-se sem lesar a Constituição da República.

Assim sendo, respeitadas as limitações inerentes à natureza deste relatório, a verdade mais elementar é que não se pode ocultar a Nação que, no curso dos trabalhos, ficou evidente que o Sr. Presidente da República, de forma permanente e ao longo de mais de dois anos de mandato, recebeu vantagens econômicas indevidas, quer sob a forma de depósitos bancários feitos nas contas da sua secretária, Sra. Ana Acioli, da sua esposa e da respectiva secretária, Sra. Maria Isabel Teixeira, da sua ex-mulher, da sua mãe e da sua irmã, quer sob a forma de recursos financeiros para aquisição de bens, tais como o veículo Fiat Elba, ou, finalmente, sob a modalidade de benfeitorias, melhorias e acessões diretamente realizadas no imóvel de sua propriedade, situado na rua Aristeu de Andrade, nº 40, apartamento 1.102, em Macéio, pagas pela EPC - Empresa de Participações e Construções, recursos estes originários, direta ou indiretamente, do Sr. Paulo César Cavalcante Farias. Omitiu-se, em consequência, o Chefe do Estado do seu dever funcional de zelar pela moralidade pública e de impedir a utilização do seu nome por terceiros para lograrem enriquecimento sem causa, ensejando que práticas à margem da moral e dos bons costumes pudessem ser perpetradas.

Tais fatos podem confirmar ilícitos penais comuns em relação aos quais a iniciativa processual é prerrogativa intransferível do Ministério Público. Por outro lado, podem configurar crime de responsabilidade, em relação aos quais a iniciativa processual é prerrogativa da cidadania perante a Câmara dos Deputados, já que, as omissões do dever presidencial de zelar pela moralidade pública e de bons costumes, são especialmente tratadas pela Constituição Federal.

Ao Presidente da República cumpre, conforme dispõe o artigo 84, parágrafo 2º, da Constituição Federal, exercer a direção superior da Administração Federal, e esta, segundo dispõe o artigo 37 da Carta Magna, deverá obedecer, entre outros, aos princípios da legalidade e moralidade, cuja importância vem ressaltada no parágrafo 4º do mesmo artigo, que sanciona os atos de improbidade administrativa com as graves penas de suspensão dos direitos políticos, perda da função, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário. Oviamente, os fatos descritos anteriormente contrariam os princípios gravados na Constituição, sendo inconstitucionais com a dignidade, a honra e o decoro do cargo de Chefe de Estado.

Texto final do relatório de Amir Lando, lido a partir de manuscrito e que não consta do inquérito nem da íntegra distribuída.

Vínculo Wagner Canhedo / Paulo César Farias

Em relação ao que foi apurado no tocante ao vínculo entre as empresas de Paulo César Farias, notadamente a Brasil Jet, e as controladas por Wagner Canhedo (Vasp S.A., Brata, Transportadora Wad-i e Vipian), sejam extraídas as peças processuais competentes e enviadas cópias à CPI da Vasp na Câmara dos Deputados. Cumpre também remeter ao Ministério Público cópia do relatório elaborado pela Empresa de Assessoria Aeronáutica Karvasair, para que adote as providências pertinentes no tocante aos eventuais ilícitos.

Vínculo Paulo César Farias / Rede OM

Impõe-se extrair cópias dos documentos indicativos da existência de vínculo comercial entre a Rede OM de Comunicações e o "esquema Paulo César Farias", a fim de que sejam enviadas à Secretaria de Comunicação, do Ministério dos Transportes e Comunicações, e as comissões competentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para investigar a titularidade da Rede OM de Comunicações, bem como outros eventuais ilícitos.

Senhor presidente, iniciamos este trabalho citando "Conhecerei a verdade e a verdade vos libertará". E Getúlio Vargas, em certo momento, disse: "Quase sempre é fácil encontrar a verdade, o difícil é, uma vez encontrada, não fugir dela".

Espero que a Nação não fuja desta verdade que acabei de relatar.